

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Rodrigo Aparecido Diniz

**Territórios, Classes e Experiências:
As dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**São Paulo
2021**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rodrigo Aparecido Diniz

**Territórios, Classes e Experiências:
As dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga.

**São Paulo
2021**

Rodrigo Aparecido Diniz

**Territórios, Classes e Experiências:
As dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

*“Eu não estou interessado em nenhuma
teoria
Em nenhuma fantasia, nem no algo mais
Nem tinta pro meu rosto, ou oba-oba, ou
melodia
Para acompanhar bocejos, sonhos
matinais
Eu não estou interessado em nenhuma
teoria
Nem nessas coisas do oriente, romances
astrais.
A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiências com coisas
reais[...]
Longe, o profeta do terror que a laranja
mecânica anuncia.
Amar e mudar as coisas me interessa
mais”.*

Alucinação - Belchior.

Aos meus pais Maria e João, Pedrina e Francisco, que em quatro razões, mãos e corações me proporcionaram a vida e a experiência na simplicidade.

À classe trabalhadora, aos periféricos que enfrentam duras densidades de sua realidade e tecem a sobrevivência, não como querem, mas como podem.

Às quatro mulheres participantes dessa pesquisa, pela interlocução, reflexão e por partilhar suas trajetórias tão íntimas e também tão coletivas, que enredam vidas e territórios, experiências e classe.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Processo 165571/2018-7.

AGRADECIMENTOS

*Por que vocês não sabem
Do lixo ocidental?
Não precisam mais temer
Nem precisam da solidão
Todo dia é dia de viver
Não precisa medo não
Não precisa da timidez
Todo dia é dia de viver
Eu sou da América do Sul
Eu sei, vocês não vão saber
Sou do ouro, eu sou vocês [...].*

Milton Nascimento

Há tanto que agradecer, há tanta gente amiga, solidária que passa em nossas vidas que deixa um pouco de si e leva um pouco nós. Compreendo que somos experiências partilhadas, afetos construídos, diversas paixões que nos envolveram e nos movem, mas também somos dores, “sufocos” e “apertos”. Cada pessoa também sintetiza um punhado de gente, certa vez ouvi do historiador e Professor Antonio Rago que: *“quando mais diversos são nossos encontros na vida, mais singular nos tornamos”*. É assim, por meio de encontros, de partilhas que interpreto a minha chegada, permanência e finalização no doutorado. A vida se espraia para além da academia, e academia também se coloca para além dos muros da universidade, possibilidade dialética da vivência, dos territórios vividos e construídos pelas experiências em constante relação.

Agradeço aos meus pais Maria e João pela simplicidade e honestidade que conduzem suas vidas e nos ensinaram o respeito. Aos meus tios, que também se tornaram meus pais Pedrina e Francisco, pela força, determinação e cuidado. Amor é incondicional para esse “quarteto”.

Aos meus irmãos Fabiano, Andréia e Alexandre (*in memoriam*, na infinitude de sua existência e de nossos elos), obrigado pela partilha de sonhos, de conflitos, de serenidade e da vida conjugada, sem vocês não saberia o que é amor fraternal. Aos meus sobrinhos Isabelli e Cauã, que crescem e que nos ensinam a intemperividade dos afetos e das delícias da renovação da vida.

As minhas madrinhas Maria Cecília e Terezinha, pela força, incentivo, pelo cuidado, afeto e carinho jamais ausentes. Ao meu tio Zé, pela simplicidade e por estar sempre presente.

Ao meu companheiro de vida, de caminhada, meu namorado Vítor Silva, pela delicadeza de suportar o cotidiano com seu olhar doce e terno. Obrigado pelo apoio, paciência e por incentivar os meus sonhos individuais, adensando e agregando-os em nossas aspirações coletivas como casal. Amo você, obrigado por tudo!

Agradeço imensamente à Professora Dirce Koga, orientadora e amiga, pelo carinho, pela arte de ensinar, pela condução ética e respeitosa, pelo rigor e cuidado teórico-metodológico, por nos proporcionar reflexões profundas em cada momento de diálogo, por sugerir caminhos, por interpelar interesses, por caminhar junto. Ao pensar em sua contribuição atenta e aguçada me recordo dos versos do poeta Manoel de Barros no poema “Olhos parados” de 1947, em que diz: “*Por toda parte sentir o segredo das coisas vivas. Entrar por caminhos ignorados, sair por caminhos ignorados*”. Agradeço pela confiança. Essa pesquisa tem muito de você.

Agradeço a Professora Maria Lúcia Martinelli, pelo longínquo apoio, confiança, por nos mover com afeto a pesquisar, a despertar em nós a escuta atenta, a apreensão da realidade por meio da metodologia da história oral. Por sempre nos orientar pelos caminhos das sucessivas aproximações com o real.

Agradeço e tenho enorme gratidão aos Professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC São Paulo, em especial à Maria Carmelita Yazbek, Carola Arregui, Rosangela Paz, Maria Lúcia Barroco, Maria Lúcia Silva (*in memóriam*) pelos aprendizados, pela dedicação à formação de pesquisadores, pelo rigor acadêmico e criticidade em nossa formação.

Aos meus amigos Aline Ferreira Lima, Cristiane Kanai, Fabiane Naves, Lioneida da Paz Borges Nogueira, Mariana Robles, Renata da Cunha Zamberlan, Mirela Ferraz, Daniel Péricles Arruda, Rosane Durval, Vergílio Alfredo, Shinobo Nakano, Beatriz Pascoal, Regiane de Fátima Leite, Daniela Cardoso obrigado pelos incentivos, trocas, debates, pelo amor em movimento e ebulição, brindes, confissões, conflitos e, sobretudo, por celebrar o encontro de sentimento de grande afeição, simpatia e apreço.

Agradeço aos professores e colegas pesquisadores dos núcleos de pesquisa ao qual participei ao longo do doutorado, com destaque ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade – NEPI da PUC SP, Núcleo de Estudos e Pesquisas Cidades e Territórios da PUC SP, Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Movimentos Sociais – NEMOS da PUC SP e também ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Vivências Artísticas, Culturais e Periféricas da UNIFESP Baixada Santista.

Agradeço aos companheiros de trabalho na Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS de São Caetano do Sul, pelo apoio, constantes interlocuções teóricas e metodológicas, que mesmo em contexto de barbárie e aviltamento das forças econômicas tecem e primam pelo cuidado crítico e atento à formação profissional em Serviço Social, em especial à Sonia Regina de Carvalho, Rosane Durval, Rosiran Montenegro, Tânia Costa, Suelma de Deus, James Abreu e Renato de Almeida.

Agradeço também aos alunos e orientandos que tive nos cursos de graduação em Serviço Social, ao longo das instituições que já percorri nestes dez anos dedicados à docência em São Paulo, muitos deles já formados e colegas de profissão. Neles vi e vejo a força dos corações de estudantes que são impulsionadores, os questionamentos e conflitos que nutrem as aulas, os diálogos, os meus aprendizados. Na docência há sabores, saberes, dores e afetos em constante construção.

Aos meus companheiros de trabalho na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Cidade de São Paulo, em particular aos trabalhadores do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Anhanguera e da Supervisão de Assistência Social de Perus, que me apoiaram com respeito e incentivo em meu processo de estudo. Agradeço por lutarem e estarem juntos comigo pela licença sem vencimentos, tenho gratidão pela força, solidariedade e companheirismo diante das batalhas cotidianas para a garantia da proteção social, minha lembrança e respeito à Vanessa Solange Gimenez, Marcela Porto, Maria de Fátima Souza e Souza, Margarida Gazeta Trindade, Daiane Liberi, Márcia Prando, Aparecida Marly, Alairse Girardi, Rosana Dias de França, Rosa Maria Tomé Telis, Lilian Maria Assis Terra, Nelly Miotto.

Em especial, também agradeço à Flávia Ribeiro, Suseth Andrade, Cida Guerra e Andréia Sales participantes, interlocutoras, mulheres atentas ao seu tempo que me permitiram ouvi-las, interpelar, refletir junto. Abriram suas histórias e suas tramas de vida nos territórios periféricos da cidade, evidenciaram suas experiências de classe nas quebradas de São Paulo, sem elas essa pesquisa não existiria.

RESUMO

DINIZ, Rodrigo Aparecido. **Territórios, Classes e Experiências**: As dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida dos sujeitos. 2021. 323 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.

Esta tese busca compreender as mediações das experiências de classe na construção de territórios, tomando por referência empírica a realidade do distrito de Anhanguera, espaço periférico localizado no extremo da região norte da cidade de São Paulo. Tem como objetivos refletir os nexos entre as categorias espaço e tempo no processo de produção e reprodução dos territórios; estudar as relações entre território, as incidências dos novos fluxos do modo de produção capitalista sobre os espaços e os modos de vida; e analisar os processos constitutivos das experiências das camadas da classe que vive do trabalho no contexto de vida dos sujeitos na construção de espaços territoriais. A pesquisa reconhece as trajetórias de vida de quatro mulheres interlocutoras e participantes do estudo, evidenciando a hipótese de que é possível compreender as experiências de classe enquanto constituintes de territórios e territorialidades no cenário urbano das cidades, pois é na trama do cotidiano dos lugares que as vidas material e espiritual das classes se manifestam e constituem modos de vida e sociabilidades. O método de pesquisa se movimenta a partir do materialismo histórico-dialético, que busca compreender as mediações inerentes ao processo histórico, suas contradições, na interlocução crítica a partir de sucessivas aproximações entre singularidade, particularidade e totalidade em relação às experiências de classe, territórios e processo de produção e reprodução da vida nas periferias urbanas. A metodologia de pesquisa elegida é a história oral, que possibilita o reconhecimento das fontes orais como elementos particulares das narrativas dos sujeitos participantes, mas que, a partir do rigor teórico-metodológico, ético-político e sociológico, são saturados de mediações que evidenciam e se relacionam com as mais amplas estruturas e processos sociais. Os resultados da pesquisa apontam que as experiências da classe que vive do trabalho se tracejam no âmbito das práticas e dos acúmulos sociais inerentes ao modo de vida periférico e territorial no que tange às sociabilidades de morar, viver e construir seus territórios em meio a lutas e precariedades econômicas, sociais, políticas e sanitárias. Também apontam as potências em relação à solidariedade e aos vínculos e pertencimentos entre os moradores e seus territórios de vida. As relações de construção e reconstrução dos territórios é tencionada nas dobraduras entre as relações de classe, étnico-raciais e de gênero que tracionam experiências com rugosidades históricas de explorações, violências e opressões que se inter-relacionam e modulam as sociabilidades, as formas objetivas e subjetivas dos modos de vida nas periferias. A pesquisa atenta ainda para as contradições inerentes às práticas de mediação do Estado e também do crime organizado nos territórios pobres da cidade, que se mostram em institucionalidades violentas, que repercutem e impactam no cotidiano e no modo de vida desses moradores, evidenciando as transformações político-culturais em efervescência nos territórios periféricos.

Palavras-chaves: Experiência. Classes. Territórios. Periferia.

ABSTRACT

DINIZ, RODRIGO APARECIDO. Territory, Classes and Experiences: the folds of space and time in the trajectories of the subject's life. 2021. 323 fls. Thesis (Doctorate in Social Work) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.

This thesis aims to understand the mediation of class experiences in the construction of territories, taking as an empirical reference the reality of Anhanguera district, a peripheral area located at the end of northern zone of Sao Paulo city. It has the objectives to reflect the links between the categories of space and time in the production and reproduction process of the territories; to study the relations between territories, the incidences of the new flows in the capitalist production mode upon spaces and ways of life. To analyze the constitutive processes in the experiences of the class layers who live from work in the context of the subjects' lives in the construction of territorial spaces. The research recognizes the life trajectories of four women who are interlocutors and participants in the study, evidencing the hypothesis that it is possible to understand the class experiences as constituents of territories and territorialities in the urban scenario of cities, as it is in the plot of the daily life of the places that the material and spiritual life of the classes are manifested and constitute ways of life and sociability. The research method moves based on historical-dialectical materialism, which seeks to understand the mediations inherent to the historical process, its contradictions, in the critical dialogue based on successive approximations between singularity, particularity and totality in relation to class experiences, territories and process of production and reproduction of life in urban peripheries. The chosen research methodology is oral history, which allows the recognition of oral sources as particular elements of the participating subjects' narratives, but based on the theoretical-methodological, ethical-political and sociological rigor, they are saturated with mediations that show and relate to the broadest structures and social processes. The results of the research show that the experiences of the class that lives from work are traced within the scope of practices and social accumulations inherent to the peripheral and territorial way of life with regard to the sociability of living, living and building their territories amid struggles and economic precariousness, social, political and health issues. They also point out the potentials in relation to solidarity, bonds and belongings between residents and their territories of life. The relations of construction and reconstruction of territories are intended in the folds between classes relation, ethnic-racial and gender relations that draw experiences with historical roughness of exploitation, violence and oppression that interrelate and modulate the sociability, the objective and subjective forms of the ways of life in the peripheries. The research is also attentive to the contradictions inherent to the State's mediation practices and also to organized crime in the poor territories of the city, which are shown in violent institutions, which have repercussions and impacts on the daily lives and ways of life of the residents of the peripheral territories, showing the political-cultural transformations in effervescence in the peripheral territories.

Keywords: Experience; Classes, Territories, Periphery.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participantes da pesquisa	39
Figura 2 – Rua de Anhanguera	46
Figura 3 – Muro da vergonha	59
Figura 4 – Grupo de jovens grafitando a parte externa de casas na Favela do 22 no distrito de Anhanguera da cidade de São Paulo	106
Figura 5 – Trabalhadores do Século XIX	122
Figura 6 – Brasil por Satélite, concentração populacional localizada na região Sudeste	134
Figura 7 – Pessoas em ocupações informais no Brasil, 2018	140
Figura 8 – Mapa da fome no Brasil	141
Figura 9 – Razão de rendimentos das pessoas ocupadas Brasil, 2018	144
Figura 10 – Vista de Viela no Anhanguera	151
Figura 11 – Idade média ao morrer – Mapa das Desigualdades	167
Figura 12 – Vista de Parte da Favela do Km 22 e do CEU Anhanguera	172
Figura 13 – Tabela e Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – IEX, 2010	173
Figura 14 – Concentração da população negra em São Paulo	176
Figura 15 – Discrepância de renda no distrito de Anhanguera	177
Figura 16 – Favela do Jardim Jaraguá	178
Figura 17 – Favela do Jardim Jaraguá – perspectiva da rua	179
Figura 18 – Desenho “Ninguém solta a mão de ninguém”	194
Figura 19 – Flávia Ribeiro	195
Figura 20 – Histograma da distribuição dos distritos na escala de Inclusão e Exclusão, com base no Mapa da Inclusão e Exclusão III de 2010	209
Figura 21 – Suseth Andrade	229
Figura 22 – Cida Guerra	249
Figura 23 – Andréia Sales	260

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de perfil das mulheres pesquisadas.....	42
Quadro 2 – Modalidades de invisibilidades	292

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Cidade de São Paulo, com o distrito de Anhanguera em destaque .	35
Mapa 2 – Local de moradia das participantes no distrito de Anhanguera	41
Mapa 3 – Cidade de São Paulo e divisão administrativa das regiões das subprefeituras regionais – 2017	167
Mapa 4 – Fronteiras dos distritos de Anhanguera e Perus e as cidades da região metropolitana.....	172
Mapa 5 – Cidade de São Paulo e seus distritos por taxas de crescimento populacional	177
Mapa 6 – IPVS da cidade de São Paulo	179
Mapa 7 – IPVS da região da Prefeitura Regional de Perus, destacando os dois distritos Perus e Anhanguera.....	180
Mapa 8 – Taxa de mortalidade por homicídios e intervenções legais (por 100 mil) na população de 15 a 29 anos por sexo. Distritos do município de São Paulo – 2010 a 2013	183
Mapa 9 – Exclusão intensa na cidade de São Paulo – Mapa da Inclusão e Exclusão III (2010)	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População urbana no país nas últimas sete décadas	131
Tabela 2 – Distribuição da população por distritos da Subprefeitura de Perus ..	172
Tabela 3 – Taxa de crescimento populacional dos distritos da região norte da Cidade de São Paulo	178
Tabela 4 – Taxas de mortalidade por causas externas (por 100 mil) por sexo e grupo etário de jovem. Subprefeituras do município de São Paulo – 2005 e 2010	181

Tabela 5 – Taxas de mortalidade por homicídios e intervenções legais (por 100 mil) por sexo e grupo etário. Distrito do município de São Paulo – 2005 e 2010182

LISTA DE SIGLAS

AMA - Assistência Médica Ambulatorial
CCA - Centro para Crianças e Adolescentes
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEO - Chief Executive Office
CEU - Centro Unificado de Educação
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DIESSE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPSS - Faculdade Paulista de Serviço Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEX - Índice de Inclusão e Exclusão Social
IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LGBTQIA+ - L – Lésbicas. G – Gays. B – Bissexuais. T – Transgênero. Q – Queer. I – Interssexuais. A – Assexuais. +: engloba todas as outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MNU - Movimento Negro Unificado
MPB - Música Popular Brasileira
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organizações das Nações Unidas
OSEM - Orientação Socioeducativa ao Menor
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEPGSS - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido do Trabalhadores
PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RH - Recursos Humanos
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMPIR - Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
UMPA - União dos Moradores do Parque Anhanguera
UNICEF - Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
UNISA - Universidade de Santo Amaro
USP - Universidade de São Paulo
VAI - Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
PARTE I – TERRITÓRIOS, CLASSE E EXPERIÊNCIAS.....	45
CAPÍTULO 1 – TERRITÓRIOS E DOBRADURAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	46
1.1 Território: a conexão entre espaço e tempo.....	47
1.2 O processo de financeirização do capital na produção do espaço.....	54
CAPÍTULO 2 – ENTRE AS DOBRADURAS DO VIVIDO: TERRITÓRIO, CLASSES E EXPERIÊNCIAS.....	69
2.1 Classe, experiência e a construção de territórios.....	73
CAPÍTULO 3 – COTIDIANO, EXPERIÊNCIA E TERRITORIALIDADES.....	93
CAPÍTULO 4 – AS RUGOSIDADES DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL.....	110
4.1 Marcas da protoformação da classe trabalhadora no Brasil: luta e resistência.....	116
4.2 As condições e situações da classe trabalhadora no Brasil.....	127
4.3 A violência da exploração do trabalhador no Brasil.....	136
PARTE II – NAS DOBRAS DO LUGAR: TERRITÓRIO, EXPERIÊNCIA DE CLASSE E TRAJETÓRIAS DE VIDA.....	149
CAPÍTULO 1 – O LUGAR DE UMA CLASSE: TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS.	150
CAPÍTULO 2 – ANHANGUERA: RUGOSIDADES, EXPERIÊNCIAS E COTIDIANO.....	163
ENTRELAÇO: TRAJETÓRIA DE VIDAS, TERRITÓRIOS E EXPERIÊNCIAS DE CLASSE.....	186
CAPÍTULO 3 – UM CORPO NO ESPAÇO: RUGOSIDADES E EXPERIÊNCIAS DE UMA MULHER NEGRA E PERIFÉRICA.....	192
3.1 A formação universitária, a saída do Capão e o encontro com outras periferias.....	218
CAPÍTULO 4 – PORQUE SE CHAMAVAM HOMENS, TAMBÉM SE CHAMAVAM SONHOS: A AUTOCONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E TERRITÓRIOS.....	226
4.1 Os trabalhos na periferia e a formação universitária.....	239
CAPÍTULO 5 – DO OUTRO LADO DA CIDADE, AS DOBRAS DAS LUTAS,	

OS “CORRES” E A BUSCA POR PROTEÇÃO.....	246
CAPÍTULO 6 – A COR DESSA CIDADE SOU EU: PRECARIZAÇÕES, VIOLÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIA.....	257
CONCLUSÃO.....	270
REFERÊNCIAS.....	304
ANEXOS.....	314

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre as mediações das experiências de classe na construção de territórios urbanos implica na compreensão sobre o movimento das classes na trama histórica do tempo presente, na dialética entre o presente que interpela o passado, e o passado que sustenta o presente, trama que é saturada de mediações sócio-históricas, políticas, culturais e econômicas.

Neste sentido, busca-se compreender o movimento interno às estruturas e o caráter antagônico das relações sociais, que constituem as experiências de classe, as tessituras de sua produção e transformações no bojo da sociedade capitalista. Isso significa entender suas saturações históricas no concreto, apanhar e compreender o movimento das determinações que a constituem na trama do real.

Karel Kosik (1976), em sua “dialética do concreto”, expressa que a compreensão dialética do real busca e trata da “coisa em si”, porém, a raiz, a essência dos fenômenos, não se manifesta de modo imediato ao gênero humano. Compreende que, para análises e aproximações mais fidedignas ao movimento que constitui o real, é preciso um *détour*, uma espécie de desvio da rota convencional pragmática, observando-se a necessidade da busca pelos nexos, pelas múltiplas mediações e determinações que constituem o real. Sinaliza-se que é preciso recusar o “mundo das formas fenomênicas desligadas da sua conexão interna e absolutamente incompreensíveis em tal isolamento” (KOSIK, 1976, p. 10).

A apreensão do real, das determinações da essência dos fenômenos que perpassam as experiências de classe na construção de territórios, evidencia-se no solo das tramas da vida cotidiana, no pragmatismo e na imediaticidade das relações sociais tecidas na base dos espaços, na escala do local, nos modos de vida e das relações.

O processo de produção e reprodução social não está solto na história, ao contrário, acontece imbricando tempo e o espaço do cotidiano, nas escalas mais próximas da vida dos sujeitos, que expressam sínteses dos fenômenos, porém não expressa sua total dinamicidade nem sua essência. Além de ser o solo fértil da história, o cotidiano também é o campo da “pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976), da aparência singela e pragmática dos fenômenos, constitui-se o mundo do tráfico e da

manipulação, da práxis fetichizada, tomada pela aparência que, ao mesmo tempo, ofusca e esconde o real de suas determinações.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, **assumindo um aspecto independente e natural**, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. A ele pertencem:

- **O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais;**
- O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade);
- O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;
- **O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens.** (KOSIK, 1976, p. 11, grifos nossos).

Este estudo se move a apreender o real para além da superficialidade fenomênica, dado que a hipótese de pesquisa está centrada na afirmativa que as construções dos territórios urbanos são mediadas pelas experiências de classe; porém, essa compreensão não deve se pautar somente nas evidências pragmáticas da divisão social e espacial das cidades por dualidades entre ricos e pobres, centro e periferia, mas objetiva analisar (além dessas determinações estruturantes e presentes no real) suas relações sociais antagônicas, captar a dialeticidade entre unidades de contrários que as constituem como processo relacional que incide sobre a vida, as escolhas, as formas de existência e resistência daqueles que vivem do trabalho, dos sujeitos que compõem as camadas da classe trabalhadora que reside nos territórios periféricos.

Nesse percurso destacam-se algumas interpelações que se movimentam na problemática deste estudo, dada a complexidade do tema a problemática de pesquisa se desdobra em algumas questões inerentes ao objeto de estudo, tais como: De que modo as experiências de classe podem determinar a construção de territórios e territorialidades? É possível afirmar que as classes movimentam relações de produção do espaço? Os espaços urbanos periféricos são marcados pela compreensão de classe? De que modo e como podemos compreender as experiências e as vivências das classes nos dias atuais? Como as experiências de classe marcam o espaço vivido, as relações territoriais? Todas essas inquietações

colocam à prova e em movimento as seguintes categorias¹⁷ que elegemos para este estudo: experiência, classe, territórios e territorialidades periféricas.

Com isso não queremos separar a condição de classe das determinantes da esfera da produção, uma vez que este também é um fenômeno que a constitui, mas pretende-se aproximar de suas determinantes políticas, como parte essencial de seu movimento de constituição.

[...] a análise da realidade social não somente estará situada puramente no fator econômico, mas também na base das relações culturais, sociais, políticas, que se movimentam na produção da vida dos homens em relação social, o que não ocorre de modo isolado das determinações econômicas. (DINIZ, 2019, p. 45).

A questão do método, metodologia e técnicas: a arquitetura da pesquisa

A teoria está sempre recaindo numa teoria ulterior. Ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela câibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros. (THOMPSON, 1981, p. 185).

Esse movimento de sucessivas aproximações com o real, com o fenômeno das experiências de classe e a construção de territórios, impele pensar e repensar a relação entre a objetividade da infraestrutura e a subjetividade de suas relações e representações no fazer-se sócio-histórico, uma vez que as classes se constituem por meio da mediação da experiência como processo e relação. Portanto, este estudo se interessa por apreender como esse processo se movimenta no chão dos territórios, considerando como lócus da empiria as trajetórias de alguns sujeitos que vivem ou transitam no distrito de Anhanguera da cidade de São Paulo.

A riqueza da formulação marxista consiste em buscar, nessas determinações, a dialética da ruptura, na falta da qual o movimento se apropria como fonte de redenção, harmonia perpétua. É nisto que reside sua diferença e que ela escapa à teleologia. No caso sob este estudo, a pesquisa requer indagar-se sobre a constituição do equivalente geral e a possibilidade, ou a negação, da construção do discurso identificante das classes. (OLIVEIRA, 2003, p. 19).

Isso pressupõe pensar e refletir as determinações e as mediações que incidem sobre as experiências de classe na construção dos territórios urbanos no bojo das relações sociais contemporâneas que são traçadas, experimentadas, formuladas, inscritas, escritas e prescritas na vida cotidiana dos espaços, não

apenas como fenômeno econômico, mas também como fenômeno cultural que se intercambia em relações, em formas e modos de vida. E dessa forma se movimenta com densidade política e cultural das relações sociais que as constituem e reconstituem, no traço da produção e reprodução da vida social de homens, mulheres – sujeitos concretos, que experienciam suas vidas na construção de formas e estratégias de sobrevivência.

É preciso se ater às análises e compreensões críticas das relações sociais, tecidas nas tramas da vida cotidiana, buscando as conexões entre o singular da aparência fenomênica com as determinações e mediações históricas, sociais, políticas mais amplas, na tentativa de compreender o movimento deste objeto de pesquisa no curso das relações sociais, de modo a romper com a “pseudoconcreticidade” e buscar as mediações contidas na essência dos fenômenos.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno. (KOSIK, 1976, p. 11).

Esse processo consiste em sucessivas aproximações com o objeto que se estuda, de modo que a análise também se movimenta em processos, partindo do real, da aparência para a abstração reflexiva, identificando as múltiplas determinações e contextos que gravitam e cercam o fenômeno, de forma que a análise volta ao real de modo enriquecida com apreensões, elucidações permitidas pelo exercício dialético descobrindo as particularidades das mediações das experiências de classe na construção dos territórios em relação à totalidade.

Neste intercurso o método materialista histórico-dialético movimenta a conexão entre os fios mediativos do movimento histórico com o real (que se analisa). Para José Paulo Netto (2011, p. 43), trata-se sempre de uma “viagem de volta”, ou seja, parte-se do real – de sua singularidade elevando-o ao pensamento, ao exercício de abstração que busca suas conexões com a totalidade – e volta-se ao

real com apreensões particularizadas e historicizadas que podem permitir a compreensão da essência do fenômeno, rompendo com a “pseudoconcreticidade” inata à superficialidade fenomênica.

Marx (1859, p. 16), ao escrever a Crítica da Economia Política, dá pistas em relação ao seu método de análise e compreensão da realidade, e enfatiza que:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo [...].

É por meio desse processo analítico que se considera apreender o movimento das mediações das experiências de classe na construção de territórios, que se pauta no processo contínuo e sistemático de aproximações com o real, com as densidades da vida social. Opta-se, intencionalmente, por eleger trabalhar com as experiências enquanto mediação social e histórica dos sujeitos, dado que são constitutivas e construídas nas tramas do real, considerando-as como rica possibilidade histórica, entendendo que a experiência social está intimamente relacionada e tracionada pelos sujeitos históricos, por suas práticas sociais que arquitetam e edificam o seu “fazer-se histórico” no contexto e na relação entre tempo e espaço.

Dessa forma, considera-se neste percurso a compreensão das experiências como processo inerente ao fazer-se dos sujeitos. Essa inspiração está centrada no pensamento de Edward Palmer Thompson, que lança sua atividade intelectual, política e militante na perspectiva da “história vista pelos de baixo” (THOMPSON, 1987), de modo a compreender as condições de vida, a constituição da cultura, dos valores que povoam as vivências das classes trabalhadoras, suas propostas, suas resistências e sentidos.

É um exercício sistemático de compreender as relações sociais a partir das histórias das camadas da classe trabalhadora, a história social das mentalidades, observado que classe é uma formação tanto cultural como econômica. Parte-se do método materialista histórico-dialético na ancoragem da pesquisa, com a premissa de atenção aos fenômenos do real, à vida, às ações dos trabalhadores, dos sujeitos explorados e oprimidos na composição de experiências territoriais comuns, que se articulam às suas identidades e vivências, que intercambiam jogos, interesses, relações constituindo dialeticamente os espaços territoriais de classe.

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individuais e social são e estão intrinsecamente imbricadas. Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diversificadas, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social. (KHOURY, 2001, p. 80, grifo nosso).

Nesse sentido, é importante expressar que as noções de experiência social e das culturas que as constituem não são e não podem ser vistas a partir do exotismo ou de uma curiosidade excêntrica, mas como partes do real, como práticas e culturas produzidas no solo das relações sociais, nos territórios vivos, vivenciados, impregnados de sentidos históricos, econômicos e políticos que se manifestam, exercem-se, reagem, forjando processos sociais e históricos.

A proposta é apreender os significados e sentidos mais profundos inerentes às relações sociais das camadas da classe trabalhadora e suas experiências na construção de territórios, de modo a compreender mudanças históricas, as diversidades presentes nos espaços, os pontos de vista, as formas de ocupação, compreensão do território, as práticas sociais que emergem e configuram as territorialidades, as possibilidades alternativas, os modos de vida que se configuram no tempo presente no intercâmbio com os processos mais duros da realidade social imposta pelas novas dinâmicas da acumulação capitalista e suas refrações culturais e sociais.

Vera Telles (2015, p.19) aponta a necessidade de evitar a compartimentação e “pontos cegos” em relação ao campo dos estudos urbanos, pois podem ofuscar e ou apartar a compreensão crítica da realidade das dinâmicas da vida social das cidades, fazendo perder ou não se aproximar das densidades da vida social e política dos lugares. É preciso compreender as gramaturas dos conflitos, as fricções existentes:

Se é possível dizer que existe um “ponto cego” no campo dos estudos urbanos, é porque nessa paisagem teórica perde-se de vista , P.19muito das dinâmicas urbanas atuais, pertinentes justamente

aos modos pelos quais os espaços urbanos são produzidos, ou para colocar em outros termos, os modos pelos quais processos socioespaciais da chamada cidade-mercado se territorializam em contextos situados, que são também contextos contraditórios, dinâmicos e conflitivos. Ainda mais; é um “ponto cego” que nos interdita de pensar e problematizar o estatuto do conflito dos espaços e suas territorialidades. (TELLES, 2015, p. 19) [...]

A questão, quanto muito, aparece de forma alusiva e genérica, sem que se examinem em profundidade os nexos internos entre formas espacializadas de controle – inscritas nos espaços e redes urbanas – e as dinâmicas expansivas do que vem sendo chamado de “cidade neoliberal” [...]. Este é o desafio que se apresenta para nós: deslindar os nexos que articulam gestão dos espaços, forma de controle e produção dos mercados. **Nossa aposta: a cidade passa a ser um lugar estratégico para entender os nexos entre produções de mercados, dispositivos de poder e gestão das populações – o que também significa dizer, gestão das desigualdades e segregações consteladas nos espaços da cidade.** (TELLES, 2015, p. 25, grifo nosso).

Portanto, a necessidade e o desafio desta pesquisa consistem também em compor as ações que possam buscar a essência dos fenômenos. Se a cidade é o lugar estratégico para entender os diagramas do capital, as experiências são os pontos substantivos nesses processos, que dão as densidades históricas para as análises da produção e reprodução do espaço territorial na cena contemporânea. Isso porque a experiência é categoria com sentido histórico capaz de apreender a síntese das mediações e dos elementos da vida concreta dos sujeitos, congregando as densidades objetivas e subjetivas, o que permite a mediação entre o universal e o particular.

É nesse mote que o materialismo histórico-dialético como método que permite a análise da sociedade impele a refletir sobre os elementos que se inserem nos movimentos e gravitações do real, favorecendo maior aproximação com as dinâmicas sociais e territoriais concretas, como “síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1859, p. 122).

Assim, o estudo da realidade perpassa pela empiria na análise do movimento real, sem descolar ou apartar as conexões e compreensões dos sentidos mais amplos que se inscrevem no tempo e no espaço social. Portanto, é imprescindível incorporar a este estudo a relação entre território, experiência e classes, bem como pensá-las no contexto dos motes categoriais do método materialista histórico-dialético como singularidade, particularidade, totalidade, mediação, contradições e história.

Marilena Chaui (1988, p.13-15), ao escrever o prefácio da obra *Quando os novos sujeitos entram em cena*, de Eder Sader, expressa que a possibilidade de produção do conhecimento só pode ser real se abarcar a experiência popular, que gera informação, aprendizado e conhecimento político dada a sua dinamicidade. Coloca ainda a necessidade de cuidado para não tomar o processo e as dinâmicas populares com a tentação do enquadramento de “mitos fundadores” sobre os objetos de pesquisa, que retiram da história suas contradições, a centralidade e processualidade política, que desloca e oculta os contextos sociais expurgando-os fora do tempo e do espaço.

Portanto, esta pesquisa parte do pressuposto de que os territórios urbanos estão inseridos no movimento das relações históricas e sociais, são edificados pela constante relação e intercâmbio entre os sujeitos, os modos de vida e a estrutura do sistema de produção capitalista, de maneira que os sujeitos projetam, constroem e reconstroem os territórios urbanos, evidenciando o processo de lutas de classes, disputas de poder, confrontando no espaço da vida cotidiana seus interesses. Assim, pensar o território urbano é refletir sobre a cidade como um constante processo de lutas e experiências de classes, como um produto histórico.

[...] A projeção do global para a prática e para o plano específico da cidade só foi realizada através das mediações. Mediação ela própria, a cidade foi o local, o produto das mediações, o terreno de suas atividades, o objetivo de suas proposições. Processos globais, relações gerais só se inscrevem no texto urbano quando transcritos por ideologias, interpretados por tendências e estratégias políticas. [...] o código geral da sociedade se modifica, o código específico do urbano é uma mediação desse código geral, uma versão, uma tradução incompreensível sem original e originário. Sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto, não basta examinar esse texto sem recorrer ao contexto. Escrever sobre essa escrita ou sobre essa linguagem, elaborar a metalinguagem da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. O contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida cotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do urbano, aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se manifesta mais nos *tête-à-tête*), aquilo que está acima desse texto urbano (as instituições, as ideologias), isso não pode ser esquecido na decifração. [...] Portanto, a cidade não pode ser concebida como um sistema signifiante, determinado e fechado enquanto sistema. A consideração dos níveis da realidade proibe aqui como em outros casos essa sistematização. Todavia, a cidade teve a singular capacidade de se apoderar de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e significá-las). (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

O território urbano é fruto da experiência humana e social, reflete a vida prática e sensível dos sujeitos. A lógica e os conteúdos das escritas urbanas somente podem ser entendidos com a análise dos contextos sociais, econômicos, políticos, culturais que incidem sobre as relações sociais, que se materializam no território urbano das cidades por meio das mediações e ações dos homens *com* e *no* seu espaço territorial.

O território é composto de múltiplos tempos, ritmos, movimentos que se inter-relacionam entre o local e o contexto global, entre ordem próxima e distante dos sujeitos, que imbricam e influenciam suas experiências; tecendo um mosaico das diferenças na cidade, entre os territórios e suas territorialidades. Há variados modos de reprodução da vida, diferentes formas de viver e agir na realidade urbana.

Nesse contexto, os territórios abrigam as decisões, os poderes e as estratégias de lutas e modos de vida das classes, forjando a cidade como um campo político e histórico de mediações, que se expressam na produção de um espaço essencialmente humano, traçado no intercâmbio das socialidades, por meio da práxis interativa.

As cidades e seus territórios não somente atendem a função do *habitat* / morar, embora englobe essa modalidade, como também confluem modos de vida, tessituras relacionais, contraditórias, saturadas de múltiplas formas de construção e intercâmbio de sociabilidades, modos de trabalho e pertença, edificando as identidades culturais dos espaços.

As análises e compreensões dessas tessituras somente são possíveis pela razão dialética, pela aproximação com o pensamento e reflexão crítica, de forma a buscar os conteúdos das relações sociais, em um movimento constante de sucessivas aproximações com o real. No caso deste estudo, especificamente, intenta-se refletir sobre o território urbano e as experiências de classe, buscando apreender a relação entre as práticas sociais dos sujeitos e a construção de territórios.

Assim, os estudos sobre os territórios centralizam a sua compreensão no papel ativo dos sujeitos sociais, levando em consideração as ações, as práticas sociais, individuais, as experiências e relações das classes com o espaço onde vivem e tecem seus vínculos sociais e comunitários, onde ocorre o intercâmbio entre as gerações, os conflitos, as dinâmicas e fricções da produção e reprodução da vida no tempo presente.

Para direcionar o processo de estudos, escolhemos a pesquisa quanti-qualitativa, articulando referenciais de dados estatísticos com narrativas e depoimentos qualitativos de forma a consubstanciar nas diferentes seções do trabalho suas análises e aproximações com o real. A pesquisa quantitativa se baseou em fontes secundárias de dados, indicadores e índices disponíveis a respeito das condições de vida, trabalho, renda, desigualdades sociais, de gênero e relações étnico-raciais que permitiram adensar a compreensão das camadas da classe que vive do trabalho no Brasil.

A pesquisa qualitativa foi escolhida intencionalmente como metodologia privilegiada, que direciona a apreensão do real por meio de análises dos processos e das relações estabelecidas pelos sujeitos sociais, compreendendo-os como sujeitos políticos. É pelo viés qualitativo que se pretende chegar à significação dos processos sociais, reconhecendo que os dados numéricos e estatísticos se isolados não são suficientes para balizar a compreensão da realidade humana e social dada a sua complexidade.

Existe a necessidade de reconhecer e compreender que os sujeitos das camadas da classe que vive do trabalho, possam ser ouvidos, legitimados como interlocutores de pesquisa. Essa noção está imbricada na valoração ética e política sobre os territórios, uma vez que são construídos de modo relacional, tecidos pelos sujeitos na trama das relações sociais. Desta forma, não teria sentido estudar e pesquisar as experiências da classe trabalhadora na construção de territórios sob outro referencial metodológico, pois se assim o fizéssemos estaríamos negligenciando a centralidade dos sujeitos e da categoria território neste estudo.

Isso pressupõe outro modo de fazer pesquisa, em que não deixa de ser importante a informação quantitativa, mas sem que se excluam os dados qualitativos. Esses dados ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos trazem.

Na verdade, essa pesquisa [qualitativa] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque, à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Se

queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. (MARTINELLI, 1999, p. 21-22).

A partir desses motes analíticos sobre a pesquisa qualitativa é que objetivamos evidenciar e analisar o que os sujeitos pensam sobre seus contextos de vida, compreendendo suas significações como essenciais à construção do conhecimento, pois se entende que a pesquisa não é somente realizada pelo pesquisador, mas por um processo de trocas sociais e coletivas de aprendizagem que envolvem os participantes pesquisador e pesquisado, em constante processo de troca, problematização e análise.

O processo de produção do conhecimento só tem sentido na interlocução entre os sujeitos, de modo a considerar e respeitar os acúmulos sociais e as experiências. Sob a égide das orientações da pesquisa qualitativa, este estudo também se propôs a realizar a revisão e o estudo bibliográfico sobre a temática dos territórios, experiências de classes, periferias, de modo a aproximar-se do debate teórico, do “estado da arte” sobre essas categorias e buscar a interlocução com a realidade dos sujeitos.

Assim, a pesquisa qualitativa tem como premissa a relação direta entre sujeitos pesquisador e pesquisado, destacando a interlocução sobre como se processam as mediações das experiências de classe na construção de territórios e territorialidades urbanas na cidade de São Paulo, observando a realidade do distrito de Anhanguera.

Com a pesquisa qualitativa, reafirma-se a centralidade política dos sujeitos que participam dos estudos, buscando, por meio da relação de intercâmbios entre pesquisador e pesquisado, alcançar os acúmulos vivenciais, as práticas sociais e analisar como compreendem os fatos históricos, econômicos e políticos inerentes ao seu tempo e espaço social. Trata-se de decifrar como isso se manifesta em seu modo de vida, que valores atribuem às suas vivências e relações, como compreendem os acontecimentos e as repercussões das determinações sociais mais amplas, como significam suas experiências em suas estruturas, processos e relações cotidianas.

A perspectiva de experiência postulada por Thompson (1981) nos baliza a pensar o nexo condutor desta pesquisa, pois é por meio da experiência que os indivíduos se constituem sujeitos, evidenciando práticas políticas e coletivas.

Também é a partir da experiência que se demarca a centralidade antropocêntrica deste estudo.

A experiência se revela importante para o conhecimento da realidade social, dimensionando a centralidade do gênero humano no processo de reflexão, mas também pressupõe que se leve em consideração a cultura como processo que permeia a vida humana e social. Desta maneira, a experiência se consolida nos modos de vida dos sujeitos, nas identidades culturais das classes sociais, no processo de organização material e espiritual da vida.

A pesquisa qualitativa como instrumento político possibilita o reconhecimento das experiências, das narrativas, das expressões e das culturas. Essa metodologia situa um campo nítido de interesses e lutas políticas, atenta à centralidade dos sujeitos, que, em estudos traçados pelos métodos tradicionais, por vezes, podem negligenciar as experiências, culturas e expressões das práticas sociais dos homens, de forma que não valoriza os acúmulos dos sujeitos e as relações sociais como fonte de pesquisa-ação.

A cultura não é pensada como curiosidade ou um exotismo, mas enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio da qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades criativas, forjando os processos de mudança social. (KHOURY, 2001, p. 80).

Compreende-se que a pesquisa qualitativa tem significativa relevância para a análise da realidade social na construção do conhecimento, pois é nas tramas do real, da vida cotidiana que a história faz e se refaz. Busca apreender a realidade social, as tonalidades da vida, as “cores” das experiências, os significados, as apreensões e percepções dos sujeitos sobre determinado fenômeno social.

Portanto, sinaliza um processo de escolhas, por tratar de movimentar seus interesses de análises a partir das experiências sociais dos sujeitos, capaz de captar as tessituras da realidade social, os modos de vida, as dinâmicas sociais, possibilitando aproximar-se com a essência dos fenômenos pesquisados.

A história oral entre percursos e percalços: passagens do projeto à tese

Destacamos a metodologia da história oral como necessária aos objetivos e interesses deste estudo. É possível compreender que na pesquisa qualitativa – com

a opção da história oral como metodologia – existe a possibilidade de relação fluída e dinâmica entre sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado, tecendo uma trama de trocas, ou seja, o que Martinelli (2019) designa como “exercício democrático da palavra”, experiência de cuidado na edificação dos vínculos entre os sujeitos envolvidos no estudo, nas trocas, diálogos e narrativas.

A metodologia da história oral se realiza no movimento e na centralidade das narrativas, uma vez que as oralidades estão presentes no processo de construção da sociabilidade humana, carregam as marcas e as experiências dos homens, as tradições, a cultura e a história da coletividade. A escolha dessa metodologia dispara um novo paradigma sobre a forma e a compreensão do processo de pesquisa, em que a igualdade e a diferença se relacionam entre si, em um processo que permite fazer da “pesquisa como um experimento de igualdade” (PORTELLI, 1997), no modo de pensar, organizar e desenvolver a produção do conhecimento da realidade social, pois:

Sem diferença não há igualdade – apenas semelhança [...]. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante. [...] E ajuda-nos a reconhecer a nós próprios no que nos faz semelhantes embora diferentes dos outros. (PORTELLI, 1997, p. 23).

Essa metodologia promove certa mudança na compreensão dos predicados da pesquisa, abrindo o diálogo e a possibilidade de igualdade na produção do conhecimento, rompendo com padrões tradicionais e clássicos das ciências que entendem a pesquisa como neutra, sem escolhas e viabilizadas de modo verticalizado e hierárquico.

A metodologia da história oral propõe superar o poder autoritário na construção da pesquisa, significa romper com uma hierarquia, fortemente amalgamada pelas formas de pesquisa tradicional. É um convite a estar aberto a outras histórias, que não estão encartadas na maioria dos manuais e livros sobre a sociedade. É uma metodologia que permite “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIM, 2017), atentar às dobraduras das narrativas, dos depoimentos, práticas sociais e experiências das camadas da classe que vive do trabalho, tencionando a história a partir do significado dos sujeitos que vivem nas periferias, mulheres, homens, negros, crianças, jovens e idosos.

É na busca pelos significados das experiências, nos fios trazidos pelas oralidades, nas contradições dos processos que se materializa a riqueza dessa fonte como arsenal documental para as análises e os estudos. Essa perspectiva direciona atenção às narrativas dos sujeitos, às suas diferentes formas de linguagem e expressões, permite atenção às suas pausas, suspiros na respiração, emoções, silêncios, falas e gestos.

Desenvolvemos, nesse caminho, certa sensibilidade e habilidade no sentido de perceber, nas nuances das conversas, nas fabulações, nos silêncios e omissões, uma pluralidade de perspectivas, temores, diferenças, tensões e limites impostos, expressos como expectativas imaginadas e não escolhidas, sonhos arquitetados e não realizados, perigos iminentes e, justeza, contornados. (KHOURY, 2001, p. 82).

É mister destacar que são os sujeitos sociais que nos expressam as questões políticas de seu tempo, disparam as problematizações mais fecundas da realidade social, interpelam a vida e os sentidos históricos, políticos e econômicos de seu contexto de vida. Assim, a história oral pretende conhecer e evidenciar como a cultura e a história são vividas e significadas cotidianamente pelos homens.

Conhecer as narrativas, ouvir, dialogar, compreender e analisar são etapas de um processo complexo, que requer rigor ético, técnico e acadêmico, de modo que não basta somente estar aberto a ouvir as narrativas e oralidades, mas estar preparado e ter domínio dessa metodologia de pesquisa para produzir análises mediativas e contextualizadas social, histórica e politicamente, compreendendo os fenômenos da experiência na relação com os processos sociais mais amplos.

Colher e analisar as oralidades requer sensibilidade, dinamismo, esforço teórico e analítico, visto que é preciso identificá-las e compreendê-las nos contextos sociais, políticos, históricos e territoriais em que estão posicionadas. Assim, a história oral também revela a responsabilidade do pesquisador, ao passo que as oralidades precisam ser analisadas historicamente com seriedade, para que as narrativas individuais possam ser decodificadas e mediatizadas no esteio do coletivo e das relações sociais.

As dimensões imaginárias e simbólicas presentes em cada narrativa necessitam de decodificações dos seus significados sociais, pois as oralidades refletem a memória e a consciência das pessoas em relação aos fatos históricos. As

narrativas orais oferecem pistas sobre as transformações cotidianas, sobre a construção e reconstrução da cultura, dos padrões estabelecidos pelas classes no compasso mais íntimo com o tempo e o espaço. Importa, por meio da metodologia da história oral, saber como os sujeitos e as classes sociais compreendem e reagem aos processos sociais em seus territórios de vivência.

A experiência de moradores da cidade, por exemplo, que se constitui em temática de análise entre nós, tem gerado estudos sobre maneiras como diferentes sujeitos constroem a sobrevivência diária, construindo seus territórios e a si mesmos, imprimindo configurações na cidade. Maneiras como espaços são disputados, apropriados e significados também são expressões de rumos e tendências da transformação social, que tem nas cidades um lugar privilegiado para reflexão. Centrados nelas, podemos indagar de que maneiras grupos sociais, por pensamentos e práticas, produzem, eles próprios seus ambientes na cidade, em meio às pressões históricas vividas (KHOURY, 2001, p.93).

A investigação sobre os modos de vida dos sujeitos revela os valores éticos, estéticos, as tradições nas tramas dos territórios urbanos das cidades, como os sujeitos constroem seus lazes e sociabilidades, modos de trabalho, resistência, a forma como se apropriam dos espaços e criam suas identidades com os lugares. Todas essas mediações podem ser reveladas a partir das experiências sociais dos homens, disparadas por suas narrativas e oralidades, no contar de suas passagens e vivências.

Investigar suas narrativas tem possibilitado descortinar espaços e modos de trabalhar e morar nas dimensões simbólicas da cartografia de cidades, além de permitir identificar e compreender melhor os modos como esses moradores projetam, disputam, constroem seus territórios na cidade, nos modos como circulam por ela, usam-na e dela se apropriam, enraizando-se nela. A lembrança narrada de vivências nesses lugares traz modalidades de lidas diárias, de encontros diurnos ou noturnos de trabalhadores e moradores de um bairro. Lugares trazidos pela memória aparecem como referências simbólicas de experiências vividas, de relações disputadas, da mesma forma que neles produzem novas experiências. (KHOURY, 2001, p.69).

Assim, por meio de narrativas orais e depoimentos, pode-se identificar as nuances das relações sociais, os antagonismos de classe, as relações de poder. Os enredos e contextos da vida dos sujeitos revelam tonalidades dos contextos mais amplos e coletivos, em que é preciso atenção e conexão sobre os conteúdos das informações, para decodificar os significados manifestados pelas oralidades.

Em face da metodologia da pesquisa qualitativa mobilizada pela história oral, destacamos como técnica de pesquisa os depoimentos sobre as trajetórias de vida, instrumento capaz de viabilizar a operacionalização deste estudo. Essa técnica permite movimentar a interlocução com os sujeitos e suas experiências, buscando através dos relatos as significações da história vivida, tomando por mote as relações entre sociabilidades, experiências de classes na construção de territórios.

A técnica de depoimento objetiva ouvir, escutar, compreender as passagens, opiniões, a história dos sujeitos, sobretudo daqueles que por vezes estão subsumidos ao silêncio e à invisibilidade nas tramas das relações sociais. Nesse processo não nos interessam as cronologias, a exatidão do tempo e das datas, mas as memórias que os sujeitos têm sobre o tema dialogado.

É por via dos depoimentos que as memórias são faladas, reveladas em narrativas, significadas no contexto desse intercâmbio relacional e interativo. As memórias podem revelar muitos processos, mas a falha ou a falta delas também é reveladora, sinaliza múltiplos significados sobre os processos históricos, principalmente sobre como os sujeitos e sua classe social participam dos acontecimentos e fatos sócio-históricos.

A metodologia da história oral aliada à técnica de depoimentos requer a escuta e o intercâmbio com as experiências dos sujeitos, porém as análises desse processo de pesquisa requerem contextualização diante das relações sociais, no curso de aproximações com a totalidade, de modo que os achados da pesquisa não estejam somente centrados nos indivíduos, pois se isso ocorrer temos o risco de uma pesquisa psicologizante, que está fadada à vulgata.

O que nos interessa é a compreensão sobre as tessituras coletivas dos processos. Por isso, é importante que as experiências narradas sejam mediatizadas para o contexto social, político e histórico dos lugares, articulando tempo e espaço, de modo a identificar as experiências de classe na construção de territórios. Assim, a técnica de depoimento ganha sentido por ser um procedimento de ação específico, sistemático e consciente, obedecendo aos pressupostos da ética em pesquisa, do rigor acadêmico e aos objetivos do estudo.

O processo de pesquisa balizado pela metodologia da história oral, e operacionalizado pela técnica do depoimento, requer o preparo de um instrumental

de pesquisa, que denominamos de matriz de análise¹, elaborada partindo das dimensões do objeto de estudo, do objetivo geral, objetivos específicos e dos pontos de diálogos que se pretendeu estabelecer com os sujeitos pesquisados.

A metodologia da história oral orienta e preocupa-se com o cuidado que se deve ter na construção de vínculos com os sujeitos pesquisados, de modo que possam saber sobre os interesses e objetivos do estudo, escolherem se querem ou não participar do processo de pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido² (TCLE) é obrigatório e essencial para que os sujeitos possam participar da pesquisa, bem como a aprovação do estudo no comitê de ética da Plataforma Brasil³.

A realização da pesquisa de campo foi orientada pelo diálogo com as mulheres interlocutoras respeitando suas escolhas e sugestões de datas, horários e formas para a realização das entrevistas. É importante expressar que a pesquisa de campo foi entrecortada pelo contexto pandêmico da covid-19 que se adensou no Brasil desde março de 2020, o que exigiu paralisação da pesquisa em um primeiro momento, adaptações, criação de estratégias de segurança sanitária para sua realização, observando as orientações das autoridades de saúde sobre a necessidade de afastamento social.

Assim, o processo de pesquisa de campo articulou diferentes estratégias de contato, de escuta, entrevista com as quatro mulheres participantes da pesquisa. O uso de plataforma remota foi sugerido pela interlocutora Suseth Andrade, que se sentia mais à vontade e segura com reuniões e encontros *on-line*. Escolheu que os contatos fossem realizados ao longo dos meses de abril e maio de 2020 através plataforma Skype, que é gratuita e possibilitou que todos os encontros fossem gravados.

A entrevistada Cida Guerra optou por conversar na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Centro para Crianças e Adolescentes

¹ A matriz de pesquisa construída e utilizada segue anexa a esta tese.

² O TCLE foi apresentado, datado e assinado pelas participantes da pesquisa, bem como por testemunhas. Uma cópia foi ofertada a todas as mulheres participantes, e o documento base segue em guarda do pesquisador. Anexo a este trabalho segue o TCLE de referência utilizado.

³ O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, aprovado por meio do CAAE 39319920.2.0000.5482, parecer número: 4.371.110, que segue anexo a esta tese.

(CCA) Britânia⁴, onde a participante trabalha. Neste local, também foram realizadas entrevistas com a interlocutora de pesquisa Andréia Sales, e os encontros foram realizados entre os meses de junho a setembro de 2020, respeitando as medidas de segurança sanitária com espaçamento de 2 metros entre os sujeitos participantes. O pesquisador também ofertou em todos os encontros máscaras de proteção e álcool gel.

Já as entrevistas com a participante Flávia Ribeiro foram realizadas em sua residência no mês de julho de 2020, também respeitando as orientações de segurança sanitárias de distanciamento, uso de máscaras e álcool gel. Flávia é a única participante que não reside em Anhanguera, mas foi escolhida para participar da pesquisa por ser uma militante periférica do movimento negro e de mulheres, atuante por mais de dez anos nos territórios de Perus e Anhanguera.

⁴ O CCA Britânia foi inaugurado em 1984 pela associação de moradores do bairro, que posteriormente se institucionalizou na organização social União dos Moradores do Parque Anhanguera (UMPA). É um espaço de convivência para crianças e adolescentes ofertado no âmbito do Suas da cidade de São Paulo. Prima pela articulação e acolhida a crianças, adolescentes e suas famílias, constituindo-se um importante polo de referência de orientação, escuta, apoio e ajuda aos moradores do distrito de Anhanguera. Durante a pandemia, foi posto de arrecadação de alimentos e materiais para doação às famílias do território.

Mapa 1 – Cidade de São Paulo, com o distrito de Anhanguera em destaque



Fonte: Map of São Paulo.⁵

O uso do diário de campo ou caderno de pesquisa também foi um recurso importante, pois facilitou empreender anotações no momento das entrevistas e dos encontros, permitindo o registro de apreensões úteis tanto para análise das narrativas, como para o momento de transcrição das oralidades. Outros recursos também imprescindíveis ao processo de operacionalização desta pesquisa foram o gravador de voz digital e o dispositivo de fotografia, que facilitaram o registro das entrevistas. O uso desses instrumentos foi autorizado pelas mulheres pesquisadas.

Realizados os encontros de pesquisa, foi imprescindível processar as transcrições dos áudios que contêm as narrativas. Importante expressar que o momento da transcrição também é parte integrante do processo de pesquisa, em que o pesquisador tem condições de rever, analisar o material e cuidadosamente degravar as narrativas e oralidades. Cabe ao pesquisador tomar o devido cuidado ético com as transcrições, de modo que as falas e os contextos sejam fidedignos às narrativas postuladas pelos sujeitos, respeitando os sentidos das oralidades.

⁵ Disponível em: <https://pt.map-of-sao-paulo.com/munic%C3%ADpios-mapas/perus-subprefeitura-mapa>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Desta forma, os procedimentos metodológicos foram respeitados, ao passo que confluíram na sistematização e elaboração de documentos contendo a degravação das oralidades dos sujeitos, oportunizando ao pesquisador se debruçar diante das singularidades destacadas pelas experiências das sujeitas⁶, de modo a buscar as conexões com a totalidade dos processos sociais, históricos, políticos e econômicos. Identificaram-se também as particularidades elencadas nas experiências das camadas da classe que vive do trabalho na construção dos territórios urbanos das cidades, sobretudo aquelas traçadas no âmbito do distrito de Anhanguera.

É importante salientar que as participantes da pesquisa foram intencionalmente escolhidas, observando suas vivências e participação no território, suas relações com os serviços de proteção social, como o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Sistema Único de Assistência Social (Suas) presentes no território. Portanto, são sujeitas que de alguma forma compõem a luta coletiva ou que fazem parte das discussões e da busca pelos direitos e qualidade de vida no distrito de Anhanguera, sendo assim importantes agentes de mediação entre a vida singular e a luta social nos territórios de Anhanguera. E também há de se considerar nesse processo de elegibilidade o vínculo anteriormente estabelecido entre o pesquisador e as sujeitas pesquisadas, dado que o pesquisador também trabalhou e percorre esse território, tendo nessas mulheres interlocutoras de processos de lutas e resistências.

⁶ O uso termo “sujeitas” no gênero feminino está articulado ao processo de reconhecimento da força das trajetórias das mulheres na sociedade como agentes da própria história, observando os limites e contradições sociais, econômicas e políticas que revestem a cultura patriarcal e sexista da sociedade capitalista e, em especial a brasileira, com marcas estruturais de relações de poder e dominação, com divisão sexual e racial do trabalho. Neste sentido, o termo “sujeitas” se reveste no intuito de potência, força e reconhecimento político e histórico das mulheres na sociedade. Portanto, o uso desse termo não faz referência à concepção de sujeição histórica. É uma opção ética e política, e que também revela certa transgressão no campo gramatical e tensão de sentidos e significados, pretende demarcar posição e dar sentido à palavra. Tal como já compreendíamos anteriormente: “O uso do termo ‘sujeitas’ é utilizado por nós para denotar uma escolha ética e política que assume a palavra no gênero feminino para designar a centralidade de mulher na sociedade. Parte do pressuposto da reflexão de gênero, observando as subalternidades e desigualdades entre os gêneros masculino e feminino engendrada na sociedade brasileira pelo machismo, autoritarismo de nosso desenvolvimento antagônico, parcelar, desigual e combinado” (DINIZ, 2012, p. 19). Também é importante considerar que o Conselho Federal de Serviço Social, por meio da Resolução 594, de 21 de janeiro de 2011, altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero.

Sobre a escolha dos sujeitos de pesquisa, Celso Frederico (1979), ao discutir a metodologia de pesquisa que deu origem ao seu livro *A vanguarda operária*, relata que a pesquisa qualitativa sobre classes não se apoia no grande número de interlocutores, mas na escolha de sujeitos que possam refletir junto sobre o que se estuda, e sinaliza que:

Não é preciso dizer que tal amostra não tem nenhuma relevância estatística. Entretanto, para o tema estudado, ousaria afirmar a sua expressividade, apesar de as condições atuais dificultarem uma representatividade tal que incluísse todos os operários. (FREDERICO, 1979, p. 19).

Participantes da pesquisa

As quatro participantes que compõem a interlocução deste estudo são mulheres negras, periféricas, que se movimentam no tracejo das lutas cotidianas pela existência, pela sobrevivência e também na relação e correlação com seus espaços de vida, com os territórios em que moram, trabalham e resistem por condições de vida. Se colocam na esteira da vida cotidiana como mulheres fortes, articuladoras, com a sapiência que a “vida como ela é” proporciona; instaura práticas sociais e políticas, são reconhecidas pela comunidade como referências para uma orientação, conselho, como mulheres que brigam, que erguem a cabeça e vão de peito aberto “para cima” da vida, das contradições, opressões e violências.

Conhecedoras das necessidades de seus territórios, transitam na esfera mediativa do direito (não por formalidade) enquanto estratégia de se forjar instrumentos de acesso em seus cotidianos, em que a noção de cidadania não se faz na forma conceitual, mas na rua, nas manifestações, no corre, na viração, na luta como marca da sociabilidade e experiência.

Mulheres que estão no “corre”, não somente em relação à passagem rápida do tempo, mas no processo de criar estratégias para garantir a sobrevivência, a luta, que compõem junto com outras e outros sujeitos a possibilidade de responder às necessidades da vida contra a fome, a violência, o preconceito social, o racismo, as condições de moradia. Mulheres que articulam conhecimento, prática, vivência, experiência social e política contida e construída nas mediações das camadas da classe que vive do trabalho, daqueles que precisam resistir para existir, que acreditam na solidariedade entre os seus.

Tracejam suas vidas sob a consciência das relações antagônicas entre as classes, na perspectiva do que autora Conceição Evaristo⁷ postulou: “Eles combinaram de nos matar. Então nós combinamos de não morrer”.

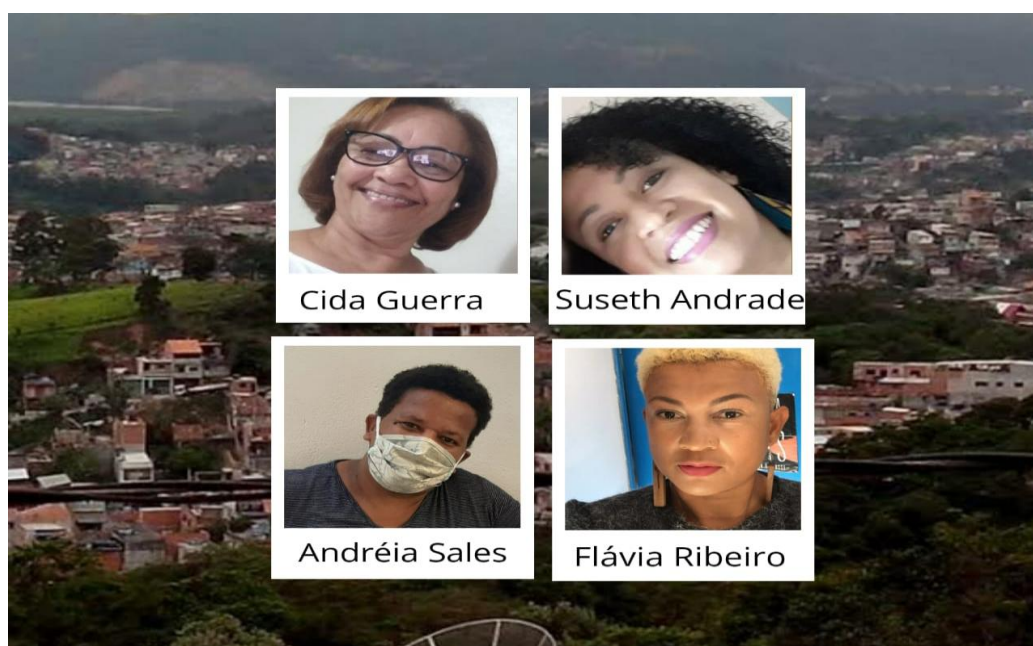
São quatro mulheres que carregam consigo marcas da estrutura das relações sociais brasileiras. Mulheres negras que enfrentam o racismo, chefes de família que encaram o peso de cuidar afetiva e financeiramente de seus lares. São rostos que se destacam pelas trajetórias de vida, mas que se fundem com a vivência dos territórios que compõem e ajudaram a construir.

Carregam as histórias individuais, mas que se somam e se aproximam com as histórias de muitos dos sujeitos que residem nas periferias, seja na luta por conseguir morar e ter seu espaço de residência, por colocar comida em casa, para estudar, ou mesmo para resistir como podem para continuar a enfrentar os desdobramentos da vida nos pedaços periféricos da cidade. Trabalhadoras, três delas com registros e trabalhos formais e uma na luta pela sobrevivência na informalidade, vivendo como consegue, educando os filhos, trabalhando aqui e acolá com “bicos” e recorrendo as políticas sociais.

Todas com histórias de vidas enredadas pelos deslocamentos migratórios de suas famílias para a cidade de São Paulo, nos anos de 1970, 1980 e 1990. Das quatro pesquisadas, Cida Guerra, 60 anos, foi a primeira a chegar à metrópole paulista no ano de 1979, onde residiu no Jardim Mirian na zona sul de São Paulo por 4 anos e posteriormente mudou-se para o distrito de Ananguera. Lembra com certa emoção: “Já estou aqui no Parque Ananguera por volta dos 37 anos, eu vim para cá no ano 1983, dia 3 de agosto. Lembro como se fosse hoje” (Cida Guerra, depoimento de pesquisa, colhido em agosto de 2020).

⁷ Conceição Evaristo é escritora, poetisa, romancista e ensaísta brasileira, nasceu em Belo Horizonte – MG em uma família pobre e é a segunda de 9 irmãos, sendo a primeira de sua casa a conseguir um diploma universitário. Ajudava sua mãe e sua tia com lavagem de roupas e as entregas, enquanto estudava. Nos anos de 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou num concurso público; começou a escrever apenas na década de 1990. É mestra em Literatura Brasileira pela PUC-Rio e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Suas obras, em especial o romance *Ponciá Vicêncio*, de 2003, abordam temas como a discriminação racial, de gênero e de classe.

Figura 1 – Participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Suseth Andrade, 33 anos, nasceu no estado do Maranhão no Nordeste do país, migrou com a família para São Paulo com dois meses, morou na cidade de Osasco na região metropolitana, e com cinco anos mudou-se para a o distrito do Jaraguá da Cidade de São Paulo, e há 25 anos reside no território de Anhanguera. Relata:

No distrito Anhanguera eu resido há 25 anos. Eu cheguei aqui com a minha família, eu tinha 8 anos de idade. Meus pais construíram no Parque Esperança, compraram um terreno e construíram e viemos para cá eu, meu pai, minha mãe, meu irmão mais velho e minha irmã mais nova. Eu sou a do meio. Eu cheguei aqui como 8 anos de idade, aí depois que eu casei eu vim para a Vila dos Palmares, que é ao lado do Parque Esperança. (Suseth Andrade, depoimento de pesquisa colhido em abril de 2020).

Andréia, 40 anos, não tinha nem um ano de idade quando veio para São Paulo no final da década de 1980 com seus pais e irmãos, nasceu na cidade de Vitória da Conquista na Bahia. Chegaram a São Paulo e transitaram entre as cidades de Osasco, Francisco Morato e São Paulo em busca de moradia e trabalho, no distrito de Anhanguera, que popularmente chama de “Morro Doce” e onde reside há 26 anos. Conta que seus pais:

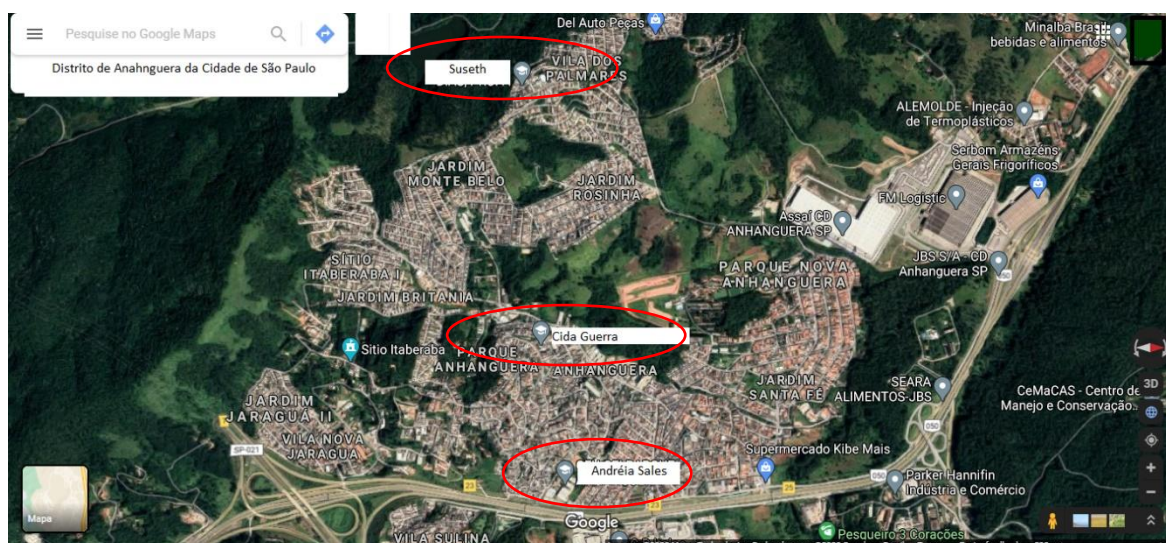
vieram e alugaram uma casa em São Paulo, no Jardim Bonança em Osasco aí lá moramos por um bom tempo, depois mudamos para o Parque Imperial em Osasco também, do Parque Imperial mudamos para Munhoz em Osasco também. Aí fomos para Francisco Morato, depois voltamos para o Parque Imperial novamente, e depois estou aqui no Morro Doce. (Andréia Sales, depoimento de pesquisa colhido em setembro de 2020).

Flávia Ribeiro, 44 anos, a única participante que não reside em Anhanguera, tem sua trajetória de vida marcada também por migração e mudanças. Nascida em Minas Gerais, sua mãe tenta a vida como doméstica em São Paulo; residiu na zona sul da cidade da infância à fase adulta e, em meados dos anos 2000, migra para a zona norte para trabalhar e fica no distrito de Perus por cerca de 8 anos, local em que também trabalhou, compondo como profissional do Suas e também exercendo a militância nas lutas dos distritos irmãos de Perus e Anhanguera. Ela conta:

Tenho 44 anos, atualmente moro na cidade de Caieiras, apesar de ser uma pessoa que nasceu em Minas e se constituiu na zona sul de São Paulo; trabalho como assistente social no Creas de Franco da Rocha e também na Prefeitura de São Paulo, atualmente na Secretaria de Cultura no acompanhamento dos projetos VAI e do fomento à periferia. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Assim, as mulheres que compõem este estudo têm entre 33 anos e 60 anos, todas com experiências de residirem em mais de três locais diferentes até se assentarem em suas atuais residências (Mapa 2). Percorrem a cidade de São Paulo em busca de oportunidade de moradia e trabalho, e as três que residem em Anhanguera moram no distrito entre 25 a 37 anos e puderam acompanhar as mudanças das últimas décadas (que se movimentaram dos anos 1980 a 2020) em relação à construção do distrito no acesso a elementos básicos de urbanidade como água, energia elétrica, transporte público, pavimentação, construção de escolas, postos de saúde e assistência social – embora ainda persista a ausência de serviços de saúde como hospitais, pronto atendimento, serviços de cultura e lazer, linhas de ônibus que conectem o bairro a outros pontos da cidade.

Mapa 2 – Local de moradia das participantes no distrito de Anhanguera



Fonte: Google Maps.⁸ Adaptado.

Com exceção de Flávia, que reside sozinha na cidade de Caieiras, as demais interlocutoras moram com a família, composta por companheiros, filhos e demais membros. Todas conhecem muito bem o território de Anhanguera, os moradores, quebradas, vielas, favelas e morros. Sabem sobre as densidades e dobraduras do lugar, que marcam suas experiências de classe na construção do território.

Em relação à escolaridade, Cida Guerra, Suseth e Flávia possuem formação universitária e atuam em suas perspectivas áreas de formação: Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. Andréia é a única que cursou apenas as séries iniciais do ensino fundamental. No que tange à renda familiar, as três primeiras têm maior alcance, com ganho entre cinco e seis salários mínimos. Andréia, por sua vez, conta apenas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁹ de seu esposo, no valor de um salário mínimo, além de fazer pequenos “bicos”, desde segurar bandeiras de candidatos em épocas de eleição, coletar materiais recicláveis para a venda até fazer faxina em casas.

⁸ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Anhanguera>. Acesso em: 27 jan. 2021.

⁹ Componente da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica do Suas. É gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O benefício é individual, não vitalício, e garante a transferência mensal de um salário mínimo.

Quadro 1 – Levantamento de perfil das mulheres pesquisadas

QUADRO DE LEVANTAMENTO DE PERFIL DAS MULHERES PESQUISADAS								
Nome	Idade	Etnia	Composição familiar	Escolaridade	Trabalho / Ocupação	Faixa de renda Familiar	Tempo de residência no distrito	Local de residência no Distrito
Suzeth de Andrade	33 anos	Negra	Reside com seu companheiro e está grávida.	Superior Completo em Psicologia	Psicóloga em UBS na cidade de Taboão da Serra	5 S.M	25 anos	Vila dos Palmares
Aparecida Ribeiro Guerra (Cida Guerra)	59 anos	Negra	Reside com marido, filha e cunhada.	Superior Completo em Pedagogia	Gerente do CCA Britânia, no distrito de Anhanguera	6 S.M	37 anos	Morro Doce
Andréia Sales	40 anos	Negra	Reside com marido e oito filhos	Ensino Fundamental incompleto	Desempregada	1 S.M	26 anos	Jardim Britânia
Flávia Ribeiro	44 anos	Negra	Reside sozinha	Superior Completo em Serviço Social	Assistente Social da Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo.	7 S.M	Não reside no distrito, mas trabalhou nos distritos de Anhanguera e Perus por 11 anos.	Residiu na Zona Sul – Capão Redondo por 26 anos, posteriormente na Zona Norte - Perus por 8 anos

¹ foram considerados os valores correspondentes ao salário mínimo e suas multiplicações.

Fonte: Elaboração própria.

A estrutura da tese

Este estudo está organizado em duas grandes partes: a primeira, intitulada *Territórios, Classe e Experiências*, agrega quatro capítulos. No primeiro capítulo, busca-se realizar a discussão e análise teórica em relação ao processo de produção do espaço, considerando as inerentes configurações entre a ontologia do trabalho, presentes nas respostas às necessidades humanas, e a produção e reprodução das relações sociais, em que os espaços territoriais são construídos na dialética da socialização e humanização do ser social. Também promove articulações e reflexões em relação ao processo de financeirização do capital e a produção do espaço territorial no contexto contemporâneo.

O segundo capítulo aborda as discussões acerca das classes e experiências de classe na literatura interdisciplinar contemporânea, recuperando as contribuições sobre a formação da classe trabalhadora e experiência abordadas pelo historiador Edward Palmer Thompson, compreendendo que as classes se constroem de modo concreto vivencial em meio a processos e relações sociais entre os sujeitos nas

tramas econômicas, políticas e culturais. Busca-se nesta parte evidenciar as novas dinâmicas e configurações da classe que vive do trabalho no contexto do tempo presente, destacando seu caráter complexo, heterogêneo e com fortes repercussões em relação às condições de vida nas interfaces com as relações de gênero e étnico-raciais.

O terceiro capítulo trata da escala do cotidiano como espaço privilegiado de articulação entre tempo e espaço, destacando-o como lócus da vivência e das experiências sociais, e o quarto capítulo aborda as rugosidades e marcas da classe trabalhadora no Brasil, busca elementos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais para analisar e pensar sobre as marcas da protoformação, da luta e resistência da classe trabalhadora no país. Apresenta algumas pistas sobre as condições e situações da classe trabalhadora no Brasil, evidenciando dados demográficos, indicadores de ocupação, trabalho, desemprego, renda, segregações étnico-raciais, desigualdade de gênero, vulnerabilidade e desproteção social que percorrem a reflexão sobre a situação de violência e exploração dos trabalhadores.

A segunda parte da tese, *Nas Dobras do Lugar: Território, Experiência de Classe e Trajetórias de Vida*, versa sobre as dobraduras do lugar, evidenciando a relação entre territórios, experiência de classe e trajetórias de vida, e é composta por seis capítulos, mais próximos à pesquisa de campo. No capítulo primeiro, aborda as reflexões sobre os territórios periféricos, como o lugar de vida, moradia, relações e experiências da classe que vive do trabalho. O capítulo 2 apresenta o território do distrito de Anhanguera da cidade de São Paulo, espaço da pesquisa empírica, e, entre dados quantitativos, os processos e relações sociais do lugar na trama e intersecção com a cidade e suas dobraduras e densidades econômico-sociais.

A partir do capítulo 3 são apresentadas as trajetórias de vida das mulheres interlocutoras desta pesquisa e as análises sobre experiência de classe na construção de territórios. Inicia-se com as rugosidades e experiências de Flávia Ribeiro, uma mulher negra e periférica, e em seguida o capítulo 4 aborda a trajetória de Suseth Andrade, em sua autoconstrução de experiências e territórios. Já no capítulo 5 são apresentadas as dobras das lutas, os “corres” e a busca por proteção de Cida Guerra e na sexta seção, em “A cor dessa cidade sou eu: Precarizações, violências e sobrevivência”, há as dobraduras das vivências e experiências de Andréia Sales.

A conclusão, último componente da tese, traz sínteses reflexivas e analíticas sobre o objeto de pesquisa, evidenciando pistas, motes e fios mediativos, frutos do processo de pesquisa como alguns resultados e chaves em relação às dinâmicas de morar, construir e viver; sociabilidades, vínculos e pertencimento; relações de classe, étnico-racial e gênero; institucionalidades e violência; e novas gramáticas político-culturais. Todas as chaves analíticas são inerentes às vivências e mediações dos espaços periféricos na interface com as experiências de classe na construção dos territórios.

PARTE I – TERRITÓRIOS, CLASSE E EXPERIÊNCIAS

Figura 2 – Rua de Anhanguera



Fonte: Registro do pesquisador, 2021.

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIOS E DOBRADURAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território.
(SANTOS, 2007, p.107)

A citação em epigrafe do geógrafo Milton Santos é contundente ao afirmar que, a depender do lugar em que os homens estão/ocupam no espaço, seu valor é determinado. Assim, o lugar em que os sujeitos estão no mundo podem fazer com que ele valha mais ou menos no circuito das relações sociais.

O lugar, o território, ou mesmo o pedaço em que os homens vivem, trabalham, tecem suas vidas está intimamente relacionado ao processo de produção social. Não há vida deslocada do espaço nem da história, é sobre essa compreensão que o território passa a ser apreendido como o “chão” onde essas mediações acontecem, em que as classes se constituem e se movimentam, forjando sua existência e seus espaços de vida. De tal modo, espaço e valor¹⁰ (de troca, sobretudo) são pontos que se conectam sobre as densidades no modo de produção capitalista no contexto dos últimos três séculos.

É essencial à análise crítica considerar que os territórios são construídos historicamente no movimento do curso e das transições da história social dos homens, sendo dinâmicos e relacionais, compõem-se de multidimensionalidades que perpassam sua constituição e configuração sócio-histórica. Sua produção está ligada aos componentes naturais, ao solo, à terra, mas, sobretudo, é constituída por meio das relações sociais tecidas ao longo do tempo. Na medida em que o gênero humano através do trabalho transforma a natureza e a si, também transforma o espaço em meio socialmente mediado e modificado por seus interesses.

Assim, os territórios são construídos e reconstruídos a partir das relações humanas, de processos interativos entre os homens e seus espaços, estabelecendo

¹⁰ Os valores variam de acordo com o processo de trabalho e com as necessidades dos homens. Um objeto ou mesmo espaço que, por suas propriedades, pode satisfazer às necessidades espirituais ou materiais dos homens tem inscrito em si valor, socialmente construído e atribuído, podendo ser determinado por suas propriedades naturais e por sua utilidade, de acordo com as carências que supre. Lukács (1979, p. 7) analisa que “[...] o produto do trabalho tem valor (no caso de fracasso é carente de valor, é um desvalor). Apenas a objetivação real do ser para nós faz com que possam realmente nascer valores. E o fato de que os valores, nos níveis mais altos da sociedade, assumam formas mais espirituais esse fato, não elimina o significado básico dessa gênese ontológica”.

teias e tramas mediativas para a produção e reprodução da vida social, econômica, política e cultural dos lugares (SANTOS, 2009).

1.1 Território: a conexão entre espaço e tempo

O processo de produção da vida social está intimamente ligado à ontologia do ser social, ao trabalho como mote ontocriativo dos homens, criando e recriando o mundo e suas relações sociais.

O espaço criado (ao contrário do natural) é um fruto do trabalho que articula teleologia e causalidade. Esta última implica a sujeição da vontade à materialidade do mundo externo ao homem. [...] As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais). (MORAES, 2005, p. 22).

Destarte, é por via do trabalho que o gênero humano se constitui um ser social, pois é atividade vital que produz e movimenta categorias ontológico-sociais fundantes do ser social, como: sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade, que são construídas social e historicamente. Em outras palavras:

Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se autoproziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se para além de seres naturais – seres sociais. Numa palavra, este é o processo da história: o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se como espécie humana – assim, a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através da sua auto-atividade, o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social. (NETTO, 2007, p.38).

O trabalho como processo de transformação da natureza realizado a partir das necessidades humanas é elemento central para compreensão da constituição dos espaços. É neste sentido que, ao produzirem as condições materiais para dar conta da vida, os homens produzem de modo conjunto o espaço.

A partir dessa premissa, pode-se refletir que o espaço é uma criação humana e social. Saturado de mediações movimentadas pela capacidade humana do trabalho, também é composto pela categoria tempo, uma vez que a dimensão do tempo se expressa atrelada ao processo de trabalho. Portanto, tempo e espaço são determinações ontológico-sociais, criadas e movimentadas a partir do trabalho, são

construções eminentemente humanas que expressam a edificação e apropriação dos homens sobre as técnicas para projetar e mediar respostas às suas necessidades.

Não há humanização do planeta sem apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. As formas espaciais são produtos de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados pelos sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais. (MORAES, 2005, p. 16).

Em outras palavras, o espaço é constitutivo de tempo, e o tempo é constitutivo do espaço, são pares dialéticos, elementos fundantes da relação: sujeito, trabalho e produção da vida social. Quando se pensa em espaço e tempo, não se pode negligenciar a técnica como elemento que movimenta o processo de criação humana, pois todo espaço é socialmente criado e constitui-se de técnicas e instrumentos humanos, uma vez que os espaços são engendrados no processo de objetivação humana fundada no trabalho. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaços” (SANTOS, 2014, p. 29).

Assim, as técnicas são constitutivas do território, elemento de sua composição e transformação, de modo que contêm marcas, traços, rugas sociais e materiais deixados por períodos históricos precedentes. Milton Santos (2014) expõe que as técnicas estão no centro das relações sociedade-meio, são essenciais aos diferentes modos de produção ao longo da história; enfatiza que, ao organizarem seus modos de produção, os homens criam espaços territoriais que são completamente mediatizados pelas técnicas, correspondentes ao seu tempo histórico-social. As cidades, por exemplo, são espaços que constituem a expressão material do processo de produção, são impregnadas pelo trabalho, pelas mediações da criação e do uso de técnicas, sendo um produto humano e social.

Aqui se discute a técnica não em seu nível instrumental, pragmático, funcional à produção econômica ou como arsenal a serviço da razão única, mas como um recurso do processo de criação humana, inerente ao trabalho como categoria ontológica, central no processo de produção e reprodução material e espiritual da sociedade. Todo o trabalho humano é investido de técnica, que está em todos os domínios da atividade dos homens. Assim, os territórios, a partir de sua noção

social, são criações humanas mediadas por um arsenal técnico-social, que expressam sínteses históricas¹¹ dos processos ontocriativos e interativos da humanidade.

É nesse bojo que os territórios – que comportam a união relacional entre espaço, tempo e técnica – são criações humanas que perpassam e se dinamizam pelos diferentes conteúdos históricos, culturais e econômicos.

As formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento as relações sociais que lhe deram origem. Nesse sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano. [...] Tais objetos exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas específicas e se articulam sempre numa funcionalidade do presente [...]. Esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. (MORAES, 2005, p. 15).

Os espaços são construídos e detêm lógicas, conteúdos racionais – projetivos, intencionais dos homens em interação com seus modos de vida e modos de produção. São organizados a partir de lógicas e acionados e usados segundo essas racionalidades, “[...] o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2004, p. 42).

De tal modo, os conteúdos das técnicas imbricadas na produção do espaço territorial envolvem substancialmente o conteúdo de tempo, que pode se expressar no tempo das coisas, no tempo da ação e no tempo como norma, e ainda recebem interferência das determinações sócio-históricas, econômicas e políticas da conjuntura pretérita e atual. O espaço em seu conteúdo de tempo é composto por rugosidades que são heranças, formas e conteúdos herdados do passado (SANTOS, 2000).

¹¹ A compreensão de história refletida por este trabalho não é compreendida como cronologia, mas processo saturado de mediações não homogêneas e, por isso, é cheia de contradições e singularidades que necessitam ser pensadas, analisadas, problematizadas. “História aqui entendida não como a sucessão dos fatos, mas como luta cotidiana dos homens e mulheres para produzir suas condições materiais de existência na relação com a natureza, mediada pelo trabalho, bem como o modo como os seres humanos interpretam essas relações. Assim, não é a consciência a essência, mas a relação com o meio concreto. A consciência não é apenas organizadora do meio, mas também ente que se organiza em função e em relação com o material” (ZAGO, 2013, p. 115). A história não pode ser vista apenas como passado, como pretérito, como um conjunto acabado de coisas. A compreensão deve estar pautada na sua perspectiva como relação; como processo histórico de relações sociais; como movimento que está intimamente vinculado com a dialética que intercambia presente-passado e passado-presente na sua relação concreta com o que é material.

Necessariamente, o território é constituído de espaço, técnicas e de tempo, ou seja, é construção humana, e por isso só existe por meio das experiências dos sujeitos sociais, só se realiza por meio das experiências humanas, relacionais, do uso das técnicas, da experiência da utilização racional do espaço e do tempo.

As experiências revelam a história de cada território, de cada lugar cuja compreensão perpassa pela sua produção, e entender o território a partir dessas categorias permite “historicizar” o tempo e o espaço como fenômenos históricos, bem como “geografizar” as técnicas e as experiências humanas. Desta forma, é imprescindível registrar que espaço e tempo são inseparáveis, que existe uma interação entre período e lugar, entre espaço real e tempo real, entre geografia e história. E é por meio do trabalho que o gênero humano faz a união entre espaço e tempo, usando o espaço constrói o território e o tempo social.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições. (SANTOS, 2014, p. 54).

A noção indissociável de espaço e tempo está ligada às relações sociais, às construções da sociedade humana, aos processos em curso no solo da vida material dos homens, nas mediações das experiências de classe, no tocante às formas concretas de trabalho e modos de vida, que são resultados de um conjunto de técnicas e de determinações históricas. É no espaço territorial que a história se expressa, não como cronologia, mas como experiência histórica, social, política, econômica e cultural que incide sobre o lugar e, portanto, sobre a vida dos sujeitos.

O território é o conteúdo da relação mesma do homem com seu-ser-outro, que é ele mesmo (próprio), ou seja, é resultado e condição das territorialidades e temporalidades efetivas entre os sujeitos sociais e destes com a sua natureza exterior em cada relação espaço-tempo-território. [...] o território só se efetiva quando os indivíduos estão em relação com os outros indivíduos, significando interação plural, multidimensional, multiforme e unidade na diversidade. Há movimento do e no território, numa luta contínua no e pelo espaço e pelo território-lugar. (SAQUET, 2011, p. 80).

Assim, o processo de intercâmbio entre os homens e seus territórios de vida sofre determinações de múltiplos contextos em constante processo dialético de

interface com as relações mais globais da sociedade, que determinam e influenciam as formas e os modos de vida dos sujeitos sociais, delineando a topografia social dos lugares, a identidade política dos espaços. Dessa forma, forjam-se as experiências sociais dos homens em determinada direção e organização social.

O território é o espaço que reúne matéria e ideia – trabalho; articula teleologia e causalidade, uma interação entre teoria e prática. É produto e processo de projetos, interesses, congrega os sentidos do gênero humano e do contexto do capital, obedece também às funções e necessidades da produção, a imperativos técnicos, à divisão social e técnica do trabalho, aos padrões de espacialização do modo de produção.

Essas construções sociais que constituem e fundam a base territorial dos homens são saturadas de mediações, componentes e marcas do tempo pretérito e do presente, imprimem as objetividades e as subjetividades inelimináveis do modo de produção capitalista, traçando relações que perpassam pelas experiências dos sujeitos e também sobre seu lugar de vivência.

A categoria território permite que a mediação analítica esteja conectada às escalas ontológicas do espaço e do tempo, considerando como o ponto de partida o espaço de vida dos homens, pois pensar o território nos obriga a pensar modos de vida e a organização social no esteio do cotidiano das classes.

O arquiteto Flávio Villaça (2015), ao discutir “O território e a dominação social”, aponta a intrínseca relação entre territórios e lutas de classe, como elementos conexos ao processo de produção do espaço urbano. Enfatiza que “qualquer ser humano pode viver sem celular, sapatos, automóveis etc. Pode viver até sem edifícios, abrigando-se em cavernas. Entretanto, nenhum ser humano pode viver sem se apoiar sobre um pedaço de chão, de território” (VILLAÇA, 2015, p. 32).

O território expressa e contém os processos de produção e reprodução das relações sociais, é saturado pelas mediações do modo capitalista de produzir. Portanto, os territórios são traçados e mediados pelas experiências de classes, o lugar onde cada sujeito está determina o seu espaço na sociedade, sua classe, sua identidade, suas experiências, seu modo de vida, a forma como se comporta, como se relaciona com os outros, a maneira como vivencia as dimensões materiais e espirituais das relações sociais.

O lugar onde os homens e mulheres residem, circulam, movimentam-se também determina sua relação na divisão social e técnica do trabalho, bem como a posição do território na divisão capitalista do espaço.

Pensamos, antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento ou coisa que o valha, mas uma estrutura social como as outras. Consideramos também que o valor do homem, assim como o do capital em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço. [...] As condições “geográficas” são indubitavelmente condições sociais, porém, de um tipo particular. O problema da dialética das classes, não há dúvida, sempre se acha presente, mas a diversidade (enorme) de situações espaciais de classe também constitui um problema. [...] (SANTOS, 2007, p. 108).

O território é composto indubitavelmente por condições e relações sociais; as classes, por sua vez, são constitutivas dos espaços, com suas contradições e diversidades, e também se revelam desafiadoras. É preciso atenção na identificação dos movimentos que permeiam as classes e seus territórios, pois é necessário saber sobre como o lugar onde os homens se encontram determina as relações sociais, e como estas determinam as razões do espaço.

Os territórios são ocupados, usados, movimentados, produzidos e reproduzidos na dinamicidade das relações sociais em função das classes. As classes determinam de modo constante os territórios, atingindo diferentes escalas, desde as relações intraurbanas das cidades, passando pelas densidades regionais, e até mesmo os países são marcados pelo processo de produção das relações sociais do capital na produção do espaço na interface com as classes e suas relações antagônicas.

Esse processo indica não somente a produção e o condicionamento dos espaços como também as relações que se desenvolvem, movimentam e se mediatizam nos territórios, condensando modos de vida, trocas, sociabilidades, formas de relação objetivas e subjetivas do lugar. A divisão socioespacial do capital sobre os lugares delimita, organiza, reorganiza os espaços de pobreza e de riqueza, e em muitos casos há fortes enclaves, que por condições objetivas não permitem a mobilidade dos sujeitos em territórios empobrecidos, ou esquecidos pela modernidade seletiva da produção.

Milton Santos (2007, p. 112) expressa a necessidade de se deslocar de uma lógica pautada na “ótica espacialista”, que fragmenta o território, descontextualiza as

relações de classe inerentes ao processo de produção dos lugares e à dinâmica das contradições do capital que operam sobre o espaço. Essa ótica impede a compreensão das razões das localizações no processo sócio-histórico e também das lutas de classes na produção do território, pois isola e individualiza a pobreza e os fenômenos sociais.

Nesse contexto, as análises precisam partir da singularidade das expressões da vida cotidiana dos sujeitos em seus espaços de vivência, em busca das referências da totalidade das relações sociais, que compõem e se conectam aos espaços de vida dos sujeitos, de modo a compreender as marcas territoriais e as experiências sociais de classes.

O historiador Edward Palmer Thompson (1987, p.9) compreende que o processo histórico da construção das experiências e consciência de classe é um “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”.

Desta forma, destacamos que os espaços territoriais são saturados de experiências, vivências e acúmulos dos homens a partir de suas condições de classe, de suas experiências sociais e políticas. Portanto, os territórios são expressões e construções das objetivações humanas, das relações sociais criadas e recriadas pelos homens no âmbito de suas vivências, experiências e acúmulos de classe, que são as formas objetivas e subjetivas da vida traçadas nas mediações históricas que impingem suas construções, formas e modos de vida. Marx (2014, p. 25), no livro *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, expressa que:

Os homens fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Assim, é possível compreender que os homens constroem sua história não de modo isolado e sem precedentes, ao contrário, as relações sociais de seu tempo e espaço são construídas na mediação e na constante relação com as heranças do passado. A história se apresenta no tempo e no espaço presente, delineando e corroborando para a edificação das relações sociais, não de modo a imobilizar os sujeitos, nem determinar a repetição do passado, mas como conduto que apresenta

as mediações do presente, as quais os homens podem, a partir de suas experiências de classe, movimentar o curso e o fazer da história com novas implicações políticas.

É sob essa compreensão que podemos destacar o processo de construção-reconstrução dos territórios no solo das relações sociais, que se dá por meio da ontologia do trabalho social, da ação prática humana na criação de respostas às suas necessidades, no tecer de constantes relações de sociabilidades e territorialidades, no intercâmbio entre passado e presente que se materializam em um “chão”, em uma espacialidade material, em determinada temporalidade social.

O território é fruto, resultado e síntese do processo de trabalho humano, das relações existentes na mediação da natureza, da criação do mundo social. É uma resposta socialmente construída a partir da necessidade do sujeito para viver, é o espaço natural transformado em espaço social, cheio de saturações históricas.

Assim, o território não é apenas um dado circunstancial. Ele é vital e parte integrante da dinâmica das coletividades. A vida não é um movimento desterritorializado. Entendido como espaço produzido pela sociedade, o território é obra coletiva e, em si mesmo, manifestações de poderes. A construção do território, através de relações sociais, por si só, passa a significar o estabelecimento de fronteiras de natureza variada – entre pessoas e coisas. (HISSA, 2002, p.40).

Neste sentido, é essencial refletir e pensar o espaço geográfico e a configuração dos lugares no contexto contemporâneo, que vêm sofrendo mutações dadas as novas estruturas econômicas e políticas, que engendram desenhos espaciais particularizados, de acordo com os novos fluxos da economia global e das novas densidades que envolvem o mundo do trabalho.

1.2 O processo de financeirização do capital na produção do espaço

A globalização se expõe como um fenômeno de cunho político, econômico, social e cultural que forja novas realidades e processos em todo o mundo, que traça amplamente novas configurações sociais, econômicas, políticas e territoriais. Impacta os territórios e os modos de vida dos continentes, das nações e dos sujeitos na teia de suas relações cotidianas mais tênues.

Essa forma de universalização altera as dimensões geográficas da atividade humana. Quando a divisão do trabalho e a cooperação

perversa por ela ocasionada se estendem à escala do planeta, o mundo como espaço se torna o espaço global do capital. (SANTOS, 2012, p. 23).

As expressões desse fenômeno se adensam no modo articulado e interligado das economias e dos fluxos de produção em todos os pontos do globo, na aceleração planetária da circulação de trocas de tecnologias, serviços, culturas e informações, bem como no fluxo financeiro que reconfigurou a reestruturação produtiva das indústrias, disparou o surgimento de novas atividades na área de serviços, expansão da produção tecnológica, e nas constantes crises econômicas cíclicas que atingem, das grandes às pequenas economias mundiais.

Vera Silva Teles (2015), ao discutir as relações sociais urbanas, expressa que a produção dos espaços urbanos se mostra complexa, porosa e multifacetada, pois as dinâmicas dos fluxos produtivos do capital tangenciam sobre o espaço novas fronteiras sociais, territoriais, legais e políticas. Engendram mudanças nos circuitos globalizados da economia urbana, campos de tensão, novos arranjos mercantilizados dos espaços, dos lugares e das vidas, somadas às formas militarizadas de controle de gestão dos lugares e da pobreza.

Todas essas singularidades do processo de reorganização do modo de produção econômico atingem e impactam a produção do espaço geográfico em sua organização, comportamento e processo de construção e reconstrução, produzindo profundas mudanças na organização territorial em escala mundial.

É importante considerar que, a partir da década de 1960, a forma de organização da produção econômica se transforma. Esse período expõe a crise do modelo fordista de produção, que se assentava na base rígida de acumulação, donde a produção em massa de bens de consumo duráveis perde sua velocidade diante do esgotamento das técnicas de extração do sobretrabalho.

A crise do modelo fordista conota o esgotamento do paradigma tecnológico deste modo de produção/acumulação, que se manifesta através da desaceleração do crescimento da produtividade, do consumo e do desenvolvimento do trabalho, resultando em problemas estruturais na economia mundial. Em outras palavras, o sistema capitalista que reorganiza de tempos em tempos seus modos de acumulação se vê esgotado em face dos novos processos de acumulação e exploração.

Esse esgotamento rapidamente é respondido com a experimentação de estratégias, uma vez que o capitalismo se movimenta a transformar e criar novas táticas de acumulação para a continuidade de seu sistema metabólico de acumulação do sobrevalor do trabalho humano, que gera lucros e continuidade do sistema produtivo.

Neste sentido, o capital inaugura um novo modo de regulação na produção econômica e do controle do trabalho; essa nova tendência se baliza na flexibilidade das práticas de acumulação, dando novos sentidos à produção, não mais na base rígida do trabalho industrial da produção de massa, concentrada na regulação entre vetor econômico e ação estatal para o trabalho e consumo.

A ruptura na qual o capital aposta sua salvação é antes de tudo uma modalidade de aprofundamento das relações capitalistas. A era eletrônica da acumulação capitalista não é a de um lento refluxo da exploração da força de trabalho pelo capital, mas, ao contrário, um momento histórico singular em que o reexame do compromisso da relação salarial fordista e a busca de novas fontes de produtividade se conjugam (pelo jogo de práticas imanentes) com a complexificação da concorrência intercapitalista e nova configuração internacional da divisão do trabalho [...]. (BENKO, 1999, p. 20).

Com a ascensão do regime de acumulação flexível nas décadas de 1960 e 1970 do século XX, temos o traço de mudanças históricas nas formas de organização da vida em sociedade, pois o modelo de produção econômica não somente tangencia regulação na produção de bens e serviços, mas expõe e cria novas relações sociais, com novos traços no comportamento e organização da vida.

Esse processo revela a chamada “*nova razão do mundo*” (DARDOT; LAVAL, 2016) como uma racionalidade engendrada e pautada pelo neoliberalismo, que expõe a concorrência integral como mote regulador de todos os espaços e brechas da vida social e individual, abarcando do Estado até as esferas mais íntimas da existência humana¹².

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379).

¹² Essa racionalidade passa a ser mediadora de todas as relações sociais: “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT; LAVAL, 2019, p. 322).

A acumulação flexível maximiza o fenômeno da globalização, que tende a eclodir a recomposição do mundo do trabalho voltada à maximização do sobrelucro por meio da exploração da força de trabalho, que se vê açambarcada pela crise do emprego formal, como signo da polivalência moderna. Trata-se da precarização e degradação dos direitos trabalhistas, com a desvalorização da força de trabalho, que reduz todos os componentes dos custos de produção, bem como a revisão em baixa dos salários e a supressão das garantias de emprego e de tudo o que é considerado empecilho à liberdade econômica e flexível do capital.

A “modernização” da acumulação flexível remodela o funcionamento do mercado de empregos. Se durante o período fordista a venda da força de trabalho estava ligada ao nexo da cidadania, operada através do Estado de Bem-Estar Social, que propunha a dimensão política do trabalho na conquista da cidadania e do desenvolvimento nacional, hoje o impulso dos novos modos de acumulação visa à desregulamentação, reduz suas especificidades, anula os direitos sociais às novas formas contratuais sem garantias e proteção, esvaziadas de sentido político e de valores de cidadania. Há a tentativa do desaparecimento progressivo da identidade coletiva da classe trabalhadora.

Essa fluidez assume verdadeira significação no seio do movimento de transnacionalização do capital, tendência que implica o controle internacional capitalista dos locais de produção e das frações da classe operária geograficamente separadas. (BENKO, 1999, p. 23).

A produção econômica se intercambia em fluxo mundial, subvertendo a produção e os equilíbrios sociopolíticos, redistribuindo mapas de poderes. Há o surgimento de novas dinâmicas e configurações geopolíticas no mundo, criando novos espaços e territórios econômicos baseados nas indústrias de alta tecnologia, economia de serviços essencialmente alocados nos espaços metropolitanos, bem como as flexíveis e modernas atividades do mercado financeiro com *startups*¹³ e

¹³ *Startup* é uma nova categoria de empresa, cujo objetivo é ter um potencial de mercado escalável e repetitivo, que garanta o aumento de clientes e de lucros sem aumentar seus custos operacionais. Geralmente estão ligadas a processos tecnológicos e automatizados na oferta de serviços, atuam em cinco grandes áreas de mercado, sendo: *Fintech* – mercado financeiro com oferta de serviços bancários, de empréstimos; *Edtech* – ofertam serviços educacionais; *Healthtech* – ofertam serviços ligados à área de saúde; *Agritech* – comercializam tecnologias e serviços para a agricultura; *Intertech* – ligados a serviços de seguros, previdência, entre outros que intercambiam com o mercado financeiro. Essas empresas, segundo os dados da Associação Brasileira de Starups, movimentaram só no ano de 2018 mais de 20 milhões de reais em investimentos no país. Algumas se tornaram populares na vida cotidiana, tais como: Uber, 99 Taxi, Netflix, Google, Nubank, Airbnb, Ifood, Rappi, Englistaw.

*holding*¹⁴. Já as atividades artesanais das pequenas e médias formas de produção ficam subsumidas à periferia do sistema econômico.

Esse contexto tridimensional: sócio-político-econômico leva à adoção de novos modos de espacialização do sistema produtivo, o que implica na reconfiguração de significações e funções dos espaços territoriais, ou seja, redimensão territorial de regiões inteiras às necessidades, ou não, do mundo produtivo. Esses espaços ajustados às lógicas de acumulação criam o que Harvey (2013) chama de processos de “desenvolvimentos geográficos desiguais”.

Figura 3 – “Muro da vergonha”, que atravessa quatro bairros e separa ricos e pobres na cidade de Lima no Peru



Fonte: Google Imagens, 2020¹⁵.

O relatório *The Global Startup Ecosystem Ranking 2015* analisado e disponibilizado pelo Sebrae aponta que as cidades mundiais com ambientes estruturados que formam uma rede de apoio a essas empresas são compostas por universidades de ponta, formando empreendedores de alto nível, aceleradores e incubadoras com mentores capacitados, comunidades de investidores interessados em inovação e legislação e incentivos para empreendedores e investidores de *startups*. As 15 cidades mundiais nesse perfil são: 1ª. Região do Vale do Silício, 2ª. Nova Iorque, 3ª. Los Angeles, 4ª. Boston, 5ª. Telavive, 6ª Londres, 7ª. Chicago, 8ª. Seattle, 9ª. Berlim, 10ª. Singapura, 11ª. Paris, 12ª. São Paulo, 13ª. Moscou, 14ª. Austin e 15ª. Bangalore. Informações disponíveis no [site http://sebrae.com.br>UFspesquisa](http://sebrae.com.br>UFspesquisa).

¹⁴ *Holdings* são empresas que reúnem e administram outras empresas. O termo na língua inglesa está relacionado à palavra *hold*, que na tradução equivale à palavra “manter”; nesse sentido as *holdings* são empresas, mais conhecidas como grupos corporativos, que administram, gerenciam e controlam ações, fundos, títulos, marcas, imóveis e patentes por meio do financiamento e políticas privativas que atuam em escala mundial. Como exemplo, temos os grupos ligados à administração de escolas e universidades Kroton, Laureat, entre outras. No setor financeiro, no Brasil, há os grupos Itaú, Bradesco, Branco do Brasil, que atuam no controle e gerência de outras empresas que fornecem serviços.

A acumulação flexível operacionalizada pela globalização organiza complementaridades entre produtos, processos de produção e espaços geográficos no âmbito do contexto internacional, estabelecendo regulação da produção econômica, política e social dos espaços, expondo suas dinâmicas e funções em torno das necessidades do sistema capitalista.

Essas formas de regulação referem-se, em particular, à formação dos salários, às modalidades de concorrência entre empresas, países e regiões; mecanismos de criação da moeda e do crédito. Tal conjunto consiste em formas concretas que foram produzidas e que dimensionam o tempo e o espaço, introduzindo processos em larga escala de reestruturação espacial da sociedade, redefinição do conteúdo ideológico dos lugares, estabelecimento de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo.

As mudanças geográficas dos espaços de produção coincidem com mutações maiores da organização da produção, que são por sua vez provocadas pelas exigências do novo regime de acumulação. Estas tendem a requerer flexibilidade nos processos de produção, tanto no desenvolvimento dos produtos quanto na regulação das relações de trabalho. (BENKO, 1999, p. 29).

Esse processo permite a troca contínua de informações e a proximidade espacial, que possibilita a integração e a regulação final do processo de produção. É inegável que a globalização permitiu maior refinamento e desenvolvimento para as relações humanas como a maior e melhor permeação das informações e da conexão entre os sujeitos. Mas tangencia um abrupto e incontrolável modo de produzir riquezas de forma parcelar e fragmentada, açambarcando interesses econômicos do sobrelucro nos espaços e produzindo desigualdades territoriais.

Todo o planeta é praticamente coberto por um único sistema técnico, tornado indispensável à produção e ao intercâmbio e fundamento do consumo, em suas novas formas. [...] A produção globalizada e a informação globalizada permitem a emergência de um lucro em escala mundial, buscado pelas firmas globais que constituem o verdadeiro motor da atividade econômica [...]. Daí a ilusão de vermos num mundo sem fronteiras, uma aldeia global. Na realidade, as relações chamadas globais são reservadas a um pequeno número de agentes, os grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, as grandes organizações internacionais. Infelizmente, o

¹⁵ Disponível em: <https://www.google.com/search?rlz=muro+de+lima+no+perus+que+divide+ricos+e+pobres&oq=muro+de+lima+no+perus+que+divide+ricos+e+pobres&gs>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais. (SANTOS, 2002, p.79-80).

A acumulação flexível impõe a parcialização da produção em todas as suas fases: concepção, pesquisa, desenvolvimento, fabricação, distribuição e comercialização; promove uma integração contraditória que tende a reiterar a posição subalterna dos países periféricos no espaço do capital globalizado. Dialeticamente, esse modo de acumulação produz a polarização entre países ricos/dominantes e os países de economia periférica, que são aviltados pelo fluxo da exploração, pela modernidade falha e às avessas, que postula a distribuição desigual da opulência e da miséria do capital.

A globalização como mote de viabilização de um regime de acumulação articula mudanças geopolíticas no mundo, determina os locais apropriados ao centro do poder, limita os espaços da produção tecnológica intelectual e projetiva. Direciona os lugares de produção operacional de baixa densidade política e os locais destituídos do âmbito da produção global, que ficam subsumidos e restritos à pobreza e às contradições inatas ao capital.

A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. (HARVEY, 2013, p.115).

Em outras palavras, a organização flexível da produção e a financeirização têm como elementos a hierarquia das qualificações, a mobilidade dos trabalhadores, o princípio de formação do salário em escala regressiva, utilização da renda salarial e a intervenção política e militar sobre os espaços (continentes, países, regiões, cidades e as camadas intraurbanas). Esse fenômeno diz respeito à concorrência no domínio das funções de comando, consumo, distribuição, estratégias de pesquisa e de investimento.

Neste sentido, o processo de mundialização da expansão do capital representa a radicalização extensiva da economia de mercado, que se movimenta e se reapresenta no circuito mundial tencionando novos padrões de acumulação,

novas formas de exploração, novas geografias e topografias políticas, em que a militarização e a monetização são estratégias conexas aos fluxos da economia mundial.

Porém, não se pode afirmar que os Estados nacionais estejam enfraquecidos diante da mundialização econômica, ao contrário, necessitam regular e mediatizar diretamente suas operações, fortalecendo o capital em seu nível de abrangência, mantendo as classes dominantes locais alinhadas ao contexto internacional, reiterando os jogos políticos, autoritários, militarizados e violentos da reprodução econômica.

Na fase do capital neoliberal, os Estados passam a ser norteados pela lógica empresarial da concorrência, os países concorrem globalmente pelos capitais internacionais, e as empresas globais exercem função de pressão neste movimento econômico-espacial. Assim o Estado passa a atuar mais como uma instituição integradora dos circuitos econômicos e todas as suas dimensões passam a ser dinamizadas pela lógica neoliberal da concorrência e competição, usando suas atribuições e forças para a “governança neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Um traço importante desse processo em curso é que as noções de governança substituem o propósito de soberania. Essa mudança destaca um léxico fundamental na compreensão do mundo moderno no qual há uma gravitação interna na relação entre Estado, território e sua população, mas também na esfera geopolítica e geoeconômica internacional.

Assim, os Estados continuam desempenhando funções significativas na teia do modo de produção, construído e mediatizando relações políticas e a gerência interna na redução e negação dos direitos sociais e trabalhistas, operando formas de controle, de contingência de movimentos reivindicatórios, realizando a militarização de respostas às questões eminentemente sociais, porém é indubitavelmente menos autárquico no plano econômico, em razão da internacionalização de suas estruturas de produção, ficam conectados e subservientes às lógicas do jogo internacional do grande capital.

A mundialização desenha um cenário de ajustamento estrutural, impele processos de destruição do tecido social, cultural e organizativo dos países e povos. Há, nos países menos desenvolvidos, explosão demográfica nas cidades e a

superurbanização, confusão social imediata sinalizada pelo niilismo¹⁶ das relações sociais, a homogeneização dos costumes de consumo, degradação e destruição do meio ambiente e também dos sentidos humanos.

Diante desse conflituoso terreno mediatizado pela geopolítica moderna, os espaços global e local são problematizados, observando suas interconexões e confluências, uma vez que a mundialização se concretiza em um espaço real, no solo mais próximo das vivências cotidianas do sujeito, na base local, nas experiências e modos de vida nos espaços territoriais.

E é no âmbito do espaço local que as tensões da profusão global se apresentam; há, portanto, uma relação dialética entre o local e global. É nesse espaço que há a chance e as razões para se entender as mediações da cultura do tempo social contemporâneo na vida dos sujeitos e das classes na produção dos territórios.

Essa relação se apresenta na genealogia operada através da divisão inter-regional do trabalho e do intercâmbio com o sistema de acumulação flexível e financeiro em suas armaduras globais, que desenha articulações e fragmentações em várias localidades espaciais, polarizando “espaços luminosos” de desenvolvimento e “espaços opacos”¹⁷, que compõem as arquiteturas da produção macroeconômica.

¹⁶ O niilismo é a visão cética radical em relação às interpretações da realidade, que aniquila os valores, convicções e sentidos humanos. Marilena Chauí, discutindo “Ética, violência e política”, ressalta que “a forma atual da acumulação ampliada do capital, chamada de acumulação flexível, produz a dispersão, a fragmentação de grupos e classes sociais, destruindo seus antigos referenciais de identidade e de ação, tornando altamente complicada a criação de novos referenciais, de tal maneira que a fragmentação e a dispersão tendem a aparecer como naturais e a se oferecer com valores positivos. [...] A sociedade da mídia e do consumo de bens efêmeros, perecíveis e descartáveis engendra uma subjetividade de tipo novo, o sujeito narcisista que cultua sua própria imagem como única realidade que lhe é acessível porque formada e conservada pelas imagens que a mídia constrói e lhe envia, e que, exatamente por ser narcisista, exige aquilo que a mídia e o consumo lhe prometem sem cessar, isto é, a satisfação imediata dos desejos, a promessa ilimitada de juventude, saúde, beleza, sucesso e felicidade, promessas que, no entanto não podem cumprir, gerando frustração e niilismo” (CHAUI, 2007, p.342-343).

¹⁷ Destaca-se que Ana Clara Torres Ribeiro (2012), em seu texto “Homens lentos, opacidade e rugosidades”, recupera e trabalha as idéias de “pontos luminosos” e “opacos” elaboradas pelo geógrafo Milton Santos, em seu livro “A natureza do espaço: técnica, razão e emoção”, publicado pela editora HUCITEC em 1996, e republicado em sua 4ª. Edição pela EDUSP em 2014

Os espaços luminosos são mais do que espaços simplesmente iluminados. Os espaços luminosos, no meu entender, seriam produtos da razão que amplifica estrategicamente comandos da modernidade. Denotam a força da racionalização emanada do pensamento instrumental, que, ao selecionar o que tem ou não valor, é capaz de seduzir e convencer. Os espaços luminosos engrandecem a visão, oferecendo materializações imediatas e indícios da visão de mundo desejada e desejável. Nestes espaços, são criadas formas de leitura das hierarquias sociais e ativismos controlados pelas ofertas dos novos serviços. Os espaços luminosos são, portanto, ativos, mas a sua condensação de atividades não se traduz em oportunidades de ação plena. Esta se encontra reservada aos que detêm o poder de criá-los e mantê-los sob as luzes do sempre mais moderno. (RIBEIRO, 2012, p.67).

Desta forma, o capital cria espaços geográficos e territoriais essenciais à sua produção econômica e cultural, materializando sua força nos continentes, regiões, países e cidades, adensando e modulando os espaços de acordo com seus interesses, dando-lhes a faceta da modernidade, do desenvolvimento luminoso funcional, que congrega no nível mais próximo da vida dos sujeitos a riqueza e a luminosidade da racionalização de mercado, da faceta dos enclaves de consumo e segurança, os pontos de comando da economia e das suas relações sociais.

Mas também, ao mesmo passo, de modo contraditório, produz espaços pouco luminosos vistos sob a ótica da modernidade econômica, ligados ao atraso, ao que é opaco e feio, aonde o desenvolvimento pouco chega. Espaço destinado às camadas mais baixas da classe trabalhadora, aos que não conseguem pagar pela luminosidade do acesso ofertado pelo mercado.

Os espaços opacos são também criados na lógica capitalista de produção que cria riqueza à custa da exploração e misérias. São espaços que estão atrelados e produzidos pela mesma sociedade de consumo, destinados e marcados para a classe trabalhadora que é espoliada de direitos e de acesso ao desenvolvimento da riqueza humana. São espaços do contraditório, que também revelam insurgências, outras racionalidades, modos de vida que fogem da apropriação rígida da racionalização instrumental, são espaços que carregam e congregam pobreza, falta de oportunidades, a fome, mas também experiências de classe, resistências, formas e estratégias de sobrevivência.

Os espaços opacos, representados como feios, sem interesse ou perigosos pelo pensamento dominante, oferecem materializações de racionalidades alternativas e saberes relacionados à apropriação socialmente necessária dos recursos disponíveis, possibilitando a

sua multiplicação. São espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio [...]. (RIBEIRO, 2012, p.68).

Esses espaços são marcados pela tensão com o global, sinalizam a espacialidade do capital. Assim, o espaço local chamado de distrito, bairro ou localidade de nível territorial mais próximo da vida dos sujeitos se conecta e mantém relações com o mundo, articulando sua malha produtiva à divisão social e técnica do trabalho, tendo função direta na dinâmica da economia de maior escala e também no processo de configuração e reconfiguração dos espaços geográficos. Em síntese é insuperável a dialética do âmbito local com o espaço global.

O circuito da articulação flexível que une o território ao capital financeiro internacional é funcional, não há oposição absoluta entre si; ao contrário, nesse modo de acumulação se intercambiam as esferas produtivas e a produção do espaço, movimentando, não sem contradição, a divisão espacial e internacional do trabalho.

Chegados a este ponto, a discussão se pode resumir numa concepção dual do desenvolvimento regional econômico. De um lado, a economia global pode ser vista como um mosaico de sistemas de produção regionais especializados, possuindo cada qual sua própria rede densa de acordos de trocas, no interior da região, e um funcionamento específico do mercado local do trabalho. De outro, o mesmo mosaico se insere no entrelace planetário de ligações interindustriais, de fluxos de investimentos e de migrações de população. (BENKO, 1999, p. 70).

Com efeito, a urbanização das cidades e o processo de espacialização territorial ganham características particulares frente à globalização. As redes internacionais movimentadas por empresas do grande capital financeiro articulam laços muito estreitos entre seus interesses e o padrão de cidade desejada para dar conta de sua estrutura acumulativa.

A economia capitalista insiste e produz a existência de uma hierarquia funcional entre os territórios, reconhecendo suas funções supralocais na base de uma nova organização urbana a favor da economia internacional. Deste modo, as grandes cidades ocupam lugar privilegiado na teia das relações de produção. Em outras palavras, a máxima tendência do fluxo econômico é a produção de cidades globais.

A urbanização e promoção das cidades globais atendem aos desenhos e mediações da divisão internacional do trabalho, determinada pelas empresas e companhias multinacionais que operam em diversos países. Desta forma, a economia financeira busca e forja cidades e espaços que estejam à sua disposição para abrigar seus departamentos, projetos e transações.

As grandes cidades, a despeito do processo de acumulação flexível, devem atender as funções do comando da economia capitalista mundial, não apenas exercendo o abrigo das sedes das empresas e corporações, mas devem compor o seio das relações de poder das lógicas internacionais, influenciando os Estados locais com chantagens e seduções de investimentos para garantir e induzir a regulação e mediação política na sociedade em seu nível local, regional e global. A exemplo, as principais cidades globais operam bolsas de valores que inscrevem seus nomes na economia mundial e direcionam as rotas de investimentos e especulação da economia financeira.

As cidades, que *a priori* abrigam particularidades locais, hoje estão abertas às mediações e intervenções do mundo global. Exige-se que os centros urbanos detenham praças financeiras que os tornam mais independentes do seu contexto regional e nacional, e mais vinculados ao sistema global de transações financeiras.

A supremacia das cidades globais se exerce pela centralização de capitais e polos políticos de comando, há um sistema hierárquico e de dominação entre as cidades que depende e se desenvolve a partir da concentração de organismos financeiros, sedes de grandes empresas em determinada localidade e, sobretudo, da maneira como são administradas e do controle político que exercem na escala regional, nacional e internacional.

Os pontos nevrálgicos do sistema capitalista urbano são os centros de comando, espacialmente bem ancorados, de controle da produção e dos processos de valorização que estão cada vez mais organizados e estruturados sobre uma base transacional. (BENKO, 1999, p.74).

A globalização implica que a economia regional caminhe a par e passo com os fluxos do capital internacional, promovendo a cada ciclo de acumulação produtiva uma nova organização territorial, que aparece como efeito e causa do desenvolvimento geral. A hiperacumulação do capital cria o que Harvey (2013, p. 40)

chama de uma “geografia histórica global de acumulação”, que se perfaz na dinâmica das contradições e desigualdades socioterritoriais.

A crescente interferência do capital na produção do espaço acarreta consequências graves no nível das estruturas espaciais no interior das regiões e cidades, que concentram em seu espaço a exploração e privatização da vida, que realiza o ajuste espacial para atender as lógicas da acumulação do sistema produtivo. Assim, a acumulação flexível dimensiona e redesenha os espaços territoriais.

É preciso atenção às escalas e às expressões desse processo econômico, político, social e cultural na construção e reconfiguração dos territórios. As cidades na cena contemporânea, sejam elas grandes ou pequenas, globais ou locais, expressam sínteses do sistema de produção e dos fluxos de acumulação de seu tempo social.

Os sujeitos se dinamizam como atores dentro e ou fora do sistema produtivo da organização e divisão internacional do trabalho, sendo inclusos ou excluídos das tendências de organização da produção, e é neste contexto de múltiplas determinações que o território recebe e movimenta as mediações da macroeconomia, condensando o tempo e espaço como processo relacional e de uso dos sujeitos. Henri Lefebvre (2008), ao discutir o direito à cidade, reflete que a cidade é um texto inserido em um contexto amplo, campo de mediações entre diversas mediações que reúnem e se confluem em espaço local e global.

A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, a ela que a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade, é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta, encarna-a, projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata, a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser pela meditação. (LEFEBVRE, 2008, p. 52).

É assim que as estruturas econômicas e seus declives do modo de produção constituem espaços geográficos globalizados ao capital, permeando a composição de tessituras territoriais, disparando modos de organização da vida sob determinadas formas culturais que se imbricam no processo constitutivo dos lugares e das classes sociais.

É importante destacar também que o território se compõe de relações sociais, de expressões históricas e econômicas que se condensam nos modos de vida dos

sujeitos, na relação intrínseca do seu fazer com a cultura, que se constitui e é constituída através das experiências sociais de homens e mulheres.

O território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000, p.22).

Destaca-se que é no intercâmbio entre as múltiplas determinações da realidade histórico-econômica que os homens como sujeitos “fazedores” da história criam e recriam seus modos de vida, por meio de experiências que os conectam a outros homens, movimentando vivências em experiências sociais, modos singulares de vida em práticas sociais saturadas de culturas, experiências que constituem a classe social à qual pertencem, vivem, produzem e se reproduzem.

Portanto, as classes são criadas no bojo de determinações mais amplas da realidade social, econômica, política e histórica, mas também do processo de relações que essa própria classe produz no que tange ao seu modo de vida e à edificação de suas culturas. É no intercâmbio vivencial, relacional, na construção de sociabilidades, nas suas cronologias, nas heranças sociais, políticas entre lugar, história e cultura que os homens movimentam suas experiências e consciências de classe.

As classes movimentam-se em relação social, constroem-se fazendo, sendo elemento ativo. Não é uma estrutura ou uma categoria epistemológica, mas sim uma categoria social imanente ao modo de produção capitalista. As classes se constroem em meio a processos de produção da vida, na toada das vivências, nas experiências e práticas de sua existência e condições de vida, são expressões e movimento das relações sociais no espaço e no tempo.

A classe, na tradição marxista, é (ou deveria ser) uma categoria histórica, descreve pessoas relacionadas entre si ao longo do tempo e as maneiras pelas quais elas se tornam conscientes de relações, separam-se, unem-se, entram em luta, formam instituições e transmitem valores em modalidades de classe. (THOMPSON, 1977, p.261).

A experiência à qual nos referimos é histórica e articulada ao movimento de classes. É um fenômeno que se viabiliza efetivamente nas relações humanas, não de forma determinada, mas como capacidade de percepção e articulação de interesses de alguns indivíduos contra outros, cujos interesses se divergem sob o

solo do espaço de vida, sobre o território em que vivem e que disputam a vida. “E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres” (THOMPSON, 1977, p.260).

É a partir desse contexto que se destaca a experiência como mediação das relações sociais, como expressão do conteúdo relacional humano, social, político e histórico que se revela como campo e elemento constitutivo da cultura. A experiência deve ser entendida como mediação entre as categorias classe e consciência, que permite revelar as conexões e relações maiores da sociedade. A experiência desvela o processo de consciência sobre seu tempo social no chão dos espaços territoriais.

Neste mote entre os processos mais globais e as relações sociais do espaço, é preciso identificar as relações e as mediações que compõem esse conjunto dialético: experiência de classes, territórios e territorialidades. É preciso compreender suas dinâmicas e conexões, estabelecer aproximações sobre seus movimentos, apreender suas relações, processos e estruturas de forma a identificar os sentidos e a radicalidade dos processos de formação de experiências de classe na construção de territórios e territorialidades, observando o contexto social contemporâneo. “Na verdade, há de se encontrar a estrutura na particularidade histórica do conjunto de relações sociais” (THOMPSON, 1977, p. 248).

CAPÍTULO 2

ENTRE AS DOBRADURAS DO VIVIDO: TERRITÓRIO, CLASSES E EXPERIÊNCIAS

[...] a experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. (THOMPSON, 1981, p. 17)

Pensar nas mediações das experiências de classe na construção de territorialidades se mostra um instigante desafio, uma vez que requer problematizar categorias presentes na realidade social e que exigem grande esforço teórico e metodológico para a apreensão de seu movimento no esteio do tempo presente. Esse desafio não é somente marcado por interpelações e distinções acadêmicas e teóricas, mas também pelo próprio movimento das relações sociais contemporâneas marcadas pela densidade dos novos fluxos do capital, na sua forma cada vez mais veloz e intensa de explorar e se apropriar das riquezas produzidas pelo trabalho. Vê-se o acelerado, prolongado e frenético processo de exploração.

O capital se mostra disposto a superlucrar e, para isso, realiza a derrubada de qualquer forma de regulação social atrelada ao direito, à seguridade social e às formas de proteção social dos sujeitos.

Com a crise estrutural do trabalhador assalariado, como expressão da crise do capital, bem como a mudança das formas de regulação do capital, o mundo do trabalho ganhou novas configurações, modificando sobremaneira a forma de ser da classe trabalhadora. Submetendo-se ao trabalho temporário, sazonal e em tempo parcial, homens e mulheres passaram a buscar o trabalho por conta própria, como única ou como fonte complementar de renda, alternando seu *status* ora de trabalhador/a assalariado/a, ora “patrão de si mesmo”. **Forjando uma classe trabalhadora diversificada, heterogênea e multifacetada**, a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações entre capital e trabalho repercutiram na precarização da própria vida. Ainda que diversa, variada, dividida com base na ocupação, habilidade, gênero, ideologia etc., **a classe trabalhadora compreende uma vasta maioria da população que, para viver, depende da venda de sua força de trabalho**. Não por acaso, no contexto da mundialização do capital, a contraposição e oposição entre as classes sociais têm se manifestado em todas as dimensões da vida de forma muitas vezes violenta. (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p.66, grifos nossos).

O neoliberalismo se apresenta sedento e criativo no processo de recriar as relações sociais do capitalismo contemporâneo, encampa novas e vigorosas formas de capilaridade, rompe barreiras à exploração, empreendendo transformações, econômicas, sociais, políticas e culturais. Opera vertiginosamente o “capitalismo cognitivo” (CHAUI, 2017, p. 11), como a máxima extração das possibilidades de criação humana, colocando-se muito além da exploração fabril e dos serviços. Agora se apoia nos arsenais da tecnologia em suas novas frentes de atuação e capilarização, um exemplo nítido são aplicativos que agenciam trabalho sem quaisquer direitos, baixíssimas remunerações e a oferta de serviços. O que se mostra é o adensamento avolumado da exploração do trabalho, do tempo, da mente, dos desejos, das vontades, do modo de pensar, agir, produzir ideias e de objetivar as relações sociais.

A historiadora Virginia Fontes (2017) ressalta que está em curso um processo de destruição lucrativa orquestrada pelo capital, que se assenta na exploração do trabalho humano sem direitos, sem limites de tempo e espaço. O mercado como cerne das relações sociais, das mediações e interações humanas cria novas densidades para as relações sociais, mediadas pela constante necessidade do consumo para manter e metabolizar o capital. Cria e recria de modo ininterrupto uma espécie de fábrica de desejos, garantindo sua reprodução ao permear as relações de cultura.

Em outra perspectiva analítica, Suely Rolnik (2017, p. 101) reflete sobre as novas formas de interferência no campo subjetivo da vida social, no qual o capital constrói e reconstrói a produção do fetiche, operando uma espécie de “cafetinagem da vida” a partir das mediações econômicas e financeiras que espraiam para todas as dobraduras da realidade social.

No texto “O ponto de vista da crítica”, a socióloga Vera Telles (2017) enfatiza que a realidade atual se expressa por meio de uma erosão dos fundamentos do mundo da política, uma vez que a classe trabalhadora já não apresenta o mesmo desenho e composição como de outrora, a realidade a fez estilhaçada, apresenta-se nas figuras do trabalho flexível e precarizado do pós-fordismo. Aponta ainda que o espaço público como lugar da política se dilui na lógica privatizante do mercado, sob o primado do “*ethos* empreendedor”. O capitalismo, sob essas novas ancoragens mercadológicas do neoliberalismo voraz, cria novas tendências operando diferentes formas de exploração do trabalho material e imaterial; produz relações sociais que

alimentam o sistema e também produzem novas lógicas de controle, dinâmicas disciplinares que se deslocam dos espaços institucionais para os mais variados espaços da vida.

Não existe mais um exterior ao mercado, não apenas porque o globo inteiro é seu domínio, mas também porque a produção da vida e das formas de vida são também elas capturadas e mobilizadas como fronteiras de expansão dos mercados e dos capitais. (TELLES, 2017, p.33).

O tempo presente mostra-se movimentado pela “pilhagem capitalista da vida” (TELLES, 2017, p.36), que produz formas de produção e reprodução das relações sociais capturadas de modo material e espiritual pelas densidades da expropriação. Essas formas são esvaziadas de seus potenciais e dos sentidos coletivos, o mercado e o consumo imperam como senhas de validação de inclusão, os territórios passam a ser traçados e a traçar essas novas dinâmicas. Na medida em que os diagramas do capital se instalam nas formas e nos modos de vida, as relações dos espaços passam também a serem tracionadas nesse esteio, não de modo homogêneo ou linear, mas saturado de mediações que movimentam os sujeitos e as classes sociais em um constante processo de reprodução da vida. Trata-se de uma complexa teia relacional de modos de vida, que articula imperativos econômicos, formas de cultura, resistência, luta, resignação, subordinação, exploração, que se expressam em experiências sociais de classe.

Gabriel Feltran (2015, p. 53) analisa que há, no cenário do tempo presente, uma nova configuração dos espaços urbanos, pois houve certo deslocamento do conflito urbano e das gramáticas de mediação. Se, nas décadas de 1980 e 1990, a mediação dos conflitos das classes estava pautada no lugar social do trabalhador assalariado, dos direitos e da cidadania como mediação dos antagonismos de classe, hoje temos a mediação desse conflito dada pelo consumo e pela militarização, pela metáfora da guerra, do combate, e a violência torna-se a tônica das mediações entre as classes, suas camadas e também do Estado.

Monetarização e militarização se combinam em uma estratégia única: telefones celulares, telas planas e automóveis devem chegar às favelas para os negócios funcionarem, mas favelados não devem chegar até nós [...]. Essa nova gramática de figuração do conflito urbano necessita de alta dose de violência estatal para funcionar. Movimentos sociais urbanos hoje não falam apenas de moradia, saúde e educação, mas têm como palavras-chave a militarização, o encarceramento e o extermínio de jovens negros. O conflito urbano contemporâneo, por essa perspectiva, não parece tender a formas negociadas de resolução, mas a formas cada vez mais violentas de mediação. Oferecer crédito e capacidade de consumo para os pobres foi a contrapartida para a militarização urbana da última década. (FELTRAN, 2015, p. 54-55).

É nesse contexto inerente ao tempo presente, da coisificação da vida, da máxima exploração que esta pesquisa se propõe a pensar as experiências de classe no processo de edificação dos territórios, intencionando problematizar e buscar os nexos que dinamizam as relações sociais no tempo presente, destacando o distrito de Anhanguera da cidade de São Paulo como ponto de partida e de chegada para essa incursão.

De modo mais amplo, os problemas inerentes a esta pesquisa não partem de modo isolado ou como mera abstração de um pesquisador, mas, sobretudo, são questões que advêm do real, na *démarche* da vida cotidiana, dos dilemas da história no contexto singular do cotidiano das classes, em constante conexão com as determinações sócio-históricas do presente.

O arcabouço teórico desta pesquisa parte da compreensão de classe e experiência como categorias que possibilitam a apreensão da realidade, permitindo movimentar aproximações com as dobraduras do real, ou seja, parte-se da compreensão de que o território é elemento ativo, relacional, fruto da produção humana no e com o espaço. É marcado e constituído na produção e reprodução de experiências sociais traçadas e construídas no processo da luta de classes, nos modos de vida cotidiana, nas formas de conexão coletiva, no traço mediativo entre o singular das vivências com as relações coletivas de um lugar.

Essa afirmação nos faz pensar que as categorias experiência, classe e território estão imbricadas no processo de produção e reprodução da vida social, na dialética imanente entre tempo e espaço. Em outras palavras, essas chaves analíticas possibilitam disparar reflexões sobre a vida humana, ressaltando os atributos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais da vida material e espiritual dos homens, das formas de vivência e significação de suas relações.

Isso porque são nos territórios, no solo de um lugar que as dinâmicas das relações sociais acontecem, expressam e se materializam em formas particulares de vivências, significações, expressões de conexões entre os contextos mais amplos e mais próximos da vida. As experiências sociais se movimentam e revelam na dialética das formas de sobrevivência, nos modos de produção e reprodução da vida, no pensamento e ação dos sujeitos materiais, de carne e osso, que não estão soltos em relação ao seu tempo social e às determinações sócio-históricas.

2.1 Classe, experiência e a construção de territórios

Eminentemente humana, a experiência surge de modo espontâneo no ser social, mas nunca desconectada da realidade social e da consciência, visto que, ao produzirem as relações sociais, os homens também produzem ideias na conexão com seu tempo (MARX, 2007). Desse modo, as experiências surgem porque os homens¹⁸ são animais racionais, que pensam sobre a materialidade de suas vidas, de suas condições, sobre o que lhes acontece.

Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para a partir daí chegar aos homens de carne osso, parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

A experiência espontânea é saturada de mediações sócio-históricas, está ancorada dialeticamente nas relações sociais, na capacidade humana de sociabilizar e mediatizar seus interesses e necessidades no processo conjunto e relacional com outros sujeitos sociais, ou seja, a experiência se revela no movimento da sociabilidade como capacidade ontológica, própria do ser social.

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (THOMPSON, 1981, p.16).

¹⁸ A palavra homem por vezes será utilizada neste trabalho para designar a concepção de humanidade.

A experiência social se expressa como uma capacidade humana inerente a todos os sujeitos sociais em relação, pois não há sujeito sem história, tampouco história sem sujeitos. Nesse sentido, encontra-se a radicalidade antropológica, fruto do processo moderno de compreensão do mundo e da realidade, em que a modernidade como “triunfo da razão” (YAZBEK, 2019)¹⁹ expressa a vitalidade da compreensão ontológica e racional dos sujeitos.

Todos os sujeitos, vivem, pensam, interpretam seu tempo e suas necessidades, não somente os iluminados, ou os filósofos, como na passagem evocada por Thompson (1981), que retoma o pensamento de Marx (2007, p. 99)²⁰ nas famosas teses sobre o filósofo Feuerbach. Ambos afirmam que todos os homens têm a capacidade ontológica de pensar e agir sobre o cotidiano e a história.

Essas afirmativas revelam a capacidade histórico-prática dos sujeitos sociais. Marx (2007, p. 99), escrevendo 11 teses sobre Feuerbach, faz crítica ao pensamento idealista desse pensador, registra algumas reflexões importantes sobre a apreensão do real e alerta que a realidade somente é possível de ser compreendida se entendermos a atividade humana como atividade objetiva, real, sensível, prática, material. Reflete que “toda vida social é essencialmente prática” (MARX, 2007, p. 102).

É nessa perspectiva que se compreende a capacidade ontológica da sociabilidade como processo imanente ao ser social que também é sujeito histórico-prático, que vive as dobraduras da vida concreta, real, material. São os sujeitos ordinários, de sociabilidade simples que vivenciam as dores e os sabores do mundo. É nesse traçado que compreendemos a categoria experiência, como síntese de processos inerentes às práticas sociais dos sujeitos, como expressão e mediação da dialética e da história, que se mediatiza nos diferentes modos de vida.

¹⁹ Designação utilizada pela Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, ao se referir ao advento da modernidade, em aula de Fundamentos do Serviço Social II do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da PUC São Paulo, no segundo semestre de 2019.

²⁰ Nas teses sobre Feuerbach, Marx (2007, p. 99) faz crítica ao pensamento idealista, afirma que: “Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos do pensamento, mas ele não considera a própria atividade humana como atividade objetiva [...] ele considera como autenticidade humana apenas a atividade teórica, [...]. É por isso que ele não compreende a importância da atividade revolucionária, da atividade “prático-revolucionária”. Sob esta perspectiva, Marx escreve dez “Teses sobre Feuerbach”, em que reflete sobre a materialidade das atividades práticas humanas, que se fundem no conjunto das relações sociais, destacando o sentido da história no curso objetivo da realidade social. Assim, contrapõe-se às ideias da existência do indivíduo abstrato. A tese de número XI se coloca emblemática para nossa compreensão e para o exemplo citado: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é de transformá-lo.” (MARX, p. 103).

As experiências podem trazer à tona as mais tênues relações sócio-históricas, expressar as relações de classe, às quais os sujeitos pertencem e se movimentam. O historiador inglês Edward Palmer Thompson²¹ (1987), em sua obra *A formação da classe operária inglesa*, revela como método de sua pesquisa a compreensão sobre a formação de classe como um processo histórico, edificado no esteio das relações materiais da vida. Em sua compreensão, classe é fenômeno histórico, que acontece por meio e nas relações sociais, não de modo mecânico ou determinado somente pelo sistema econômico ou exclusivamente pelo modo de produção, mas, principalmente, como construção processual, vagarosamente elaborada, recriada pelo conjunto de materialidades e subjetividades que compõem a realidade social dos homens.

Ellen Wood (2003, p.73) considera que existem duas maneiras de compreender classe: uma mais comum ligada à perspectiva estrutural cujo norte parte da estrutura hierárquica, na qual classe é uma determinação puramente econômica, que centra sua visão sob o modelo geológico-estruturalista; e outra, que parte de uma visão sócio-histórica, amparada pela compreensão de classe como uma relação social que se movimenta a partir de “apropriadores” e produtores do processo de produção que em movimento constroem relações. Sobre esse debate, Wood (2003) considera que a reflexão de classe adotada por Thompson traz contribuições importantes, pois dá um salto crítico no tocante à compreensão das classes, a partir de seu mote relacional e processual:

[...] a grande força da concepção de classe de Thompson é ser capaz de reconhecer e explicar as operações de classe na ausência da consciência de classe, e os que adotam o tipo de definição estrutural que seus críticos parecem ter em mente não têm meios de demonstrar a eficácia da classe na ausência de formações conscientes de classe claramente visíveis, nem de oferecer uma resposta efetiva à alegação

²¹ Edward Palmer Thompson viveu entre os anos de 1924 a 1993, foi historiador marxista, é referência na compreensão da história social como processo de construção dos homens e mulheres que agem sobre determinações e condições objetivas, em que fazem escolhas e tecem suas vidas. Intelectual militante, participou da resistência antifascista, integrou a infantaria britânica na Segunda Guerra Mundial e participou com voluntário na construção de ferrovia na Iugoslávia na reconstrução do pós-guerra. Participou do grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico junto com Christopher Hill, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm, Raphael Samuel, George Rudé, Doroth Thompson. Em 1956 abandona o Partido Comunista e com outros dissidentes fundam a *New Left* e editam a *New Left Review*; nos anos de 1980, participa de movimentos de desarmamento nuclear. Para maior apreensão da vida e obra desse historiador, ver: LIMA, Neusa Cavalcante de. **Serviço Social em dois tempos**: a experiência como destinatário do trabalho do assistente social e sua ressignificação quando profissional da área. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC, São Paulo, 2018. FENELON, Déa Ribeiro. E. P. Thompson: história e política. **Projeto História**. São Paulo: Educ, nº. 12, out. 1995.

de que classe é nada mais que um constructo teórico, ideologicamente motivado e imposto sobre a evidência histórica [...]. (WOOD, 2003, p.75)

Um dos maiores objetivos ao se recusar a definir classe como uma “estrutura” ou “coisa”, como explica em *The Making of the English Working Class*²², foi recuperar o conceito de classe contra aqueles cientistas sociais, especialmente os burgueses que negam sua existência a não ser como um “constructo teórico pejorativo imposto sobre a evidência”. Rejeitou essas negativas, insistindo no **conceito de classe como relação e processo a serem observados ao longo do tempo como um padrão nas relações, nas instituições e nos valores sociais**. Em outras palavras, classe é um fenômeno visível apenas no processo. (WOOD, 2003, p.77, grifos nossos).

Assim, classe, consciência de classe e experiência formam-se juntas em processo, nos modos de lidar com a vida, nas formas do viver, com os antagonismos e contradições históricas do modo de produção presentes nos modos de vida, fazendo-se histórica, política, cultural e economicamente de forma dialética. As classes manifestam-se historicamente nas relações humanas de produção como resultado de experiências comuns, ou seja, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 1987, p.11).

As classes constituem e são produtos das relações antagônicas em seu processo de produção e reprodução, no constante movimento das relações sociais, expressam-se em um movimento de contrários (OLIVEIRA, 2003, p. 17). Só podem ser entendidas enquanto relações no seio do movimento dialético existente nas divisões sociais que as constituem, no processo de oposição de uma para outra, reconhecimento que constitui o espaço da política como mediação concreta do “fazer-se” por meio de experiências.

As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras. [...] pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na consciência recíproca de classe. E este movimento de reconhecimento é, sem dúvida, o espaço da política. [...] Este é o movimento da subjetividade ou subjetivação da objetividade. A constituição das classes repousa sobre este movimento complexo da produção e da reprodução, e as representações das classes uma *vis-à-vis* das outras formam a trama insubstituível das mediações. (OLIVEIRA, 2003, p.18).

²² Ellen Wood (2003) se refere à obra *A formação da classe operária inglesa*, do historiador britânico Edward Palmer Thompson, publicada no Brasil em 1987. Localizada no contexto da tradição marxista, é considerada um clássico da historiografia no estudo das classes trabalhadoras. Está dividida em três volumes: o primeiro se intitula “A árvore da liberdade”, seguido por “A maldição de Adão” e “A força dos trabalhadores”.

Desta forma, o sociólogo Francisco de Oliveira expressa que as classes se constroem no processo e no movimento das relações sociais, “de reconhecimento” no âmbito das contradições e dos antagonismos engendrados pelo modo de produção capitalista, que edifica a construção política de classes com interesses opostos. Há, portanto, duas dimensões constitutivas: uma econômica estruturante, que a define na divisão produção, mas também outra de caráter subjetivo-espiritual, compondo as mediações políticas inerentes às relações de classe, seus interesses, formas de vida, cultura e experiências.

Assim, as classes podem ser consideradas a partir da noção das relações que homens e mulheres estabelecem entre si para produzir e se reproduzir socialmente. Não podem ser concebidas com elaborações teóricas acabadas e fechadas, pois não são. Constituem-se no movimento histórico, social, econômico, cultural e político, são realidades vivas, reais, saturadas de complexas mediações que se expressam de modo contraditório, dadas as gramaturas e densidades de seu tempo social na íntima conexão com o modo de produção. São tecidas, criadas e recriadas no bojo sócio-histórico e econômico pelos sujeitos ordinários que vivem, que se constroem como sujeitos de uma classe sob e no espaço social.

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagonísticos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001, p. 274).

Classe é um fenômeno histórico que não se encontra independente das condições objetivas da vida material, mas que também se constitui de aspectos e condições culturais, políticas, relacionais que envolvem o traçado da produção. Não podemos entender classe e sua formação como uma definição determinista que se engendra unicamente por meio da posição em que os indivíduos se encontram na divisão do trabalho, mas como um fenômeno social forjado no bojo das relações sociais, mediadas no esteio relacional e contraditório do processo social, das relações de produção na travessia e na composição de modos de vida.

Esse reconhecimento constitui as classes e suas consciências de modo relacional, antagônico e oposto, não de modo linear ou imediato, mas como processo histórico do fazer-se político edificado através das mediações de seus interesses, no constante processo de reprodução da vida social na sociedade capitalista. É neste movimento entre produção, reprodução, antagonismos, contradições que as classes se constituem, na trama insubstituível das relações históricas, políticas, culturais, econômicas, compostas (não só, mas também) por experiências sociais dos sujeitos que a fazem, edificam-na.

Na compreensão de Thompson (1981), classe é uma formação tanto cultural como econômica, é uma relação social que contém e é resultante de experiências comuns, de modos de vida que se interconectam com suas condições econômicas, com a densidade histórica, com as relações de seu povo, de sua família, cultura, comunidade, de seu espaço social. Como preferia escrever: as classes constituem-se de “gente” inserida em processos econômicos e culturais.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus [...]. (THOMPSON, 1981, p.10).

Portanto, toda experiência é uma experiência de classe, constitui-se como mediação social dos homens em processo relacional com os outros homens em igual condição de modo de vida, na partilha do espaço em que vivem e ocupam socialmente. As experiências sociais são engendradas na vida material e espiritual, amalgamadas em termos de classe na objetividade da divisão social da produção.

Assim, as experiências de classe se constituem em atos históricos, em processos e movimentos que são permeados por contradições, por conflitos, por antagonismos. A experiência é a expressão das situações em que se vive, em outras palavras: “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

É importante destacar que a experiência é sempre histórica e vinculada ao seu tempo e espaço social, costurada na trama histórica relacional como um “fazer-se” que tem como elemento a cultura, que se expressa em atos, ideias, costumes,

sentidos, valores e consciência de sua condição, de seus modos de vida, do lugar social que ocupa e movimenta nas relações sociais.

As experiências são dialéticas, articulam passado, presente e futuro, expressam as contradições das experiências históricas materializadas nas condições objetivas e subjetivas da vida, contidas nas situações reais, nas porosidades das existências do real.

É evidente que a classe trabalhadora carrega consigo as marcas, as densidades e o peso histórico das opressões, dominações, da exploração do trabalho, das espoliações vividas cotidianamente, das tiranias políticas que se revestem e se materializam na história. As experiências dos trabalhadores, dos sujeitos simples e ordinários²³ se mediatizam no âmbito da vida cotidiana, nas formas como a vida é produzida, organizada, vivida ou mesmo sobrevivida.

Chauí (1988, p. 12), no prefácio do livro *Quando novos personagens entram em cena*, de Eder Sader, reflete que estudar e analisar as experiências sociais pressupõe colocar em foco e sob perspectiva analítica o cotidiano popular, como um espaço-tempo que é saturado de determinações históricas, que contém resistências, marcas de lutas, em que o espaço público se movimenta, constrói-se permanentemente por meio de experimentações e relações entre os sujeitos em seu fazer histórico e político. Destaca que é no solo do cotidiano que acontecem as finas linhas do traçar sócio-histórico, é na vida cotidiana dos sujeitos que se expressam as gramaturas das relações sociais, das lutas e resistências encampadas nos modos de vida que nem sempre são analisados e estudados.

[...] movimentações que antes podiam ocorrer de modo quase silencioso... passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras num conjunto que lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico. Não é o cotidiano nem sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências. (CHAUI, 1988, p. 12).

Portanto, as experiências sociais dos sujeitos traçadas no esteio da vida cotidiana podem permitir a apreensão e aquisição de conhecimentos sobre as

²³ O termo ordinário é utilizado aqui para tratar dos sujeitos comuns, que vivenciam suas experiências na escala do cotidiano, no âmbito das sociabilidades simples. A antropóloga Venna Dass (2020) reflete sobre a necessidade “descer” ao ordinário para captar as relações sociais, para se apreender as mediações do real, aponta que: “A suspeição em relação ao ordinário parece, para mim, estar enraizada no fato de que os relacionamentos requerem uma repetida atenção ao mais ordinário dos objetos e eventos, porém, nosso impulso teórico, muitas vezes, é o de pensar a ação em termos de escapar do ordinário e não de descer a ele”. (DAS, 2020, p. Kindle Edition, Location 48).

relações sociais, a partir do processo de lutas de classes em sua dinâmica e movimento. Contribuem com saberes políticos próprios e inerentes ao processo da realidade social vivenciada nos territórios, na luta e resistência pela produção e reprodução da vida.

As experiências de classes contêm densidades políticas em movimento e exercício, na tração e relação com os lugares em que se desenvolvem e se (re)produzem. Desta forma, as experiências dos sujeitos manifestam significados e indicadores de experiências coletivas, de desenhos e arquiteturas sociais maiores, das relações e dobraduras da vida política dos espaços locais em sua relação com que é global das relações sociais, econômicas, políticas e históricas, pois “ora os sujeitos estão implicados nas estruturas objetivas da realidade” (SADER, 1988, p. 45). Mas as experiências permitem capturar os padrões de solidariedade, as relações de conflitos, as provisoriedades, as noções de justiça, de direito, as forças, lutas e resistências.

Estudar as experiências de classe permite deslindar o contemporâneo contexto social e econômico das relações com o tempo e com o espaço, das dinâmicas de trabalho (ou do não trabalho formal), de sobrevivência, as formas de tradição, de valores e hábitos que emergem, dadas as novas gramaturas sociais, econômicas e políticas do tempo presente. Aproximar-se das experiências de classe possibilita compreender as relações dos sujeitos com seus espaços de vida, apreender suas dinâmicas relacionais, socioterritoriais.

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos [...]. (SADER, 1988, p. 45).

Neste sentido, é por meio da experiência vivida que as classes se constituem, e que a consciência recíproca de classe se forma. No processo relacional é possível compreender a conexão e o fio condutor entre classes e a produção do espaço territorial, pois é na mediação das reproduções da vida, da experiência social de sujeitos concretos que os territórios são construídos, edificados por meio de seus usos, de suas vivências, que não estão isoladas, apartadas das relações sócio-históricas de produção.

Ao se constituírem, as classes também edificam seus espaços e, na conexão com as densidades de seu tempo social, constroem seus modos de vida. É através das experiências materiais, culturais e políticas que constroem, na dialética processual de suas relações, os seus territórios. Edificam e forjam (criam) seus espaços de vivência, pertencimento, seus territórios relacionais de classe, tecidos nas experiências comuns coletivas e partilhadas com seus pares.

As classes constroem não como querem, mas como podem seus espaços de vida, seus lugares de pertencimento, de moradia, onde a cultura popular se movimenta e se expressa como modo de vida. Constroem a si mesmas em relação com seu espaço material e relacional; no intercâmbio entre seu cotidiano e as exigências do modo de produção, criam desdobramentos de estratégias de sobrevivência, de resistência, de rebeldia no manejo histórico e político de suas condições e relações, para responder a suas demandas, necessidades de sobrevivência.

Neste sentido, considera-se que territórios e experiências de classe estão conexos, compõem-se no mesmo processo, pois o fazer histórico das classes é saturado de experiências que se mediatizam no espaço material, relacional que contém as condições objetivas e subjetivas da história, que se espraia e se conflui na vida dos sujeitos, ou seja, as experiências fazem os territórios e estes por sua vez também constituem as experiências de classe. Os territórios são constituídos de experiências sociais, de acúmulos históricos, de camadas econômicas, políticas, sociais, do processo de significações dos homens comuns ao sistema de produção e reprodução das relações sociais.

Os territórios, na perspectiva da geografia crítica, constituem-se a partir do uso que os sujeitos fazem de seu espaço relacional, no intercâmbio das práticas sociais, da coexistência, do espaço compartilhado (SANTOS, 2014, p. 313). Expressa as relações sociais, históricas entre os sujeitos e a sociedade, que se desdobram na construção dos espaços geográficos, em territórios que contêm e revelam as densidades das conexões e dialéticas entre sujeito, tempo e espaço.

A territorialidade é, igualmente, transindividualidade, e a compartimentação da interação humana no espaço é tanto um aspecto da territorialidade como da transindividualidade.

A relação do sujeito com o prático-inerte inclui a relação com o espaço. O prático-inerte²⁴ é uma expressão [...] para significar as cristalizações da **experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens**. [...] O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada uma. (SANTOS, 2014, p. 317, grifos nossos)

O espaço territorial, portanto, carrega consigo as experiências, as mediações sociais, econômicas e culturais que movimentam as relações sociais, não só como abrigo ou palco do processo social, mas como espaço socialmente construído e em permanente processo de (re)construção pautado no esteio das práticas sociais, no intercurso das disputas e contradições sociais. Neste sentido, consideramos que o espaço territorial é construído no intercâmbio das experiências dos sujeitos sociais em suas relações de classe. No processo em que os sujeitos se constroem como classe, ao mesmo tempo, e por essa relação sócio-histórica, edificam seus espaços de vida. É no “fazer-se” como relação social que os territórios e as classes se constituem de modo imbricado e dialético.

O sentido de rugosidades, trabalhado por Milton Santos (2014), pode ser apreendido como marcas, vincos, relevos traçados pelas diferentes camadas do tempo e dos ciclos de produção econômica do capital sobre os espaços territoriais. Revelam as densidades dos processos econômicos, da divisão social e técnica do trabalho, em outras palavras, exprimem as heranças das relações de produção econômica e social sobre os lugares.

Com base nessas afirmações, pode-se dizer que as rugosidades são amálgamas de experiências sociais, dos **usos** que as classes historicamente fazem dos espaços. São esses **usos** que constroem territórios mediados por classes, não há produção social do espaço sem vinculação com as dimensões de classe; todo

²⁴ O prático-inerte é um conceito cunhado pelo filósofo Jean-Paul Sartre, em sua obra *Crítica da razão dialética* (2002). Está relacionado à noção de que a realidade é constituída pelo mundo da natureza e pelo mundo construído dado os desdobramentos humanos ao longo da história na luta contra a escassez. Esta relação entre homem, natureza e trabalho humano na luta contra as exiguidades contém o “prático-inerte”, ou seja, expressa o movimento do mundo da práxis dos homens em que as experiências passadas dos indivíduos se fundem corporificadas em formas sociais (SARTRE, 2002, p. 195). Milton Santos, discutindo o espaço cotidiano, chama a atenção para o conceito de “prático-inerte”, somando ao debate que as experiências sociais passadas (históricas) configuram não somente formas sociais, modos e relações sociais, mas também o espaço geográfico. Destaca: “podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte”. (SANTOS, 2014, p.317).

território está intimamente conectado com as estruturas e os modos de vida das classes no processo de produção e reprodução das relações sociais.

O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas. [...] Chamamos de rugosidades ao que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 2014, p. 140).

Assim, os territórios são saturados e mediatizados por essas rugosidades, por marcas do processo do desenvolvimento histórico, das contradições, das formas pretéritas de produção, divisão e organização do capital e do trabalho. Marcados por densidades e vincos sociais, entre os quais se destacam as relações de classe, os territórios sintetizam a relação das categorias ontológicas tempo e espaço.

As classes movimentam a dialética do tempo e do espaço no território vivido, construído, formado, inventado pela necessidade do trabalho, pelas durezas e densidades da vida nas dobraduras do modo de produção capitalista. Como expressa a canção popular, a vida é feita de “gente lavando roupa, amassando pão, gente pobre arrancando a vida com a mão”²⁵; pessoas realizando a vida como podem a partir das determinações econômicas, políticas e sociais que incutem seu tempo histórico.

É importante sinalizar que as camadas das classes que vivem do trabalho no contexto atual são heterogêneas, diversificadas, configuram-se de modo variado em sua forma e maneira de inserção no processo produtivo, tendo diferentes ganhos, posições, formas e regulação do trabalho (ANTUNES, 1995). Portanto, a ideia de classe que se tem aqui não se constitui unicamente em um modelo específico ou atende diretamente a pré-idealizações conceituais. A noção de classe é compreendida neste trabalho a partir de seu sentido amplo, que não se restringe à noção de um tipo de operário fabril, assalariado, mas um conjunto de sujeitos que

²⁵ Trecho da música “Gente”, de autoria de Caetano Veloso, que compõe o álbum *Bicho*, de 1977.

para viverem dispõem somente de sua força de trabalho para mediar e garantir a reprodução da vida.

Ao adotar a categoria classe, refere-se às camadas de trabalhadores que não dispõem de acúmulos financeiros, bens e cotas de reservas relativas aos meios de produção. Portanto, são excluídos da análise os gerenciadores, executivos, administradores dos fluxos financeiros e de grandes empresas, os chamados atualmente de *CEO*²⁶, que atuam diretamente na formulação das operações econômicas vitais ao processo de ampliação, reprodução da exploração e domínio do capital, que vivem em condições de vida aproximadas de acesso e bens das classes dominantes, dos detentores do capital.

Em nossa concepção ampliada estão excluídos da classe trabalhadora os gestores do capital, que são parte constitutiva da classe dominante, pelo papel central que têm no controle, na hierarquia, no mando e na gestão do capital e de seu processo de valorização, bem como os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural, que é detentora – ainda que em menor escala – dos meios de sua produção. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação. (ANTUNES, 2018, p. 91).

Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, Marx (1993, p. 109) faz crítica à economia política clássica e analisa as condições do trabalhador, associando-o a um animal que apenas recebe o essencial para comer e sobreviver, de modo que o capitalismo configura sua existência exclusivamente para trabalhar.

²⁶ O termo, sigla das palavras em inglês *Chief Executive Office (CEO)*, refere-se aos altos executivos, presidentes, diretores de empresas do mundo corporativo. São os que estão no topo da hierarquia operacional e de comando dos fluxos do capital financeiro, suas condições, modos de vida, formas de pensamento e também de acesso à riqueza socialmente produzida estão mais próximos da reprodução das classes dominantes e em nada se assemelham aos modos e condições de vida da grande maioria dos trabalhadores, que vivem nas periferias das cidades.

De acordo com reportagem publicada no portal de economia do *site* da Editora Abril, a respeito da Pesquisa de Remuneração de Presidentes e Diretores Executivos no Brasil de 2016-2017, realizada pela empresa de consultoria Page Executive, destaca que os salários de um *CEO* nas empresas brasileiras varia entre 44 mil a 105 mil reais, além de bônus e vantagens dos cargos que podem chegar a 9% do valor do salário. Informações disponíveis em: <http://veja.abril.com.br/economia/quanto-ganha-um-ceo-de-grandes-empresas-e-como-chegar-la/>. Acesso em: 29 nov. 2019, às 20h36min.

Se comparado ao salário mínimo nacional, que em 2019 correspondia a R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), a discrepância aritmética entre o menor valor pago a um *CEO* e um trabalhador que recebe um salário mínimo chega a 2.268%. Isso considerando os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho e que recebem um salário mínimo, uma vez que o contingente de desempregados no país chegou, em outubro de 2019, a 12.515 milhões de pessoas que não contam com qualquer tipo de remuneração formal, segundo dados sobre o desemprego no país disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) (IBGE, 2019).

É todo evidente que a economia política considera o proletário, isto é, aquele que vive sem capital ou renda, apenas do trabalho de um unilateral, abstrato, como simples trabalhador. Consequentemente, pode propor a tese de que ele, tal como um cavalo, deve receber tanto quanto precisa para ser capaz de trabalhar [...]. Mas a economia política concebe o trabalhador como simples animal, besta de carga cujas necessidades se limitam estritamente a necessidade corporais. (MARX, 1993, p.109-110).

Nessa publicação, Marx adota o termo proletário, derivado do latim *proletarius*, que é definido como aquele que somente tem a si e sua prole, que não detém nada além de sua força de trabalho para mediar sua sobrevivência. O historiador Marcelo Badaró Mattos (2019, p. 26), ao explicar as reflexões de Marx sobre classe, discorre que:

[...] a classe trabalhadora foi por ele definida, de forma bastante ampla, como o conjunto de pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho por meio, primordialmente, do assalariamento. Ao tratar da classe trabalhadora, mesmo em seus textos de crítica da economia política, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial nem por meio de uma associação restritiva como os submetidos ao que ele chamou “subsunção real” do trabalho ao capital nem por uma definição que fechasse a classe no trabalho produtivo. (MATTOS, 2019, p. 26).

Neste sentido, é essencial refletir que a noção de classe trabalhadora não se restringe somente a quem exerce o trabalho produtivo, mas trata-se de um amplo conjunto de sujeitos que se mediatizam em relações e condições sócio-históricas comuns. Assim, a condição proletária parecer ser mais adequada para expressar e definir os sujeitos que compõem a classe trabalhadora em tempos de extremas mudanças que impingem “novas morfologias do trabalho”²⁷ (ANTUNES, 2018).

²⁷ A designação conceitual “novas morfologias do trabalho”, cunhada pelo sociólogo Ricardo Antunes (2018, p. 92-93), expressa a coexistência entre as formas tradicionais e novas formas na extração do mais-valor do trabalho, pautada em configurações econômicas da superexploração, autoexploração, engendradas pela lógica do capital financeiro que penetra as capilaridades da vida, desregulamentando direitos trabalhistas e formas tradicionais de trabalho. Nas palavras de Antunes (2018, p. 92-93), “há evidências razoáveis de que existem, hoje, em paralelo à ampliação das formas de trabalho, novas modalidades de vigência da lei do valor. Em verdade, estamos presenciando uma intensificação e ampliação dos modos de extração do sobretrabalho, das formas geradoras do valor, resultado da articulação de um maquinário altamente avançado (de que são exemplos as TICs que invadiram o mundo das mercadorias), com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores “qualificações” e “competências” da força de trabalho. Dada a nova morfologia do trabalho, com sua enorme gama de trabalhadores/as invisíveis, vem ocorrendo uma potencialização dos mecanismos de intensificação (quando não de autoexploração do trabalho). Menos do que perda de validade da teoria do valor, nossa hipótese é que a invisibilidade do trabalho é uma expressão aparente que encobre a real geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laborativo em que ocorre exploração”.

Em outras palavras, a classe trabalhadora ou proletária é composta por amplo conjunto de sujeitos que não detêm o controle dos meios produtivos, apenas contam com sua força de trabalho para a venda no mercado formal e informal do modo de produção capitalista. Ainda se somam a esse conjunto todos os sujeitos que não estão inseridos no mercado de trabalho, ou ainda não conseguem movimentar-se ou inserir-se no processo produtivo, mas que constituem a classe trabalhadora por experimentarem condições de vida que só essa classe vivencia, por terem modos de vida marcados pela espoliação, fome, exploração, faltas, violências próprias das contradições do modo capitalista de produzir.

No entanto, ainda tendo referência em Marx, não é apenas no operariado fabril que devemos procurar a classe trabalhadora e, portanto, o sujeito potencial da transição revolucionária da sociedade. O proletário é muito mais amplo e envolve os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarização envolva sempre precarização em algum grau) assalariados regulares ou não. (MATTOS, 2019, p. 90).

Portanto, a classe trabalhadora é composta por todos aqueles sujeitos que vivem, experimentam essas condições de precariedade e se movimentam em relações sociais permeadas pelas densas dobraduras da produção em condição desigual e antagônica à riqueza socialmente produzida. A classe trabalhadora é traçada pelos sujeitos que a constituem em relação social, na interconexão entre as forças de produção, suas necessidades e formas singulares de modos de vida, variadas formas de sociabilidade e cultura.

Partiremos da formulação de que ela (classe) compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção. [...] A classe trabalhadora ampliada inclui, portanto, o vasto leque de assalariados improdutivos, geradores de um antivalor no processo de trabalho capitalista, mas que vivenciam situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos/as trabalhadores/as produtivos/as. [...] a classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do XX. [...] A classe trabalhadora, portanto, é composta – e isso é decisivo hoje – da totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados. (ANTUNES, 2018, p. 88-91).

É sob essa compreensão que a experiência se funde com a noção de classe que se constrói historicamente a partir da vivência dos homens, que também se fazem sob a base do espaço geográfico – usado, praticado, construído, por meio da mediação do trabalho como mote ontológico criativo, que transforma a natureza, a si e, por consequência, o espaço natural em espaço social e relacional construído, ao qual se designa território.

Deste modo, a experiência social tem papel central na formação das relações sociais e da sociedade. As ações humanas costuram as dimensões da vida material, social, cultural, não se restringindo somente às determinações econômicas. A experiência é tão somente aquilo que se movimenta e se conecta às relações sociais, é revestida e saturada de historicidade, de rugosidades territoriais, que se expressam no transitório das formas de produção, na relação entre a vida social e os costumes, os modos de vida e o processo de produção.

A experiência é uma categoria com sentido histórico, capaz de apreender no campo do pensamento a síntese dos elementos da vida concreta, real, os quais dizem respeito à objetividade e subjetividade, ao individual e ao coletivo, ao universal e ao particular. Torna-se o objeto empírico para análise dos costumes, tradições, sistema de valores. É o material sobre o qual o historiador, o sociólogo, o educador e outros estudiosos devem se debruçar para a compreensão da totalidade social. É uma categoria que propicia o entendimento das particularidades e singularidades dos processos de produção da vida social. (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 64).

É imprescindível que as experiências comuns dos sujeitos e de seus espaços de vida possam ser percebidas, analisadas, estudadas. É preciso investigar de que modo as experiências compõem a luta de classes, quais experiências comuns existem no tempo presente em relação à classe trabalhadora, quais são os pontos convergentes nas experiências dos lugares de vida dos sujeitos. O que é comum na vida partilhada nos territórios e que traçam e determinam a história do lugar?

Atentar-se ao “fazer-se” dos lugares é compreender a forma como as classes constroem seus espaços de vida, apreender as mediações que envolvem a história, os sujeitos, a maneira como as experiências são tratadas culturalmente que se revelam nos costumes, tradições, símbolos, sistemas de valores, de pertença, de conflitos, códigos de morais.

A análise do processo histórico pressupõe o entendimento de como, pela experiência, esses homens e mulheres vivem, percebem, sentem, fazem e refazem o conjunto das relações sociais,

determinadas tanto por pressões externas como pela vontade coletiva. (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 69).

Foram as mediações da experiência que permitiram identificar e possibilitar a apreensão dos movimentos que constituem o real, a relação dos sujeitos históricos no tempo presente, das situações reais, do contexto em que as experiências emergem, pois, “as relações de produção são relações entre pessoas que se unem pelo processo de produção e o nexo antagonista entre os que produzem e os que se apropriam de sua mais-valia” (WOOD, 2003, p. 88), constituem o processo antagônico de luta das classes sociais na tensão da construção histórica, da reprodução do sistema produtor, das formas de sociabilidade e pertencimento, dos modos como os lugares são construídos e para quem são destinados.

É imperiosa a necessidade de atentar às diversidades das experiências coletivas, para as diversidades locais, regionais e territoriais, para as práticas sociais desenvolvidas nos espaços de vida dos sujeitos. É preciso se aproximar das compreensões, determinações que incidem sobre as formas em que o nexo antagonista da produção econômica se expressa na materialidade da vida dos lugares e como os sujeitos significam essas mediações em suas vivências territoriais, nas formas como lidam, como expressam sua relação com outro e constroem relações territoriais de classe.

Nesse processo, as experiências se revelam em espaços específicos, lugares, territórios e territorialidades de classe, identificações, divergências, lugares ocupados, costumes, jogos de força, relações de poder tramadas nas práticas sociais. Essas linhas mediativas que compõem as experiências marcam e demarcam as lutas, o trabalho, as contradições, os territórios, a cidade e a constituição dos sujeitos urbanos. (KOGA, DINIZ, 2018, p. 52).

São as práticas sociais que revelam as mediações das experiências no interior das relações sociais, no âmbito comum da vida, no fazer-se como classe em seus espaços vividos, vivenciados e praticados socialmente. Essas apreensões não nos servem apenas para explicar as relações existentes entre classes, experiências e formações de territórios, mas também se apreendidas revelam os nexos das transformações, o processo histórico fazendo-se nas tramas das cidades, dos bairros, das favelas, ocupações e territórios da classe trabalhadora. É a evidência do “fazer-se” dos sujeitos históricos em movimento, transformando e transcorrendo suas práticas sociais no “chão” onde as relações sociais emergem e acontecem.

E as cidades e os espaços da cidade são os lócus em que esses processos se constelam, na própria medida em que o diagrama biopolítico remete às dimensões urbanas da vida, nas suas redes, nos seus serviços, nos modos de viver e circular, nos acessos e bloqueios, aos seus recursos. [...] A cidade não é apenas a arena em que as resistências se expressam, pois no cerne desses antagonismos está a própria produção de seus espaços, de suas estruturas, de seus meios e de seus recursos. Não é apenas o cenário em que as vidas são vividas. É dela, de seus espaços, de seus circuitos, de seus recursos, que seus habitantes não apenas dependem para levar suas vidas, pois em torno delas estão em questão as possibilidades da produção das vidas e das formas de vida. (TELLES, 2017, p. 37).

É neste sentido que as categorias experiência e classe ganham força em sua “dialeiticidade”, ou seja, como componentes do real, que em relação e movimento histórico apresentam possibilidades de desvelar as contradições das dobraduras do presente.

São categorias que podem colaborar na mediação analítica; revelar além das porosidades fenomênicas imediatas; expressar as relações sociais vivenciadas no cotidiano pelas classes trabalhadoras, que fazem suas vidas em determinadas condições econômicas e históricas, enfrentando objetivamente processos de dominação e exploração. Mas não a fazem de modo determinado ou ahistórico, ao contrário, produzem e reproduzem suas vidas no esteio das lutas, congregando experiências sociais de resistência, de rebeldia, de resignação.

Neste contexto, destaca-se a necessidade de compreensão da história como constructo social e humano, vista a partir de outras lentes – para além das narrativas históricas que foram contadas, conformadas, registradas e veiculadas pelos “vencedores”, por aqueles que supostamente venceram as lutas e as batalhas pela dominação e exploração. É preciso buscar a história social para além das noções e representações das forças dominantes que estão a serviço e impregnadas pelo “*ethos* burguês”, que apresentam suas versões da história, da cultura e do processo social como únicas e verdadeiras relações e fatos históricos.

Michel Löwy (2011), refletindo sobre as concepções da cultura nas teses do filósofo Walter Benjamin, retoma e discute o sentido de cultura e história como processo dialético conectado às materialidades das relações e condições sociais. Recupera a noção de Walter Benjamin sobre a necessidade de “escovar a história a contrapelo”, ou seja, é preciso romper com a noção pragmática da história como

sucessão de fatos lineares, com apelo ao desenvolvimento dado na sobreposição de fatos. Enfatiza a necessidade de movimentar a compreensão do processo histórico e da cultura na perspectiva dialética e de movimento sócio-histórico, que está conectada às batalhas, às guerras e, sobretudo, às lutas de classe e às experiências sociais dos sujeitos. São os processos contraditórios da história – como movimento que possibilita apreensões profícuas que possam desvendar as porosidades das narrativas dos vencedores, dos dominantes – que cultivam a cultura como elemento de reprodução da sua dominação social e que determina as narrativas culturais hegemônicas. A cultura se mostra como “um instrumento das classes dominantes” (BENJAMIN, 2017).

“Escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2017) exige deslocamentos do olhar epistemológico, ético, político sobre a história e o real. Exige compreender criticamente que a história e a cultura enaltecem os símbolos dos vencedores, expressam os ícones culturais da barbárie²⁸, que foram erguidos sob sangue, opressão social, política e econômica dos pobres e trabalhadores. Nasceram da injustiça de classe e representam as desigualdades, as repressões, violências.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção, com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo²⁹. (BENJAMIN, 2017, p. 3).

²⁸ Michel Löwy (2011, p. 23-24) detalha o pensamento de Walter Benjamin especialmente a reflexão contida na tese VII: “O que Benjamin quer dizer concretamente quando menciona barbárie presente em cada documento cultural? A tese VII faz referência à ‘conversa sem nome’ imposta ao povo. Os exemplos mais evidentes desta barbárie podem ser encontrados nos monumentos da arquitetura [...] porém, é possível dizer a mesma coisa das numerosas construções de prestígio, dos aquedutos romanos nas catedrais do palácio de Versailles ao da Ópera de Napoleão III. Muitas vezes o elemento de barbárie está diretamente presente na natureza mesmo do edifício. Os monumentos que celebram as vitórias imperiais (como o Arco do Triunfo em Paris) são ilustrações desta ‘barbárie intrínseca’. [...] os bens culturais são ‘produtos de luxo’ fora do alcance dos pobres, estes tesouros da cultura são, inevitavelmente, em todos os modos de produção, fundados sobre a exploração – quer dizer, sobre a apropriação do trabalho excedente por uma classe dominante. Estes são, então, ‘documentos da barbárie’”.

A análise detalhada das teses “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin, pode ser estudada na obra: LÖWY, Michel. **Walter Benjamin um aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

E também na obra do próprio filósofo: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

²⁹ Walter Benjamin presenciou em vida a tomada do poder pelas forças nazistas na Alemanha e se opunha radicalmente a esse regime autoritário e nacionalista, tanto que as 18 teses sobre o conceito de história, publicadas em 1940, trazem sua reflexão com forte oposição ao fascismo. Reflete que “o assombro como fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável” (BENJAMIN, 2017, p. 3).

É preciso recuperar e se aproximar da história social dos oprimidos, dos considerados “vencidos” pela exploração, daqueles que não tem suas histórias reveladas nas páginas dos livros, que não estão nos diálogos acadêmicos, que quase não se revelam em obras de arte nos museus, nas galerias e praças das cidades. É preciso indagar, “escovar a história”, procurar saber e se aproximar das sapiências, resistências e modos de vida dos oprimidos, das experiências que constituem a classe trabalhadora e seus espaços de vida, reposicionando questões, fenômenos, processos e relações históricas.

A história deve estar conectada e integrada à história da luta de classes (BENJAMIN, 2017, p. 1240), é necessário deslocar as apreensões da realidade, movimentando-se a partir da tonicidade política das classes, de suas experiências, de suas construções nos territórios buscando outras narrativas, examinando a história, os processos sociais, mas se posicionando do lado dos vencidos, daqueles considerados hegemonicamente como párias, dos malditos, dos criminalizados, escravizados historicamente, dos que somente tem sua força de trabalho para engrenar-se no sistema produtivo.

Permitir a descoberta das “histórias de gente sem história”, **procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional.** [...] explorar as experiências históricas de homens e mulheres cuja identidade foi tão frequentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem. (MATOS, 2000, p. 11-12, grifos nossos)

Olhar para a história a partir das experiências de classe pode contribuir para a apreensão dos processos sociais vivenciados pelos homens simples, pelos trabalhadores, pelos historicamente oprimidos e vencidos. Trata-se de pensar e problematizar a história por meio das experiências dos sujeitos ordinários, dos homens de sociabilidade simples, aqueles que não representam o poder hegemônico, mais sim homens e mulheres comuns, sujeitos fazedores de sua classe, cheios de sentidos políticos, que constroem as relações sociais, mas que estão subsumidos pela dominação autoritária e pelas narrativas convencionais ao “rodapé da história” (MATOS, 2000).

A experiência de classe é uma categoria histórica, dinâmica, relacional e concreta, pois, a partir das classes sociais, os sujeitos constroem suas experiências, vivem, exercem práticas, fazem escolhas. Ao mesmo tempo são explorados, sofrem

opressões, violências, mas também constroem resistências às formas de dominação que os impingem. Neste sentido, a compreensão da experiência possibilitará aproximar-se e apreender os eventos, suas formas deletérias, fragmentadas, contribuirá para a leitura sobre como os sujeitos atribuem significados ao processo de luta pela reprodução da vida nos territórios periféricos. Afinal, “toda experiência é uma experiência de classe – e sua significação como componente de construção da consciência social” (LIMA, 2017, p. 95).

CAPÍTULO 3

COTIDIANO, EXPERIÊNCIA E TERRITORIALIDADES

*Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevivem em meio às honras e covardias
Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando:
o que você tem a ver com isso?”
(RACIONAIS MC's, 2002)³⁰*

Assim como o trecho da música “Negro Drama”, que centraliza o espaço vivido na teia das relações sociais mais próximas dos sujeitos, que localiza periferias, vielas, cortiços, vivências que se emaranham entre honras e covardias, entre o país, a cidade, o chão e a agonia dos lugares, este estudo também se debruça sobre esse lugar, buscando a apreensão histórico-crítica do real dos espaços urbanos da cidade, na conexão com as mediações e experiências de classe na produção, reprodução dos espaços territoriais.

Envereda-se a investigar, por meio da compreensão dos determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais, as conexões sobre as mediações das relações sociais mediadas pelas classes, sua conexão com a materialidade da vida dos sujeitos nos espaços territoriais periféricos, atentando-se para o movimento encampado e silencioso das camadas cotidianas da vida para interpretar a dialética do tempo presente.

Portanto, trata-se essencialmente de apreender e refletir sobre a história por meio da escala do cotidiano, na busca por decifrar a experiência de classes na construção de territórios. Interessa-se pelas relações socioterritoriais no bojo do movimento sócio-histórico, entender suas contradições, dissonâncias e indícios que identifiquem processos sobre as experiências da classe trabalhadora que marcam a construção social dos espaços e suas transformações. Preocupa-se por saber de que modo os acontecimentos ocorrem “a contrapelo” (BENJAMIN, 2017) da história “oficial” narrada pelas forças hegemônicas dominantes, observando que a luta de classes é central no processo histórico da formação dos territórios urbanos e de suas periferias. Em outras palavras, na perspectiva de Thompson (2011), empenha-se em compreender a “história vista pelos de baixo”, por aqueles que transitam nas dobraduras mais recôncavas da cidade, entre vielas, favelas, distritos e quebradas,

³⁰ Trecho da canção “Negro Drama”, composta por Mano Brown e Edi Rock, lançada em 2002 no álbum *Nada como um dia após o outro fia*, do grupo de rap Racionais MC's.

que tecem suas vidas nos esforços para a sobrevivência, que, mesmo marcados pela tenacidade do controle, vigilância e militarização da vida, tecem sentidos políticos, fazem de suas vidas verdadeiras práticas sociais, culturais e políticas de sobrevivência, que também são saturadas ética e estética (PALLOMIN, 2017, p. 13).

Aproximar-se das relações sociais e das experiências de classe na construção do território e conectar as dobraduras da “história dos vencidos” (THOMPSON, 2011) exige compreender o cotidiano como escala mais próxima da vida, inerente aos modos de ser e se reproduzir dos sujeitos sociais. Neste sentido, o cotidiano não pode ser entendido como um espaço-tempo deslocado da história, mas, ao contrário, é um dos níveis constitutivos do movimento e do fazer histórico na realidade. O cotidiano é ineliminável e insuprimível da vida dos homens, dado que nenhum sujeito pode desvencilhar-se da trama da vida cotidiana.

Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável. [...] A vida cotidiana, posta assim, em sua insuprimibilidade ontológica, não se mantém como numa relação seccionada com a história. O cotidiano não se descola do histórico – antes, é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais. (NETTO, 2010, p. 66).

A vida cotidiana está ancorada nas mediações mais tênues da história e se configura nas relações sociais que se presentificam na existência dos sujeitos. José Paulo Netto (2010, p. 67) recupera as reflexões tecidas pelo filósofo Georg Lukács, que estabelece três determinações fundamentais e ontológicas constitutivas da cotidianidade: a) heterogeneidade, que corresponde à interseção de atividades, universo de fenômenos e processos de natureza compósita, ou seja, envolve modos de trabalho, vida, interações, linguagens, relações políticas, a vida privada; b) imediaticidade, processo de reprodução direta entre pensamento e ação, espaço do espontâneo e automático; e c) superficialidade extensiva, que mobiliza todas as atenções e forças dos sujeitos para sua reprodução, dada a heterogeneidade e imediaticidade do cotidiano, mas toda essa atenção se desvincula das relações e conexões que as cercam, portanto, a vida cotidiana tem como determinação a expressão da superficialidade dos fenômenos.

Assim, posta a sua heterogeneidade, a vida cotidiana está centrada na imediaticidade e superficialidade extensiva, que se expressa na escala do espaço-tempo das relações mais próximas do sujeito e de seus espaços de vida, porém não

pode ser confundida nem se equivale com a vida privada, embora esta também esteja conectada à esfera cotidiana. É preciso apreendê-la como espaço inerente ao metabolismo entre sociedade, natureza, produção e relações sociais, amalgamada na produção material e espiritual da vida em sociedade. Em outras palavras, a escala do cotidiano pertence ao nível de onde e como a vida acontece, lócus em que as matérias da história dialeticamente se depositam e espiram.

[...] a vida cotidiana é o alfa e o ômega da existência de todo e cada indivíduo. Nenhuma existência individual cancela a cotidianidade. Daí que esta imponha aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, assentados em características específicas que cristalizam uma modalidade de ser do ser social no cotidiano, figurada especialmente num pensamento e numa prática peculiares. (NETTO, 2010, p. 68).

Neste sentido, a vida cotidiana abriga e é fruto das relações sociais mais amplas da sociedade que se convergem em modos e padrões de vida, espaço em que se movimentam as ideias e formas de pensamento, vida e trabalho. Expressa o lócus imediato da reprodução da vida, está repleta de costumes, de valores que orientam as ações, de práticas, é onde se concentram e se assentam as experiências sociais.

Portanto, para a compreensão das experiências de classe e das relações sociais que as permeiam, é preciso adentrar a escala e esfera da vida cotidiana, perfurar a epiderme da superficialidade dos fatos que a recobrem, atentar-se ao que é trivial, comum, buscando os elementos e as mediações que as constituem. É necessário refletir sobre, como e de que forma as relações mais amplas do sistema produtivo do capital agenciam e se espraiam nos modos de vida dos sujeitos nos espaços territoriais, no cotidiano das classes no tempo presente. Precisa-se elucidar as formas como as classes que vivem do trabalho mediatizam a reprodução de suas existências em meio às necessidades produtivas e às suas necessidades humanas, nos desdobramentos da vida para garantir as suas formas de existência, luta e resistência.

É preciso atentar para como as relações traçadas pelas novas morfologias do trabalho se capilarizam no cotidiano e na produção dos espaços de vida das classes trabalhadoras. É imprescindível avançar na compreensão da sociologia da vida cotidiana para a compreensão do tempo e do espaço na contemporaneidade, nas formas cotidianas, por vezes não institucionais, de organização política, resistência e

de enfrentamento aos autoritarismos e às opulências financeiras de mercado que cercam as relações sociais contemporâneas.

Identificar e refletir sobre as expressões desses fenômenos na armadura da reprodução cotidiana pela sobrevivência se coloca como um desafio que somente pode ser possível com aproximações sucessivas com o cotidiano, como categoria inerente ao processo de formação, construção dos territórios, como escala mais próxima da vida. A vida cotidiana compõe-se de

[...] uma constelação de narrativas envolvidas com processos específicos de singularização estética³¹. Tais processos mobilizam-se e ou definem modos de pensar, falar, perceber e fazer que resultam na reconfiguração de linguagens e âmbitos coletivos, de espaços do comum em que essas expressões culturais encontram visibilidade, interlocução, legibilidade e reconhecimento. (PALLAMIN, 2017, p. 15).

É preciso adentrar as incidências, dissidências, contradições e os aspectos comuns aos quais as lógicas macroscópicas interpõem e impingem sobre os ritmos, lógicas, ciclos, padrões, tempos, valores, consciência, sentimentos, costumes das classes em meio aos processos das forças produtivas do capital. É preciso atentar para esse contexto e como ele se interpõe e configura as experiências de classe dos sujeitos nos territórios.

O caos imediato em que se configura o cotidiano da massa dos homens, porém, parece feito de coisas – mas não de coisas que se relacionam à natureza, ao mundo extra-humano. Ele é vivido e percebido como um conglomerado de coisas, dados, fatos sociais. Esta faticidade pela qual o ser social se revela na cotidianidade é o traço pertinente do capitalismo tardio. (NETTO, 2010, p. 89).

Neste esteio analítico é preciso conectar o cotidiano como escala do espaço-tempo dos territórios, no bojo do espaço geográfico e relacional socialmente construído, no qual o lugar é lócus onde a vida cotidiana se realiza, materializa e se expressa. É o campo e espaço das experiências como mediação e processo das relações sociais no fino e tênue traço entre os processos do modo de produção, que produz relações sociais na gerência sobre o tempo, espaço e como os sujeitos se

³¹ É importante expressar que a análise permeada por Vera Pallamin (2017), está centrada na reflexão das vozes às margens, refletindo periferias, estéticas e política. Nesse sentido, consideramos que o cotidiano como escala mais próxima da vivência dos sujeitos é composto e se compõem neste traço de singularização estética, ética e política que nos qualifica a pensar os conteúdos relacionais das margens, dos territórios periféricos como inerentes a produção e reprodução da vida cotidiana.

relacionam com as necessidades, tanto da produção como daquelas ligadas à reprodução da vida e sobrevivência.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa. (THOMPSON, 1981, p. 99).

O território se constitui por meio do processo de interação e construção social dos sujeitos, na lógica relacional que se estabelece na trama do cotidiano onde o trabalho e as formas de respostas às suas necessidades se capilarizam e dinamizam em formas de construções socioespaciais. É por meio da vida cotidiana que os territórios se fazem, a partir e com o uso dos sujeitos que nele habitam, que por ele circulam.

O território é um fenômeno material, social e histórico em constante relação com as mediações econômicas, políticas e culturais, é o espaço social que abriga e contém o cotidiano, em que as experiências de classe acontecem, movimentam-se, reconstroem-se no esteio da história como processo. É o lugar da experiência onde os homens em relação exercem-se como sujeitos sociais, políticos e culturais.

O lugar como território, espaço-tempo do cotidiano, movimenta-se na toada da reprodução da vida, em que os sujeitos vivem por inteiro³² mobilizando seus sentidos, parte da razão e consciência, emoções, cultura no processo de produção e reprodução da vida, tecendo experiências sociais, construindo nexos e se construindo nos territórios não como querem, mas como podem. É no solo do cotidiano que a experiência social se funda e se movimenta no intercâmbio e na travessia com os ritmos e tempos das densidades de cada momento histórico, na velocidade dos diagramas das relações sociais, na vertigem provocada pela especulação da produção capitalista.

No cotidiano dos territórios é que as forças da acumulação e seus respectivos processos de metabolização incidem, tracionando o espaço cotidiano como um campo multicomplexo, que dinamizam os sujeitos, empresas, instituições formais,

³² A reflexão tecida nessa passagem expressa o lócus do cotidiano como espaço da vivência, em que os sujeitos o experimentam por inteiro. Está relacionada à ideia de que é no espaço territorial que os sujeitos vivem de modo inteiro, ou seja, como seus sentidos, emoções, razões, na dialética entre a materialidade da vida e cultura. Neste sentido, vivem por inteiro inclusive situações de precarização, carregam as experiências das faltas, das lutas, das dores das espoliações. Portanto, a passagem não pode ser confundida com o gozo pleno de suas capacidades e do livre desenvolvimento humano.

informais que incidem sobre as relações, nas densidades e diversidades da vida cotidiana dos lugares, aprofundando ao mesmo tempo a relação entre os espaços e os sujeitos com as dinâmicas globais do sistema produtivo e cultural.

Os lugares, desse ponto de vida, podem ser vistos como um intermediário entre o mundo e o indivíduo [...]. Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. (SANTOS, 2014, p. 314).

Assim, o espaço territorial e a vida cotidiana não se confundem com localismo, pois este último restringe a intrínseca relação dialética entre espaço e tempo e as relações sociais, econômicas e políticas que o mediatizam. O espaço territorial cotidiano deve ser compreendido como lócus de mediações e saturações sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais, que se desdobram e se refazem com frequência, dada a eloquência da produção e reprodução das relações sociais.

A exemplo dessas densidades e mediações, podemos considerar que o modo de produção impinge constantes e novas dobraduras à vida dos sujeitos sociais. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em seu relatório *World Population Prospects: the 2017 Revision*³³, no ano de 1950 apenas 30% da população mundial habitava em núcleos urbanos; já em 2014 essa cifra percentual sobe para 54%. Esses dados revelam que a população mundial habita em sua grande maioria núcleos urbanos e cidades. Em 64 anos houve acelerado padrão de mudanças no processo de organização e modo de vida, intensificação da proletarianização nas cidades. Esse processo não se dá ao acaso histórico, mas está intimamente relacionado aos circuitos de produção que interferem nos cotidianos dos lugares³⁴. O historiador Marcelo Badaró Mattos (2019) reflete que as mudanças no padrão de urbanização, moradia e ocupação dos espaços no globo terrestre inscrevem novas dinâmicas para as classes trabalhadoras, assim como o adensamento em termos numéricos de sua existência ou de adensamento e concentração nos espaços de vida das classes trabalhadoras nas cidades.

³³ O relatório intitulado *World Population Prospects: The 2017 Revision* (ONU, 2017), em tradução feita pelo pesquisador corresponde a “Perspectivas da população mundial: Revisão de 2017”.

³⁴ Análise aprofundada sobre o processo global de financeirização da moradia e das políticas habitacionais das cidades, espaços urbanos e formas de vida pode ser encontrada em: ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Tal mudança, aceleradíssima para os padrões históricos da vida humana na Terra, indica uma intensificação absurda do processo de proletarianização nos últimos anos. Afinal, embora cresça também no campo a conversão ao assalariamento, a principal razão da migração campo-cidade é a expropriação completa daqueles que ainda encontravam meios de sobreviver principalmente do trabalho agrícola próprio e familiar, graças à propriedade privada ou posse de pequenos lotes de terra. (MATTOS, 2019, p. 73)

Outro dado que chama a atenção está relacionado ao número de desempregados. No mundo todo somaram, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁵, 192 milhões de pessoas em situação de desemprego em 2017. Só no Brasil, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) revelam que mais de 13,4 milhões de pessoas estão fora da proteção social operada pelo trabalho formal. Em termos comparativos, o contingente de desempregados no Brasil supera em grande escala a população da cidade de São Paulo, a maior metrópole do país.

Essas métricas e cifras nos impelem a pensar como e de que modo os sujeitos sociais estão vivendo nas cidades, quais os rebatimentos dessas densidades estruturais, econômicas na vida dos sujeitos comuns, que experiências de classe traçam nesse novo contexto do desemprego estrutural. É preciso saber que lugar ocupam “os sem lugares” (ROLNIK, 2015, p. 141) nas tramas da geopolítica da cidade e como isso repercute na vida cotidiana dos territórios em que vivem.

Milton Santos (2014, p. 315) considera que “a história concreta de nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central”, o que pressupõe a inerente conexão com o cotidiano, como categoria da existência, do mundo vivido, praticado, do território usado, das experiências sociais que congregam no espaço as mediações das ações e práticas sociais, dos trabalhos no cotidiano. “Essa categoria da existência (o cotidiano) presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis, os objetos, as ações, a técnica, o tempo” (SANTOS, 2014, p. 315).

A chamada “virada para o mundo vivido” (SPINK, 2017) destaca o cotidiano como importante prisma e lócus de análise, uma vez que o cotidiano é rico de conhecimentos e possibilidades, constitui espaço privilegiado para leitura, análise e

³⁵ Dados do relatório *Perspectivas sociais e de emprego no mundo: tendências 2018*. Disponível em: http://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_615927. Acesso em: 27 jul. 2020, às 21h53min.

interpretação da realidade, pois expressa a sociedade em movimento, configurada na trama local e temporal dos espaços. É nesse *lócus* que se anunciam aspectos importantes e relevantes que contribuem para os estudos no grande campo das ciências sociais sobre as populações, suas classes e modos de vida, adensando a noção que baliza o conhecimento e a compreensão sobre cotidiano.

É preciso ir além da noção que considera o cotidiano como estático, como *lócus* da repetição e da pura banalidade do efêmero. O cotidiano, porém, conecta-se a diferentes e heterogêneos movimentos, processos, novos e imprevisíveis acontecimentos da trama da vida social, por isso que se constitui expressão da sociedade e suas relações.

O cotidiano como espaço territorial marcado pelo tempo histórico é rico em variedades e acontecimentos, sintetiza a sociedade vivida, “experienciada”, onde o comum ocorre, as repetições e também as novidades e possibilidades acontecem. “Engloba, assim, tanto o instantâneo com duradouro, o transformador e o repetitivo” (SPINK, 2017, p. 594).

Nas experiências sociais travadas no âmbito da vida cotidiana, as interlocuções e interações criam, estabelecem, alimentam e recriam os laços sociais, as sociabilidades entre os sujeitos, seus pares, sua classe, aqueles que convivem, partilham das mesmas condições de vida, dos mesmos quadros de experiências nas cidades, periferias, favelas, identificando as mesmas ressonâncias históricas, econômicas e sociais de um passado e um presente comum, pois “a análise da vida cotidiana envolve concepções e apreciações na escala da experiência social em geral” (LEFBVRE, 1971, p. 28 apud SANTOS, 2014, p. 316).

É nesta compreensão do cotidiano comonexo entre a vida mais global e experiência, que a “virada para o mundo vivido” (SPINK, 2017) descortina possibilidades de análise, de apreensões sobre o intrincado processo das relações sociais, históricas e contemporâneas, nas atenções e análises sobre as formas de ação, pensamento e reflexão das relações sociais e sujeitos, em que o tempo se torna elemento essencial para referenciar outras noções da história, para além das referências aos grandes fatos, acontecimentos e eventos datados nas cronologias oficiais. Oportuniza a análise para os aspectos do mais comum da vida, valoriza a realidade cotidiana, as experiências comuns dos homens ordinários, das interações humanas que congregam e contém os sentidos históricos mais amplos, pois a

história interfere, interpela e significa os acontecimentos da vida comum, “a sociabilidade dos homens simples” (MARTINS, 2010).

Maria Lucia Martinelli (1999), discutindo “O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social”, destaca a necessidade de pensar e de evidenciar os sujeitos sociais a partir de seus modos de vida, a urgente e necessária atenção à vida cotidiana, as suas experiências sociais e os significados que atribuem às suas vivências, visto que a ausência desta perspectiva oculta os sujeitos, institui lacunas no processo do conhecimento da realidade.

Assim, se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que vive sua vida. Como segundo pressuposto é que essas pesquisas partem do **reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida**. Pois as circunstâncias de vida configuram um tipo de fenômeno, outro é o modo de vida. As circunstâncias materiais, as condições de vida, as pesquisas quantitativas me dão, informando-me, por exemplo, o salário de um determinado sujeito, o montante de despesas que tem. Agora modo de vida é bastante diferente, é um conceito introduzido por um historiador inglês contemporâneo Edward Thompson, que nos mostra que o modo de vida é, exatamente, o modo como esse sujeito constrói e vive sua vida. **Envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas. Isso nos remete ao terceiro pressuposto, que se expressa no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social.** (MARTINELLI, 1999, p. 23, grifos nossos).

É neste contexto que o cotidiano faz a conjunção entre esses diferentes tempos, unindo materialidades, sociabilidades, subjetividades da realidade social. É na escala do lugar, na trama insubstituível do cotidiano onde a vida acontece, se movimenta e se materializa. É na escala do lugar que a vida se mostra mais latente, onde se manifesta e se realiza por meio do intercâmbio relacional. O cotidiano se apresenta como espaço de múltiplas determinações, do imbricamento das relações sociais, políticas e econômicas que dão origem à abundância de conexões, de fios mediativos que constituem espacialidades-territorialidades, em outras palavras:

O território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida de populações. E o fato de o território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo, mesmo porque não existe sociedade a-espacial. (KOGA; ALVES, 2010, p. 71).

É neste processo que o território se constitui em uma base cotidiana, mas que também é histórica, social e política. Local das experiências, da junção de complexidades heterogêneas, em que há multiplicidade de práticas, de diferentes perspectivas da realidade como um mosaico relacional.

O território expressa a conexão que a vida cotidiana contém e opera, reúne os diversos atores, instituições, técnicas, processos humanos e não humanos – constitui-se de diferentes camadas em interstício, reúne determinantes e elementos naturais, tecnológicos, sociais, econômicos, simbólicos e, sobretudo, os sujeitos que realizam e se movimentam nesse processo.

O lugar, como espaço-tempo e escala do cotidiano, abriga a coexistência da diversidade, é tomado por relações, contém contiguidade material e espiritual entre sujeitos que criam e incorporam significados e identidades sociais aos seus espaços de vida. É no lócus da vida cotidiana que as territorialidades são edificadas e aparecem como elemento vivaz dos espaços territoriais.

As territorialidades são construídas através do conjunto de significados e identidades processual e historicamente criadas pelos sujeitos sociais em relação aos seus espaços vida. A identidade aqui está

[...] sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 2009, p. 17)

As territorialidades expressam-se por meio das mediações e dos usos que os sujeitos fazem de seus territórios, constituem relações socioespaciais construídas com base nas experiências sociais, no uso dos lugares, expressam as rugosidades e camadas de vivência no bojo das lutas de classes sobre e com o espaço na toada da produção e reprodução da vida na esfera cotidiana.

Para nós, as territorialidades estão diretamente vinculadas às identidades e às diferenças, sem se descolarem das temporalidades, por isso são multidimensionais, ou seja, correspondem às relações sociais, às apropriações, às intencionalidades-aspirações e às práticas espaço-temporais econômicas, políticas, culturais e ambientais. (SAQUET, 2011, p. 82)

Assim, território e cotidiano se fundem e revelam territorialidades, mediações, redes de poder, relações que tangenciam conectores, malhas e fluxos. Os territórios expressam a descentralização das relações sociais mais amplas, as periferias

expressam a segregação das cidades, a descentralização dos tempos, da história, da economia, da cultura.

As territorialidades expressam os acúmulos, o comum, as experiências sociais de classe, o modo inacabado e dialético como os lugares se constroem. São compostas, edificadas, movimentadas pelas experiências de classe.

Deste modo, a escala do cotidiano é importante chave analítica para se aproximar do real, da “vida como ela é”, das marcas, das cicatrizes, dos processos sociais que cortam na carne os sujeitos em seus territórios de vida, pois não somente as grandes formas e estruturas (por si) explicam a vida e as relações sociais, mas as conexões entre essas esferas e determinações com as particularidades da vida cotidiana no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Essas conexões indicam outras pistas, constelações de saberes, de experiências sociais e de classes, que por vezes podem escapar às análises. Ellen Wood (2003, p. 76) lembra que “determinações objetivas não se impõem sobre matéria-prima vazia e passiva, mas sobre seres históricos ativos e conscientes.”.

É na vivência, no intercâmbio entre as ordens distantes e o território, na escala do lugar que se reúnem territorialidades, onde as significações históricas, políticas, culturais e econômicas se revelam no compasso mais próximo à vida dos sujeitos, nos modos de vida, em suas experiências de classe como elemento processual particular da mediação histórica.

O conteúdo social, político, econômico, geográfico do cotidiano se expressa nas experiências e territorialidades em condições de vida de classe, seus movimentos internos, fluxos sociais, políticos, deslocamentos, relações de agremiação, situações e problemas comuns e coletivos, nível e forma de acesso econômico, vida cultural, precariedades, lazer, organização de luta, resistência, formas de protesto, de revolta, de insurgências que se espelham em diagramas de existências particulares que se movem nos espaços territoriais da cidade.

O cotidiano também revela seu conteúdo na divisão socioespacial do trabalho, no lugar social que os sujeitos ocupam nos espaços urbanos, nos pedaços da cidade, nas quebradas intraurbanas e periféricas, revelando o que Milton Santos (2014, p.319) chamou de relações “buliçosas” da cidade e dos territórios.

É na vida cotidiana, como conexão entre espaço e tempo, que as experiências se constituem e dialeticamente se movimentam nos territórios. É onde

a vida se situa, ou seja, onde acontece a barbárie das faltas, as violências policiais encampadas nas travessas e becos, que parecem confirmar o dito popular em que “o filho chora e a mãe não vê”. O cotidiano é o espaço da “inescapabilidade política” (FELTRAN, 2011, p. 33) das crises de seu tempo, mas também é o espaço da criação da inventividade social, das resistências culturais, dos quilombos urbanos³⁶, das solidariedades, das revoltas e dos enfrentamentos coletivos, que acontecem por vezes no silêncio da história convencional.

É na malha dos lugares, como trama relacional que se compõe e direciona os ritmos, os tempos, as conexões, as interpretações, as mediações das classes sociais em seus espaços de vida e vivência. As experiências, como mediações essencialmente humanas, sociais, econômicas, políticas e históricas, revelam as densidades, as particularidades dos homens em seu tempo e espaço, nos movimentos relacionais de classe e suas inerentes formas de vida. Essa mediação pode ser encontrada nas formas mais genuínas de experiência e sapiência dos sujeitos ordinários.

As artes³⁷ construídas e desenvolvidas nas periferias das cidades são expressões privilegiadas de construção cultural e política para além dos propósitos

³⁶ O termo, referenciado nos antigos quilombos, corresponde ao tempo e espaço do Brasil colônia de lógica escravocrata, em que povos negros traficados eram submetidos a trabalho escravo e regimes violentos e autoritários. Os sujeitos eram coisificados, mercadorizados, tornavam-se nesse regime econômico, político e ideológico peças de mercado a serem vendidas e compradas. Os quilombos surgem como refúgio “clandestino” para os escravizados que conseguiam fugir das fazendas. Tornavam-se refúgios em meio afastado, onde se organizavam formas de subsistir e existir para garantir a sobrevivência da comunidade, entre elas se destacam técnicas de plantação, guerrilha e proteção.

A designação quilombo urbano, cunhada pelo movimento negro contemporâneo, é muito presente e usada como referência quando se trata de espaços culturais urbanos construídos e mantidos nas periferias das cidades. O Instituto da Mulher Negra Géledes registra, em matéria publicada em seu sítio eletrônico, que os quilombos contemporâneos são formados pelas necessidades de criação de outros espaços de relação humana. “Quilombo é um espaço geográfico, uma maneira de viver, uma busca, um por vir. [...] Os quilombolas contemporâneos das cidades sonham um pensamento periférico, em favor da agregação social, pela disposição de dividir os bens, pelo cuidado com o bem comum” (GELEDES, 2009). Disponível em: www.geledes.org.br/quilombosurbanos. Acesso em: 23 dez. 2019, às 20h43min.

³⁷ As artes periféricas tomadas aqui como referência mostram-se no nexos fundamental da arte como política. Neste sentido, Sarlo (2005) reflete que a arte tem à sua disposição as “delícias da arbitrariedade”, pode movimentar o nexos do contraditório, mover-se no terreno das tensões e contradições. Está localizada por essência na sua forma de suscitar conflitos éticos, morais, relacionais, históricos, políticos. Pode se mover no esteio das contradições, “o poético no histórico, o eterno no transitório”. Assim, através da sua ação sob as contradições ou através das “delícias da arbitrariedade”, a arte intervém na vida social, parte da leitura de um ponto do sistema e que, portanto, significa a reivindicação de um ponto de vista e a exclusão de qualquer relativismo. Arte se constitui por meio do olhar político “sobre o presente, do presente, sobre o passado”. Constituindo uma visão “iluminada” racional, ou ainda uma “iluminação profana”.

Assim, a arte da poesia e musicalidade do rap se expressa com forte teor político, que está centrada sob o espaço territorial das periferias, que contempla e sistematiza experiências do viver periférico,

de mercado, para além da noção de cultura burguesa reificada pela ética e estética global do capital financeiro.

Figura 4 – Grupo de jovens grafitando a parte externa de casas na Favela do 22 no distrito de Anhanguera da cidade de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo, 2014.³⁸

As artes expressam as materialidades de vida das classes, evidenciam as experiências sociais de homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, negros, brancos, amarelos, indígenas em seu cotidiano. Podem revelar as experiências de uma classe que vive historicamente no fio da navalha, na contramão da história, que ganham força ao serem narradas, cantadas, grafitadas, poetizadas nos territórios da cidade. A música intitulada “Mãe”, do rapper Emicida³⁹, mostra de modo poético as

da densidade da vida nos recôncavos das favelas e dos bairros populares. Volta-se a contar as histórias dos de baixo, sob suas perspectivas, tem forte teor analítico, por isso também é uma arte política.

“Nestes termos, pensar o potencial político inscrito na estética do rap implica pensar a conexão entre as dimensões políticas e dimensões estéticas do processo de significação da experiência compartilhada. Em outras palavras, a estética do rap configura um discurso capaz de circunscrever uma experiência compartilhada e, ainda mais, de confrontar o ordenamento do espaço público” (BERTELLI, 2017, p. 45).

³⁸ Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2014/06/13/grafiteiros-revitalizam-comunidade-no-morro-doce/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

³⁹ Trecho da letra da composição “Mãe”, do rapper Emicida, música do álbum *Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...*, lançado em 2015. Emicida é o nome artístico adotado por

experiências de vida da classe trabalhadora, narra o denso processo social de opressão, destacando a referência e a trajetória de mãe, com forte consciência das espoliações vivenciadas pelo gênero feminino, pelo racismo contra os negros. A música se coloca como uma constelação de saberes periféricos amalgamados nas experiências de classe vivenciadas na vida cotidiana:

Um sorriso no rosto, um aperto no peito
 Imposto, imperfeito, tipo encosto, estreito
 Banzo, vi tanto por aí
 Pranto, de canto chorando, fazendo os outros rir
 Não esqueci da senhora limpando o chão desses boy 'cuzão'
 Tanta humilhação não é vingança, hoje é redenção
 Uma vida de mal me quer, não vi fé
 Profundo ver o peso do mundo nas costa de uma mulher
 Alexandre no presídio, eu pensando em suicídio
 Aos oito anos, moça
 De onde cê tirava força?
 Orgulhosão de andar com os ladrão, trouxa!
 Recitando 'Malcolm X' sem coragem de lavar uma louça
 Papo de quadrada, 12, madrugada e pose
 As ligação que não fiz, tão chamando até hoje
 Dos rec no Djose ao hemisfério norte
 O sonho é um tempo onde as mina não tenha que ser tão forte
 Nossas mãos ainda encaixam certo
 Peço um anjo que me acompanhe
 Em tudo eu via a voz de minha mãe
 Em tudo eu via nós

Outra festa, meu bem, tipo Orkut
 Mais de mil amigo e não lembro de ninguém
 Grunge, Alice in Chains
 Onde ou você vive Lady Gaga ou morre Pepê e Neném

Luta diária, fio da navalha. Marcas?
Várias senzalas, cesárias, cicatrizes
Estrias, varizes, crises
Tipo Lulu, nem sempre é Soeasy
Para nós punk é quem amamenta, enquanto
Enfrenta as guerras, os tanques
As roupas sujas, vida sem amaciante
Bomba a todo estante num quadro ao léu

Leandro Roque Oliveira, rapper e compositor brasileiro, considerado pela crítica musical uma das maiores expressões musicais do hip-hop nacional, já ganhou diversos prêmios nacionais e internacionais, tem oito discos gravados. O nome "Emicida" é uma fusão das palavras "MC" e "homicida", esta última relacionada às constantes vitórias nas batalhas de improvisação do hip-hop, seus amigos começaram a falar que Leandro era um "assassino" e que "matava" através das rimas os MCs adversários. O rapper também criou um acrônimo para o nome E.M.I.C.I.D.A, sendo: Enquanto Minha Imaginação Composer Insanidades Domino a Arte. Informações disponíveis em: www.emicida.com.br/biografia. Acesso em: 10 dez. 2019, às 14h11min.

Que é só enquadro e banco dos réus, sem flagrante.⁴⁰
(EMICIDA, 2015, grifos nossos)

As experiências de classe se revelam na trama da vida cotidiana, nas lutas e batalhas, nas marcas da vida, do trabalho, do esforço para se manter e sustentar os seus, nas formas mais corriqueiras dos modos e dos costumes comuns que regem a gramática da sobrevivência. A letra de Emicida (2015) revela uma trajetória marcada por experiências de classe, étnico-raciais e gênero traçadas na vivência da opressão, luta, exploração que vive grande parte das classes trabalhadoras, dos desapropriados, espoliados, precarizados: social, civil, econômica e politicamente.

A antropóloga indiana Veena Das (2012), ao estudar a questão da violência e do sofrimento de mulheres de seu país, enfatiza a necessidade de se atentar para as experiências que são silenciadas no processo do mundo contemporâneo, ocultas nas narrativas da marcha da história convencional. Constrói seu referencial analítico a partir da noção de experiência dos sujeitos ordinários, problematizando que a experiência pode manifestar as densidades das subjetividades sociais, os processos sociais vivenciados pelos oprimidos.

Para Das (2012), analisar as experiências pode desvendar novos tipos de constelações políticas, sociais, culturais do tempo presente. É preciso percorrer o cotidiano, pois é nessa escala da vida que as experiências estão contidas, expressam-se nas formas como os eventos sociais, econômicos e políticos maiores repercutem na vida dos sujeitos. O cotidiano abriga a existência do mundo vivido, da multiplicidade humana e antropológica, enfatiza também a centralidade do sujeito no processo de apreensão da realidade social, ou seja, afirma como necessária “a noção de sujeito como condição para falar em experiência” (DAS, 2012, p.343).

Portanto, não é possível falar em experiência sem considerar os sujeitos, o tempo histórico e a vida cotidiana, pois as experiências expressam os usos sociais, políticos e culturais na travessia das “formas de ser”. As experiências estão nos modos de habitar, nas formas essencialmente do ser social, em vivências comuns dos sujeitos que muitas vezes escapam às análises, interpretações históricas, sociológicas e antropológicas da vida social.

A experiência envolve postular a noção de um mundo no qual a experiência faz sentido e a considerar a categoria tempo, já que o

⁴⁰ A citação respeita de modo fiel a letra da música, inclusive o modo e o tempo verbal utilizado pelo compositor. Expressa em sua letra a palavra falada, narrativas no cotidiano das periferias.

sujeito não é entidade pré-datada para a qual a experiência acontece. (DAS, 2012, p. 344).

A experiência é atributo humano-social dos sujeitos no traço de suas vidas cotidianas e coletivas que se conectam. Veena Das (2012) considera que as experiências se fundem a partir e com a categoria tempo, e em nossa reflexão acrescentam-se outras: espaço territorial, classes, gênero e relações ético-raciais. Deste modo, a experiência se mediatiza na densidade da vida cotidiana dos sujeitos em seu contexto social e histórico, na interconexão entre tempo, espaço e classes.

Somando a esta análise, Veena Das (2012) constrói a ideia de que, somente no reconhecimento da experiência dos sujeitos sociais, podemos construir processos de pesquisa pautados na alteridade como reconhecimento humano-genérico dos outros e de nós mesmos, sobretudo daqueles que ficam subsumidos ao “não lugar” nos discursos oficiais, nas construções histórica das grandes epistemologias. Colocar em perspectiva as experiências é também constituir-se humanamente e pautar a empatia na pesquisa. Inclusive projetar, nos termos da autora, “mapas sociais” ou outras “novas constelações”.

Milton Santos (2014, p. 325), quando discute “O lugar e o cotidiano”, analisa que, nos países do terceiro mundo ou países em desenvolvimento como hoje são chamados os Estados agrupados na periferia do sistema produtivo, geralmente centrados no sul global, como aqueles que pertencem aos continentes da África, América Latina e alguns países da Ásia, o quadro produtivo engendrado é precário e mediado pelas metamorfoses no mundo do trabalho, que criam uma espécie de “flexibilidade tropical”, pois os trabalhos não são fixos, cada sujeito é móvel e transita de acordo com a conjuntura econômica predominante, pode desenvolver diversas atividades sem ter uma função ou profissão predominante, o que implica divisões proteiformes de trabalho, adaptáveis, instáveis criadas pelas necessidades do capital, pelas desigualdades econômicas e sociais que colocam os pobres em denso processo de luta para a reprodução da vida e que nem sempre são vistos e analisados.

É neste processo e contexto que as experiências de classes se forjam nos trópicos, abaixo da linha do Equador, constroem-se lenta e silenciosamente, operando formas e modos de ser que buscam escapar por brechas criadas nas tramas do espaço territorial cotidiano, rompendo com a incapacidade prospectiva

atribuída à sua classe e a seus pares, pois “são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro” (SANTOS, 2014, p. 325). As relações sociais no âmbito da vida cotidiana constroem relações de resistência, saturadas de experiências sociais de classe que criam gramaturas de enfrentamento, de luta – e, ainda que de modo heterogêneo, imediato e superficial, buscam outras lógicas.

Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a *tecnosfera* e a *psicosfera*⁴¹, encontrando novos usos e finalidades para os objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. (SANTOS, 2014, p. 326).

É com base nesse sentido, na busca pelos saberes populares, comuns e pelas experiências das camadas da classe que vive do trabalho, que se busca apreender os fios conectivos dessas relações sociais e quais as mediações presentes na construção dos territórios, observando a realidade e as densidades do cotidiano vivido pelos sujeitos do Distrito de Anhanguera da cidade de São Paulo. Centra-se a entender as mediações sociais que se imbricam e constituem o “fazer-se” dos sujeitos na construção de seus territórios de vida, destacando que as suas experiências sociais de classe traçam, contribuem, arquitetam e movem os territórios e as territorialidades.

Este aspecto relacional de cada lugar intrínseco à sua forma de viver traz à tona a perspectiva de mudança, o movimento, a ação no território. Sem dúvida, é esta perspectiva que dá vida ao território. [...].

É neste sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas, como também conter elementos aparentemente invisíveis, mas significativos, que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações. (KOGA, 2003 p.51-53).

⁴¹ Milton Santos (2014) considera que a realidade territorial está conectada às dinâmicas globais da produção e que existem duas esferas que se relacionam e se imbricam na realidade social local e em nível cotidiano, sendo: a tecnosfera e psicosfera. A tecnosfera corresponde ao âmbito das ações do trabalho, dos acúmulos de técnicas, está intimamente relacionada ao processo produtivo, mas que se adapta e se estabelece em nível local, ou seja, cada lugar corresponde e apresenta uma tecnosfera que a insere na divisão social da produção e do trabalho. Psicosfera é composta pelo mudo das ideias, crenças, paixões, é o espaço da produção de sentidos, fornece regras, significados, racionalidade e também compõe o imaginário social de um lugar. Está relacionada ao processo espiritual da produção do espaço. “Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas” (SANTOS, 2014, p. 26).

Interessa-nos e resta a esta pesquisa saber sobre essas experiências, como se inscrevem nos territórios e sua relação com o espaço, uma vez que elas não se constituem sobre o que se passa ou acontece no decurso da vida, mas sobre o que nos passa, o que nos acontece e o que nos constitui fortemente em nossas vidas.

CAPÍTULO 4

AS RUGOSIDADES DA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Desde os tempos do nosso tatataravô
 Que eles vêm disseminando a discórdia entre os irmãos
 Técnica avançada de colonizador
 Colocar um contra o outro pra depois tocar o terror
 Mas tretas são tretas, cada qual vai resolver
 Da forma e no tempo que bem entender
 Só que talvez isso seja a melhor coisa pro sistema que controla você
 Descanse as armas, nós somos iguais
 Chega de sangue em capas de jornais
 Chega de quilo, chega de grama
 Chega no bang e gangues rivais
 Bandeira hasteada, paz na quebrada
 Quem mata é polícia, isso é outra pegada
 Quem é do povo, quem é da massa
 Sabe quem é e quem vive na raça
 A bala que traça de um lugar pro outro
 Estoura a vidraça, estilhaça o povo
 Mano, tá osso, pera um pouco
 Deixa passar essa brisa de louco
 (EDI ROCK, 2013)⁴²

Discutir sobre a classe trabalhadora no Brasil requer interpelar as densidades e rugosidades históricas a partir de elementos e evidências que urgem no tempo presente, pois essas questões do presente são saturadas de rugosidades e camadas históricas, de densidades do passado que mediatizam e dilatam os acontecimentos, formas e relações do presente. Faz-se necessário considerar as relações intrínsecas entre a atual conjuntura das camadas da classe trabalhadora do país e seus espaços territoriais, suas formas e experiências de vida no traçado entre seus cotidianos, estrutura, processos e relações imanentes à sociedade brasileira.

Os sujeitos das “classes que vivem do trabalho” (ANTUNES, 1995) são submetidos cotidianamente às piores condições de precarização no mundo produtivo e também nas suas condições sociais. Portanto, falar de vivências das camadas das classes trabalhadoras no tempo presente requer situá-las em processos relacionais com determinações econômicas, mas também políticas inerentes ao seu tempo e espaço social. Refletir sobre as classes no Brasil e seus espaços territoriais significa pensá-las no bojo das relações históricas, com determinações políticas que se enredam na formação das relações sociais

⁴² Trecho da música “Abrem-se os caminhos”, composição de Edi Rock, faz parte do álbum *Contra nós ninguém será*, de 2013.

brasileiras e nos territórios que a classe trabalhadora vem ocupando, vivendo e resistindo historicamente.

É preciso situar que a história da classe trabalhadora brasileira se mediatiza no contexto de uma sociedade de economia periférica, atrelada ao “desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI, 2004, p. 59) de mediação econômica, social e política. Traço que configura as relações, os processos e estruturas da sociedade brasileira e também suas identidades, culturas, formas de ser, de trabalhar, de viver sob largo e extenso passado escravista, pelos jogos de forças internos e externos, sobretudo aqueles ligados às pressões econômicas, bem como as ligações e ardis ainda presentes dos períodos colonial, imperial e dos tipos de repúblicas que compõem e movimentam a sociedade brasileira.

Aquilo que a colônia realizara, aquele “organismo social completo e distinto” constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. E então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará ocupando-se apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade. (PRADO JUNIOR, 2015, p. 17).

Assim, Caio Prado Junior (2015) entende que as questões do presente são saturadas de historicidade e que as relações sociais brasileiras contemporâneas articulam suas densas e pretéritas formas baseadas no sentido da colonização, que não se limita à economia e à política, mas se expande para a vida social mais ampla, para as ideias, pensamentos e formas de ser e viver.

O sentido da colonização econômica, política, social e cultural impregnado na sociedade brasileira se baseia na acumulação originária do capital articulado às forças externas e está fundado nas diversas formas de exploração do trabalho compulsório, combinado com outras formas de trabalho livre, por obrigação e também nas formas de guerras e violência contra povos. Esses processos recheados de “ciclos econômicos”⁴³ constituem-se no bojo de pressões externas,

⁴³ Ciclos econômicos baseados na exploração primária em diferentes momentos históricos, mas que carregam traço estrutural de dependência e exploração econômica social e política no território brasileiro. Pode-se destacar os ciclos do pau-brasil, açúcar, especiarias, gado, ouro, café, borracha, cacau, soja, carne bovina, entre outros. “O Brasil viveu no curso de toda sua história, e ainda vive em função das flutuações de mercados longínquos que podem fazer a sua fortuna ou miséria, sem que

nos jogos de interesse das elites internas em contínuos movimentos de superexploração, criando e recriando a tipologia de uma economia exportadora, dependente e subalterna que vai caracterizando a formação e a história da sociedade brasileira subordinada ao capital internacional.

A economia e a sociedade dependente, no caso do Brasil, basearam-se na escravização, pois tudo o que cercava as relações sociais, econômicas, políticas se fundava e se justificava por meio da mediação do trabalho escravo. Octavio Ianni (2004, p. 57) analisa que “a escravatura foi a única coisa organizada da sociedade colonial. E assim perdurou até o século XIX. Tudo mais dependeu principalmente dela”.

Os séculos de colonização e escravização produziram na sociedade brasileira um amplo conjunto de orientações, de valores, ideias, doutrinas, padrões de pensamento e de ação, modos de ser que se presentificam nos dias atuais com o “racismo estrutural”⁴⁴ (ALMEIDA, 2018), com as mais diversas formas de violências contra negros e negras no país, e também contra todos aqueles que vivem do trabalho. Para se ter uma ideia da profundidade dos sentidos da colonização sobre a sociedade brasileira é que esse processo constituiu uma ordem social. A colonização e a escravização se tornaram uma bússola de toda sociabilidade, formas de relações sociais, orientando e difundindo as faces do poder, os fluxos e

ele nada possa dizer na matéria. Somos obrigados a sofrer passivamente as vicissitudes de uma conjuntura completamente estranha” (PRADO JUNIOR, 2005, p. 43).

⁴⁴ O racismo estrutural é a forma de discriminação de ordem direta a negros, que constitui um padrão, uma forma de reprodução das relações sociais desiguais, porém tomadas e compreendidas como “naturais e normais” da sociedade, quando não são. O racismo estrutural é uma forma de racionalidade, de compreensão sobre as relações sociais, constitui ações conscientes e inconscientes na sociedade, é modo de estrutura social presente na vida cotidiana. Silvio de Almeida (2018) apresenta três pontos que constituem o racismo estrutural: economia, política e subjetividade, que se articulam em formas de constrangimento e violência cotidiana contra negros e negras no país. É importante registrar que é parte fundante da sociedade brasileira e de seu modo de produzir riquezas, ideias, valores e formas de sociabilidade. É funcional a reprodução das estruturas desiguais e dos privilégios ao qual os brancos sempre tiveram e que naturalizam as violências contra pessoas negras. Esses processos evidenciam-se no Brasil com as diferenças sociais, econômicas que incidem sobre a população negra. Como destaca Silvio Almeida (2018, p. 44): “Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição””. Essa situação se evidencia, por exemplo, com as diferenças abissais de salários entre negros e brancos. Segundo dados da PNAD (IBGE, 2019), os trabalhadores brancos ganham até 45% a mais que negros. Já a pesquisa PNAD Covid-19 (IBGE, 2020), que analisa os impactos da pandemia no mundo do trabalho e da economia, revela que a taxa de pessoas em situação de desemprego era maior entre as pessoas de cor preta ou parda chegando a 15,4%, enquanto da população branca correspondia a 11,5%.

contingências econômicas e políticas. Em suma, as formas de cultura no período colonial e pós-colonial foram engendradas pelo escravismo e pelo sentido da colonização como uma relação social subordinante.

Significa dizer que o trabalho escravo sustentava a base das relações sociais, não apenas como mote econômico, mas como forma essencial de produção e reprodução das relações sociais sobre as matrizes do capitalismo mercantil. Isso expressa que o trabalho escravo e os sentidos que dele se dilatam costumam e impregnam a formação social brasileira.

É nesse complexo tecido que a sociedade brasileira é marcada pelas rugosidades do “desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI, 2004), que resultarão na sucessão de formas contraditórias de vida e trabalho, que mesmo antagônicas se entrelaçam e se enraízam em um todo contraditório e múltiplo, que reúne adventos econômicos, processos de povoamento localizados, organização das formas de produção extrativista, agricultura, pecuária, urbanização e industrialização, produção e acumulação de riqueza, mas também de pobreza, fragmentações e desigualdades.

O resultado, periodicamente alcançado e recriado, é uma vasta e surpreendente “desarticulação”. O presente, em cada época, parece um mapa histórico, ou melhor, arqueológico, no qual se combinam vários pretéritos. Vista em perspectiva histórica, a formação social brasileira se apresenta como “um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações. Acontece que a história brasileira, particularmente a econômica, “é antes uma sucessão de episódios muito semelhantes”, de **ciclos que se repetem monotonamente no tempo e no espaço. E continuam repetindo-se.** Tem-se a impressão de que o tempo se projetou no espaço. O passado aparece não só múltiplo, diversificado, mas presente. (IANNI, 2004, p. 60, grifos nossos).

Equivale a dizer que a sociedade brasileira em sua estrutura combina as diversas facetas de exploração do sistema capitalista desde a economia financeira, de serviços, da absorção *full time*⁴⁵ de tempo integral de dedicação ao trabalho e à exploração, como também as formas de industrialização, urbanização e

⁴⁵ O termo *full time*, na língua inglesa, pode ser traduzido como trabalho em tempo integral. É utilizado para designar as novas faces da exploração capitalista que incidem sobre a pressão de uma produção agilizada, flexível, com redução e gastos fixos de “capital constante” que não garante oferta de condições de trabalho a partir das empresas ou corporações (SÁ; BARBOSA, 2002). Agora, o que se tem é a máxima exploração do trabalho e do trabalhador, que deve desenvolver seu trabalho produtivo e servir ao capital em tempo integral a partir de suas próprias condições e meios, como é o caso, por exemplo, de entregadores de comida agenciados por plataformas de aplicativos digitais.

desenvolvimento seletivo convivem com várias formas pretéritas de vida e trabalho, que se conjugam em “um todo insólito” (IANNI, 2004), em que é possível perceber as heranças do escravismo se sobrepondo ao presente e ao contemporâneo.

No caso latino-americano e, sobretudo, brasileiro, a crítica constitutiva da modernidade vem do “hibridismo” cultural, da conjugação de passado e presente, do inacabado e inconcluso, [...]. O inacabado e inconcluso, a modernidade que não se contempla, produziu no Brasil uma consciência social dupla, o diverso segmentado e distribuído nos compartimentos da cultura e da vida. (MARTINS, 2010, p. 22).

José de Souza Martins (2010) analisa que a história da formação sócio-histórica do Brasil compõe-se de processos de modernidade que não são próprias e autênticas, constituem-se no bojo de ideias e aspirações externas, mas que no contexto do tempo e do espaço tupiniquim constituem em história de “desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens” (MARTINS, 2010, p. 20).

A história social brasileira é marcada por diferentes colagens e combinações, conjugações entre diversas formas de exploração do trabalho e de vida, pretéritas e contemporâneas, que juntas são funcionais ao metabolismo de reprodução das relações sociais da economia de traço periférico.

O historiador Marcelo Badaró Mattos (2013, p. 99) identifica que há significativos esforços para compreender as dinâmicas de formação da classe trabalhadora no Brasil e no mundo. Os estudos historiográficos têm permitido destacar que as fronteiras entre trabalho escravo e trabalho “livre” se tornam muitas das vezes fluidas no contexto latino-americano, e também no Brasil. Essa afirmativa recorre à análise do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista no país, com a marca pretérita e sempre presente da colonização como composição não só econômica, mas também do modo de ser das relações sociais brasileiras.

[...] as economias capitalistas na periferia foram submetidas a uma situação de intercâmbio desigual, o que determinou uma necessidade de que gerassem uma quantidade ampliada de mais-valor, já que uma grande parte dele seria apropriada externamente pelas empresas transnacionais e o centro do capitalismo. Por isso, o trabalho deveria ser necessariamente submetido a uma situação de “super-exploração”. (MATTOS, 2013, p. 24).

As economias de caráter periférico, sobretudo na América Latina, combinaram algumas formas de extração do mais-valor em sua expansão,

assentadas no aumento da intensidade de trabalho, prolongamento de sua jornada, redução das condições de consumo dos trabalhadores a patamares inferiores ao padrão necessário à reprodução de sua subsistência.

Ruy Mauro Mariani (2005) localiza e enfatiza que o capitalismo periférico dependente impõe certo padrão à exploração, que se constitui por meio de sistemas híbridos de exploração do trabalho como a escravização, assalariamento miserável, servidão como uma das vias essenciais à América Latina e ao Brasil entrarem no jogo antagônico do capitalismo mundial.

O feito da troca desigual é – à medida que coloca obstáculos à sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto, os métodos de extração de trabalho excedente. Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação de trabalho e a expropriação de parte trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. [...] Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se, sobretudo, no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (MARINI, 2005, p. 12).

Portanto, o capitalismo periférico se realiza por meio de uma estrutura econômica, social e política híbrida, desigual e combinada que movimentada a máxima exploração do trabalho, ou seja, combina intencionalmente formas de extração de mais-valor que conjugou a escravização como cerne central de exploração, mas que também se compõem de trabalho livre e outros regimes de servidão⁴⁶. Essa estrutura econômica acentua historicamente intenso processo de trabalho, adensamento e prolongamento das horas dedicadas ao trabalho, superexploração, precarização extrema da capacidade de consumo dos trabalhadores, inclusive de alimentos para manutenção da sua força de trabalho.

Importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao

⁴⁶ No caso brasileiro, pode-se destacar o sistema de barracão, no qual trabalhadores ou pequenos produtores autônomos são pagos ou com bens (uma forma de pagamento conhecida como pagamento em mercadoria), ou cadernetas, vales ou crédito direto que só podem ser usados num “barracão” ou “cantina” de propriedade do empregador. No Brasil, esse sistema foi amplamente utilizado na transição do Brasil Colônia para a primeira república e posteriormente nos espaços de agricultura e pequenas localizações. Mais recentemente, pode-se apontar o caso de seringueiros na Amazônia durante o ciclo da borracha, como forma de manter os trabalhadores sob permanentemente dívida e controle.

trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro, no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma super exploração do trabalho. (MARINI, 2005, p. 13).

São esses os pontos centrais do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente e periférico, mote para o país entrar nos processos inerentes ao modo de produção capitalista. O modelo de capitalismo periférico conjuga formas de exploração de trabalho, explora – até não poder mais – o trabalho escravo, mas também, o trabalho livre e a servidão.

É sob esse contexto que se movimentam a exploração e a espoliação do trabalho, amarrando diferentes formas de garantir a expropriação do trabalho no país, pois “essa relação de trabalho socialmente irracional e anticapitalista se insere no processo de reprodução ampliada do capital” (MARTINS, 2010, p. 31). E também é sobre esse terreno que há confluências entre trabalhadores livres e escravos; as fronteiras da exploração no Brasil são historicamente tênues e finas.

[...] o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado. Eles dão conta das singularidades de épocas e situações. Durante a colônia inscrevem-se no modo pelo qual eclodem movimentos nativistas, revoltas de escravos, formação de quilombos, lutas contra invasões, anseios de independência, inconfidências. [...] as lutas sociais também expressam muito daqueles processos. Recriam-se as relações externas várias vezes, mas elas não deixam heranças das formas culturais e de sociabilidade produzidas com o escravismo. E tudo isso está atravessado por um desenvolvimento desigual e combinado caleidoscópico, no qual a geografia e a história se mostram enlouquecidas. (IANNI, 2004, p. 61-62).

4.1 Marcas da protoformação da classe trabalhadora no Brasil: luta e resistência

As dobraduras do desenvolvimento desigual e combinado, que costura e relaciona o arcaico e o moderno na transição das relações de trabalho, sobretudo nos marcos da passagem do período Imperial para a Primeira República (de meados de 1850 a 1900), oferecem base de interpretação para a constituição da protoformação da classe trabalhadora no Brasil.

Neste sentido, não se pode aplicar à classe trabalhadora unicamente feição e constituição dos trabalhadores imigrantes correspondentes aos contextos do início do século XX em sua forma mais larga e um pouco mais organizada de classe entre as décadas de 1910 a 1930, mas, sobretudo, é preciso olhar aos processos de constituição e do fazer-se da classe que antecedem as primeiras décadas dos 1900.

O que se quer dizer é que a classe trabalhadora brasileira tem sua gênese no processo de lutas sociais que marcam a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, em conjunções de lutas populares pela abolição realizadas pelos negros e também por um conjunto de lutas de trabalhadores livres, que em algumas experiências urbanas se confluem compondo uma identidade social de gênese da classe, com um processo que se realiza lentamente diante das opressões e superexploração do trabalho que mistura as relações entre trabalhadores livres e escravos, que, nos termos do historiador Edward Palmmer Thompson⁴⁷, constituem a “próton-formação” de classe, daqueles que vivem exclusivamente do trabalho (não sem contradições, disputas e conflitos).

Mas o que quero ressaltar é que houve também uma base endógena de proletarização. No Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, os escravos declinaram progressivamente em números, mas escravos e libertos somavam mais de 40% da população urbana de 266 mil pessoas em 1849. Nas fábricas da cidade, num período em que dominava o sistema manufatureiro e as grandes empresas (com mais de 600 operários em alguns casos) eram ainda combinadas de várias oficinas, segundo as pesquisas disponíveis, os escravos estiveram lado a lado com os “livres”.

Nas ruas, conhecemos a situação bastante disseminada, nessa como em outras cidades, da “escravidão de ganho” em que os escravos vendiam sua força de trabalho no mercado urbano e pagavam diária ou semanalmente um valor fixo a seus senhores, muito deles “vivendo sobre si” (isto é, arcando com os custos de sua reprodução como força de trabalho, o que incluía alimentação e em muitos casos até habitação) [...].

Mas, se escravos e libertos trabalhavam lado a lado como “livres” nas fábricas e, no caso dos escravos de ganho, tinham sua sobrevivência já subordinada aos “imperativos do mercado”, estamos diante de uma situação em que o capital apropriou-se do trabalho excedente de trabalhadores ainda comprometidos com as formas tradicionais de produção, mesmo sendo estes trabalhadores escravizados. Se assim for, poderíamos dizer que estamos diante do trabalho escravo subsumido formalmente ao capital, mesmo que os subsumidos não sejam “livres como pássaros”. (MATTOS, 2013, p. 107-108).

⁴⁷ “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril” (THOMPSON, 1987, p. 17).

Neste sentido, é possível identificar que os trabalhadores escravizados vivenciam e compartilham não só experiências de trabalho, mas também de sociabilidade, de convivência, de formas de organização de lutas com os trabalhadores “livres”, sobretudo nos centros urbanos, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro. Como afirma a historiadora Lívia Cintra Berdú (2019, p. 16), “a história do trabalho escravizado não é uma experiência deslocada da realidade do trabalhador livre e assalariado, e que, inclusive, esses não são polos antagônicos e excludentes”.

Um ponto que merece destaque nessa dialética entre trabalho escravo e trabalho livre nos traços da história da formação social brasileira é que o preço dos escravos era decisivo no momento de contratação ou incorporação de um trabalhador livre na produção, nos serviços e nos empreendimentos. A escravização pautou e regulou o fluxo de incorporação de mão de obra na produção, “podemos afirmar que, enquanto o peso da escravidão urbana foi elevado, a variação salarial dos trabalhadores livres não se pautava apenas pelos critérios clássicos de oferta e procura de mão de obra proletarizada” (MATTOS, 2004, p. 5).

Vê-se também que a constituição urbana na formação social brasileira nasce com um traço peculiar de junções, feições disformes, mas que se agrupam em um mosaico relacional de construção do espaço na complexa trama e imbricações entre relações de classe e étnico raciais.

Com isso é possível considerar, a partir de referências historiográficas, que era constante e fluido o contato entre as trajetórias de trabalhadores escravizados, ex-escravos e livres no processo de proto-história da formação da classe trabalhadora no país. Tais trajetórias se confluíam no século XIX não somente nos cenários fabris, mas também nas relações das sociabilidades urbanas, na ocupação e no compartilhamento de espaços de trabalho, de espaços públicos, revelando certa composição da força de trabalho e também dos territórios urbanos.

As ocupações de trabalhadores escravos na cidade do Rio de Janeiro em 1850 eram variadas. De acordo com Mary Karash (2000, p. 259), os negros exerciam funções de carregadores, almocreves⁴⁸, estivadores, aguadeiros⁴⁹, carregadores de dejetos, barqueiros, marinheiros, barbeiros-cirurgiões, acendedores

⁴⁸ Ofício de conduzir animais de carga ou mesmo mercadorias de um lugar para outro.

⁴⁹ Vendedor, fornecedor ou transportador de água; aguateiro.

de lampiões, varredores de rua e vendedores ambulantes. Outro historiador do trabalho, Luiz Carlos Soares (1988), revela que os trabalhadores escravos atuavam como cocheiros, cirurgiões, sangradores⁵⁰, tocadores de realejo, músicos, quitandeiros, barqueiros, pescadores, caçadores e outros.

A experiência do trabalhador escravizado nas ruas, muitas vezes “vivendo sobre si”, bem como a convivência com trabalhadores livres, frequentemente compartilhando as mesmas ocupações e buscando os mesmos “clientes” levou, com certeza, ao surgimento de diversas rivalidades e disputas. Mas levou também ao surgimento de variadas formas de solidariedade em redes maiores ou menores de sociabilidade. Um bom exemplo é o das tropas de carregadores de café que, se organizavam e grupos para comprar a liberdade. Depois de fazer um sorteio para determinar quem seria libertado primeiro, trabalhavam pela liberdade de todos, permanecendo juntos até que fossem alforriados. (MATTOS, 2004, p. 7).

É possível destacar que a convivência de trabalhadores escravizados e livres é constante nos processos de trabalho no século XIX. Segundo levantamento registrado por Marcelo Badaró (2004, p. 8), em 50 estabelecimentos fabris em 1857, havia no total 1.290 trabalhadores, sendo: 640 estrangeiros e 650 nacionais; 451 eram escravos e 199 livres.

Luiz Carlos Soares (1988, p. 110), em seu estudo sobre “Escravos de ganho no Brasil”, descreve alguns dados quantitativos do Censo de 1872 na cidade do Rio de Janeiro, a respeito das categorias profissionais dos trabalhadores escravizados. Aponta que criados e jornaleiros totalizavam 5.785 (4.997 homens e 788 mulheres); operários cativos, 2.135 (todos homens); costureiras, 1.384; marítimos, 527 (todos homens); e artistas, 497 (494 homens e 3 mulheres).

⁵⁰ As práticas terapêuticas no país não estavam somente ligadas à hegemonia médica construída entre os séculos XIX e XX, até porque o Brasil somente passa a ter faculdade de medicina em fevereiro de 1808 na Bahia e oito meses depois no Rio de Janeiro. As práticas de terapeutas como sangradores e cirurgiões eram também praticadas por escravos, forros e homens livres, que atuavam sobre as moléstias, sobretudo, dos populares que os médicos não atendiam. Essas funções eram na hierarquia social subalternas aos médicos, mas se movimentavam no atendimento e tratamentos de doenças; eram profissões autorizadas por órgão da Fiscalatura Mor do Império. O leque de ofícios reconhecidos pelo governo era bastante amplo, mas cada um tinha as suas atividades bem delimitadas, fazendo parte da hierarquia adotada pela Fiscalatura mor. Segundo a historiadora Tania Costa Pimenta (2003, p. 93), “os médicos, que podiam prescrever remédios, os cirurgiões, que tratavam de “moléstias externas”, e os boticários, que manipulavam e vendiam os medicamentos, constituíam o grupo mais prestigiado. Os sangradores, que podiam sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas, as parteiras, que ajudavam as mulheres a dar à luz, e os curandeiros, que podiam cuidar de doenças “leves” e aplicar remédios feitos com plantas medicinais nativas, desempenhavam atividades menos consideradas. Incluíam-se aí os licenciados a tratar somente de alguma moléstia específica, como embriaguez e morfêia”.

Figura 5 – Trabalhadores do século XIX



Fonte: Esquerda Diário, 2018.⁵¹

Embora esses dados sejam da cidade do Rio de Janeiro, sugerem a confluência de vivências entre trabalhadores escravizados e livres nos centros urbanos, revelando a fina linha existente entre formas distintas e conviventes de exploração do trabalho. Essa vivência entre diferentes modalidades de exploração do trabalho verte-se nas situações de agremiação de solidariedade, de proteção, luta e resistência.

É possível analisar que a venda da força de trabalho na segunda metade do século XIX no Brasil obedece aos imperativos do capital no que tange à exploração do trabalho, compondo uma colagem específica entre trabalho escravo e trabalho livre, articulando uma característica típica do país entre junções e hibridismos tanto na dimensão econômica como política.

O associativismo dos trabalhadores possuía raízes mais antigas. Desde o período colonial, as Irmandades foram uma forma de associação muitas vezes apropriada por negros – escravos e libertos – com conotações de organização, chegando mesmo em alguns casos ao papel de aglutinação de lutas coletivas. [...]

⁵¹ Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Imperdivel-um-padeiro-revolucionario-nos-marcos-da-origem-negra-do-proletariado-brasileiro>. Acesso em: 3 out. 2020.

No Rio de Janeiro do século XIX muitas irmandades negras, algumas seculares, mantinham grupos significativos de escravos e libertos, nacionais ou africanos, unidos por perspectivas de solidariedade, religiosidade e/ ou cultivo de tradições. (MATTOS, 2004, p.240-241)

Vê-se que o forjar de classe dos que vivem do trabalho tem suas marcas históricas também ligadas à resistência contra a escravização, em que o povo negro, em forma associativa, ajudava-se mutuamente para conseguir alforrias, bem como se solidarizava por suas dores e desigualdades vivenciadas no sistema escravista, aglutinando forças e lutas coletivas pela libertação dos escravos e também contra as violências.

Um traço importante da luta de trabalhadores negros escravizados é que sua forma de organização estava pautada pelo reconhecimento da exploração dadas as condições e experiências vivenciais de violências e desigualdades sofridas, havendo forte componente de reconhecimento político de suas condições de exploração e também de seus opositores em comum. Esse processo não linear e nem retilíneo se propaga ao longo da história social brasileira, porém se intensifica por condições específicas no século XIX, com o advento de forças e pressões internacionais e nacionais pela abolição. Não se quer associar de forma direta e sem mediações que as particularidades existentes nas lutas dos trabalhadores negros escravizados eram e geraram as lutas de classe de forma intempestiva, mas se compreende que, na trama histórica, as revoltas, rebeliões e lutas do povo negro escravizado compõem indícios sócio-históricos, que no bojo do século XIX apontam para uma proto-história⁵² da formação da classe trabalhadora.

Há diversas expressões de lutas dos negros em associação como, por exemplo, a Revolta dos Malês⁵³ em 1835 na cidade de Salvador na Bahia. Os malês eram negros de origem islâmica, que organizaram um grande levante que deixou a

⁵² Aqui utilizamos o termo proto-história para designar o processo das primeiras expressões que podem caldar na formação da classe trabalhadora no Brasil, observando os contextos sociais, econômicos e políticos intrínsecos à formação da sociedade brasileira. O termo também pode variar em protoformação, e ambos revelam sinalizações em relação às primeiras circunstâncias e contextos temporais e espaciais sobre a formação da classe que vive do trabalho no Brasil.

⁵³ O termo malê tem origem na palavra *imalê*, que significa “muçulmano” na língua iorubá. A revolta dos Malês teve grande ressonância, na década de 1830, “quando Salvador contava com cerca de 65.500 habitantes, dos quais 40% eram escravos. Na época, negros, mestiços e afrodescendentes representavam 78% da população, enquanto os brancos não passavam de 22%. Entre a população escrava, 63% era nascida na África. Além disso, os escravos desempenhavam uma variedade de atividades, muitos eram lavradores, pedreiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, entre outros ofícios. Nos centros urbanos os escravos tinham mais liberdade de movimento enquanto cumpriam tarefas para seus senhores, o que ajudou a organizar a revolta, pois com acesso a vários locais podiam se comunicar uns com os outros” (REIS, 2003, p. 12).

cidade em conflito e tensão. Apenas negros africanos tomaram parte na revolta, que contou com cerca de 600 homens.

Os malês também eram conhecidos como nagôs na Bahia; outros grupos étnicos, como os hauçás, também tomaram parte na batalha, mas em menor número. No entanto, o descontentamento com as condições de vida foi ponto forte para a eclosão da revolta, e há de se considerar que os aspectos culturais e religiosos do povo malê incidiram fortemente para a organização da revolta, deixando Salvador tomada por rebeliões e alguns pontos de incêndio no dia 25 de janeiro de 1835 (REIS, 2003).

A revolta foi sufocada pelas forças policiais do Estado em menos de 24 horas, que se utilizaram de intensas e brutais respostas coercitivas com punições de açoite, deportações e condenações à morte. Embora a rebelião não tenha sido bem-sucedida, provocou tremor na estrutura escravocrata de Salvador e também teve a potência de espalhar informações sobre a possibilidade de organização e luta dos escravos por outros municípios, espalhando-se como espelho de revolta para os trabalhadores escravizados de outras localidades do país. Essa revolta deixou sua marca no processo de oposição ao regime escravocrata, por sua força reivindicatória e de contestação da ordem.

Na segunda metade do século XIX, a força de movimentos, lutas e reivindicações dos trabalhadores escravizados tomam diversas expressões, como a formação de sociedades beneficentes de auxílio mútuo, associações e organizações de organização e reivindicação, tal como expõe Marcelo Badaró Mattos (2004, p. 241):

Mais interessante é notar que, na segunda metade do século, trabalhadores negros também buscaram organizar Associações Benéficas ou de Auxílio Mútuo, que mantinham o objetivo de atender enfermos, viúvas e garantir enterros (de resto já presentes nas irmandades), mas avançavam ao admitirem livres e escravos, ao recortarem seu universo potencial de associados por uma origem étnica ou pela cor, ou ainda por apresentarem como finalidade apoiar financeiramente a compra da liberdade de associados. São associações como a Sociedade Benéfica da Nação Conga, criada antes de 1861, ou a Associação Benéfica Socorro Mútuo dos Homens de Cor, de 1874.

Também é possível considerar, nessa correlação histórica do forjar da classe que vive do trabalho no Brasil, movimentos que, em alguns momentos, fundem interesses de trabalhadores escravizados e trabalho livre. Há registros

historiográficos que revelam ter existido greves de escravos (MATTOS, 2004), como, por exemplo, em uma fábrica de sabão em 1854 na Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro, em que os escravos pararam a produção devido ao descontentamento ante a ameaça de escravos serem vendidos. Nessa passagem houve a prisão de 30 escravos e muitos outros participantes.

Na mesma temporalidade, em 11 de novembro de 1857, houve a paralisação de trabalhadores escravizados no empreendimento Ponta da Areia, de propriedade do Barão de Mauá, com a reivindicação de que seus parceiros presos por desobediência fossem soltos. O protesto terminou com intervenção policial e mais de 30 trabalhadores escravizados foram detidos.

Não era uma novidade que trabalhadores escravizados empregados em fábricas utilizassem seu ambiente de trabalho coletivo como trincheira para rebeliões.

Um outro exemplo: em 15 de abril de 1833, teve lugar uma “insubordinação dos escravos, que trabalhavam na loja de caldeireiro administrada por Rodrigo Pinto da Costa, na rua da Alfândega nº 70”, conforme definiu um relatório posterior. Catorze escravizados se recusaram a cumprir ordens do administrador e resistiram às tropas chamadas a prendê-los, usando suas ferramentas de trabalho como armas. (MATTOS, 2004, p. 243)

Embora as paralisações dos trabalhadores escravizados não se configurassem como tipicamente protestos de cunho salarial, os movimentos, reivindicações, greves dos negros encontravam nas suspensões do trabalho uma forma legítima de protesto em torno das violências e opressões que experienciavam, e utilizavam dos espaços e das ferramentas de trabalho como armas, fazendo história e resistência à escravização como podiam. Essas experiências confluem para as proto-histórias de formação da classe trabalhadora brasileira.

Há de se considerar também as revoltas de trabalhadores assalariados, como a greve dos cocheiros do Jardim Botânico em 1873, demandando a readmissão de trabalhadores demitidos, bem como a greve de operários da construção em 1888 devido a pagamentos atrasados. E, ainda, a trajetória do padeiro João de Mattos, que circulou entre as cidades de Santos – SP, São Bernardo do Campo – SP, São Paulo e Rio de Janeiro na organização dos trabalhadores do setor da panificação, fossem eles escravizados ou assalariados, cuja experiência articulou a luta e organização desses trabalhadores:

É fato que nem sempre havia cumplicidade entre a trajetória da luta dos escravos pela liberdade e luta operária, existindo mesmo confrontos por espaço no mercado de trabalho. Porém, há episódios que revelam um nível bastante elevado de inter-relação entre organizações, formas de ação coletiva e movimentos sociais de trabalhadores escravos e livres. Como a surpreendente trajetória do líder padeiro João de Mattos. Seu relato começa na cidade de Santos, em 1876, quando organizou um “levante” – “que eram as mesmas greves de hoje” (DUARTE, 2002, p. 64). A ação de João de Mattos, então trabalhando como padeiro naquela cidade, consistia na organização de todos os escravizados que trabalhavam nas 5 padarias de Santos (com o apoio dos livres que com eles compartilhavam o ofício) para paralisarem o trabalho e fugirem, em ato contínuo. Enquanto preparava-se a fuga, eram forjadas cartas de alforria que permitiriam que os fugitivos encontrassem trabalho no campo, como livres. Preso, dois meses após a fuga, em São Bernardo, foi levado para Santos, passando três meses na cadeia. Como não houve testemunho para incriminá-lo, João foi solto, com a condição de não mais voltar à cidade. Migrou para São Paulo, em 1877, onde organizou os escravizados das 11 ou 12 padarias da cidade para um “levante” do mesmo tipo. Na justificativa dos atos praticados por ele e seus companheiros, organizando as fugas, João de Mattos denunciava o arbítrio patronal, equiparando livres e escravos, por ele chamados de escravizados “livres” ou “de fato”: “Os patrões eram demais carrascos e abusaram do seu poderio. Os empregados escravizados livres, as prerrogativas eram as mesmas dos de fato, por qualquer coisa davam sopapos, pontapés, empurrões pela porta afora” (Idem, p. 65). Com o grupo de fugidos de São Paulo, usando a mesma estratégia das cartas de alforria falsas para encontrar emprego em fazendas no interior, migrou para a província do Rio de Janeiro, chegando à Corte em 1878. Na capital fundou, em 1880, um “Bloco de Defesa” dos padeiros, denominado “Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria com o lema Pelo Pão e pela Liberdade” (Idem, p. 67). O “Bloco de Defesa”, entretanto, era clandestino, pelo seu fim “criminoso” de “guerrear a propriedade escrava”, escondendo-se sob o disfarce de um “Curso de Dança”. Por tal organização, que contava com cerca de 100 associados, montaram-se novos “levantes” parciais e um levante geral, com a fuga na direção de Barra do Piraí. Na volta ao Rio, João de Mattos foi novamente preso, por denúncia de um membro da Sociedade, que vendeu a informação por 100\$000 réis. Defendido por Saldanha Marinho, voltou à liberdade após 3 meses. (MATTOS, 2004, p. 245-46).

A história do padeiro João de Mattos revela que as lutas e confluências dos trabalhadores brasileiros antecede a chegada massiva dos imigrantes europeus no século XX, e que há fortes indícios históricos da constante relação entre negros escravizados e trabalhadores livres assalariados, compondo as proto-histórias de construção da classe trabalhadora brasileira demarcada pela nossa estrutura social, econômica e política.

A formação da classe trabalhadora no Brasil nas camadas que compõem sua gênese está arraigada com a luta dos trabalhadores escravizados e livres, provocando tensões, rupturas, revoltas e rebeliões durante o século XIX, sobretudo em sua última metade, forjando a construção da classe trabalhadora a partir de experiências que, *a priori*, parecem disjuntivas, mas que se tornam comuns na mediação da convivência e no contexto entre trabalho escravo e livre, articulada pelas precárias condições nos centros urbanos como Rio de Janeiro, Recife, Belém, e da ainda então pequena cidade de São Paulo.

As marcas de proto-história da formação da classe trabalhadora brasileira têm também suor, sangue e luta do povo negro, na organização de revoltas, de associações para a liberdade, de solidariedade na confluência com os trabalhadores livres, assalariados ou não. Não há como fugir das cicatrizes e rugosidades da formação da história social brasileira que incidem dialeticamente sobre a formação e sobre a reprodução da classe trabalhadora no Brasil, que tem em seu perfil negros, negras, brancos e brancas, trabalhadores subalternizados, precarizados em condições de trabalho e vida, amalgamados pelas densidades da formação sócio-histórica “desigual e combinada” da sociedade brasileira, atrelada aos interesses do capital externo na composição e colagem de sua estrutura voltada à superexploração do trabalho.

São esses alguns dos pressupostos da base de sustentação da constituição da exploração e expropriação do trabalho no Brasil, que tem sua classe trabalhadora forjada no âmbito das densidades, rugosidades e heranças sociais, econômicas e políticas inerentes à condição de sociedade de economia periférica, baseada na combinação e colagens de diferentes formas de exploração.

Essa aproximação com as proto-histórias da formação da classe trabalhadora no Brasil não reduz a articulação entre trabalhadores livres e escravizados em um processo linear, harmônico ou tipicamente orgânico e consciente, muito menos despreza suas rachaduras de projetos, intencionalidades e conflitos internos no bojo das experiências daqueles que viviam do trabalho no século XIX.

Ao contrário, reconhece-se que a formação genuína da classe trabalhadora tem determinantes históricos, econômicos, políticos e sociais que por si só são contraditórios e antagônicos, mas que na sociedade brasileira engendram particularidades e especificidades típicas de sua formação híbrida, inconclusa e

desigual, que se conecta em fios mediativos complexos, e que pela própria dinâmica das relações sociais se movimentam e se dialetizam no forjar dessa classe.

De acordo com os diferentes tempos e espaços na história social do país, a feição e formação da classe trabalhadora se modula e desenha em formas específicas, tendo por vezes contraditória e equivocada feição única, pautada na superfície de homogeneizações ou com feições quase que tipificadas. Porém, se elevadas à saturação histórica, ao exame das densidades, conexões entre as passagens, experiências e traços mediativos do cotidiano da história daqueles que vivem sob o julgo da superexploração, as tessituras sociais revelam que a classe trabalhadora brasileira em seu interior é complexa, heterogênea, cheia de rugosidades, de elementos e feições que conjugam diferentes relações étnico-raciais, de gêneros, variados tipos de subordinação e regimes de trabalho, compondo-se de negras e negros, brancas e brancos, crianças, adolescentes e idosos em um todo insólito, que apresentam diferenças internas, desigualdades e níveis díspares de exploração a depender da etnia e do gênero, compondo as artimanhas das engrenagens da exploração e acumulação da economia capitalista periférica.

Isso nos faz pensar que a classe trabalhadora é uma categoria histórica, que se faz e se constrói no contexto e nas margens da história oficial. Está ancorada pela noção inescapável e insuperável das contradições das lutas de classes, no jogo antagônico de interesses entre opressores e explorados. Significa dizer que a classe trabalhadora se faz na construção e processos de lutas cotidianas dos sujeitos comuns que são explorados, pois é na trama da história da vida cotidiana que a luta se faz e se define de modo concreto em resposta a conjunturas e estruturas vigentes.

A formação da classe trabalhadora e de sua luta é um tecer, um processo vagarosamente forjado na trama da vida cotidiana desigual, com experiências pautadas nas diversas violências, às quais os sujeitos vão agenciando alianças, compondo enfrentamentos coletivos conscientes ou não conscientes, mas que correspondem diretamente aos seus interesses em oposição a um grupo ou condições estruturais.

Em outras palavras, classe é uma categoria histórica, saturada e derivada de processos sociais, políticos que se entrelaçam através do tempo, que encampa a cultura e as formas de luta de cada espaço e contexto histórico. Assim, no contexto

brasileiro, a proto-história da formação da classe trabalhadora se mediatiza em processos aparentemente distintos e disjuntivos, mas que compõem lutas e sucessivos processos de revoltas, lutas e associações entre trabalhadores escravizados e livres. Recorrendo a Thompson (2001, p. 278), pode-se dizer que “[...] a classe está ali, mas, mistificada, não reconhece a si mesma nem seus próprios e verdadeiros interesses”.

É importante destacar que as classes se formam e se definem de acordo com o modo e as clivagens de sua gênese e sua formação acontece conjuntamente com as relações sociais, a depender do contexto, das situações históricas e do território em que se movem e constroem.

As feições e mediações históricas que compõem o emaranhado do presente das camadas da classe que vive do trabalho no Brasil e de seus territórios estão articuladas às relações do capital em sua base de acumulação periférica.

Esses motes e questões impõem pensar quem são os que compõem a classe trabalhadora hoje no Brasil, suas feições, suas densidades e dobraduras étnicas, de gênero e condições de vida, dado o traço da estrutura desigual e combinada do capitalismo de acumulação periférica que persiste nas conjunções de exploração e acumulação do país.

4.2 As condições e situações da classe trabalhadora no Brasil

Somos precari@s no emprego e na vida. Trabalhamos sem contrato ou com contratos de prazos muito curtos. Trabalho temporário, incerto e sem garantias. Somos operadores de call-center, estagiários, desempregados, trabalhadores a recibos verdes, imigrantes, intermitentes, estudantes-trabalhadores... Não entramos nas estatísticas. Apesar de sermos cada vez mais e mais precários, os governos escondem este mundo. Vivemos de biscates e trabalhos temporários. Dificilmente podemos pagar uma renda de casa. Não temos férias, não podemos engravidar nem ficar doentes. Direto à greve, nem por sombras. Flexisseguranças? O “Flexi” é para nós. A segurança é só para os patrões. Essa “modernização” mentirosa é pensada e feita de mãos dadas entre empresários e governo. Estamos na sombra, mas não calados. (Manifesto dos Precários Inflexíveis do

Movimento dos trabalhadores de Portugal, 2010
apud ANTUNES, 2018, p. 75).

Esse relato é feito por um grupo de trabalhadores que se denomina precarizados e elaboraram, no ano de 2012, um manifesto na Europa apontando suas difíceis condições de vida e trabalho. Porém, essa não é uma narrativa geograficamente localizada e exclusiva aos países do bloco europeu, e poderia também ser a expressão de trabalhadores de grande parte do globo, inclusive dos brasileiros, dada a gramatura das difíceis condições de vida que unem as camadas da classe trabalhadora no mundo contemporâneo.

São comuns as faltas, fragilidades de direitos, precarizações e violências avolumadas. Condições de vida traçadas naquilo que deveria ser exceção (desemprego, fome, falta de oportunidades, doenças, renda insuficiente, falta de condições de trabalho, restrição de direitos civis, trabalhistas, condições sanitárias), mas que, dadas as condições contínuas das inúmeras faltas e ameaças à dignidade de sobrevivência, a precarização do trabalho se torna regra. A tríade precarização, deslegitimação de direitos e desproteções se torna comum na vida dos trabalhadores, compondo muito mais uma regra do que exceções vividas cotidianamente por centenas de milhares de pessoas que vivem de sua força de trabalho, evidentemente guardadas as particularidades socioterritoriais e históricas de cada lugar.

No caso da formação social brasileira, é possível apontar que a configuração do trabalho se assenta no solo do capitalismo periférico que movimenta métodos e formas pretéritas de superexploração do trabalho, ancorada nas facetas de intensidade, perversidade e violência da exploração dos trabalhadores. Congrega também “modernos modos” de exploração sobre a égide do capital financeiro, da reprodução ampliada do capital que se traceja nos diversos espaços do globo impondo a extração do mais valor ao conjunto da humanidade.

As formas de exploração do tempo e do espaço se unem e se colam de forma particular, mas não desconectada da lógica das reproduções do capital em suas formas mais atuais, realizam-se por meio do conjunto de políticas econômicas-fiscais que exigem menores salários, esticam as taxas de desemprego, degradam as garantias legais de contratos, deterioram os direitos trabalhistas, impõem a informalidade como grande saída para o desemprego estrutural, e ao mesmo tempo com isso garantem maior extração do sobrevalor do trabalho.

Em meio a esse ativo espaço, registra-se grande processo de proletarização urbana, ou seja, o número de pessoas vivendo nas cidades prova que a proletarização em seu aspecto atual se mostra territorialmente urbana, as camadas das classes trabalhadoras espalham-se pelas cidades, sobretudo nos fundões das periferias. Outra parte reside nos precários cortiços, ocupações e moradias precárias nos centros das cidades. O historiador Marcelo Badaró Mattos (2013, p. 86, grifos nossos) registra:

Essa situação se apresenta, no caso brasileiro, na forma de um reforço da secular desigualdade social. O Brasil possui, segundo o censo de 2010, 190.732.694 habitantes. Destes, mais de 160 milhões vivem em áreas urbanas e apenas pouco mais de 29 milhões nas áreas rurais. [...] Esse quadro contrasta profundamente com o perfil do país há algumas décadas atrás. Em 1940, só 31,2% dos 41 milhões de residentes no país viviam nas cidades, sendo que foi nos anos de 1960 que a população urbana ultrapassou a rural. Em 1970, eram moradores das áreas urbanas 55,9% das 93 milhões de pessoas recenseadas. **Isto implica reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil é profundamente concentrada no meio urbano**, mas que essa concentração se produziu de forma dramaticamente rápida nas últimas décadas do século XX.

Esse denso processo de ocupação do espaço urbano pelas classes trabalhadoras é vivenciado no seio das contradições sociais, das desigualdades, mas também é saturado de experiências e de cultura de classe, marcando a vida nas cidades por suas condições, por seu forjar, pela busca de sobrevivência e pelas lutas para resistir, construindo territorialidades de classe.

Interessa aqui pensar os espaços territoriais de classe, a partir das experiências, como um conjunto mediativo de conexões entre os sujeitos, modos de vida, relações que se tracejam nas dobraduras históricas do tempo presente atrelada aos processos sociais e econômicos mais amplos que incidem na vida cotidiana das camadas da classe que vive do trabalho.

A vida das classes trabalhadoras no contexto do espaço urbano é marcada por espoliações, explorações, desigualdades sociais, civis, políticas e até mesmo sanitárias. No contexto mais recente ocasionado pela pandemia da covid-19, são as

classes trabalhadoras que mais adoecem, e são nos territórios periféricos onde se registra maior número de óbitos⁵⁴.

Algumas aproximações com dados estatísticos, indicadores econômicos e sociais podem colaborar para apresentar um desenho temporal das condições de vida das camadas da classe trabalhadora no Brasil, de forma que podem revelar indicações sobre suas experiências materiais e espirituais no bojo da produção e reprodução da vida socio territorial. Em 2020 a população brasileira chegou a 211,7 milhões de habitantes e, de acordo com as estimativas do IBGE (2020), o país ganhou 1,6 milhão de habitantes em relação ao ano de 2019. A maior parte da população brasileira cerca de 84,72% vivem em áreas urbanas e 15,28% em áreas rurais (PNAD – IBGE, 2015).

Nos últimos 70 anos, houve um salto de 167.616.531 pessoas vivendo em áreas urbanas no país; a concentração urbana no Brasil elevou-se a um patamar de 48% em sete décadas, fenômeno que tem se acentuado também em escala global. Segundo a ONU (2019), atualmente 55% da população mundial vive em áreas urbanas e a expectativa é de que essa proporção aumente para 70% até 2050.

⁵⁴ Os dados sobre a covid-19 no Brasil são alarmantes. Em 11 de abril de 2021, o Ministério da Saúde do Brasil registrou 351.334 mortos pelo coronavírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021), de acordo com o *site*: <https://covid.saude.gov.br/>.

A Secretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo, no período de ascensão da pandemia, apontava o número de mortes por distritos da capital, em um recorte de análise durante a primeira quinzena do mês de abril de 2020, os registros mostram que nos territórios periféricos há maior incidência de óbitos pela covid-19. Quando cruzados esses dados com os quinze distritos mais excluídos da cidade – classificados pelo estudo do Mapa da Inclusão e Exclusão da Cidade de São Paulo (SPOSATI, 2017) –, verifica-se que, dos 686 óbitos naquela semana, 306 estão nos territórios mais desprotegidos da capital (Marsilac, Grajaú, Parelheiros, Jardim Ângela, Iguatemi, Lajeado, Jardim Helena, Pedreira, São Rafael, Itaim Paulista, Capão Redondo, Brasilândia, Anhanguera, Jaraguá, Perus), correspondendo a 44,6% dos óbitos da cidade naquela semana (MARQUES; DINIZ, 2020).

Os pesquisadores Frederico Roman Ramos e Antônio Miguel Vieira Monteiro, em recente estudo, *Cartografias entre o visível e invisível* (2020), apontam que a dinâmica de contágio e de propagação da doença causada pela covid-19 se dá de forma diferente entre os distintos grupos populacionais: “quando observamos as diferenças entre os percentuais de infectados entre os diferentes grupos populacionais, como aquelas reveladas no Projeto SoroEpiMSP (2020) que realizou estudo transversal no Município de São Paulo durante a pandemia. O Estudo demonstrou que, entre os dias 15 e 24 de junho de 2020, a soroprevalência média foi de 2,5 vezes maior nos distritos com a metade mais pobre da população (16% *versus* 6,5%) que foi 4,5 vezes maior nos indivíduos que não completaram o ensino fundamental quando comparada com os que terminaram o ensino superior (22,9% *versus* 5,1%), que foi 2,5 vezes maior nos participantes que se identificam como pretos do que nos brancos (19,7% *versus* 7,9%) e que aqueles que vivem em habitações com 5 ou mais indivíduos apresentam uma soroprevalência quase 2 vezes maior do que os que habitam com 1 ou dois indivíduos (15,8% *versus* 8,1%)”.

Tabela 1 – População urbana no país nas últimas sete décadas

Ano	População total	População Urbana	Percentual de população vivendo em áreas urbanas
1950	51.994.397	18.782.891	36%
1970	94.508.583	25.084.984	56%
1991	146.917.459	110.875.826	75%
2020	221.755.692	179.399.442	84%

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1950, 1970, 1991 e estudo populacional 2020. Elaboração própria.

Segundo estudo de identificação de áreas urbanas do país realizado pela Embrapa (2017), mais de 80% da população brasileira habita uma pequena parte do território nacional cerca de 0,63%, ou seja, o Brasil concentra 160 milhões de pessoas comprimidas em áreas urbanas e muitas delas com problemas de infraestrutura e de qualidade de vida. Dada a alta densidade populacional e as desigualdades nos investimentos do Estado, evidencia-se nítido processo de “inchaço” nas cidades e acelerada ocupação dos espaços urbanos. As áreas com maior concentração populacional urbana estão localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país.

Figura 6 – Brasil por Satélite, concentração populacional localizada na região Sudeste



Fonte: Nasa, Embrapa, 2017.⁵⁵

Para se ter uma ideia das contradições e desigualdades que permeiam a ocupação urbana, 11.425.644 pessoas viviam em 6.329 favelas, de acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2010). Os moradores de favelas representavam 6% da população brasileira e, entre as capitais com maior população favelada, destacam-se: Belém, com 54% de sua população morando nessas condições; Rio de Janeiro, com 48,4%; e São Paulo, com 11%, revelando o traço e a ligação histórica do processo de proletarianização urbana no país.

No Brasil, 64% dos trabalhadores ocupados atuam na área de serviços, 21% nas atividades industriais e 13% em atividades ligadas à área agrícola (PNAD – IBGE, 2015). É visível que a classe trabalhadora no Brasil vive em áreas urbanas e atua principalmente no ramo de serviços, dadas as novas configurações do extenso modo de vida urbano e também os ciclos de acumulação do capital.

As vivências da classe trabalhadora no país são marcadas por contradições, desigualdades e exclusões sociais, territoriais, econômicas, civis e sanitárias que

⁵⁵ Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional>. Acesso em: out. 2020.

revelam e dilatam os antagonismos de classes e a intrínseca relação do país com a espoliação urbana e do trabalho.

No que tange ao desemprego, em todo o mundo 192 milhões de pessoas estavam desempregadas em 2017. No mesmo ano, 1,4 bilhão de trabalhadores estava em empregos consideráveis vulneráveis sem regulamentação ou que oferecem algum tipo de perigo e risco (OIT, 2020).

O Brasil encerrou o mês de agosto de 2020 com cerca de 12,9 milhões de desempregados – 2,9 milhões a mais que o registrado em maio do mesmo ano, o que corresponde a uma alta de 27,6% no período – e com 27,9 milhões de pessoas trabalhando na informalidade (PNAD COVID-19 IBGE, 2020).

Historicamente os trabalhadores no Brasil vivenciam experiências de trânsito muito fluido entre emprego formal e informal, e cabe lembrar a imbricação no século XIX do trabalho escravo e trabalho livre, além do enorme contingente populacional na contemporaneidade de trabalhadores desempregados que se viram como podem para garantir a reprodução de suas vidas.

Esse processo faz parte de uma estrutura social muito específica e deliberada do capitalismo, sobretudo em sua face periférica, que tem como premissa a não inserção de trabalhadores no mercado formal de trabalho como mote de regulação de salários e também de exploração social, cultural e ideológica.

Nas periferias, o proletariado nasceu eivado da condição de precariedade. Bastaria dizer que o proletariado no Brasil – e em vários outros países que vivenciaram o escravismo colonial – efetivamente floresceu a partir da abolição do trabalho escravo, herdando a chaga de um dos mais longevos períodos de escravidão, de modo que sua precarização não é exceção, mas um traço constante de sua particularidade desde a origem. (ANTUNES, 2018, p. 61).

Os chamados “bicos”, “biscates”, “freelance”, que compõem circuitos de trabalhos eventuais, sem nenhuma regulamentação e com traço comum da precarização, não são excepcionais nas trajetórias dos trabalhadores brasileiros, ao contrário, constituem regra das relações de trabalho na sociedade com estrutura colonial e escravocrata. A expressão da informalidade como regra no que tange ao trabalho no país revela certa “simbiose e organicidade em uma unidade de contrários” (OLIVEIRA 2013, p. 29), combinando traços de uma modernidade com a vida nas cidades e a existência do arcaico e do atrasado seja nas condições e

formas de reprodução da vida, compondo as estruturas de dominação da acumulação do capital.

Há na informalidade certa deliberação e condição estrutural de exploração, não é puramente acaso ou mesmo a falta de desenvolvimento que leva milhões de trabalhadores ao desemprego, e que compulsoriamente são lançados a trabalhos informais. Porém, existem nesse processo traços de um modo especulativo de acumulação em vigor, que se traceja pela dominação, espoliação do trabalho/trabalhador, conferindo a mesma tonalidade à produção dos espaços urbanos.

A nossa exceção permanente, aprisionamento em nebulosas, em constelações marcadas pela era da indeterminação e pela brutalidade de novos modos de exploração e dominação, novas formas de acumulação, passagens que deveriam ser pontes, mas que se fecham como portas que não franquiam futuros diversos do presente. (RIZEK, 2013, p. 42).

O desemprego no país vem crescendo vertiginosamente desde os anos de 1990, constituindo um elemento que agrava a precarização das relações de trabalho, fragmentação da classe trabalhadora. Dados da pesquisa realizada por Marcelo Badaró Mattos (2019) apontam que, no ano de 2011, a população ativa atingia a cifra 105 milhões de pessoas, das quais 12 milhões eram empregados terceirizados, que prestavam serviços em determinados lugares e empresas, mas eram contratados por outras firmas com salários menores e com menor cobertura de direitos.

Nessa esteira se verifica também que as condições de remuneração dos trabalhadores brasileiros têm caído à medida que o desemprego aumenta nos últimos anos, lançando centenas de milhares de trabalhadores às vulnerabilidades econômicas e de renda. Neste sentido, o desemprego como estratégia de mediação e compressão de salários tem se mediatizado como estratégia importante da acumulação⁵⁶ nestes trópicos.

⁵⁶ “Mas a verdade é que a cumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 2013, p. 733).

“O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (MARX, 2013, p. 711).

Esse processo tem clara funcionalidade para o capital, ao permitir a intensificação, em larga escala, do bolsão de desempregados, o que reduz ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, por meio da retração salarial daqueles assalariados que se encontram empregados. (ANTUNES, 2018, p. 66).

Em uma análise sobre o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente entre os anos de 2014 a 2019⁵⁷, verifica-se que a média de rendimento dos brasileiros em 2014 era de R\$1.052,00, e cinco anos depois passou para R\$ 1.438,67, representando um acréscimo de 26% nesse período. *A priori* parece haver um salto entre as cifras das médias, porém, há de se considerar que as médias ocultam desigualdades latentes na realidade⁵⁸, escondem particularidades, como, por exemplo, daqueles que não dispõem de rendimentos ou têm renda insuficiente à sobrevivência, e que estão lançados à fome e extrema pobreza. Também as médias escamoteiam as desigualdades socioterritoriais em que vivem ou sobrevivem as populações, em suas condições objetivas de acesso à cidade e à cidadania, demandando o reconhecimento de outros indicadores além da renda.

O território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações. Tais densidades, vistas como números, não são mais do que indicadores. Elas revelam e escondem, ao mesmo tempo, uma situação e uma história [...]. As densidades que se dão fisicamente aos nossos olhos encobrem processos evolutivos que as explicam melhor do que as cifras com as quais são representadas. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 260)

Em termos comparativos, a média de rendimento nominal domiciliar (IBGE, 2019) fica em R\$1.438,67, enquanto o salário mínimo vigente no ano de 2020 era de R\$1.045,00. Se comparados esses valores com o salário mínimo indispensável à sobrevivência calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

⁵⁷ Dados levantados com base nas pesquisas de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente, realizadas pelo IBGE, nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, disponíveis no *site*: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>.

⁵⁸ Para ilustrar o processo global de precarização e também de invisibilidade da precarização do trabalho no esteio contemporâneo, recorre-se mais uma vez à citação do Manifesto dos Precários, sobretudo, na parte: “Não entramos nas estatísticas. Apesar de sermos cada vez mais e mais precários, os governos escondem este mundo. Vivemos de biscates e trabalhos temporários. Dificilmente podemos pagar uma renda de casa. Não temos férias, não podemos engravidar nem ficar doentes. Direto à greve, nem por sombras. Flexisseguranças? O “*Flexi*” é para nós. A segurança é só para os patrões. Essa “modernização” mentirosa é pensada e feita de mãos dadas entre empresários e governo. Estamos na sombra, mas não calados” (ANTUNES, 2008, p. 75).

Socioeconômicos (Dieese)⁵⁹, o valor do mínimo seria de R\$ 4.892,75 (DIEESE, 2020); há uma discrepância entre o menor valor e do salário nominal e indispensável de R\$ 3.847,75. O valor nominal indispensável a sobrevivência é quatro vezes maior que o mínimo nacional.

Essas cifras evidenciam a precária condição econômica dos trabalhadores brasileiros. Nesta toada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) (IBGE, 2019) aponta que a renda média mensal de 60% dos trabalhadores (o correspondente a 54 milhões de brasileiros empregados com carteira assinada ou na informalidade) foi menor que um salário mínimo no ano de 2018. O rendimento médio real mensal recebido por esses trabalhadores foi de R\$ 928.

Esses montantes revelam a superbaixa remuneração dos trabalhadores brasileiros, remetendo à análise de que o processo de exploração do trabalho no tempo presente no país se mediatiza pelas referências de economia periférica, baseada na intensificação do trabalho, expropriação da parte do trabalho necessário ao trabalhador para manter o mínimo para a reprodução da vida, ou seja, o indispensável a repor as condições de sua força de trabalho (MARINI, 2005).

4.3 A violência da exploração do trabalhador no Brasil

A violência da exploração do trabalho no Brasil é aviltante e fortemente organizada e deliberada no âmbito da sociedade e do Estado, culminando em condições de vida precárias para a expressiva maioria dos brasileiros que compõe as camadas da classe que vive do trabalho. Ricardo Antunes (2018, p. 56), discutindo “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”, expõe que o processo de superexploração tem repercussões globais, como um fenômeno que é intenso nas periferias do sistema, mas que também se dilata nos países centrais.

É possível observar o movimento desse processo de modo avolumado nas diversas partes do mundo, por meio de fenômenos que se desenrolam tanto aqui no país como em nível global. Destacam-se jovens pobres, negros, imigrantes, desempregados de todo o mundo que vivem “caçando” pequenos trabalhos, realizando

⁵⁹ Estudo histórico sobre a pesquisa de cesta básica de alimentos para composição do salário nominal e necessário para trabalhadores, realizada anualmente pelo Dieese desde 1994. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-enoticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>.

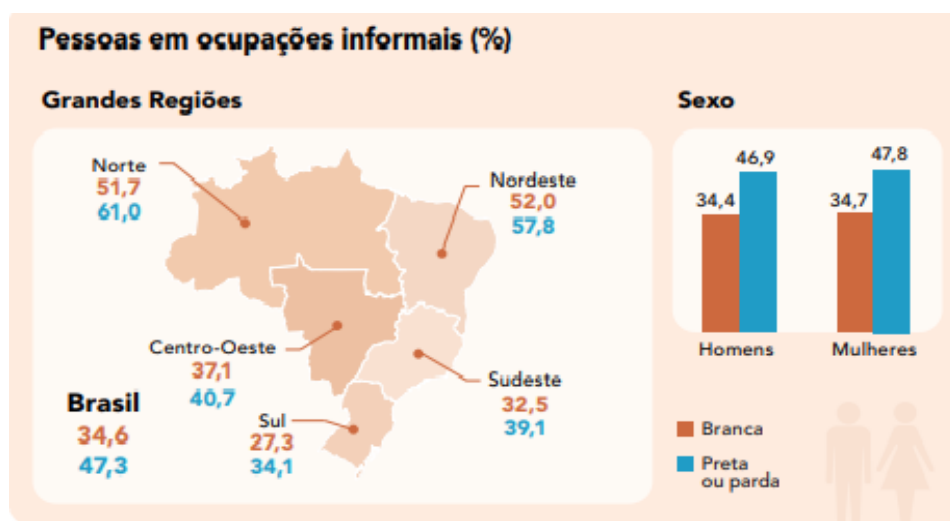
atividades parciais, intermitentes, informais, buscando “se virar” como podem para reproduzirem suas vidas.

Entendemos, ao tratar da realidade presente em alguns países de capitalismo avançado, que a classe-que-vive-do-trabalho, em sua nova morfologia, compreende distintos polos que são expressões visíveis da mesma classe trabalhadora, ainda que eles possam se apresentar de modo bastante diferenciado (diferenciação, aliás, que não é novidade na história da classe trabalhadora, sempre clivada por gênero, geração, etnia/raça, nacionalidade, migração, qualificação etc.). (ANTUNES, 2018, p. 58).

Essa passagem expõe a relação entre os processos do capitalismo avançado nas condições de vida das classes em um contexto global, porém também revela as densidades e territorialidades das classes a partir de suas experiências localizadas no intercâmbio com fenômenos e contextos de exploração nacionais, formas e modos de vida engendrados na cultura, relações étnico-raciais, migrações e imigrações que constituem as feições e os contextos das classes no bojo do tempo presente, não descartando suas diferentes e heterogêneas formas de ser e se apresentarem hoje.

O que se apresenta como comum às experiências de classe globalmente é o *léxico de dominação* do mundo do trabalho cunhado em processos de mudanças na forma de operação das relações de trabalho, como as chamadas “*uberização*”, “*walmartização*”, “*intermitência*”, “*pejotização*”. Inerente a esse movimento se verifica que “a incessante ampliação da troca desigual entre valor que o proletariado produz e o que ele recebe é uma tendência presente na própria lógica do capitalismo” (ANTUNES, 2018, p. 60).

Figura 6 – Pessoas em ocupações informais no Brasil, 2018



No Brasil, 5 milhões de trabalhadores já experimentavam as condições de “uberização do trabalho”⁶⁰ antes da crise econômica e sanitária engendrada pelo coronavírus (ANTUNES, 2020), vivendo sob enorme empobrecimento e miserabilidade, revelando o traço autofágico do capital em suas facetas sócio-históricas contemporâneas, e a par e passo à exponenciação da miséria da classe trabalhadora no país.

O número de pessoas que passa fome no Brasil cresceu em 3 milhões entre os anos de 2015 a 2020, denunciando a drástica situação de insegurança alimentar. Cerca de 10,3 milhões de brasileiros viviam em lares nessa situação no ano de 2018 (IBGE, 2020), de modo que a fome está capilarizada em todas as regiões do país, com maior prevalência nas regiões Norte e Nordeste, tal como revela o mapa (Figura 7).

⁶⁰ Termo não se reduz aos trabalhadores motoristas de aplicativo; abrange o conjunto de trabalhadores inseridos em processos de trabalho informais, com contratos instáveis ou inexistentes, vivendo a precarização do mundo do trabalho. Muito além de uma designação para um setor, o termo revela um processo estruturante de regulação do trabalho no mundo contemporâneo.

Figura 7 – Mapa da fome no Brasil

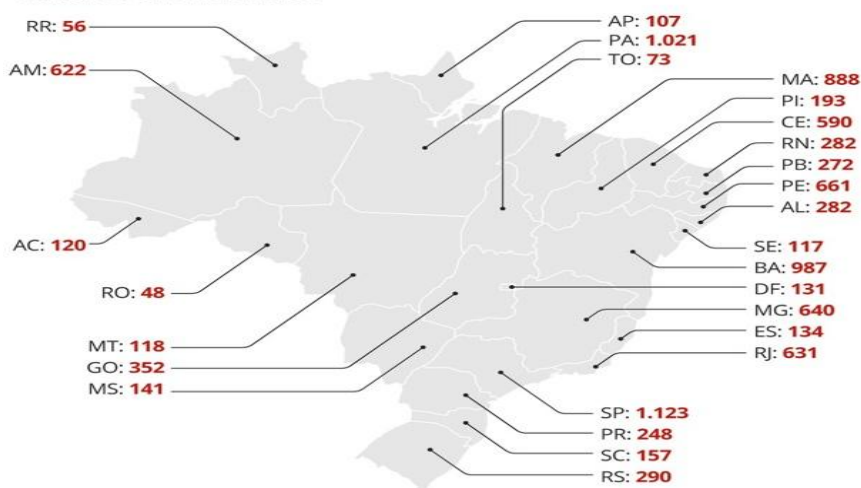
Mapa da fome no Brasil

Cerca de 10,3 milhões de brasileiros têm alimentação ruim e insuficiente

Número de PESSOAS em situação de fome no país:
10,3 milhões



Valores em milhares



Fonte: IBGE

Fonte: G1, com base na pesquisa do IBGE, 2020.⁶¹

Do mesmo modo, as desigualdades e exclusões sociais, econômicas, políticas, civis e sanitárias são enormes no contexto da sociedade brasileira. A organização OXFAM Brasil (2017), em seu relatório “A distância que nos unem: um retrato das desigualdades brasileiras”⁶², aponta que os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95% da população. Essa análise traz à reflexão que uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente ao que um super-rico recebe em um único mês. Esses dados evidenciam que, além de antagônicas e desiguais, as experiências de classe também movimentam a articulação entre economia e política no seio da produção concreta da vida, dimensões que se articulam dialeticamente na produção e reprodução das classes sociais no país.

⁶¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: out. 2020.

⁶² Relatório de pesquisa disponível no site: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>.

Os seis brasileiros mais ricos do país possuem a riqueza equivalente à soma de todos os rendimentos da metade da população mais pobre, ou seja, mais de 100 milhões de pessoas. Os 10% mais pobres do Brasil gastam 32% de suas rendas com impostos enquanto os 10% mais ricos, apenas 21%. O contingente de 1% mais rico da população brasileira recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional (OXFAM, 2017).

Outro dado que chama a atenção é que se as desigualdades étnico-raciais persistirem, os negros só poderão ter equiparação salarial com os brancos no Brasil no ano de 2089, exatamente duzentos anos depois da abolição da escravização.

O estudo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” (IBGE, 2019) revela que 32,9% das pessoas que se encontravam abaixo da linha da pobreza⁶³ no ano de 2018 eram pretas ou pardas⁶⁴, e pessoas brancas nessa mesma condição representavam 15,4% da população. Os dados indicam que 9,11% das pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever são pretas ou pardas e 3,9 são brancas.

Em relação aos homicídios, o estudo apresenta que, para cada 100 mil jovens de 15 a 29 anos mortos por arma de fogo no país no ano de 2017, 98,5% são pretos ou pardos. A taxa de subutilização que corresponde às populações subocupadas por insuficiência de horas, desocupada e força de trabalho potencial é maior entre pretos ou pardos, chegando a 29% dessa população.

A maior parte da força de trabalho no Brasil é composta por pretos e pardos, chegando a 57 milhões de pessoas em 2018, contingente 25,2% maior do que a população de etnia-raça branca na força de trabalho, que totalizava 46,1 milhões. Isso mostra que grande parte da classe trabalhadora no Brasil é de etnia negra, porém submetida às precárias condições de pobreza, educação insuficiente, remuneração salarial desigual em relação aos brancos, vítima de violências e mortes.

Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de etnia-raça branca estavam em ocupações informais, entre as de etnia-raça preta ou parda esse percentual atingiu 47,3%. O rendimento mensal de pessoas brancas atingia o valor

⁶³ A linha da pobreza corresponde a referência monetária internacional de UU\$ 1,90 utilizado pelo Banco Mundial. Neste sentido, a linha de pobreza está relacionada ao parâmetro de avaliação e metrificação para classificar os sujeitos que vivem na extrema pobreza com menos de U\$\$ 1,90 por dia, ou seja, com menos de R\$ 10,81 (referência em reais no ano de 2021).

⁶⁴ Os termos “pretas” e “pardas” correspondem à designação utilizada pelo IBGE.

de R\$ 2.796,00, enquanto o de pessoas pretas e pardas era de R\$1.608,00. Isso mostra que os negros recebiam 73,9% em relação aos rendimentos dos brancos naquele ano.

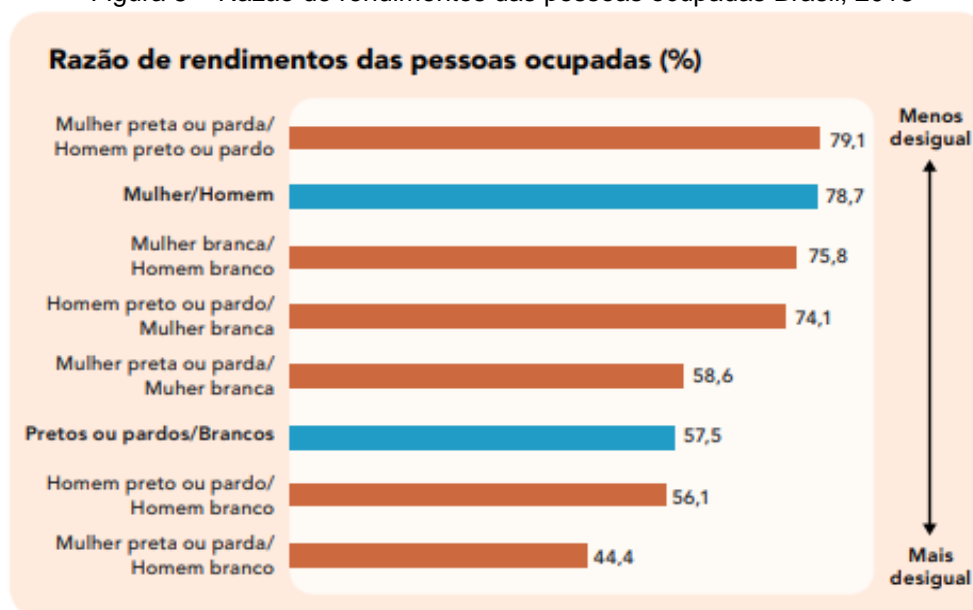
Destaca-se que as mulheres negras enfrentam situações de extrema precarização em suas inserções e condições de trabalho e vida. Os dados retratados na PNAD de 2015 revelam que os rendimentos de trabalho feminino representavam 76% do que os recebidos pelos homens. A taxa de desocupação de mulheres naquele ano foi de 11%, enquanto a masculina foi de 7%.

Mulheres em 2018 recebiam apenas 78,7% do que ganhavam os homens no Brasil, números que revelam mais um feixe mediático para entender a situação da classe trabalhadora no Brasil, ou seja, a questão e relações de gênero, observando que, em uma sociedade altamente patriarcal, as mulheres entram de forma desigual no circuito produtivo e sofrem além de baixas remunerações outras múltiplas opressões de gênero.

Pessoas de cor preta ou parda recebiam apenas 57,5% dos rendimentos daqueles de etnia-raça branca. A vantagem dos homens brancos sobre os demais trabalhadores de outros grupos étnicos é gritante no país e a maior diferença está entre homens brancos e mulheres pretas ou pardas, que recebem 44,4% do que um homem branco ganha. Ou seja, mulheres negras recebem menos da metade.

Esses dados revelam que a classe que vive do trabalho no Brasil é assimétrica e heterogênea, compondo-se de diferentes níveis de exploração e vulnerabilidades, dado o contexto social, econômico e político das relações sociais brasileiras que busca graduar a exploração pautada em critérios seja de cunho racista ou com recorte patriarcal. Assim, é nítido que as vivências e experiências de classe são atravessadas por relações de poder e dominação inerente às condições de classe, etnia-raça e gênero. A exploração, opressão e dominação se inter cruzam e se inter-relacionam, são coextensivas, organicamente integradas no modo de produção capitalista (CISNE, 2015).

Figura 8 – Razão de rendimentos das pessoas ocupadas Brasil, 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Pessoas de 14 ou mais anos de idade.

O segundo grupo com maior privilégio no mundo do trabalho é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas mas também aos dos homens dessa etnia-raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma etnia-raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações).

Cada uma das particularidades estruturantes da classe – sexo – “raça”/etnia –, combinadas ou não, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. Assim, é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras. (CISNE, 2018, p. 351).

Todos esses números, mesmo que superficialmente, expressam as situações e condições de vida da classe trabalhadora no Brasil, revelam a inter-relação entre os desdobramentos das situações de precariedades da classe dos que vivem do trabalho, com pouca renda, baixa condições de consumo, precárias moradias, exclusões e desigualdades étnico-raciais e de gênero, e colocam a classe

trabalhadora no Brasil em um espelho cheio de rugosidades e saturações históricas com marcas profundas e enraizadas da formação social brasileira.

Logo, não podemos considerar classe como um conceito puramente abstrato, tampouco a-histórico. Se considerarmos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e “raça” / etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas relações sociais de sexo, e étnico-raciais. (CISNE, 2018, p. 274).

Neste sentido, a classe trabalhadora no Brasil está intimamente relacionada e versa com as relações étnico-raciais e de gênero que são amalgamadas em suas relações sociais. As mulheres são as que mais sofrem com os sistemas de opressão e superexploração do trabalho, sobretudo as mulheres negras e também transsexuais que são vítimas das violências e dos traços do racismo e do machismo como pilares que sustentam as relações sociais em seus diferentes enfoques no Brasil.

As relações étnico-raciais, gênero e classe são muito mais próximas do que parecem, inter-relacionam-se em conexão, constituem linhas de uma complexa tessitura que se cruzam e se amalgamam em trajetórias e vivências da classe. Mostram-se ativas e eclodem em questões, violências e condições de vida na relação interior e exterior às camadas das classes que vivem do trabalho.

Assim, as camadas da classe trabalhadora no país se apresentam em faces diversificadas, com distinções internas, com diferenças que se tornam desigualdades às quais as explorações e violências se propagam, haja vista as díspares condições das mulheres no mercado de trabalho, entre essas a situação de mulheres negras que se tornam o grupo mais vulnerável às explorações, violências e precarizações; ou ainda a situação dos homens negros, da população LGBTQIA+⁶⁵ e também de imigrantes, sobretudo, os mais pobres e que buscam

⁶⁵ Sigla adotada pelos movimentos sociais ligados à diversidade de orientações sexuais, as letras LGBTQIA+ significam: L – Lésbicas: mulheres que se sentem atraídas fisicamente e/ou emocionalmente por outras mulheres. G – Gays: homens que se sentem atraídos fisicamente e/ou emocionalmente por outros homens. B – Bissexuais: pessoas que se sentem atraídas fisicamente e/ou emocionalmente por ambos os gêneros. T – Transgênero: pessoas que não se identificam com seu sexo biológico, podendo ser homens ou mulheres transsexuais, além dos não binários, que é quando não há identificação com nenhum dos gêneros. Q – Queer: pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros e não seguem o padrão binário (feminino ou masculino) imposto socialmente. I – Interssexuais: pessoas que nascem com características que não se enquadram propriamente aos gêneros feminino ou masculino, podendo ser relativas a anomalias cromossômicas,

refúgio político longe de guerras civis, melhores condições de vida fugindo das violências e escassez, são os que mais sofrem com os processos desiguais encampados pela superexploração periférica, pelo racismo estrutural e pelas violências de gênero.

Há expressões de hierarquias no interior da classe trabalhadora, advindas da própria forma de organização da sociedade. As diferenças que a constitui são apropriadas pelo capital na sua dinâmica de produção e reprodução de desigualdades associadas ao seu processo de acumulação. (CISNE, 2018, p. 274).

Não obstante falar nas condições e situações da classe trabalhadora no Brasil, é preciso reconhecer suas densidades e heterogeneidades históricas, suas assimetrias sociais, econômicas e políticas. É necessário atentar-se às marcas das condições desiguais aos quais negros e negras foram expostos a toda sorte. É reconhecer, nas duras dobraduras sociais que compõem os territórios periféricos das cidades, que as mulheres constituem arrimos familiares, na maioria das vezes vezes sendo responsáveis financeira e afetivamente pelos cuidados e reprodução da vida de suas famílias.

É importante destacar que alguns dos dados apresentados revelam os agravos das desigualdades de renda em relação a gênero, à assustadora desigualdade e a exclusões étnico-raciais às quais as mulheres neste país são submetidas.

Compreendemos, assim, que a “classe operária tem dois sexos” (Souza-Lobo, 2011), do contrário, como podemos explicar que as mulheres estão nos postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados? Como explicar a persistente divisão sexual do trabalho, que não apenas diferencia trabalho feminino do masculino, mas gera desigualdades entre homens e mulheres pertencentes a uma mesma classe? Como explicar a jornada intensiva e extensiva de trabalho e o não reconhecimento/desvalorização do trabalho doméstico/reprodutivo? Como explicar o porquê de 70% dos pobres no mundo serem mulheres (Mészáros, 2002)? Negar a dimensão de sexo no trabalho é negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital. (CISNE, 2015, p. 304).

harmônicas ou genital. A – Assexuais: pessoas que não sentem atração sexual por outras pessoas, independentemente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum que essas pessoas não vejam as relações sexuais humanas como prioridade. +: engloba todas as outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

Existe o premente desafio de reconhecer não só a particularidade da questão de gênero que se movimenta no interior das camadas da classe trabalhadora, mas também as situações de desigualdades e violências existentes em torno da mulher trabalhadora e as particularidades da mulher negra trabalhadora nessa estrutura social.

É imperioso reconhecer que existem fios estruturais que também perpassam as determinações de classe como o racismo, a opressão patriarcal machista, as questões e relações de gênero que constituem fios mediativos que dilatam, atravessam, determinam as dinâmicas da realidade social e também açambarcam de modo endógeno e exógeno a constituição das classes.

Essas determinações constituem o modo, a forma e a representação do capital em desenvolver, operar e expandir a produção e reprodução da vida social, baseando sua acumulação na opressão e violência de gênero, na exploração e desigualdades étnico-raciais. Esses determinantes de opressão, violência e desigualdades são combustíveis para o processo de metabolização das relações de produção, controle e acumulação do capital. Neste sentido, existem alguns desafios postos para as reflexões, interpretações e intervenções:

Desafio análogo reside na capacidade de entender que, se a opressão de gênero atravessa as classes, as divisões de classe atravessam as posições de gênero. As mulheres não experimentam a opressão de gênero de forma homogênea, embora estejam submetidas em seu conjunto ao poder patriarcal opressivo. Diferenças de classe, estatuto civil, etnia, raça geram distintas formas de subjetividade. Assim, mais do que estabelecerem uma identidade “primária” que orienta um sujeito coletivo homogêneo e autônomo, posições de gênero interagem com as de classe e raça, atuando de forma complexa na determinação das formas específicas – e hierarquizadas – como as opressões são vividas subjetivamente. (MATTOS, 2019, p. 63).

Essas determinantes étnico-raciais, de gênero e classe estruturam e garantem relações de superexploração e extração econômica excedente para o capital. Portanto, as relações e questões de gênero, étnico-raciais criam e impactam desigualdades básicas nas condições de vida da classe trabalhadora. Essas diferenças e desigualdades necessitam de reconhecimento no tocante às contradições que germinam, pois incidem de modo material e subjetivo na produção e reprodução da vida pelos sujeitos e sua classe.

Afinal, as relações sociais são constitutivas de mediações desiguais entre os sexos e as relações étnico-raciais, que compõem partes da realidade concreta das vivências e experiências de classe.

Essas desigualdades se estruturam em critérios ancorados na colonização e no colonialismo engendrados pelo capitalismo dependente e periférico, no qual há uma escolha deliberada em torno das relações étnico-raciais e de gênero que serão mais explorados e violentados no circuito das relações sociais, seja da produção ou mesmo da estrutura de controle e coerção da sociedade, pois há uma divisão sexual e racial na sociedade brasileira que diferencia a exploração e a intensificação do trabalho.

Em outra linha de pensamento, o filósofo Camaronês Achile Mbembe (2018) analisa que a relação de escolha do corpo negro como alvo de controle e violência compõe a “necropolítica”⁶⁶, razão política, econômica, social e subjetiva que está presente nas sociedades contemporâneas e que se baseia na eleição daqueles que podem ser “matáveis”; no caso a população negra está marcada por esse timbre violento de controle e poder. A manifestação da “necropolítica” está imbricada às diferentes formas de manifestação do racismo.

O reconhecimento dessas particularidades e desigualdades nas estruturas, processos e relações de classe são importantes, haja vista que desdobram essas determinações como processos políticos, econômicos e históricos que delineiam a feição e o modo de vida das classes no tempo presente. Assim, as inter-relações entre classe, etnia-raça e gênero compõem as dinâmicas do real, o traço material e subjetivo de vida das camadas da classe trabalhadora, ou seja, não é possível analisar classe sem a intersecção de gênero e as relações étnico-raciais.

Portanto, a luta de classes versa sobre práticas e ações antagônicas, dado que uma classe se opõe às condições e opressões produzidas por outras. A luta de classe somente pode ser compreendida na relação intrínseca e antagônica às multiplicidades de opressões, poderes, controles e exploração. Isso significa que a luta da classe trabalhadora deve estar conectada às relações antirracistas, contra o patriarcado, no combate à LGBTQIA+fóbia, contra preconceitos com imigrantes e contra todas as violências e opressões propagadas, seja no âmbito direto da

⁶⁶ Para maior aprofundamento desse conceito e discussão ver: MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

produção seja naquelas ocorridas no circuito da vida social que metabolizam o processo de exploração, coesão, controle e acumulação do capital.

Há ainda outra dimensão importante a se considerar nessa “ordem” hierárquica, que é o sistema heterossexual obrigatório de organização social. Os homens brancos e heterossexuais possuem muito mais privilégio do que o outro lado extremo da hierarquia social: a mulher negra, lésbica e pobre. Assim, a dimensão da orientação sexual, nessa sociedade patriarcal, engendra opressões particulares. Por exemplo, um homem pobre e heterossexual possui muito mais respeitabilidade do que um homem pobre gay. A dimensão de classe, contudo, não pode ser dissociada dessa análise. (CISNE, 2015, p.391).

Neste sentido, é preciso reconhecer que as particularidades que compõem a classe trabalhadora são saturadas de relações históricas de gênero, étnico-raciais, orientações sexuais distintas, pois possibilitam angular politicamente as relações e opressões vivenciadas pelos sujeitos no contexto histórico do tempo presente em composição e conexão com a classe em que se encontram, enriquecendo não somente sua compreensão analítica, mas também relações, experiências e resistências inerentes à luta de classes. Assim, não é demais dizer que a luta do povo negro, das mulheres, da população LGBTQIA+ é também a luta da classe trabalhadora, a luta contra as opressões do capital. Destarte, refletir sobre a classe trabalhadora hoje requer reconhecer pela condição histórica e pelo amadurecimento das reflexões as particularidades de gênero e das relações étnico raciais no interior da classe e suas intersecções.

Desta forma, não é demasiado afirmar que a classe trabalhadora se constitui de trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados no mercado formal e informal, desempregados mais ou menos precarizados, mas que em sua vivência comum envolvem situações e graus de precarização, situações de exploração, dificuldades financeiras, déficits de segurança nutricional, fome, pobreza, favelização entre tantas condições de existência que marcam a vida cotidiana da classe que vive do trabalho no Brasil e também no mundo.

O ponto de partida para compreendê-la são as determinações materiais de que dispõem os homens e as mulheres em distintas posições nas relações de produção, opondo os proprietários dos meios de produção ao amplo conjunto de despossuídos(as) de qualquer meio próprio para reproduzir sua vida, num mundo regido pela lógica às mercadorias. Resta-lhes a força de trabalho, também mercadorizada, a ser trocada, quase sempre por alguma forma de

salário, de modo a buscar a reprodução da vida por meio sobretudo da compra de outras mercadorias. (MATTOS, 2019, p. 145).

Tais situações mostram a intrínseca relação das condições de vida precarizadas e exploradas da população brasileira, que se intensificaram nos últimos cinco anos, observando o contexto do golpe institucional parlamentar e jurídico que resultou no impedimento da então presidente Dilma Vana Rousseff, em 2016. Os pactos desse golpe, além de impedir a presidente, burlar sistemas e consensos democráticos, consolidaram a devastação dos direitos sociais, dos direitos trabalhistas, ambientais que se tornavam impeditivos para a ampliação da acumulação capitalista.

É nesse bojo que as camadas da classe que vive do trabalho tiveram suas condições de vida intensamente precarizadas e milhares de pessoas caíram na miséria e na fome, devido ao empobrecimento, ao desemprego estrutural e ao aumento dos preços de alimentos e de insumos de ordem cotidiana. Além disso, articuladas à precarização da vida, reformas trabalhistas e previdenciárias foram aprovadas com consentimento do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Engendra-se nesse contexto uma configuração social belicosa, conservadora, que flerta com as ideologias mais reacionárias do conservadorismo moral, antimoderno e, ao mesmo tempo, ancorada nas ideias e ações do neoliberalismo como força política, econômica e cultural, que opera a privatização da vida em todos os seus aspectos. Essas junções expressam a típica tradição brasileira que realiza a colagem de contraditórias e diferentes formas de interesses com os desígnios do grande capital externo.

PARTE II – NAS DOBRAS DO LUGAR: TERRITÓRIO, EXPERIÊNCIA DE CLASSE E TRAJETÓRIAS DE VIDA

Figura 10 – Vista de viela no Anhanguera



Fonte: Registro do pesquisador, 2021.

CAPÍTULO 1

O LUGAR DE UMA CLASSE: TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

*Povo da periferia há muito tempo tá abandonado né irmão,
enquanto o povo da classe alta tá enchendo o rabo de dinheiro
o povo aqui tá no veneno, sem emprego, na fome
Deus olhai o meu povo da periferia
É tanta gente triste nessa cidade
É tanta desigualdade desse outro lado da cidade [...]*

*Ah! Olhando pro meu povo vejo a tristeza
Estampada em cada rosto que perdeu a beleza
A vida é embaçada pra quem tá no veneno
Uma mãe vendo os seus filhos com fome sofrendo
Os mais ricos do mundo só fazem investimentos
Diversão pra boyzinho, pra coisa ruim e armamento
Quanto ao meu povo investimento é zero
Dia a dia não é fácil, dia a dia não é belo [...]*

*Muita gente dá de frente, finge que não vê
De que adianta vida boa e ter tudo dá hora
Se o meu povo tá no veneno, ah meu Deus e agora?*

*Ah! O povo é mal cuidado, ignorado, esquecido
Os ricos querem mais é ver meu povo fudido
Exploram nossa vida roubam nosso dinheiro
Eu vejo o povo no veneno entrando em desespero
Irmão na ira, sem paz espiritual se armando
Roubando se arriscando porque tá precisando
Apanhando na vida, passando fome, que injustiça
E quando roda toma coro todo dia da polícia [...]*

*A pobreza a miséria todo dia cresce
Que porra é essa? Meu povo não merece
Um dia quem só fode a gente vai se fuder
Eles obrigam o meu povo a não ter paz para viver
Que Deus proteja os irmãos que agora tão na correria
Que Deus proteja o povo da periferia⁶⁷.*

O rap “Povo da Periferia” traz de modo contundente uma descrição e expõe as mediações sociais, políticas e de classes que cercam a periferia, além de evocar a reflexão desse fenômeno “geográfico e social” (D’ANDREA, 2013). Expressa algumas pistas críticas sobre o lugar em que a grande maioria das camadas da

⁶⁷ Trecho do rap “Povo da Periferia”, de MC Ndee Naldinho, que compõe o disco com o mesmo título, lançado em 2002. Ndee Naldinho é um dos primeiros nomes no rap brasileiro a gravar álbuns, tendo sua primeira participação em disco no ano de 1988 na coletânea *O Som das Ruas*, quando ainda era conhecido apenas por Ndee Rap. Ndee Naldinho e outros conhecidos músicos do rap nacional, como Thaíde, os membros dos grupos RZO e Racionais MC’s, foram frequentadores das reuniões da cultura Hip hop no Brasil no fim da década de 1980, que ocorriam na estação São Bento do Metrô na cidade de São Paulo.

classe trabalhadora vive e faz uma súplica observando as diversas situações de precariedade, vislumbrando alguma esperança e possibilidade de saída, mesmo que seja apegando-se a uma noção religiosa e abstrata como possível “salvação”, já que as respostas concretas de intervenções do Estado são parcas nas políticas sociais e adensadas no campo da repressão e controle.

Foi escrita no início dos anos 2000, e de lá para cá 20 anos se passaram, mas a vida e as lutas diárias descritas na letra persistem nas franjas cidade, nas encostas, nas vielas, nos becos das favelas. Parece haver uma relação sócio-histórica entre a formação do Brasil contemporâneo com a periferização das cidades, com as condições periféricas de vida da grande maioria da população.

A periferia como fenômeno urbano expõe as dobraduras do desenvolvimento desigual das cidades e do país. A música expõe as dinâmicas “embaçadas”, difíceis e pesadas da vida “deste outro lado da cidade”. Faz a denúncia da divisão de classes, das segregações, explorações, decifra a forma desigual e desleal como são historicamente tratados os trabalhadores, os pobres, os sem trabalhos, os negros, aqueles que moram nas periferias, evidenciando que “o mundo é diferente da ponte pra cá” (Racionais MC’s)⁶⁸. Confirma a espacialização desigual, como forte herança e cicatriz colonial que marca o Brasil periférico de hoje.

Como se sabe, os territórios são espaços socialmente construídos, movimentados pelos sujeitos sociais no processo de produção social, econômica, política e cultural. Neste sentido, os territórios periféricos se movimentam no traço das mediações sociais das camadas da classe trabalhadora, são espaços socialmente ocupados pelo morar, viver, sociabilizar, conviver, festejar, lutar e resistir daqueles que só detêm sua força de trabalho para produzir e reproduzir a vida. Lúcio Kowarick (2009, p. 163) chama a atenção para o fato de que as periferias sempre existiram. Na cidade de São Paulo, no início do período republicano, eram chamadas de “arrabaldes”⁶⁹, isto é, lugares distantes do centro comercial e rico da cidade.

⁶⁸ Trecho do rap “Da ponte pra cá”, parte do álbum *Nada como um dia após o outro*, de 2002, do grupo de rap Racionais Mc’s. Importante grupo da cultura hip-hop brasileira, desde a passagem dos anos de 1989, constrói, por meio de suas músicas, leituras e narrativas sobre as periferias e seus sujeitos, compondo forte e potente análise das condições de vida da periferia, observando seu contexto com as mediações da sociedade, denunciando a pobreza e violência, mas também fortalecendo a construção de potência e autorrepresentação do povo periférico.

⁶⁹ A palavra designa parte de uma cidade ou povoação que fica fora ou nas adjacências de seus limites; subúrbio, lugar muito afastado do centro de uma cidade ou povoação; arredor, cercania.

De longa data, esses territórios são conhecidos e marcados pela lógica da segregação espacial e social, e intensamente debatidos pelos estudos urbanos no Brasil, especialmente desde a década de 1970⁷⁰. As camadas da classe que vivem do trabalho ocupam espaços inseridos na dinâmica da produção econômica, social, política inerente às relações sociais que materializam o processo desigual da instalação de bens e serviços. As periferias compõem a paisagem e o arranjo espacial antagônico das cidades.

Cabe destacar que a luta de classes e os seus antagonismos marcam historicamente a produção do espaço e a sociedade de classes delinea de forma direta a segregação residencial (CORRÊA, 2013). Em outras palavras, a sociedade classista diferencia os espaços urbanos em termos de sua distribuição residencial e vivencial, e as classes sociais constituem um dos conteúdos essenciais do processo de segregação e exclusão do esquadramento urbano. “A primeira força de produção do espaço na sociedade capitalista é a própria divisão de classes, a dos proprietários dos meios de produção e daqueles que têm apenas a força de trabalho para vender” (CORRÊA, 2013, p. 41).

A segregação do espaço urbano emerge a partir da localização diferenciada das classes sociais. Quanto mais intenso o processo de acumulação do capital, mais avançados se verificam os processos de segregação espacial, de periferização das cidades, sobretudo, das metrópoles.

O tecido urbano continua bastante desigual no que diz respeito à qualidade de vida das populações que habitam as infundáveis “vilas”, “jardins” ou “recantos” (TORRES; MARQUES, 2001; TORRES; MARQUES; FERREIRA; BITAR, 2003): através de noção de *hiperperiferia* – ou seja, as áreas mais degradadas, onde os moradores são mais vulneráveis do ponto de vista social e

⁷⁰ Destaque para a coletânea publicada pela Arquidiocese de São Paulo em parceria com o Cebrap, 1975: *São Paulo – crescimento e pobreza*, em que Lucio Kowarick (falecido em 24 de agosto de 2020) já evidenciava a lógica desigual presente na formação das cidades brasileiras. O mesmo autor publica em 1979 o livro *Espoliação urbana* (Editora Paz e Terra) e sua contribuição seminal a esta lógica entre crescimento e pobreza foi lembrada pelos professores Gabriel Feltran, Daniel Hirata e Vera Telles em artigo publicado logo após sua partida: “A aparente desordem de nossas cidades tem uma lógica evidente: ‘crescimento e pobreza’, título de outro célebre livro dos anos 1970, não são opostos pelo vértice, por aqui. Na realidade, crescimento e pobreza retroalimentam-se em nosso modelo de acumulação econômica e de urbanização. Crescimento urbano, nesse modelo, é sinônimo de produção de pobreza e, portanto, máquina geradora de desigualdades. Lúcio Kowarick foi quem primeiro compreendeu e demonstrou esse mecanismo, sua lógica interna. Seu trabalho foi fundamental para gerações de estudiosos da cidade e das desigualdades urbanas, em toda a América Latina, mas deveria ser mais lido por políticos e homens públicos” (Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/26/a-Atualidade-de-lucio-kowarick-in-memori.htm?>).

econômico –, estes estudos recolocam com vigor a problemática da segregação socioespacial e a própria concepção de periferias com locais homoganeamente marcados pela espoliação urbana. (KOWARICK, 2009, p.171).

A produção dos espaços periféricos das cidades é traçada por uma lógica imposta e induzida de segregação que não é um fenômeno recente, mas histórico e inerente às forças do modo de produção capitalista.

Friedrich Engels (1975), em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada em 1845, já denunciava as transformações que ocorriam na cidade de Manchester, na qual se formava uma área residencial deteriorada ocupada pelos trabalhadores que serviam às recém-instaladas indústrias. Engels aponta as grandes transformações ocorridas nas cidades inglesas em detrimento da produção, com as classes mediatizando a produção dos espaços urbanos. De acordo com as nuances e os interesses econômicos, verificam-se a espacialização política, a segregação residencial, e a definição do lugar de cada classe.

As mediações das classes sociais nos territórios urbanos se constituem de mediações políticas; a segregação residencial, social, de acesso a direitos é expressão dessa lógica político-econômica que impõe aos sujeitos sociais a forçosa expulsão de certos espaços da cidade e a imposição sem alternativas dos lugares de vida, tipo de habitação. Assim, a periferia é uma construção antagônica no jogo de forças da produção do espaço urbano, é o lugar definido para as classes trabalhadoras, para os pobres e subalternos da cidade.

Favelas, cortiços, modestas ou precárias moradias construídas no sistema de autoconstrução e conjuntos habitacionais, muito dos quais recentes e já deteriorados, localizados, sobretudo, na periferia ou em áreas de risco ou já caracterizadas pela obsolescência, com precária ou nenhuma infraestrutura urbana, sujas e inseguras, compõem a paisagem das áreas de segregação imposta. (CORRÊA, 2013, p. 44).

Nas periferias estão centrados os loteamentos populares em que se destacam as autoconstruções, as precárias moradias autoconstruídas, conjuntos habitacionais populares, favelas onde residem as camadas mais baixas da classe trabalhadora. As precárias condições de vida coexistem com as distâncias físicas e sociais em relação à cidade, com os custos dos deslocamentos cotidianos para o trabalho e acesso aos serviços da cidade.

Reproduz-se, assim, em escala ampliada, um padrão periférico de expansão urbana rarefeito, que não só aumenta os custos de urbanização, mas também gera modos de vida marcadamente desgastantes para aqueles que optaram por habitar nessas regiões. (KOWARICK, 2009, p. 166).

As periferias são espaços de vida da classe trabalhadora, lugar em que se entrelaçam heterogêneos contextos e trajetórias de vida, lugar da coexistência, da multiplicidade que compõe as classes que vivem do trabalho. Pode-se considerá-las como um mosaico social e relacional, que na realidade social brasileira contém marcas expressivas do passado colonial que atravessam seu cotidiano, nas formas de repressão, nas estruturas e intensidades de exploração e “espoliação urbana”, tal como define Lúcio Kowarick (1993, p. 71):

Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social tem direito.

A diferenciação de espaços na sociedade classista se movimenta por mediações políticas e econômicas, um jogo de forças e conflitos desencadeados na esteira da cena pública, na disputa pelas lógicas da cidade. Essas disputas incidem na lógica da vida dos sujeitos sociais, nas trajetórias de parcela das classes trabalhadoras que vivenciam cotidianamente a divisão territorial do trabalho, as dificuldades e a extorsão de acesso aos direitos civis, sociais, políticos, ambientais e sanitários.

Milton Santos (2009, p. 89) considera que há uma relação mútua entre desigualdade social e a desigualdade espacial, na qual a periferia compõe também a lógica da divisão social do trabalho: “é desse modo que a periferia participaria do funcionamento dos custos de reprodução no centro, caracterizando a troca desigual”. Os espaços periféricos das cidades se inserem em contextos maiores de produção, estando prescritos na lógica da divisão territorial do trabalho e das classes, compõem o processo de exploração e expropriação. As periferias correspondem à definição impositiva do lugar das classes na divisão socioespacial do capital.

Sob esta compreensão, a periferia compõe o centro da exploração, evidenciada pelo processo de acumulação do capital em sua contemporânea fase ampliada. A produção de espaços periféricos na dinâmica desigual das relações

sociais urbanas é também um dos elementos de exploração e contraditoriamente está no centro do processo de acumulação do capital. Milton Santos (2009), propondo um deslocamento do olhar, entende que “a periferia está no centro” do modo de produção capitalista, haja vista que a espacialização periférica das cidades é um fenômeno econômico, social, político, geográfico e histórico produzido e determinado pelo modo de produção do capital e por suas relações sociais.

A própria produção das cidades está intimamente ligada a processos e inter-relações com o capital produtivo. O modo de agenciar a espacialização dos lugares se faz de maneira contraditória e no embate de disputas de classe. A periferia, embora esteja (geralmente, mas não unicamente) às margens geográficas dos centros de poder econômico e apartada (seja por quilômetros de distância ou mesmo por muros), está contraditoriamente no centro do processo de acumulação ampliada do capital.

Pela sua dinâmica e configuração, as cidades contemporâneas se fazem de modo associado por desiguais condições e formas de exploração do trabalho, de tempo, de condições de vida, de remuneração, compondo uma divisão social do espaço segregadora, diversa e fragmentada que tece a periferização dos espaços.

Nesta perspectiva, é possível considerar que a realidade social brasileira é fortemente marcada pelo traço de economia periférica, dinamizando-se na produção como estrato periférico da economia mundial. Isso revela que a própria realidade social do país se insere no jogo desigual de forças, no processo de exploração intensa e rígida do trabalho, compondo uma sociedade desigual e combinada que também baliza a própria produção dos espaços territoriais. Assim, as dinâmicas das relações sociais no Brasil evidenciam o caráter periférico não só pelas dobraduras econômicas, mas também e não isoladamente, pelas formas, pelos modos e condições de vida da grande maioria dos sujeitos, pelas condições materiais e subjetivas de produção e reprodução da vida cotidiana dos mais pobres.

A marca periférica que constitui a produção, exploração e extração do mais-valor na sociedade brasileira não se restringe ao aspecto da economia, mas também e por isso se espalha para as relações sociais mais amplas da sociedade; funde-se com um modo de vida tipicamente periférico que edifica as condições de acesso, as precariedades que forjam jeitos, as formas de sociabilidade em meio a intensos processos de exploração e espoliação da vida.

Com isso se ressalta que a periferia não é apenas um espaço localizado de segregação social, econômica e política dos locais mais pobres das cidades, mas é um dos traços constitutivos da dinâmica da vida social, econômica e política da sociedade brasileira. É um dos traços da formação social do país que se presentifica de modo latente nos contextos urbanos. As periferias são heranças e desdobramentos do processo de escravização, é a colonização ainda em curso e presente na realidade cotidiana da sociedade brasileira.

Desta forma, é possível considerar que o processo de periferização das cidades não se faz deslocado das regulações e contratos sociais. A periferia se expande com o ateste do Estado, das forças econômicas e políticas dominantes, pois, embora aparente estar articulada a uma forma excepcional de vida, ou mesmo um espaço de exceção no contexto urbano, a periferia se torna regra e condição de moradia, de vivência para aqueles considerados indesejáveis. Portanto, além de espaço geográfico determinado, é também relação social. Lúcio Kowarick (2009), analisando o contexto das periferias e das modalidades de casas autoconstruídas, destaca que:

Obviamente, a “clandestinidade” ou “ilegalidade” era apenas formal, pois os órgãos públicos não só tinham conhecimento desta modalidade de expansão urbana, como acabaram por aceitar que ela se **tornasse a regra dominante no processo de ocupação do solo. Tratava-se de um “laissez-faire urbano”**⁷¹, produtor de enorme especulação imobiliária. (KOWARICK, 2009, p.165, grifos nossos).

Com isso é possível analisar que o processo de periferização como um dos elementos da formação social brasileira expande e se amalgama na produção das cidades brasileiras contemporâneas, atendendo a uma lógica de regulação econômica dos espaços urbanos, com consentimento do poder público e interesse do capital, seja em sua representação política de classe ou mesmo encabeçada pelo setor imobiliário-econômico.

Contudo, embora a periferia possa ser a síntese de um processo de formação social desigual, é preciso considerar a sua pluralidade em relação e extensão, uma

⁷¹ O termo francês *laissez-fair* (“deixai fazer, deixai ir, deixai passar”) é utilizado no contexto da economia política para designar o liberalismo econômico, na versão mais contundente do capitalismo, em que o mercado deve funcionar livremente, sem interferências, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade e própria produção econômica. No caso em destaque, o “*laissez-faire urbano*” evoca a reflexão de que o espaço nas cidades é produzido de modo deliberadamente marcado e determinado pelas forças de mercado, pelos interesses imobiliários, pela “mão livre” da economia de mercado.

vez que os territórios periféricos são espaços heterogêneos e de coexistência de precariedades e de forças, de tempos e ritmos distintos que se conjugam na produção de territorialidades periféricas.

O sociólogo Tiarajú D'Andrea (2013) discute os sentidos e significados do termo periférico, bem como a materialização da vida nas periferias, reconhecendo e existência de “sujeitos periféricos”. Em sua análise, o termo periferia designa um fenômeno social, geográfico e subjetivo. É um termo saturado de criticidade, pois evidencia as contradições da pobreza, violência, mas também cultura e potência, configurando sua força política.

É nos anos de 1990 que o termo periferia passa a ser utilizado em larga escala pelos seus próprios moradores, denotando o trânsito de uma categoria sociológica utilizada no âmbito acadêmico para uso e compreensão política de sua condição e modo de vida pelos sujeitos (D'ANDREA, 2013), no processo de fazer-se e refazer-se como classe. Assim, periferia, muito além de um adjetivo descritivo, passa a ser forma e conteúdo de um modo de vida, de relações culturais, subjetivas e, sobretudo, de políticas de autoidentificação.

Periferia, neste sentido, sintetiza a denúncia da pobreza e a violência presentes nos territórios mais pobres da cidade, não como fenômenos de si e isolados desses lugares, mas como processos imbricados às lógicas da produção das relações sociais. O problema não é a periferia, mas a periferia é onde se depositam grande parte dos problemas socialmente construídos, as contradições, as violências, os antagonismos de classe.

Sob essa gravitação de lógica interpretativa e analítica, evidencia-se que o problema não é a periferia em si, mas as desigualdades sociais que a acometem, é a sociedade e suas lógicas segregadoras e excludentes, são as relações de força; a militarização e o controle sobre os pobres (um exemplo, é a polícia que mata⁷²); as

⁷² Dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) destacam que mais de 57 mil pessoas no país foram mortas de forma violenta e intencional (vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço). Do montante total, em 2019, as mortes provocadas pelo Estado (leia-se política) chegaram a 6.220. E 75% das vítimas assassinadas pela polícia eram negras. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Para se ter uma ideia do processo de violência contra os sujeitos que vivem nos territórios periféricos, o Índice de Homicídios na Adolescência realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com o Ministério de Direitos Humanos e Observatório de Favelas (2017), revela que adolescentes negros têm maior possibilidade de serem assassinados, e o uso de arma de fogo contra esses adolescentes é seis vezes maior. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>.

relações políticas, as lutas antagônicas de classe (os *playboys* – os burgueses, os “granfinos” – que movimentam escalas de preconceito, exploração e exclusão); a reprodução do racismo, exclusão, do patriarcado violento que percorre toda a sociedade e também as periferias.

Embora a periferia seja uma escala de localização espacial, é também uma categoria real, é o território usado composto de denúncia, de criticidade que propõe desmanchar consensos, recoloca os conflitos sociais e urbanos em voga, apresenta as rugosidades do território, as dobraduras históricas das camadas da classe trabalhadoras, mostra “o outro lado da ponte”, mas sem perder de vista sua conexão e relação com a cidade. A periferia é prova material, concreta dos conflitos urbanos, a tensão social patente, polo dos antagonismos de classe.

Mas não é um fenômeno endógeno ou isolado em si; pelo contrário, está situada no bojo das relações sociais. Há aspectos sociais, econômicos e políticos que a atravessam, como: o adensamento do pensamento e da política neoliberal sobre a sociedade brasileira que se espalha rapidamente como mote ideológico e econômico, impondo mudanças com repercussões para o processo de conflito das classes sociais; o fim do paradigma fordista, resultante da degradação do emprego formal e suas normatizações; e o fim das projeções de vida das classes trabalhadoras calcadas na lógica do emprego formal/registrado e casa própria como sucesso de vida.

Neste sentido as relações com o mundo do trabalho constituem fortes motes de representação, sustentação e planejamento de vida, que incidem sobre o cotidiano e sobre o modo de ser e de viver dos sujeitos. Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho e na esfera produtiva, há repercussões intensas no processo de produção e reprodução da vida dos espaços periféricos das cidades.

Algumas situações de violência policial ganharam destaque e revolta, como o caso do assassinato da menina Ágatha Félix, de 8 anos, que foi baleada dentro de uma Kombi quando voltava para casa com a mãe na comunidade da Fazendinha, no Complexo do Alemão na zona norte do Rio de Janeiro. Também há o caso do adolescente João Pedro Mattos, de 14 anos, morto em operação das Polícias Federal e Civil no morro do Salgueiro, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em São Paulo também há diversas situações de violência policial em territórios periféricos, como o caso do adolescente Guilherme Silva Guedes, de 15 anos, que desapareceu em junho de 2020 na zona sul da cidade e foi encontrado morto horas depois, com dois tiros na cabeça em Diadema, no ABC Paulista; a investigação concluiu que dois policiais militares foram responsáveis por espancar e assiná-lo.

São inúmeras as situações de intervenções militares consideradas equivocadas, violentas e arbitrarias nas periferias das cidades. Em dezembro de 2019, a Polícia Militar realizou forte intervenção durante um baile funk na comunidade de Paraisópolis, na zona sul da cidade de São Paulo, que resultou na morte de nove pessoas, sendo uma mulher e oito homens, pisoteadas e outras 20 feridas gravemente e hospitalizadas.

Questões como emprego e desemprego, salário e greve, instabilidade e informalidade, vadiagem e submissão, ascensão social e exploração, todas elas ligadas ao mundo do trabalho, são cruciais na elaboração dos projetos de vida e de subjetividades. A relação com o mundo do trabalho é fundamental na elaboração de uma projeção de si e do horizonte de possíveis. (D'ANDREA, 2013, p. 152-153).

Há neste contexto uma autoidentificação prejudicada do trabalhador, em função de novas configurações e precarizações no mundo do trabalho, com a experiência cada vez mais reduzida de emprego formal com carteira assinada. Novos padrões de produção e reprodução da vida vão se estabelecendo com o empreendedorismo individual, a competição como razão cultural e material de sobrevivência, tendo repercussões na esfera objetiva e subjetiva da vida dos sujeitos que vivem nas periferias.

Portanto, para compreender a periferia como fenômeno geográfico, social e subjetivo (D'ANDREA, 2013) inerente à condição de classe, é preciso considerar seu aspecto relacional, dialético e contraditório entre riqueza e pobreza, os antagonismos das classes, nas fronteiras que cercam os lugares periféricos não só como limites, mas como relação social, como patente da sociedade classista.

A periferia se mostra concreta no seio das relações de classe, expõe a dimensão urbana, as desigualdades e palpáveis oposições entre centro e periferia. Mas engloba também aspectos de sociabilidade, de formas de vida, modos, narrativas, descrições, pensamentos, jeito de ser, estar e se localizar no emaranhado das relações sociais. A periferia engloba traços da vida socialmente determinados, modos de vida dos trabalhadores, dos desempregados, dos pobres, dos negros, da juventude periférica, das relações de gênero, bem como expressa a dimensão dos conflitos sociais e urbanos.

Há de se considerar que a experiência da classe trabalhadora residente em periferias passa também pela lógica de segregação espacial e residencial, que se materializa nas condições de vida, mas também na expropriação de seu tempo⁷³

⁷³ Sob esse aspecto, Flávio Villaça (2015, p. 33) analisa que: “Aqui entra em cena a questão da segregação urbana. A segregação é um artifício usado pelas classes sociais mais poderosas para minimizar os próprios tempos de deslocamento associados a todas as localizações, o dispêndio desse tempo é sempre uma desvantagem de toda e qualquer localização. Em essência, o objetivo da segregação urbana é a minimização dos tempos de deslocamento associados ao exercício das diversas atividades urbanas, sejam elas produtivas ou não. [...] Na disputa pelas localizações do território urbano, a classe social mais poderosa se apropria daquela que tem mais vantagens (para

quando gasto nos grandes deslocamentos para o acesso à cidade para trabalho, estudo, tratamentos médicos, alguns acessos culturais. Experiências que se tracejam marcadas pela vida “apertada”, “sacolejada” entre trens, ônibus e vans no trânsito entre a periferia e os centros.

Neste sentido, a periferia se constitui território de camadas da classe trabalhadora, porque as abriga e contém suas formas de vida, suas experiências comuns. São lugares onde as camadas da classe trabalhadora tecem a vida em comum nas tramas e na relação com a cidade desigual, forjando vivências, modos de vida, reúnem elementos objetivos, subjetivos, formas de sociabilidade, de festejo, de morar, de conviver, de organizar esteticamente sua cultura em linguagens, estilos, vestimentas próprias.

Lugares que também reúnem de modo heterogêneo trabalhos precários, convivência entre ilegalidades, igrejas evangélicas, o baile funk, os encontros de rap, a coexistência de variados ritmos de música como samba, pagode, sertanejo, forró, funk, que ecoam nos carros e nas caixinhas de som.

Todas essas condições, situações e envergaduras da vida cotidiana da população mais pobre compõem um mosaico relacional dos territórios periféricos, que se tornam lugar de uma classe que se forma e é formada nas tramas de seu fazer no cotidiano da história. A periferia se compõe e é constituída em condições históricas baseadas em processos socioeconômicos, mas também de socialização dos sujeitos, das famílias nos territórios, na formação de costumes que se entrelaçam no âmbito do vivido, compondo as experiências de classe na inter-relação com as questões raciais e de gênero, compondo as novas feições e dobraduras da classe trabalhadora hoje.

Periferia também fazia parte dos significados da noção de classe. No caso, periferia foi a maneira mais adequada que a classe encontrou para se representar em determinado momento histórico, definição essa engendrada por meio de relações sociais internas e por meio de embates e relações com outras classes sociais. **Essa definição não se construiu necessariamente pelo reconhecimento de uma posição comum na produção econômica, mas pelo compartilhamento de costumes, modos de vida e condições sociais em determinados territórios. Nesse momento em que classe passou a ser representada como periferia, o componente racial e o comportamento urbano da situação da classe ganharam relevo.** (D'ANDREA, 2020, Kindle Edition, Location 24, grifos nossos).

elas) e menos desvantagem mais importante a ser manipulada é o tempo despendido no deslocamento humano (mas não no de carga) associado a toda localização”.

É importante destacar que a periferia, como território socialmente construído, constitui-se na mediação com os motes de produção econômica que esquadrinha e movimenta a urbanização desigual e antagônica, mas também é espaço da criação, espaço da vivência, onde se fundem e se mediatizam experiências sociais, territoriais, compondo uma práxis territorial constituída de saberes e práticas (NAKANO, 2020)⁷⁴.

Nas periferias, além das desigualdades, das exclusões e espoliações às quais são submetidos seus moradores, associadas às condições concretas e objetivas das precariedades, são traçadas relações sociais de convivência, de solidariedade que se sustentam pelo reconhecimento de condições de vida, de experiências comuns partilhadas, edificadas no mundo do vivido das classes, compondo elementos de sobrevivência, do “correr”, da “viração” ou mesmo da “sevirologia”⁷⁵. Os sujeitos comumente tecem redes de relações que se movimentam em circuitos de proteção, de ajuda, de trocas, com parentes, vizinhos, conterrâneos, amigos; mas também de relações de jogos de disputas e conflitos em torno do comum da vida, em que o legal, o ilegal e o ilícito fazem parte do mesmo cenário (TELLES, 2010).

Assim, além de ser um local materialmente e objetivamente constituído no bojo das relações urbanas, a periferia é parte concreta da vida nas cidades e dos sujeitos que a habitam. Desdobra-se como modo de vida, como circuito de sociabilidade, como modo de se relacionar que se imbrica com o espaço territorial.

É um “espaço social, geográfico” e, acrescento, *de classe*, com o qual se defrontam as dobraduras do cotidiano; espaço saturado de experiências, de ações de ordem prática para a produção e reprodução da vida em meio às exclusões, desigualdades, mas também é potência de criação, de resistência, de enfretamento das durezas da vida não como se quer, mas como se pode. A experiência da classe

⁷⁴ Reflexões tecidas pelo Professor Doutor Kazuo Nakano, na ocasião da aula de abertura da atividade programada “Construção do conhecimento a partir da periferia: sujeitos coletivos, territorialidades e experiências”, realizada, em 4 de março de 2020, pelo PEPGSS da PUC São Paulo.

⁷⁵ O termo “sevirologia” é usado pelo artista e militante Cleiton Fofão, um dos idealizadores e criadores da Comunidade Cultural Quilombaque do distrito de Perus da capital paulista. O termo é utilizado para designar a força criativa, a resistência e a forma de “se virar” para dar conta das precariedades e demandas sociais e políticas nos bairros periféricos. Em sua fala, adverte que: “Se não tem a gente [os periféricos], faz do mesmo jeito, a gente se vira, isso é sevirologia”. Fala que compôs a atividade programada “Construção do conhecimento a partir da periferia: sujeitos coletivos, territorialidades e experiências”, realizada em junho de 2020, pelo PEPGSS da PUC.

trabalhadora no contexto urbano passa hoje necessariamente pela experiência periférica.

CAPÍTULO 2

ANHANGUERA: RUGOSIDADES, EXPERIÊNCIAS E COTIDIANO

Sete e trinta da manhã, já estou atrasado, saio às pressas do trem na estação Perus da CPTM, dia nublado, mas quente, uma garoa fina, que vai e vem. Caminho em direção ao ponto de ônibus na Praça Inácia Dias no pequeno centro do distrito de Perus. Espero a lotação 8014-10 (Morro Doce – Perus), são 20 minutos de espera até que o pequeno ônibus chega. Com lugar para 29 pessoas, naquele dia, como em todos os outros, carrega bem mais que isso, umas 39 ou 42 pessoas que se apertam entre o corredor do pequeno coletivo, sacolas de mercado, mochilas e marmitas. Ali, ouço o motorista e um passageiro conversarem que o “bicho pegou” ontem à noite, e que a “chapa esquentou”. Alguém na conversa fala: “A 22 está fechada” [em referência à Favela do 22 ou do Km 22 do distrito de Anhanguera], “quase ninguém sai das casas”, só sai quem precisa trabalhar. Já é perceptível que o clima está tenso, que algum conflito existiu na passagem do início da noite de ontem para manhã de quarta-feira, dia 22 de agosto de 2018.

Os outros passageiros falam de tiros, que mataram “moleque” na noite de ontem, ele tinha entre 15 e 16 anos de idade estava de moto. Outro diz que foi a polícia, quem ouve não comenta, fica em silêncio.

O pequeno ônibus chega ao Terminal Britânia umas 8h35min, a maioria dos passageiros desembarcam. Eu sigo na lotação e deço três pontos à frente, vejo que as ruas estão vazias, pouca gente na lotérica, o que não é habitual para um distrito que não tem nenhuma agência bancária.

A igreja evangélica Universal do Reino de Deus está aberta e lá alguns cantam ao som de um hino religioso. Caminho uns três minutos e chego ao Cras Anhanguera, meu local de trabalho. É quarta-feira, a recepção está cheia, mas um incrível silêncio parece perturbar a todos. Só se ouve o som dos cachorros da rua que latem, dos telejornais da manhã da televisão que está ligada, poucas pessoas balbuciam algo entre si.

Uma colega assistente social já está atendendo a população, o vigilante do prédio me fala que a madrugada foi feia, que o segurança da noite contou que ouviu tiros e que um morreu. Supostamente estava fugindo não sabe de quem e nem do quê, foi atingido em frente ao supermercado Kibe. Completa sua narrativa como quem quer me passar o “plantão”: “vai entender, o mundo tá perdido, aqui ninguém se salva mais”. (Rodrigo Diniz, caderno de pesquisa, 22 de agosto de 2018).

O silêncio que marca a manhã do dia 22 de agosto de 2018, de modo contraditório parece fazer muito barulho, denuncia que algo está fora da ordem no distrito de Anhanguera da cidade de São Paulo. Lugar periférico com muita gente morando e transitando, o barulho é comum nas principais ruas: muita gente nos pontos de ônibus, cachorros latindo, comércios cheios, a lotérica com

filas, os jovens com motos que aceleram, o som do funk em algum carro que passa ou em algumas das casas. Mas naquele dia é diferente, o silêncio se impõe como denúncia, como algo que revela a tensão de vidas que vivem em meio a um conflito urbano, em meio às batalhas da vida cotidiana.

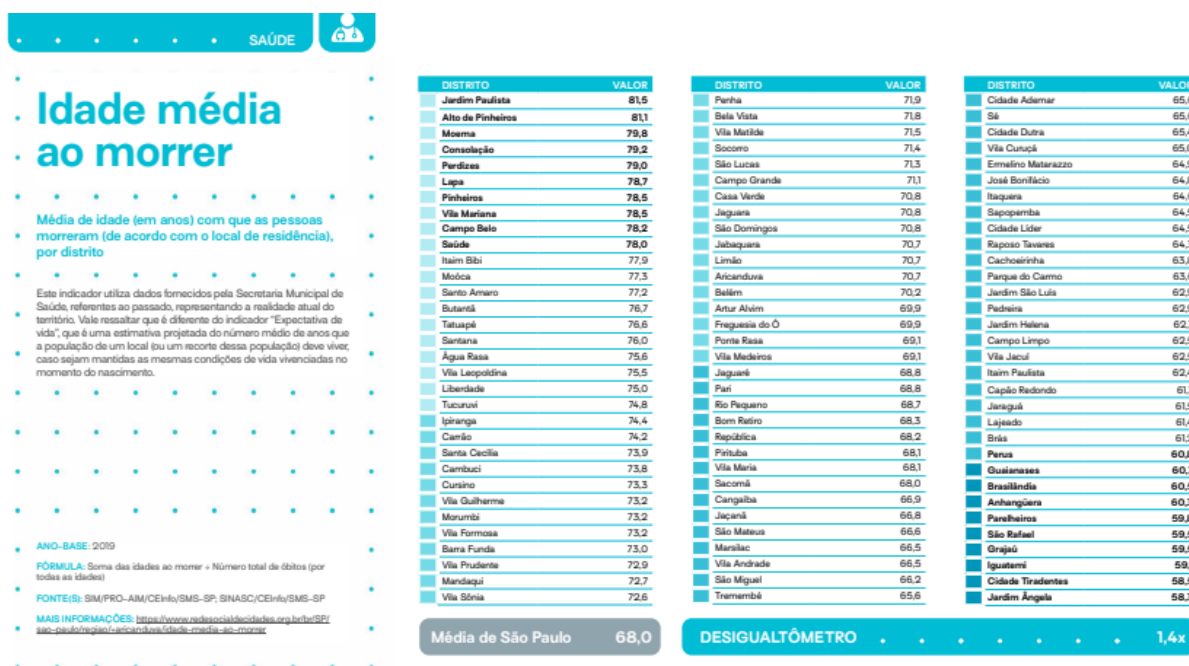
Em 2012, na pesquisa *Territórios, sociabilidades e territorialidades: O tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera* (DINIZ, 2012), as narrativas que compõem o trabalho revelavam que o distrito de Anhanguera é marcado pelas precariedades e pelas faltas de acesso. A líder comunitária e moradora, Marília Salmazo, reflete:

Só que nossa região aqui é uma região que até hoje não tem muita... como eu posso falar... não têm muitos avanços, no transporte até que tem, mais é precário, nós não temos banco, nós não temos um pronto-socorro, não tem lugar de lazer aqui pra nós, aqui só se investe em praça, só isso. É difícil viver aqui, é complicado. (DINIZ, 2012, p. 196).

Cinco anos depois do relato de Marília, o Mapa das Desigualdades de 2017 expõe que, no distrito de Anhanguera, a ausência de políticas de proteção social persiste no lugar. O estudo aponta que o tempo médio de espera para se passar com um clínico geral no território é de 108 dias, proporção três vezes maior em relação ao distrito vizinho, Perus, em que o tempo de espera também alto, chegando a 38 dias. Se comparado a outro distrito da capital paulista, como a Sé, por exemplo, que registra a média de espera de 8 dias para se passar com o médico clínico geral, as pessoas que moram em Anhanguera ficam 100 dias – a mais – esperando atendimento médico.

O mesmo estudo, Mapa das Desigualdades, na sua edição de 2019, revela que, na cidade de São Paulo, há grande diferença quanto ao indicador de idade média ao morrer nos diferentes territórios da metrópole: no distrito de Moema, chega a 80,57 anos, enquanto em Anhanguera é de 59,87, ou seja, uma pessoa que mora em Anhanguera vive 21 anos a menos em relação àqueles que residem em Moema (Figura 9).

Figura 11 – Idade média ao morrer – Mapa das Desigualdades



Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2019.

Os relatos e dados mostram a difícil realidade cotidiana da população que reside nesse distrito, enfatizando que a vida cotidiana é traçada em meio a lutas e batalhas pela sobrevivência, na incansável briga com as precariedades e falta de proteção social existentes no lugar. Esse traço revela um território em constante ebulição, construído e constitutivo de lutas, seja pela água encanada nos anos de 1980, seja pelo transporte nos anos de 1990, e hoje por saúde e movimentos contra a violência. Viver nesse território se mostra sob uma inteligibilidade da percepção da vida como um campo de batalhas necessárias de inúmeras estratégias.

A percepção da vida como guerra. A vida é uma guerra, mas não apenas porque é difícil vivê-la. Não se trata somente das dificuldades das pessoas para sobreviver e vencer a pobreza. Pensar a vida como guerra é uma maneira de conferir inteligibilidade a todas as relações sociais a partir da ideia do conflito e do enfrentamento. [...] A guerra cotidiana é uma maneira de compreender o que se passa no interior do corpo social, portanto a guerra é entendida como relação social permanente. (HIRATA, 2011, p. 193).

A luta como processo inerente ao cotidiano para a sobrevivência dos que lá moram revela não somente uma forma de enfrentamento, mas uma relação social intrínseca às condições do lugar. A luta como traço constitutivo da vivência

de Anhanguera se mostra no cotidiano, nas formas como as pessoas enfrentam as contradições e fazem a vida acontecer como podem, em processos de “viração” pela sobrevivência. A luta é a marca da vida, é a mediação entre as vivências e experiências nesse pedaço da metrópole.

O distrito de Anhanguera como um território mediado por um constante conflito tem seus territórios entrecortados por três grandes rodovias: Rodoanel Mário Covas, Rodovia dos Bandeirantes e Rodovia Anhanguera – a primeira delas, que dá nome ao distrito.

Como via de circulação e escoamento, a Rodovia Anhanguera passou a abrigar em suas margens indústrias que se beneficiavam do acesso da estrada para o transporte de sua produção. Esse processo de instalação de empresas ao longo da rodovia ainda está presente; o espaço atualmente é dividido entre as antigas indústrias e novos nichos econômicos, como empresas de logísticas e distribuição de alimentos como a Rede Pão de Açúcar de Distribuição, empresas de guarda e distribuição de móveis, eletrodomésticos, grandes empresas de transporte e também de telecomunicação. Nas margens da rodovia, fica a sede da rede de televisão Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), além de indústrias de tecnologia e informática.

E no compasso do processo de adensamento das margens da Rodovia Anhanguera por indústrias e empresas de serviços, há também uma ocupação territorial das margens da via para dentro dos territórios entrecortados pela estrada, entre elas destaca-se o distrito de Anhanguera, que pertence administrativamente à área da Subprefeitura Regional de Perus.

Mapa 3 – Cidade de São Paulo e divisão administrativa das regiões das subprefeituras regionais – 2017



O distrito de Anhanguera⁷⁶ tem ocupação recente, marcada nos anos finais de 1960, mas que perdura até os dias atuais com períodos de maior e menor fluxo ao longo das últimas seis décadas, de modo que sua ocupação territorial não foi acompanhada com o mesmo vigor pelo Estado, havendo a marca do que Aldaíza Sposati (2002) considera como “regulação social tardia”, em que as ações do Estado e das políticas de proteção social chegam de modo moroso à formação e construção dos espaços territoriais urbanos, evidenciando lacunas e dicotomias no acesso aos direitos e à cidadania.

A ocupação do distrito também tem rugosidades relacionadas à venda de lotes de terra irregulares, cujos terrenos baratos atraem a classe trabalhadora que vê na possibilidade da autoconstrução a realização do sonho da casa própria, o que é perceptível pelo fato de a maioria das casas do distrito ainda se encontrar em construção, inacabadas. A paisagem revela um território em constante obra e construção.

Boa parte dos terrenos está em área de encostas, o que expõe diversas situações de precariedade urbanística, dada a construção de residências em áreas de risco que podem sofrer deslizamentos de terra, como é o caso das casas construídas ao longo da Rua Faiçal Murad, que, quase como uma repetição histórica, sofre deslizamentos anualmente no período de chuvas.

Outra questão é a legalidade de posse de tais terrenos e construções, que ocorre historicamente de modo indefinido e com sucessivas intervenções de desapropriação de algumas áreas pelo poder público, resultando em um misto de insegurança, resistência e conflitos no lugar.

O distrito tem a característica de “espaços opacos” (RIBEIRO, 2012), que são socialmente excluídos e segregados pelo atraso do Estado na garantia de mínimos de infraestrutura urbana. O território carrega as marcas de uma modernidade tardia, incompleta, contendo e se constituindo de traços da formação social brasileira, ao qual o sociólogo José de Souza Martins (2010, p. 41) denominou como uma sociedade de “modernidade anômala”, que “chega sem chegar”, que formalmente institui direitos, mas que não se materializa no cotidiano de vida da população.

⁷⁶“A origem e o significado da palavra Anhanguera está associado à língua indígena tupi, que à expõe “diabo velho”, apelido direcionado ao Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva que partindo da Vila de Santana do Parnaíba, descobriu minas de ouro em Goiás” (DINIZ, 2012, p. 126).

Assim, Anhanguera tem em sua história as marcas da falta de água encanada que permaneceu no bairro até o final da década de 1980, acompanhada do escasso transporte público, falta de pavimentação de ruas, ausência de unidades como escolas, serviços de saúde, assistência social, cultura e lazer.

Nos anos da década de 1990, o distrito passou por forte adensamento populacional, sendo um dos que mais cresceram na cidade de São Paulo, segundo dados comparativos dos Censos de 1991 e 2000 do IBGE⁷⁷. Enquanto a média da cidade de São Paulo era de 0,88% de crescimento anual, Anhanguera teve uma média anual de 13,38% no período de 1990 a 2000.

Mas é somente nos anos 2000 que há a instalação de serviços básicos no distrito e que se expande o número de escolas de ensino infantil e de postos de saúde. Há a instalação do pequeno terminal de ônibus Britânia e do Centro de Educação Unificado (CEU) Parque Anhanguera, que abriga a única unidade de esportes e cultura do lugar, herança do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O distrito tinha 65.710 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010.

⁷⁷ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística promove a cada década pesquisa para caracterizar a população e o perfil, por meio de censos domiciliares.

Figura 12 – Vista de Parte da Favela do Km 22 e do CEU Anhanguera

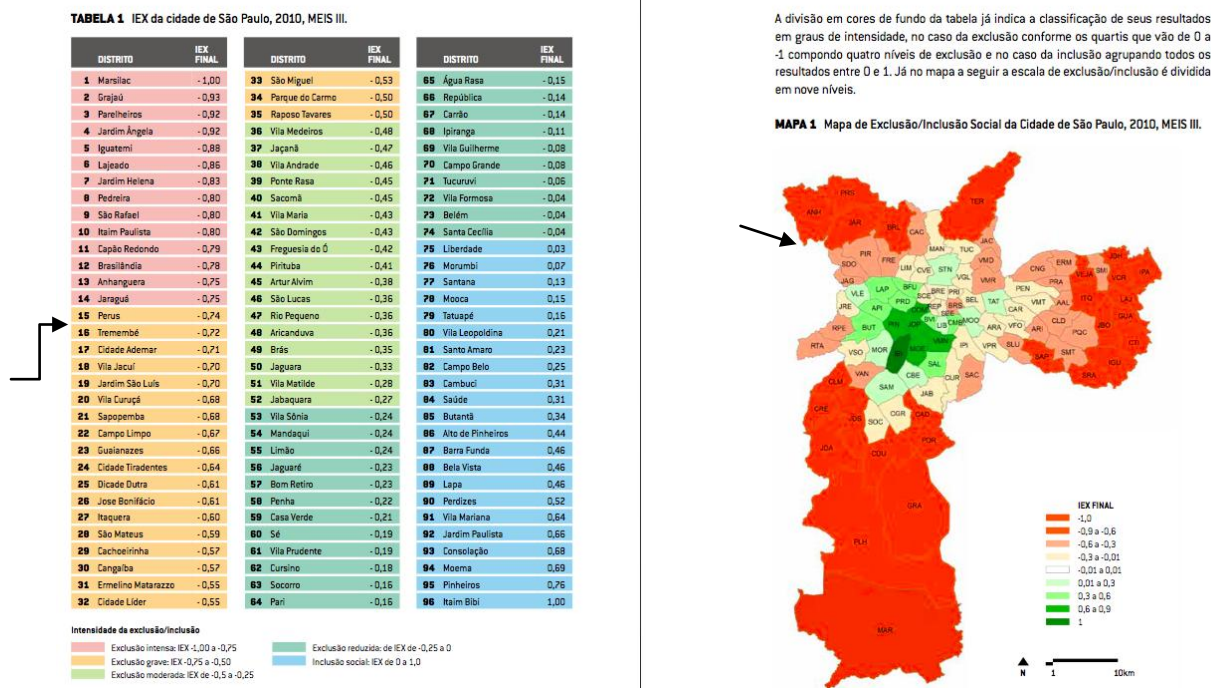


Fonte: Google Imagens, 2019.⁷⁸

Somente depois de 50 anos de ocupação e urbanização do território, o distrito ganha um serviço territorial e estatal de assistência social. Em dezembro de 2010, é instalado o Cras Anhanguera. A pesquisa Mapa da Exclusão e Inclusão Social da Cidade de São Paulo de 2010 demonstrou que Anhanguera ocupava a 13ª. posição entre os distritos com maior exclusão social da cidade de São Paulo (Figura 11).

⁷⁸ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=ceu+anhanguera&client=ms>. Acesso em: 14 jan. 2020, às 17h26min.

Figura 13 – Tabela e Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – IEX, 2017



Fonte: Sposati et al. (2017).

O distrito de Anhanguera tem marcas territoriais que desenham o compasso do tempo social, político e econômico dos fluxos produtivos e do capital sobre a cidade; carrega rugosidades densas e históricas que se vinculam à lógica da produção do espaço sob as bases do capital. Há sinais históricos de exploração de seus primeiros habitantes – os indígenas – por parte dos bandeirantes em busca de ouro (RUIZ, 2008); posterior abandono do Estado no que tange à proteção social e urbanização; falta de infraestrutura básica e de serviços que possam ofertar o acesso ao “direito à cidade como exigência necessária à realização humana” (LEFEBVRE, 2001, p. 117).

O distrito apresenta grande lacuna no que se refere às intervenções do Estado como mediador das relações de segurança e proteção social. As experiências sociais são traçadas no esteio de uma “democracia socialmente fraturada” (CABANES, 2011), que acontece de modo parcelar, burocrático, precarizado, como uma fração da totalidade das relações sociais brasileiras que também incorrem no processo de “desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI, 2010).

O território abriga dentro de si a convivência de diferentes realidades; as mais latentes estão entre a parte do distrito que é mais antiga e urbanizada e

áreas de extrema precariedade de favelas que margeiam a rodovia ou as encostas dos morros.

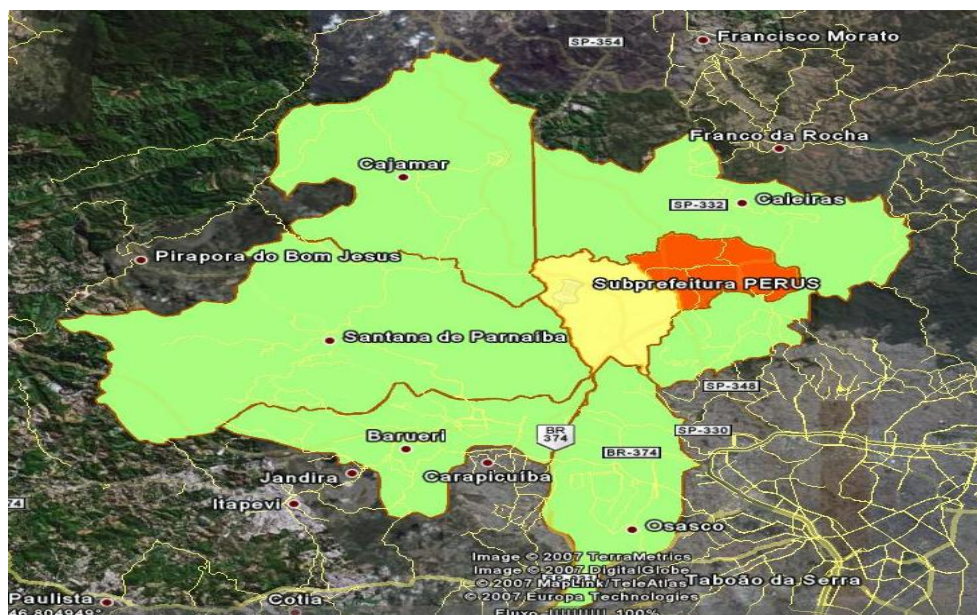
Em meio a esses traçados é que Anhanguera se insere na complexa teia de mediações da cidade de São Paulo, um pedaço da metrópole que mais parece outra cidade dentro da cidade, compondo em seu espaço local a confluência com o espaço global da produção capitalista. É um território periférico marcado pela tensão e contradição entre os “pontos luminosos” (RIBEIRO, 2012) da modernidade capitalista evidenciado por meio das empresas e suas produções econômicas, tecnológicas, do universo da televisão, dos setores logísticos que margeiam a rodovia e as precariedades enfrentadas no cotidiano de vida dos moradores de Anhanguera, como a falta de saneamento básico, a miséria, fome e violência que atingem as camadas da classe trabalhadora que lá habitam.

Anhanguera também faz divisa territorial com outras cidades da região metropolitana de São Paulo, como Santana do Parnaíba, Osasco, Cajamar e Caieiras, o que impõe fluxos de mobilidades particulares no que tange ao acesso a serviços públicos e direitos. O distrito vive sobre a tensão de fronteiras entre o Código de Endereçamento Postal (CEP), o direito e o não acesso, característica de territórios fronteiriços que parcela e divide as vidas, experiências e os próprios sujeitos em limites administrativos de áreas de abrangência, que nada respeitam as contingências humanas e as noções mais amplas de cidadania.

Haroldo Torres (2005), discutindo “A fronteira paulista”, reflete que a noção de fronteira pode ser útil para a análise e propõe pensá-la para além da noção de fronte externo. Desse modo, as fronteiras expressam elementos relacionais e também de tensão, que incidem sobre as dinâmicas internas da cidade. Podem ser analisadas na relação com a produção e reprodução da riqueza, segregação urbana e social que circunda e movimenta o aspecto relacional de fronteiras.

Neste sentido, é possível apontar que as relações sociais vivenciadas em Anhanguera também se colocam na dialética da produção do espaço e das fronteiras encampadas na cidade.

Mapa 4 – Fronteiras dos distritos de Anhanguera e Perus e as cidades da região metropolitana



Fonte: Google Maps, 2017.

O distrito de Anhanguera, segundo o último censo de 2010 do IBGE, conta com 65.710 habitantes, dos quais 33.352 são mulheres, o que representa 51% de sua população total; os adolescentes e jovens juntos representam 22,5%; já as crianças compõem 22% da população do distrito, em números reais somam 14.573 habitantes. A Tabela 2 mostra a distribuição da população na área da Subprefeitura de Perus, dividida entre seus dois distritos.

Tabela 2 – Distribuição da população por distritos da Subprefeitura de Perus

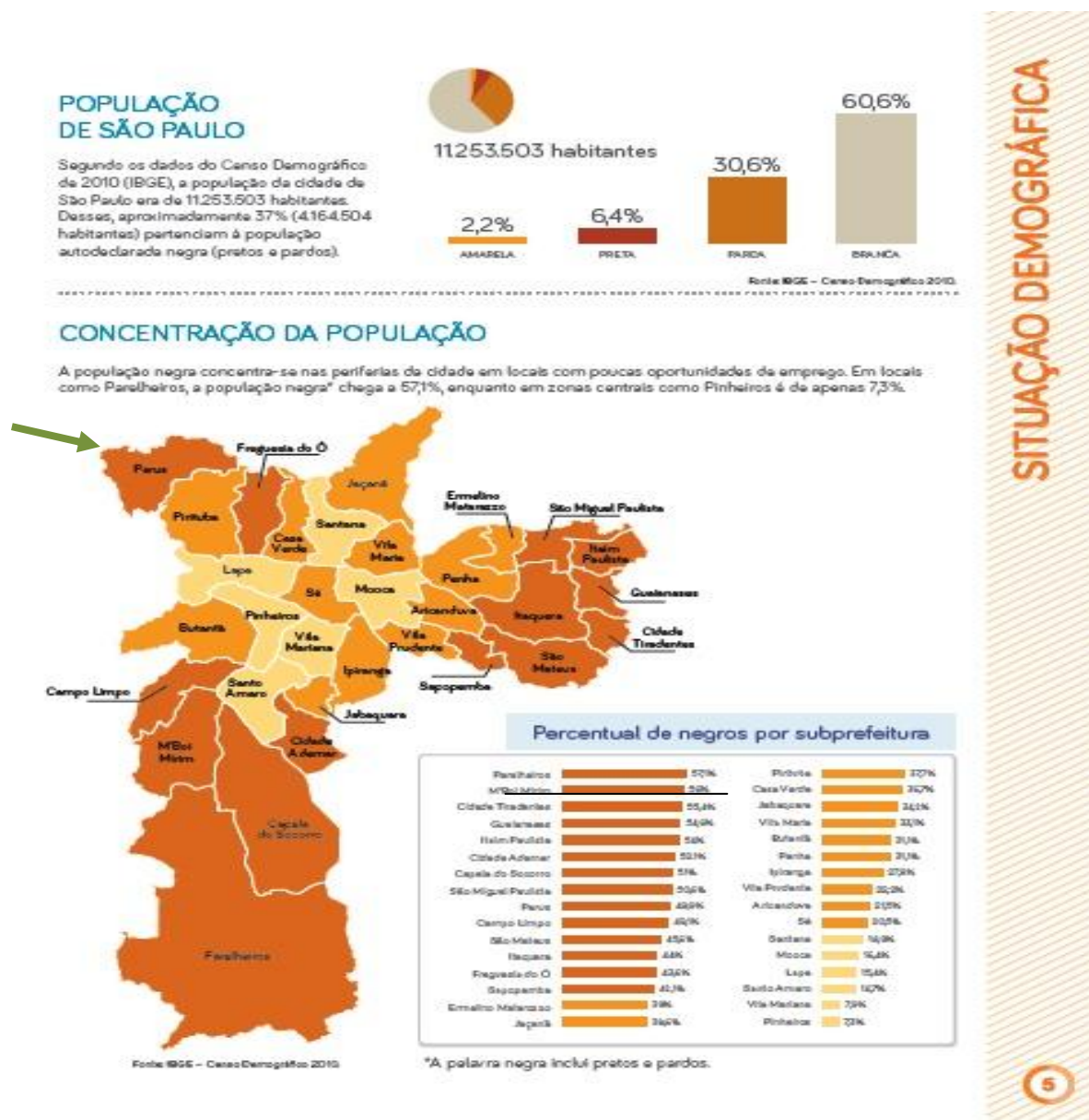
Subprefeitura	Distrito	Nº Total de Moradores em Domicílios	Mulheres	Homens	Crianças	Adolescentes	Jovens	Idosos	Total de domicílios
PERUS	Anhanguera	65.710	33.352	32.507	14.573	7.383	7.455	3.069	19.437
	Perus	79.962	41.205	38.982	17.474	8.855	8.887	6.008	22.788

Fonte: IBGE (2010); Infocidade. PMSF (2017).

No que tange ao recorte das relações étnico-raciais, é importante sinalizar que 37% da população da cidade de São Paulo se autodeclara negra. A Subprefeitura de Perus, que abrange os distritos de Perus e Anhanguera, está entre as dez regionais com maior concentração de negros, que representam 49% de sua população. Esse aspecto também é apontado no estudo *Igualdade*

Racial em São Paulo: Avanços e Desafios de 2013, elaborado pela extinta Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR)⁷⁹.

Figura 14 – Concentração da população negra em São Paulo



⁷⁹ A SMPIR foi inaugurada em 2014 pela gestão do prefeito Fernando Hadadd, do Partido dos Trabalhadores (PT), que conferiu à então Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial o patamar institucional de Secretaria Municipal. Teve por prerrogativa coordenar ações de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, trabalhando o enfrentamento a xenofobia, questões étnicas e intolerâncias correlatas. Porém, no ano de 2018, no governo do prefeito João Doria Junior, do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), com o Decreto Municipal nº. 58.410/2018, a SMPIR perde o *status* de secretaria municipal e volta a ser Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, sob justificativa de redução de custos e reforma do Estado municipal, passando a compor a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos. Esse processo evidenciou nítido retrocesso no campo de reconhecimento e legitimidade das questões raciais no âmbito da agenda da cidade de São Paulo.

Segundo a base de dados urbanos INFOCidade, da Prefeitura da Cidade de São Paulo, das pessoas economicamente ativas no território, 31% têm renda de um a dois salários mínimos, seguida de 14% com faixa de renda entre dois a cinco salários; 12% têm renda de meio a um salário mínimo.

Essas cifras mostram que a média de renda do distrito é baixa, se somados os números dos que ganham de meio a até dois salários mínimos, o percentual dessa faixa de renda é de 43% da população. Há uma discrepância de 96,2 entre as 770 pessoas que vivem com até meio salário mínimo e as 25 pessoas que vivem com mais de 20 salários mínimos no território (Figura 13).

Figura 15 – Discrepância de renda no distrito de Anhanguera

Renda									
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal									
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais									
2010									
Distritos	Total ⁽¹⁾	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo)							
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento ⁽³⁾
Município de São Paulo	9.784.297	105.859	1.118.733	2.338.683	1.656.783	678.056	289.931	132.061	3.455.141
Anhanguera	55.268	770	6.929	17.300	7.909	1.126	144	25	21.060

770 pessoas
1/2 SM

← 96 de discrepância →

25 pessoas
+ 20 SM

Há uma discrepância 96 vezes entre as 770 pessoas que vivem com até 1/2 Salário Mínimo e as 25 pessoas que vivem com mais de 20 Salários Mínimos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010) e Infocidade, PMSP (2017).

É importante destacar que o censo de 2010 registra que o distrito tem 19.461 domicílios, dos quais 8,5% estão localizados em áreas rurais, o que destaca a interseção e convivência entre a urbanização e ruralidades no território. Isso expõe uma particular dinâmica ao local no que tange a acesso aos serviços básicos de infraestrutura e direitos, o que se amalgama às tensões dadas por ser uma região fronteira com outros municípios, visto que a maioria da população que vive em área rural (sítios, pequenas chácaras) está distante do pequeno centro do distrito que abriga

os serviços públicos de proteção social como escolas, unidades de saúde e assistência social.

Essas áreas rurais estão muito mais próximas graficamente de outros municípios como Cajamar e Santana do Paranaíba, porém essa população não pode ser atendida nessas cidades, haja vista a compreensão administrativa do espaço e dos limites de atendimento, o que prejudica no acesso aos direitos fundamentais.

A Subprefeitura Regional de Perus tem 35 favelas, sendo 23 no distrito de Perus e 12 em Anhanguera, que também tem 50 cortiços. Da totalidade de domicílios do bairro, 2.418 não estão ligados à rede de esgoto.

Figura 16 – Favela do Jardim Jaraguá



Fonte: Dimas Jayme Trindade.

Figura 17 – Favela do Jardim Jaraguá – perspectiva da rua



Fonte: Dimas Jayme Trindade.

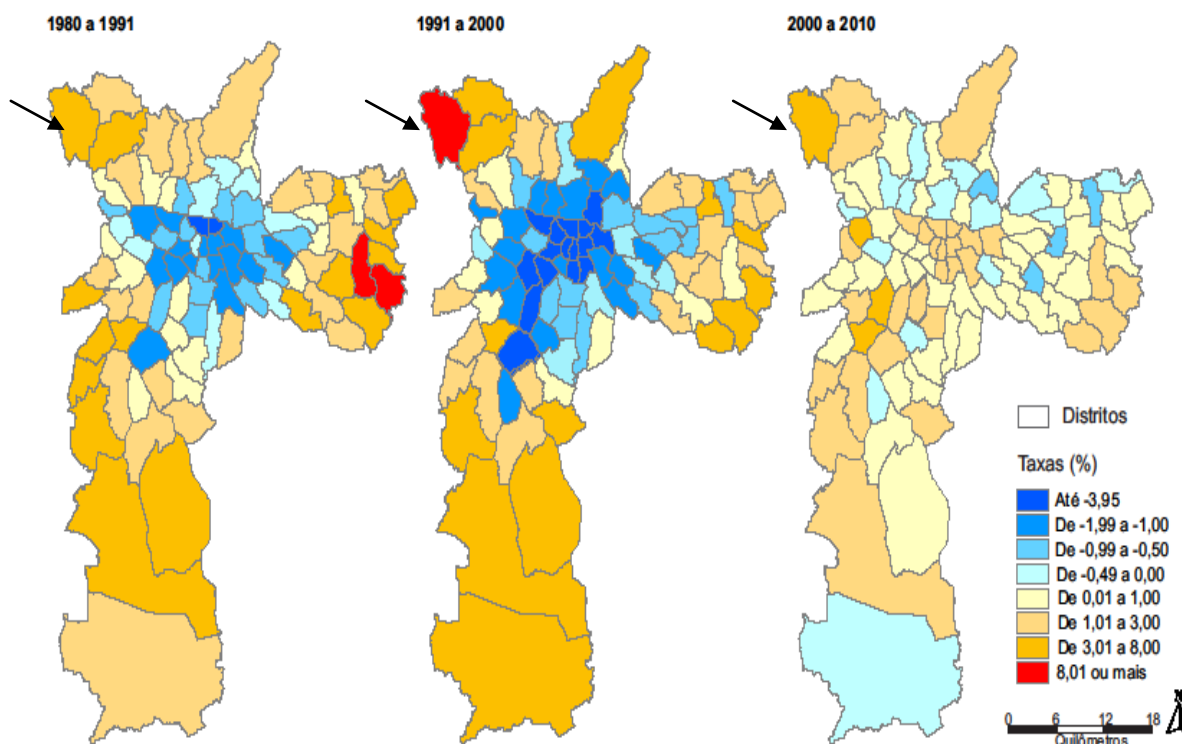
Uma característica que chama a atenção é que o distrito não tem prédios residenciais, não apresenta pessoas vivendo em apartamentos, o que está em contraste com a imagem da cidade de São Paulo, com alta concentração de moradias verticalizadas.

Outro dado que merece destaque é o adensamento populacional nas últimas três décadas, com forte explosão entre os anos de 1991 a 2000, e continuidade nos anos seguintes, substancialmente na primeira década do século XXI.

O Mapa 5 apresenta uma comparação entre três mapas, apontando em graduação de cores as regiões da cidade que mais cresceram e as que tiveram menor crescimento populacional ao longo das últimas décadas. As regiões na cor vermelha destacam as maiores concentrações de crescimento populacional.

Mapa 5 – Cidade de São Paulo e seus distritos por taxas de crescimento populacional

Taxas geométricas de crescimento anual



Fonte: IBGE, Censos Demográficos.
Elaboração: Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SMDU / Departamento de Estatística e Produção de Informação - DIPRO

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Paulo (2010).

Ainda sobre o processo crescimento populacional, Anhanguera também se destaca entre os territórios vizinhos da região norte. Considerando a última década de 2000 a 2010, cresceu 5,54%, muito acima dos demais distritos do eixo norte da cidade. Para se ter uma ideia do volume populacional, o segundo distrito com maior crescimento na região norte 2 foi Jaraguá, que aumentou seu contingente populacional em 2,39%, seguido do distrito de Perus, com 1,27% (Tabela 3).

Tabela 3 – Taxa de crescimento populacional dos distritos da região norte da Cidade de São Paulo

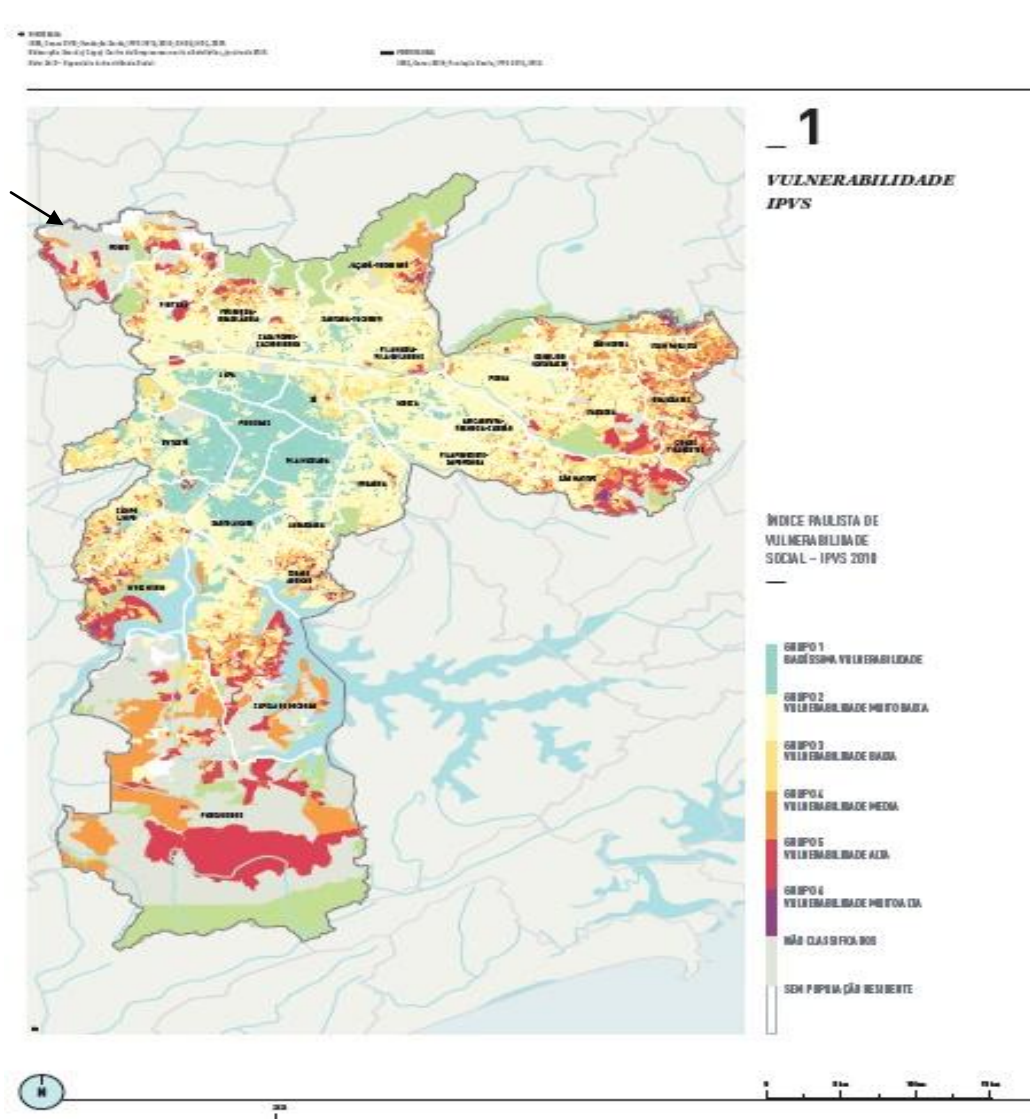
População Recenseada e Taxas de Crescimento							
Município de São Paulo, Regiões e Distritos Municipais							
1980, 1991, 2000 e 2010							
Unidades Territoriais	1980	Tx. Cresc.80/91	1991	Tx. Cresc.91/2000	2000	Tx. Cresc.2000/10	2010
Norte 2	906.210	1,27	1.041.518	1,64	1 205 220	0,76	1 300 259
Anhanguera	5.350	7,95	12.408	13,38	38 427	5,54	65 859
Brasilândia	166.441	1,76	201.591	2,3	247 328	0,69	264 918
Cachoeirinha	105.726	1,6	126.852	1,79	147 649	-0,28	143 523
Casa Verde	103.455	-0,64	96.396	-1,57	83 629	0,24	85 624
Freguesia do Ó	150.578	0,13	152.672	-0,58	144 923	-0,18	142 327
Jaraguá	47.416	6,33	93.185	5,11	145 900	2,39	184 818
Limão	88.911	0,15	90.422	-1,07	82 045	-0,22	80 229
Perus	36.196	2,26	46.301	4,81	70 689	1,27	80 187
Pirituba	132.679	1,26	152.305	0,67	161 796	0,37	167 931
São Domingos	69.457	0,12	70.386	1,83	82 834	0,24	84 843

Fonte: CENSO IBGE, 1990, 2000, 2010.
INFOCidade 2017.

Essa saturação também revela processos de novas configurações para o território. Grande parte do adensamento populacional se deu em novas ocupações regulares com a venda de lotes, bem como com abruta ocupação territorial de favelas e novas áreas antes não habitadas, como a região da Favela do 22, às margens da Rodovia Anhanguera, que se expandiu nas últimas décadas.

Outro dado que ajuda a pensar sobre a realidade e as capilaridades do distrito de Anhanguera é o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), que traz a métrica de gradação de vulnerabilidades em seis grupos: baixíssima vulnerabilidade, vulnerabilidade muito baixa; vulnerabilidade média; vulnerabilidade alta e vulnerabilidade muito alta. A representação gráfica segue a lógica de vulnerabilidades partindo dos tons frios para os quentes, expressando as localidades dos grupos na cidade de São Paulo (Mapa 6).

Mapa 6 – IPVS da cidade de São Paulo



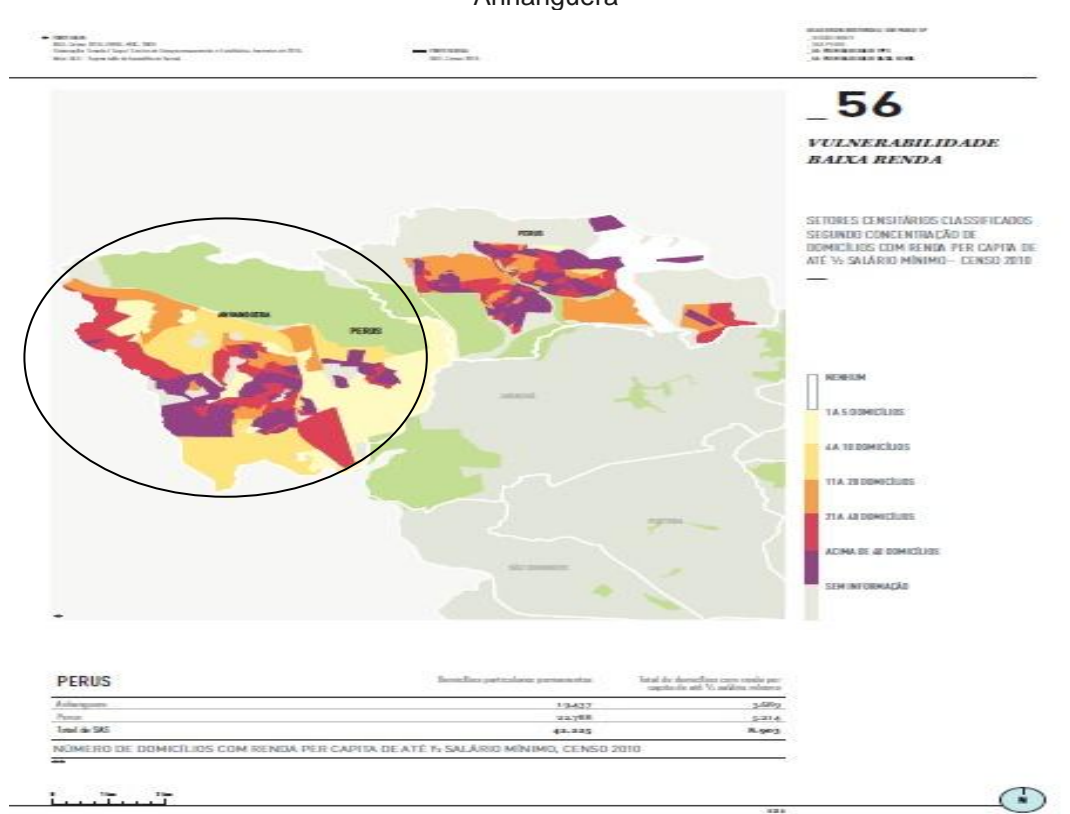
Fonte: Fundação Seade (2010); SMADS, Atlas Socioassistencial de São Paulo (2015).

O mapa da vulnerabilidade social em São Paulo revela que 14,3% (511.246) dos domicílios da cidade estão localizados em áreas classificadas de alta e muito alta vulnerabilidade. A maior parte se encontra nas regiões sul e leste da cidade, respectivamente com 222.192 e 186.999 domicílios; aparece com destaque a região da Prefeitura Regional de M'Boi Mirim, com 59.257 unidades domiciliares nessa situação, representando 11,59% da cidade.

O mapa também revela que são as áreas mais distantes do centro da capital que aparecem com maior coloração de vulnerabilidade, que sofrem com a distância no que tange ao acesso a direitos e à proteção social.

A parte em destaque no Mapa 7 enfatiza o território de Anhanguera, onde é possível perceber grande incidência de cores mais quentes em boa parte do distrito. Dos seus 19.437 domicílios, 4.984 estão nos grupos 5 e 6 de vulnerabilidade alta e muito alta, percentual elevado (de 25,6% dos domicílios do distrito), se comparado à cidade que tem 14,3% dos domicílios no grupo de alta e muito alta vulnerabilidade. Em Anhanguera, vive nessa situação (grupos 5 e 6, alta e muito alta vulnerabilidade) um total de 17.107 pessoas (26% da população do distrito).

Mapa 7 – IPVS da região da Prefeitura Regional de Perus, destacando os dois distritos Perus e Anhanguera



Fonte: Fundação Seade (2010); SMADS, Atlas Socioassistencial de São Paulo (2015).

O mapa da Juventude da Cidade de São Paulo, elaborado pela Universidade de Campinas a pedido da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, traz em seu relatório final (2014) dados que versam sobre a realidade da juventude da capital. Nos estudos sobre a violência, com jovens de 15 a 29 anos, a região da Subprefeitura de Perus (distritos de Perus e Anhanguera) se destaca pela elevada taxa de mortalidade por causas externas (classificação que reúne os registros de homicídios e acidentes de trânsito). Embora houvesse

decréscimo da taxa de mortalidade por causas externas na cidade de São Paulo, algumas regiões aparecem com as taxas elevadas: Campo Limpo, Freguesia do Ó/Brasilândia, M'Boi Mirim, **Perus**, Parelheiros, São Mateus e São Miguel.

Na Subprefeitura de Perus, a maior incidência de mortalidade juvenil atinge os jovens do sexo masculino. No ano de 2010, a faixa etária com maior número de mortes registradas foi de 25 a 29 anos, com 493.4 homicídios (números reais para cada 100 mil habitantes), seguida da faixa etária de 20 a 24 anos, com 408.5 mortes, e 354.9 adolescentes de 15 a 19 anos morreram por causas externas (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxas de mortalidade por causas externas (por 100 mil) por sexo e grupo etário de jovem. Subprefeituras do município de São Paulo – 2005 e 2010

Tabela 6.1: Taxas de mortalidade por causas externas* (por 100 mil) por sexo e grupo etário jovem. Subprefeituras do Município de São Paulo, 2005 e 2010.

	Homens						Mulheres					
	2005			2010			2005			2010		
	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
São Paulo	407.2	571.2	486.7	275.5	400.5	336.8	49.4	54.7	48.4	49.4	46.2	43.1
Arcandouva/Formosa/Carrão	124.7	372.5	310.7	98.9	270.6	171.1	9.7	43.2	68.8	57.5	37.5	42.4
Butantã	301.4	423.8	324.7	255.4	346.2	324.9	78.4	25.7	24.8	33.6	26.5	41.0
Campo Limpo	458.2	711.0	521.8	370.2	504.1	413.7	76.9	75.8	48.3	64.8	51.7	34.8
Capela do Socorro	664.3	872.4	749.1	244.6	357.7	405.6	56.2	54.4	44.9	62.1	32.3	30.3
Casa Verde/Cachoeirinha	566.7	810.2	587.2	252.5	466.7	242.5	29.3	47.0	40.5	59.6	43.4	59.0
Cidade Ademar	518.9	676.8	621.8	189.1	405.7	288.3	42.5	49.3	46.1	52.2	35.2	33.7
Cidade Tiradentes	490.7	433.2	375.6	422.5	351.3	377.5	105.5	40.1	31.2	79.3	69.6	28.5
Ermelino Matarazzo	344.4	443.5	400.1	276.5	398.8	244.3	33.1	39.9	30.6	12.6	52.3	50.0
Freguesia/Brasilândia	617.3	877.7	689.3	403.6	586.5	378.4	70.6	56.3	36.3	65.6	58.7	60.7
Guaiunases	334.9	510.0	406.1	230.0	393.3	394.6	37.8	22.6	31.6	31.8	76.5	23.4
Ipiranga	286.1	540.7	362.3	314.2	321.4	277.7	33.6	54.3	23.5	37.7	30.5	35.0
Itaim Paulista	341.2	576.9	521.8	322.6	397.8	318.9	54.8	77.9	62.8	29.5	28.4	33.8
Itaquera	423.9	545.3	491.0	343.4	458.7	302.4	55.7	40.1	40.8	71.9	55.5	31.3
Jabaquara	462.2	686.1	530.8	168.9	345.6	300.9	45.1	39.0	36.8	26.0	30.5	35.4
Jaçanã/Tremembé	413.8	535.8	539.0	246.2	467.3	312.4	49.0	53.7	54.6	51.2	53.6	21.7
Lapa	205.5	181.5	234.4	82.0	266.9	134.2	41.9	64.1	58.7	12.0	34.1	33.2
M'Boi Mirim	650.3	877.5	567.2	403.0	600.3	449.3	100.7	84.1	58.2	65.6	40.5	78.1
Mooca	257.9	305.7	308.9	124.5	253.8	310.8	26.8	21.8	35.5	29.5	43.8	38.5
Parelheiros	734.6	992.8	899.8	257.5	598.0	491.3	77.9	99.8	118.8	60.2	31.7	61.6
Penha	311.1	384.6	394.4	283.6	343.0	309.3	20.7	36.8	59.7	36.1	34.2	49.8
Perus	448.7	597.9	530.7	354.9	408.5	493.4	0.0	32.2	64.0	60.3	72.1	29.0
Pinheiros	119.2	208.8	116.7	95.4	134.0	134.6	0.0	32.6	41.5	15.5	9.3	45.0
Pirituba	344.4	491.0	439.0	300.2	354.9	402.2	27.5	81.8	50.5	35.6	56.8	56.5
Santana/Tucuruvi	84.5	322.2	285.0	149.6	166.8	191.7	0.0	49.1	48.4	20.0	66.7	45.8
Santo Amaro	205.0	391.4	416.7	146.8	209.6	290.9	0.0	10.3	48.6	30.2	23.1	9.5
São Mateus	492.3	630.1	551.1	325.0	473.5	322.3	67.5	25.6	36.2	76.1	45.7	43.7
São Miguel	340.4	621.5	531.1	294.2	420.2	357.4	38.7	80.8	44.7	37.3	51.0	73.6
Sapopemba	461.9	561.9	475.5	318.2	421.0	353.6	37.6	36.4	52.2	25.6	53.2	43.3
Sé	202.3	363.5	285.3	153.2	198.5	243.8	92.7	63.7	36.2	50.5	33.5	32.2
Vila Maria/Vila Guilherme	392.1	455.7	350.4	252.5	419.6	293.6	56.1	34.9	92.7	46.9	37.2	34.8
Vila Mariana	93.5	156.5	157.5	74.0	146.3	143.5	9.9	35.2	24.0	24.0	45.5	16.5
Vila Prudente	322.5	358.2	343.5	197.8	473.1	376.1	10.7	56.4	27.7	24.8	39.6	26.6

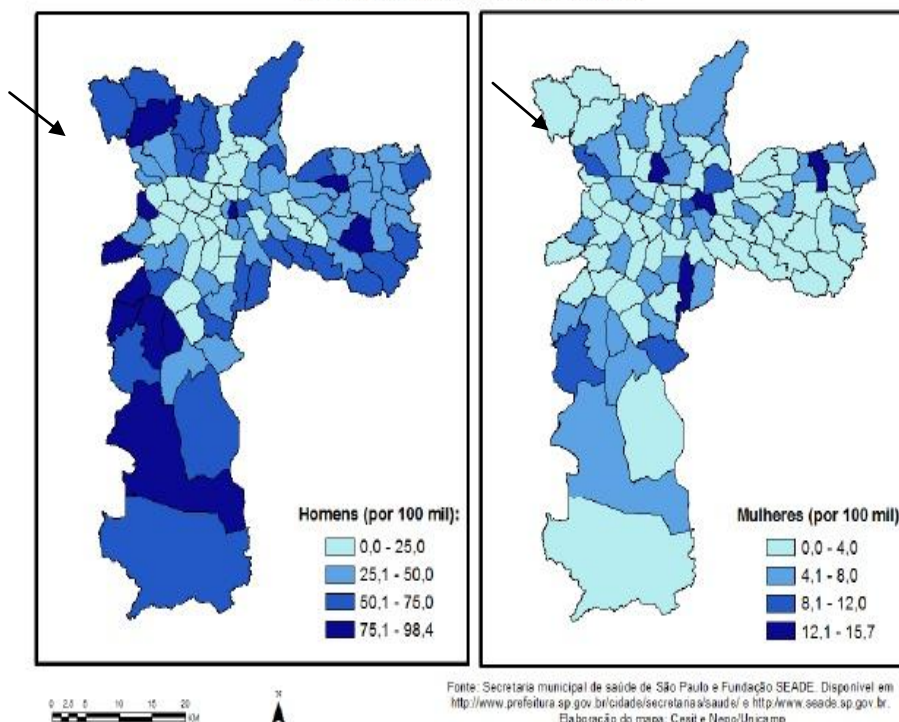
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde-SP

* Razão entre o número de óbitos por causas externas (Cap. XI da CID 10) registrados na população de 15 a 29 anos e a população de 15 a 29 anos, na região e período considerado, por 100.000 hab.

Quando se analisa o distrito de Anhanguera, no ano de 2010, os adolescentes do sexo masculino com idades de 15 a 19 anos compõem o grupo com maior número de mortes por causa externa, sendo 68.1 para cada 100 mil mortes, seguido por jovens de 20 a 24 anos com 64.7, e 34.5 de jovens de 25 a 29 anos (Tabela 5).

Mapa 8 – Taxa de mortalidade por homicídios e intervenções legais (por 100 mil) na população de 15 a 29 anos por sexo. Distritos do município de São Paulo – 2010 a 2013

Mapa 6.2: Taxas de mortalidade por homicídios e intervenções legais (por 100 mil) na população de 15 a 29 anos por sexo. Distritos do Município de São Paulo, 2010-2013.



Fonte: Secretaria de Saúde de São Paulo e Fundação Seade. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/saude>.

Pallamin (2017, p. 14) discute que vemos ascender nas últimas três décadas formas de gerência punitiva da pobreza, progressiva desigualdade entre as classes, que emanam fatores de controle e militarização contra os pobres e apontam novos diagramas urbanos e metropolitanos:

Como parte das providências para se lidar com a disseminação da insegurança social e como o enfrentamento das instabilidades sociais implicadas na reforma econômica, de mercado e das relações de trabalho, houve um acirramento da cultura do controle e das punições, assim como do braço penal do estado, alimentando circuitos da violência tanto oficial quanto não oficial. A precarização da vida e a penalização dos pobres passaram a entrecruzar-se cotidianamente nas práticas urbanas atuais: ao mesmo tempo em que essas populações têm sido submetidas a segregação de ordem moral e econômica ainda mais fortes, seus territórios passaram a ser alvos específicos de táticas de vigilância e militarização do espaço, responsáveis por considerável aumento das tensões sociais, em consonância com uma matriz securitária que se modula extensivamente nas grandes cidades. (PALLANIM, 2017, p.14).

Todos esses dados abrem possibilidade para sucessivas aproximações e análises sobre os desdobramentos e dobraduras da realidade territorial de Anhanguera, que, pelo conjunto de indicadores, permite inferir ser um território marcado por sua condição de classe, com experiências particulares que fazem desse local um espaço cheio de saturações históricas, políticas e econômicas que merecem serem estudadas, problematizadas no contexto da cidade de São Paulo e das mediações globais dos circuitos econômicos na produção do espaço.

É um território que mantém as rugosidades do tempo e das determinações econômicas e políticas que mediatizam e objetivam a vida na cidade de São Paulo. Anhanguera apresenta dinâmicas próprias, mas com intercâmbio espacial que conflui e converge com as relações sociais da cidade, com os limites e fronteiras produzidos pela cidade mercado, pela cosmopolita São Paulo. Mas é nesse processo que também possui marcas visíveis de processos violentos, exploratórios que circundam múltiplas determinações, que se revestem em experiências sociais, conjugações de rebeldia, conformismo, resistência e confronto encampados na genealogia da vida cotidiana de mulheres, homens, crianças, adolescentes e idosos que construíram e constroem a história social do distrito como um “lugar de lutas”.

As mediações territoriais tecidas pela experiência social da violência e das relações de cidadania fraturada expressam o que Lúcio Kowarick (2009, p.19) considera “viver em risco”:

Diz respeito à vulnerabilidade socioeconômica e civil, refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania. [...] Este é o lado socioeconômico da vulnerabilidade. O outro lado, a vulnerabilidade civil, refere-se à integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia. Sua expressão máxima é o homicídio, mas também está presente nos assaltos ou roubos, espancamentos, extorsões e humilhações que fazem parte do cotidiano das famílias de baixos rendimentos.

É neste sentido que tais aproximações abrem campo para este estudo, que é tensionado e inquirido pelo próprio movimento dinâmico da realidade, que se expõe

e se esconde de modo a disparar inquietações, suscitar problematizações sobre as mediações das experiências de classe no bojo de tantas precariedades e tensas relações que constroem e formam o território de Anhanguera. Realidade que se impõe como questão e, ao mesmo tempo, necessária ao processo de abstração e reflexão.

Portanto, esta pesquisa intenciona identificar mediações, estabelecer nexos entre como e de que modo se movimentam e constituem as experiências de classe no processo de construção e reconstrução de territórios e territorialidades desse lugar. Parte do real, da materialidade e das relações subjetivas da vida que compõem o complexo caldo da realidade do território de Anhanguera da cidade de São Paulo.

De modo que é urgente e necessário inquirir, refletir e movimentar o real e suas determinações aparentes, pois, como lembra o sociólogo Octavio Ianni (1987, p.1): “Vivemos um mundo que é opaco. Um mundo que é intrincado, difícil, que precisa ser questionado o tempo todo”. Assim, é preciso atentar às dinâmicas e particularidades do fazer-se dos sujeitos em meio a essa complexa relação entre ausências, violências, mas também de potências criadas no solo mais próximo da vida, no “chão do lugar”, é preciso identificar, compreender os *usos* e as práticas sociais; em suma, *as experiências de classe* nesse pedaço da cidade.

ENTRELAÇO:**TRAJETÓRIA DE VIDAS, TERRITÓRIOS E EXPERIÊNCIAS DE CLASSE**

Meu choro não é nada além de carnaval
 É lágrima de samba na ponta dos pés
 A multidão avança como vendaval
 Me joga na avenida que não sei qual é

Pirata e Super-Homem cantam o calor
 Um peixe amarelo beija minha mão
 As asas de um anjo soltas pelo chão
 Na chuva de confetes deixo a minha dor

Na avenida deixei lá
 A pele preta e a minha voz
 Na avenida deixei lá
 A minha fala, minha opinião
 A minha casa, minha solidão
 Joguei do alto do terceiro andar

Quebrei a cara e me liberei do resto dessa vida
 Na avenida dura até o fim
 Mulher do fim do mundo
 Eu sou e vou até o fim cantar.⁸⁰

No samba “A mulher do fim do mundo”, de Elza Soares (2015), a avenida é símbolo, lugar onde a cultura popular passa em meio ao “chão”, retrata a existência, sentidos e resistência de mulheres. daquelas colocadas no “fim do mundo” como metáfora da vida, que tracejam cotidianamente suas vidas longe dos espaços do centro e das dinâmicas de poder, nos espaços periféricos seja da cidade seja da sociedade.

Lança à cena pública narrativas, marcas, experiências da mulher de pele preta, a tentativa de deixar e marcar sua voz, opinião, seu lugar, sua casa, sua solidão, sua luta no e pelo espaço-tempo. Muito além do carnaval, espaço cultural onde pretas, pretos, pobres, trabalhadores, suburbanos e periféricos são aceitos na ocupação das ruas da cidade, pela eloquência da/na arena cultural, o samba da “mulher do fim do mundo” reivindica espaço, pede passagem para outras narrativas, outras histórias, outras dobras carregadas de dimensões concretas e subjetivas da vida de mulheres do “fim do mundo”, das periferias, malocas e favelas.

⁸⁰ Música “A mulher do fim do mundo”, composta e lançada no álbum com o mesmo nome em 2015 por Elza Soares.

Assim como no samba, as trajetórias das participantes desta pesquisa se movimentam na trama concreto-vivencial de processos individuais que se inter cruzam com elementos políticos, sociais, históricos e culturais que enredam o tempo e o espaço de suas vidas e territórios. As trajetórias de Cida Guerra, Suseth de Andrade, Andréia Sales e Flávia Ribeiro, participantes e interlocutoras deste estudo, mostram-se na constante e intrínseca relação dialética com o espaço territorial, como espaço de relações e construções de práticas sociais.

São percursos que se desdobram em elementos coletivos do lugar, nas tramas do cotidiano em um novelo de relações entre espaço, tempo e experiências, revelando que o lugar de vivência é geográfico, social, político, relacional e de classe; trajetórias que se constituem de fortes e singulares marcas, que tracionam as experiências de ser, estar, viver em territórios periféricos. Mulheres negras com forte articulação para a resistência, solidariedade e que enredam suas experiências individuais na complexa tessitura das lutas de classe no esteio das periferias urbanas em que residem e são sujeitas⁸¹.

Compreende-se que as sujeitas interlocutoras desta pesquisa evidenciam a partir de suas trajetórias “a história aberta”, não fadada a compreensões generalizantes ou homogêneas, o que permite posicionar-se no campo ético e político disposto a ouvir e compreender os enredos e sentidos históricos daqueles que raramente são ouvidos ou levados em consideração na produção do conhecimento. Walter Benjamin (2017, p. 242), nas suas teses sobre a história, precisamente na segunda, expõe certa interpelação que instiga a pensar, diz ele: “Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram?”.

Sim, as trajetórias de vida são entendidas como oportunidades de apreender os diagramas da história do tempo presente, revestem-se na oportunidade da não naturalização dos processos econômicos e sociais veiculados pelas narrativas hegemônicas da cultura e da história que, por vezes, dilatam o discurso de sentido único.

Cabe considerar que as trajetórias, embora únicas e particulares, relacionam-se na interlocução com as estruturas, os processos e relações sociais do tempo e espaço em que se encontram. São saturadas de mediações políticas, culturais,

⁸¹ Ver nota de rodapé 7.

econômicas, étnico-raciais, de gênero e classe que se relacionam e dialetizam. Também revelam memórias, experiências, sentidos, como os sujeitos vivenciam e significam acontecimentos, práticas sociais e históricas que atravessam ou são submetidos. São saturadas de experiências que se acumulam, prolongam, desdobram-se e sedimentam-se no tempo e no espaço.

Desta maneira, as trajetórias e os percursos realizados pelas sujeitas interlocutoras desta pesquisa se expressam por suas narrativas, nas memórias partilhadas, nos acontecimentos e nas passagens destacadas, nas vivências significativas que foram narradas, compartilhadas.

Ao mesmo tempo, as experiências individuais trazidas, tencionadas, reveladas pelas narrativas e oralidades daqueles que contam suas trajetórias de vida se costuram e se inscrevem em temporalidades comuns, no processo de produção e reprodução dos espaços territoriais, na articulação e no forjar de territorialidades constituídas por práticas sociais, experiências coletivas de morar, viver, sentir e se sociabilizar em modos de vida. No caso das sujeitas desta pesquisa, trata-se também de territorialidades construídas em modos de ser mulheres que vivenciam no espaço compartilhado o peso de seu tempo social, na fina escala da vida cotidiana.

As trajetórias revelam as experiências, as dobraduras da história nas dinâmicas da vida cotidiana, as diferentes facetas do tempo sobre os lugares e sujeitos, pois cada momento histórico apresenta relações e conexões com outras passagens e contextos precedentes (ROSA, 2016). É nesse sentido que a ação dos sujeitos revela escolhas práticas, modos de participação na vida cotidiana e na história, guardam a capacidade de resistência, de reinvenção, de luta, criação. As trajetórias revelam os modos de agir no mundo.

Dirce Koga e Frederico Ramos (2011), em “Trajetória de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública”, problematizam a necessidade de aproximação dos estudos urbanos com o cotidiano vivido, pois as histórias e trajetórias de vida podem corroborar para as apreensões das realidades e para o conhecimento das cidades, sobretudo para a apreensão das interfaces e dinâmicas socioterritoriais.

Neste sentido, os estudos que privilegiam as trajetórias de vida podem consubstanciar a apreensão sobre os vínculos entre os sujeitos e seus territórios, na tensão entre as condições objetivas e subjetivas das trajetórias, modos de vida

urbanos, destacando como os sujeitos estão inseridos em processos sociais. Uma vez que as trajetórias estão posicionadas dentro de contextos sociais, intimamente relacionados com a cultura e organização social de seu espaço e tempo, as experiências sociais reveladas pelas trajetórias tornam-se socialmente significativas. “Deste conjunto de informações surge um mosaico de relatos a partir do qual se estabelecem as formulações a respeito dos processos e ações sociais que caracterizam o grupo” (KOGA; RAMOS, 2011, p. 344).

As trajetórias de vida podem revelar as conexões, os fios mediativos de processos e relações sociais vivenciadas nos territórios. A partir de seus enredos, vivências, reminiscências, evidenciam-se as experiências de classes, possibilitando descortinar as tramas da história social na escala do cotidiano, articulando as passagens e experiências das trajetórias com a esfera pública, coletiva e comum.

[...] não se trata apenas de ouvir as histórias de vida, mas sim de encontrar formas de captar as narrativas que contribuíam para o objeto de análise que se tem interesse e do qual aquele indivíduo é ou foi participante. (KOGA; RAMOS, 2011, p. 346).

Portanto, as trajetórias de vida revelam a história em processo e relação, e como componente dessa trama está o espaço territorial como mote mediativo, parte integrante e relacional da vida cotidiana dos sujeitos. Trata-se do lócus das trajetórias e parte constitutiva da história, em que a relação *sujeito-espaço* se movimenta e se realiza na tessitura da história social, a partir do lugar.

As trajetórias inter cruzam-se com as configurações dos espaços sociais e temporais da sociedade, incluindo as periferias, definindo experiências urbanas e de classes diante dos espaços de vivência na relação com as dobraduras da cidade. Dessa forma, as trajetórias são entrelaçadas pelos circuitos de poder, de dominação, exploração, segregação, mas também de estratégias de sobrevivência, de resistência, de organização e luta.

Nelas é possível vislumbrar os mapas individuais que cada personagem tem da cidade, as localizações sucessivas por eles habitadas, e o sentido simbólico que atribuem a cada uma delas. Dimensões impossíveis de serem capturadas senão a partir do olhar individual que cada habitante constrói em sua narrativa. (KOGA; RAMOS, 2011, p. 353).

A partir das narrativas, as trajetórias permitem analisar e compreender que existem particularidades e mediações em relação aos contextos sociais, pois os

sujeitos estabelecem relações, fricções, tensões, entre as escalas territoriais e temporais, dimensionando traços comuns de condições vida, modos de vida, formas de sociabilidade, relações de poder. As trajetórias urbanas e periféricas evidenciam os **usos** que os sujeitos fazem e movimentam em seus territórios. Em outras palavras, são saturadas de experiências de classe, a partir das dinâmicas relacionais e históricas na interseção entre o espaço territorial e do fazer-se como sujeito entrelaçado por uma classe social, histórica e processualmente construída em relações que se movimentam nas tessituras do cotidiano.

É assim que as trajetórias de Cida, Suseth, Andréia e Flávia conjugam mote privilegiado de experiências de camadas da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, em particular na periferia do distrito de Ananguera, lugar de empiria da vida, onde o cotidiano de resistências, saberes populares, de experiências de classe acontece. Território em que trajetórias de vida se cruzam na luta por moradia, na convivência de festas comunitárias, em projetos de resistência seja na área social, na busca por proteção social, na luta pelo fortalecimento das mulheres e do povo negro. É aqui que se forjam as narrativas costuradas em diferentes movimentos e gramaturas, e que a poesia popular do rap anuncia: “tem que ser, tem que pá, a vida é diferente da ponte pra cá”⁸².

Trajetoárias marcadas pela coexistência entre faltas, dissabores que tencionam a vida das camadas da classe trabalhadora na periferia como os dissabores da violência urbana, das precariedades, das ausências de direitos. Mas também pela beleza da solidariedade que é herança dos povos indígenas, das culturas africanas, dos trabalhadores e dos diversos segmentos que constituem o povo brasileiro na trama sócio-histórica deste país.

Solidariedade desenhada na consciência coletiva que constitui certa resistência em meio do caos da razão e da moral econômica que orienta e articula os sentidos da sociabilidade neoliberal. Mas, na posição contrária e solidária, há os que insistem em resistir para existir, disputando narrativas, culturas e valores expressando que é preciso que “ninguém a solte a mão de ninguém”⁸³ (Figura 16),

⁸² Trecho da música “Da ponte para cá”, do grupo de rap Racionais MC’s, álbum *Nada como dia após o outro dia*, de 2002.

⁸³ A frase “Ninguém solta a mão de ninguém” se tornou uma referência de solidariedade entre as forças progressistas logo após a eleição presidencial de 2018 no Brasil, que confirmou o conservador Jair Bolsonaro à presidência. O sentimento de incerteza com o futuro do país somou-se ao temor da população indígena, negra, feminina e LGBTQIA+ diante das declarações de ódio e das atitudes violentas e reacionárias que marcam a trajetória de Bolsonaro. A frase foi ilustrada em desenho pela

dada a conjuntura social, econômica, sanitária, cultural e política que impregna tempos tão densos, de reavivamento do conservadorismo bélico, moral, racista, patriarcal, LGBTQIA+fóbicos, segregacionista e desigual das estruturas e relações sociais brasileiras, que historicamente ataca de modo violento indígenas, mulheres, negros, jovens, LGBTQIA+, trabalhadores e moradores das periferias da cidade.

Figura 18 – Desenho “Ninguém solta a mão de ninguém”



Fonte: Thereza Nardeli.⁸⁴

artista mineira Thereza Nardeli, que sintetizou um sentido de união e resistência à conjuntura política mais conservadora e se tornou um símbolo de resistência democrática pelos direitos, um outro lado da força política que resiste e constrói brechas no jogo contraditório das relações sociais.

⁸⁴ Disponível em:

[https://www.google.com/search?q=ninguem+solta+a+m%C3%A3o+de+ninguem&authuser.](https://www.google.com/search?q=ninguem+solta+a+m%C3%A3o+de+ninguem&authuser)

CAPÍTULO 3
UM CORPO NO ESPAÇO: RUGOSIDADES E EXPERIÊNCIAS DE UMA MULHER
NEGRA E PERIFÉRICA

Figura 19 – Flávia Ribeiro



Fonte: Registro do pesquisador, 2021.

Atravessei o mar, um sol
 Da América do Sul me guia
 Trago uma mala de mão
 Dentro uma oração, um adeus

Eu sou um corpo, um ser, um corpo só
 Tem cor, tem corte
 E a história do meu lugar, ô
 Eu sou a minha própria embarcação
 Sou minha própria sorte

Je suis ici, ainda que não queiram, não
 Je suis ici, ainda que eu não queira mais
 Je suis ici, agora

Cada rua dessa cidade cinza
 Sou eu
 Olhares brancos me fitam
 Há perigo nas esquinas
 E eu falo mais de três línguas

E a palavra amor, cadê?
 E a palavra amor, cadê?⁸⁵

Como na letra da música “Um corpo no mundo”, de Luedje Luna (2017), a trajetória de Flávia Ribeiro se dá em meio a travessias geográficas, sociais e políticas que a constituem hoje com o reconhecimento imediato de sua negritude, da condição da beleza e da dor que carrega uma mulher negra, resistente, forte, mas com um olhar marejado ao se recordar de sua história, de sua “embarcação” nas travessias que realiza. Ao se apresentar, mostrando certa sensibilidade ética e estética para contar sua história de vida, Flávia logo escolheu essa música, que traz a poética da canção como signo e pistas de alguns significados sobre si, sobre seu caminhar, sobre o encontro humano-genérico proporcionado pela arte como forma de sentir, tocar e dizer.

O encontro de pesquisa para ouvir sua trajetória, narrativas e compreensões sobre as mediações das experiências de classe na construção de territórios se deu

⁸⁵ Música “Um corpo no mundo”, lançada no disco de mesmo nome em 2017, pela compositora e cantora Luedje Luna. A letra dessa música foi citada pela participante da pesquisa nos momentos de trocas e entrevistas desta pesquisa. Flávia Ribeiro cantou parte da canção e posteriormente em sua narrativa expressou que a música traz os signos de suas travessias e identidade, sendo ela uma mulher negra, um corpo no mundo, uma resistência. Em pesquisa sobre a cantora Luedje Luna, compreende-se que a escolha da música pela pesquisada não é apenas uma singularidade estética, mas uma confirmação ética e política de suas escolhas e referências narrativas, pois a cantora soteropolitana aborda em suas músicas a denúncia do preconceito racial, o feminismo, o empoderamento feminino, especialmente da mulher negra, e retrata a cultura afro-brasileira em suas vestimentas, demonstrando em suas letras a africanidade do brasileiro, cantando sobre religiões de matriz africana, ervas e costumes brasileiros oriundos da cultura africana. Suas músicas mesclam ritmos afro-brasileiros, jazz, blues e MPB.

em uma noite gelada do inverno de 2020. Apesar da pandemia, a entrevistada fez questão do encontro presencial, com os cuidados sanitários necessários, respeitando o uso da máscara e de álcool gel fornecidos pelo pesquisador e também o distanciamento entre os participantes.

Cheguei à casa de Flávia, coloquei a mochila sobre o sofá e começamos a falar um pouco sobre a vida, sobre os conhecidos, os acontecimentos recentes. Ela me mostrou sua casa, ou seu quilombo, como ela mesma prefere designar. Um sobrado amarelo, cheio de cores e tecidos quentes que parecem mostrar um pouco da sua moradora, reúne memórias dos lugares que percorreu, quadros, objetos que remetem à cultura afro-brasileira e sua identidade fortemente demarcada, fotos pessoais, plantas, livros, música ao fundo rolando na televisão sempre ligada.

A anfitriã, em um gesto de acolhida, mostra seu lugar de trabalho em tempos de pandemia, serve um lanche, organiza copos e garrafa de água para molhar as palavras entre memórias, trocas e algumas interpelações. Desse modo, entre papos, recordações e algumas reflexões sobre os difíceis contextos do presente, vamos nos aquecendo, os vínculos entre o pesquisador e a interlocutora da pesquisa também vão organicamente tomando calor e construindo espaço de interlocução. Diria que são movimentos importantes, sensíveis, necessários ao processo de troca, tecendo as conexões entre as mediações da pesquisa e os sujeitos envolvidos.

Sentados em seu sofá, pergunto sobre sua trajetória, sobre si, como conta a sua história. De modo imediato, Flávia me indaga:

– Você conhece a canção “Um Corpo no Mundo”, da Luedje?

Respondo-lhe que não. Ela canta um trecho, fala de si pela mediação da arte e assim iniciamos a conversa, a escuta sobre sua trajetória de vida. Diz, em síntese, que tem 44 anos de idade, é uma mulher negra, tem uma filha de 23 anos, e que sua vida é geográfica, social e politicamente atravessada por diferentes territórios, pois nasceu em Minas Gerais, mudou-se quando pequena para a zona sul da cidade de São Paulo e nos últimos 15 anos estabeleceu-se na região norte, especificamente no distrito de Perus, onde atuou durante 11 anos na rede de proteção social dos distritos de Perus e Anhanguera.

Meu nome é Flávia, tenho 44 anos, atualmente moro na cidade de Caieiras, apesar de ser uma pessoa que nasceu em Minas, se constituiu na zona sul de São Paulo, trabalho como assistente social no Creas de Franco da Rocha e também na Prefeitura de São Paulo, atualmente na Secretaria de Cultura no acompanhamento dos

projetos VAI⁸⁶ e do fomento à periferia. Sou uma mulher negra e tenho uma filha com 23 anos. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Compreendendo que sua trajetória de vida está intimamente relacionada com as questões que envolvem os territórios e experiências de classe, sabe que sua narrativa está articulada com seus percursos como moradora de periferia, como profissional e militante, tal como descreve a letra da música que escolheu para se apresentar: “a história do meu lugar, ô... Eu sou a minha própria embarcação... Sou minha própria sorte... Cada rua dessa cidade cinza... sou eu”.

Tem consciência de que sua trajetória não se inicia deslocada do contexto de sua família, mais precisamente da história de sua mãe, referência de força e luta. Mulher que parte do estado de Minas para romper com processos de violência que vivia, chega a São Paulo para “tentar” a vida como empregada doméstica. Enfrenta a travessia e a ruptura, teve de deixar parte das filhas. Flávia ainda criança segue com a mãe para a zona sul de São Paulo, lugar demarcado como território de sua constituição enquanto ser social.

A minha trajetória está, talvez, bem junto com as outras respostas que a gente vai estar conversando, porque a minha mãe era uma mulher que veio de Minas Gerais, ela sofreu várias violências de gênero pela família, que obrigou a casar com um homem que ela não queria, aí ela teve filhos, concebeu as seis filhas. Uma morreu, mas ela não aguentou o ciclo de violência e acabou indo embora, e esses filhos ficaram praticamente abandonados e na época, imagino que lá pela década de 1960, não se tinha ECA⁸⁷, não se tinha instituições de acolhimento; os filhos dela ficaram espalhados, cada um em uma família...

Esses filhos eram explorados entre essas famílias que ficaram com eles, então ali já teve um processo que... já “esbagaçou” toda a família. Essa família foi desvinculada dessa mulher.

Eu entendo hoje que ela não teve escolhas, né? Então ela foi obrigada a ter que se adequar até um certo momento e que depois não quis mais se adequar, e os filhos ficaram com toda essa situação de violência também.

⁸⁶ Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), criado em 2003 pela Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo, tem o objetivo de apoiar financeiramente coletivos culturais da cidade, principalmente de regiões com precariedade de recursos e equipamentos culturais. Flávia trabalha na gestão desse programa desde 2019.

⁸⁷ Em referência ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei 8069 de 1990.

Eu sou de um segundo relacionamento dela, então minha mãe é uma mulher branca, ela não é uma mulher negra, mas é uma mulher que vem de Minas Gerais para São Paulo com aquela coisa que todas as mulheres vêm: desejo de se organizar, de conseguir alguma situação melhor na vida. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Flávia resgata a história e as vivências da mãe para situar seu contexto de vida e família, destacando as relações de gênero que marcam a vida de sua família. A vinda da mãe para São Paulo é fuga de uma cultura de violência à qual era submetida; não por escolha, mas por necessidade, teve de deixar seus filhos em território mineiro. Fuga para a continuidade da existência, uma vez que já não suportava as orientações e o controle sobre sua vida, sob os moldes de uma tradição de família e do lugar da mulher da sociedade impetrado pelas relações patriarcais, fortemente presente no modo de vida e na cultura da sociedade brasileira.

Ainda destaca a referência temporal dessa passagem nos idos dos anos de 1970, em que sua mãe vivenciou essa situação. De modo correlato no contexto mundial há, na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960, processos sociais, políticos, culturais, científicos e tecnológicos que abrem espaços para novas dinâmicas sociais em relação a gênero e família, mudanças do papel da mulher na sociedade, advento das descobertas científicas sobre anticoncepcionais, o processo de separação judicial dos casais como possibilidade de reinvenção da história e dos arranjos familiares. Destaca-se o aumento das famílias chefiadas por mulheres que se inserem no mercado de trabalho e a questão migratória por motivos de sobrevivência. “Nas famílias mais pobres, estas trajetórias e movimentos ocorrem, muitas vezes, de forma traumática, ditados pelas condições econômicas e a luta pela sobrevivência individual e familiar” (KALOUSTIAN; FERRARI, 2011, p. 11).

Flávia e sua mãe também passam pela perspectiva migratória na busca por outros lugares para viver e trabalhar. Recorrem aos centros urbanos, o que expressa o movimento de substantivas camadas da classe trabalhadora nos últimos 70 anos, que saem de espaços rurais e migram para as cidades em busca de trabalho, melhores condições de vida, constituem mão de obra disponível nos grandes centros urbanos, como é o caso da experiência da família de Flávia, que se desloca

à capital paulista para viver, especificamente na periferia da zona sul da cidade de São Paulo, no distrito de Capão Redondo.

Eu consigo lembrar muito da minha infância que foi na sul, no Capão Redondo, a gente morava num cômodo sem nenhum tipo de estrutura, ela [a mãe] trabalhava de empregada doméstica, sofria muitas humilhações e nessa época que eu era criança, eu ficava sozinha, ia para a escola sozinha, voltava e nesse percurso eu senti o barulho da capoeira. Aí o barulho da capoeira foi me chamando e quando eu entrei era o antigo Osem⁸⁸, que era um serviço da política de assistência social, esse serviço hoje é o CCA⁸⁹. Esse serviço era uma porta aberta. Eu lembro... eu não consigo lembrar dos educadores, dos professores. Eu lembro da música e da comida, porque eles ofertavam pudim. Era um ambiente muito pequeno, mas que tinha atividade, então eu ficava perambulando pela rua e quando eu não queria ficar em casa sozinha eu ia para lá. Tinha brincadeiras, atividades, mas não tinha matrícula, não tinha essa coisa de estar preso no serviço, passava e entrava e tudo bem... Eu recordo muito desse serviço, ele vem muito na minha vivência. Eu era muito criança, eu deveria ter uns 5 ou 6 anos de idade, eu não fiz “prezinho” [primeiro estágio de alfabetização], porque nessa época não tinha escola de educação infantil para todo mundo, eu nasci em 1976 e nessa época da escolarização era o rompimento da ditadura. Então eu me vejo nesse processo da primeira infância muito sozinha, minha mãe muito marginalizada pela família dela, que uma parte já estava aqui em São Paulo, e tinha medo que ela fosse roubar os maridos. Essa condição de olhar para ela de uma forma punitiva, pois ela tinha abandonado as filhas: uma mulher que não tinha marido, que ia ficar com o marido “dos outros”. Aí por isso eu vejo que eu também acabei sendo olhada com esse olhar pela família extensa da minha mãe, que não dava apoio, no sentido de acolher. Depois que terminava a escola, eu não tinha para onde ir, então eu tinha que comer sozinha, comida fria. Então... eu ficava muitas vezes numa situação de ficar na casa dos amigos. Ficava numa situação de muita vulnerabilidade. Inclusive, uma vez, eu brincando com uma privada, eu deixo a privada cair e o corte foi muito grande, porque aquilo é porcelana, eu tive um corte enorme. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Ao narrar sua trajetória, Flávia vai recordando memórias reminiscentes, com lampejos sobre processos vividos: lembranças de sons, de cheiros, do paladar, que se enredam em suas experiências na infância. Assim, os fatos rememorados ganham sentido e contexto para o tempo presente, de modo que é um elo que possibilita articular e enredar o presente e as significações da história vivida. Como pontua Walter Benjamin (2012, p. 39): “[...] um acontecimento vivido é finito, ou pelo

⁸⁸ Orientação Socioeducativa ao Menor (Osem) era um serviço da Coordenadoria de Assistência Social da Cidade de São Paulo, voltado à infância nos anos de 1970 e 1980.

⁸⁹ Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a crianças, adolescentes e suas famílias, na cidade de São Paulo, ofertado no âmbito do Suas. Atende crianças de 6 a 12 anos e adolescentes de 12 a 15 anos de idade. É um serviço.

menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento rememorado é sem limites, pois é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”.

As memórias de Flávia evidenciam a vulnerabilidade que passava por ter de ficar sozinha para que sua mãe fosse ao trabalho cuidar dos filhos e da casa de outros. Há nesse processo destaque em referência às experiências de classe, das vivências de uma criança pertencente à classe trabalhadora, que por longos períodos tinha de ficar sozinha, virar-se como podia para dar conta de um cotidiano, do cuidado de si mesma, alimentar-se, vestir-se, estudar, brincar, socializar-se de modo independente sem proteção ou supervisão de um adulto. Não por descuido ou desleixo de sua mãe, mas por uma condição objetiva de vida, pois eram apenas as duas na metrópole para enfrentar a vida sem apoio e acolhida de familiares, e trabalhar era preciso.

Eu devia ter 8 anos, porque eu repito a série na escola, eu entro na escola com 7 e repito a primeira série, eu tinha todas as dificuldades, a minha mãe não conseguia fazer minha matrícula escolar, trabalhava em casa de família, nunca era liberada. Eu ficava doente, ela não podia me levar no médico. Sempre o trabalho tinha que vir em primeiro lugar, por que onde a gente morava pagava aluguel, e se ela não trabalhasse, como a gente ia comer? Como a gente ia morar? (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A memória das passagens da infância de Flávia permite que ela compreenda a situação de vulnerabilidade e desproteção social que viveu, experiência que não é isolada, mas que compõe as vivências daqueles que residiam e residem em territórios periféricos das cidades, com a ausência de proteção social, com poucos serviços de assistência social, saúde, educação, lazer; rugosidades que compõem os lugares e as condições de vida nos territórios pobres das cidades.

Em certo momento Flávia se recorda do serviço de assistência social para crianças e adolescentes da época: sem grande infraestrutura, porta aberta, sem muitas regras ou condicionalidades que permitia a participação de quem quisesse ou precisasse, lembra que o canto da capoeira foi o convite para a entrada, chamando ao encontro da convivência. A capoeira não por acaso chama a atenção da menina periférica que busca proteção e identidade, uma forma espontânea de encontro com sua ancestralidade: mistura de ritmo, arte marcial, esporte, cultura popular, dança e música criada no século XVII pelo povo escravizado da etnia banto, que se difundiu por todo o Brasil.

As relações de gênero cortam precisamente o caminhar e as experiências de Flávia, seja na visão moralista com que a família da mãe as enxergava, seja no trânsito para a sociabilidade familiar e comunitária de negação que marcam as memórias de suas vivências.

Então eu vivi todas essas situações que uma criança pobre está exposta, não tem política pública, não tem vínculos familiares e essa mulher é vista num lugar muito ruim, eu acho que eu consigo perceber isso hoje. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As memórias da trajetória de Flávia perpassam pelos percursos de sua escolarização na infância que é tracionada por medo, insegurança, uma vez que a menina percebe a rigidez do sistema escolar, a contradição entre aprender e não se sentir acolhida. A escola é lembrada como tragédia, seja pela violência na forma de ensinar, seja pela morte da professora que é atropelada na frente do colégio. E é também nesse percurso que percebe os traços do racismo no cotidiano, com os olhares, tratamento e diferenças por ser uma criança negra.

Ainda por cima toda a violência da escola, porque a minha trajetória escolar, eu tenho vários bloqueios dentro da sala de aula, eu não vou para o “prezinho” preparada para aprender. Eu vou e a professora é brava, tinha uma régua que ela gritava com os alunos, se você errasse tinha que ficar na frente de castigo e aquilo meio que me travou, eu ficava sempre no fundo, no canto. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A dificuldade para apreender a ler e a escrever é algo que traz emoção, embarga sua voz, os olhos marejam, pois a memória traz à tona a dor e o sofrimento de ter de apreender sozinha, como podia e não como deveria. Tendo de ser astuta desde pequena para lidar com as provocações, os olhares, com a jocosidade e relações de violência e opressão de gênero, étnico-raciais e classe.

O território do Capão Redondo onde morava é lugar de referência, “onde se constituiu”, no qual apreendeu os signos da rua, da luta pela moradia, da sociabilidade periférica, da solidariedade, das tensões das desigualdades, exclusões, do racismo cotidiano. Lugar e condições que movimentou a força para criar formas de respostas às necessidades, onde não existiam condições previamente estabelecidas para viver. As narrativas enredam o espaço territorial, as experiências sociais, a classe social como relação intrínseca de sua trajetória.

Tudo isso lá no Capão Redondo, Jardim Vaz de Lima chamava o bairro. Aí, o meu processo de escolarização eu não consigo aprender, não consigo desenvolver a questão da alfabetização e eu perco esse ano, eu repito a escola. Essa professora acaba morrendo, na hora de atravessar para ir para a escola ela acaba morrendo atropelada, então tem uma mudança de professor, mas a escola me assustava muito, eu tinha muito medo da escola, dos alunos que ficavam olhando para mim de uma forma diferente, sabe? Então eu sempre ficava num canto, sempre fui aquela aluna do canto, com medo de falar, muito, muito medo. Aí um dia eu estava brincando na casa da minha tia, e a minha prima percebendo que eu queria escrever alguma coisa e não estava conseguindo, eu até me emociono... [momento de grande emoção].

Essa letra do “a” para mim é bem significativa... [pausa]

E a minha prima percebendo, e ela pergunta tipo: “*o que foi, o que você está fazendo?*”. Minha prima era bem perversa comigo, era bem maldosa e eu não queria mostrar para ela que eu estava tentando escrever. Eu lembro que tinha aquelas cartilhas “Caminho Suave”, eu não conseguia escrever a letra “a”. Aí minha prima veio e falou assim... ela me desafiou... e tive que aprender. Como eu sabia que ela era muito maldosa e eu não podia mostrar as minhas fragilidades, aí eu aprendo a letra do “a” assim, pensava “poxa agora eu consigo escrever todo o alfabeto”. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A infância de Flávia é rememorada com passagens dolorosas; seu percurso escolar não teve um caminho suave como proposto pelas cartilhas escolares. Aprendeu a ler por insistência, sozinha, tentando se superar para não ser alvo de apontamentos ou marcações. A letra “a” é significativa, por ser a primeira do alfabeto e por ser um desafio superado.

O racismo como processo estrutural das relações sociais brasileiras aparece sendo reproduzido no ambiente escolar, impingindo exclusões, desigualdades, vivências de opressão e violência. A criança negra que é preterida, deixada de lado pelos colegas, apontada por seu cabelo, por seu tom de pele, nunca é chamada para as festas, danças e representações escolares. O racismo se mostra como pesada herança histórica que é produzida e reproduzida no íntimo das relações cotidianas. Conseguir passar pela escola, na metáfora de Flávia, “foi um parto”, um doloroso processo, mas que não a fez desistir dela. A estrutura escolar e racista da sociedade não conseguiu expulsá-la dos bancos escolares, embora tivesse inúmeros motivos para isso.

Quando eu entro de novo para a escola, na primeira série, eu tenho o processo de alfabetização, mas na segunda série eu acabo tendo uma professora com outro olhar, mais humana, mais acolhedora e eu

era a melhor aluna da sala, eu lembro até hoje... eu era a melhor aluna da sala, eu era colocada para ler.

Aí eu sentia as minhas capacidades que até o primeiro ano eu não conseguia, eu sentia que eu não ia aprender, que eu era uma criança sem condições, porque eu não tinha feito o “prezinho”. Então, para mim, essa sensação de não ter feito era muito forte, porque eu via a diferença das crianças que tinham ido... eu fui para a escola com uma defasagem.

Fora o sonho que eu tinha de usar aquele shortinho do uniforme, a camiseta branca [risos]. Então eu via aquelas crianças, eu falava: “também quero ir”... eu sempre gostei, eu queria aquela política, mas não tinha o acesso.

Aí no terceiro ano, fica difícil a relação na escola porque eu sofria muito, hoje eu sei que era o racismo, eu sofria muito racismo; os meninos sempre falando do meu cabelo: “nega do cabelo duro”... os meninos, nenhum queria se aproximar de mim, algumas meninas também, vivi toda a questão da violência racial na escola. Eu nunca era chamada para a festa junina para dançar; para ser “miss caipirinha” eu nunca era escolhida, um processo escolar muito duro, eu vejo que o meu processo escolar foi muito difícil, foi insuportável conseguir chegar ao ensino médio, foi “um parto” para mim, mas eu nunca desisti da escola, por incrível que pareça. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A experiência de escolarização de Flávia se mostra aguda e tem relação também com a mãe, que não é alfabetizada e apresenta dificuldade de orientar e supervisionar a filha na escola, não por escolha, mas falta de condições objetivas e espirituais. Como forma de resistir à barbárie da falta de acesso à política educacional, cria estratégias para monitorar e acompanhar a menina e, mesmo sem saber ler, verifica diariamente o caderno; conta também com a solidariedade dos vizinhos para “olharem” se a criança vai à escola enquanto está trabalhando.

Pode-se denotar que a escolarização para as camadas mais baixas da classe trabalhadora é um enorme desafio, pois perpassa por inúmeras e complexas mediações que partem desde o acesso em seu território à política educacional até as formas e os modos enrijecidos de ensino, por vezes violento, sendo atravessada pelo modo racista de pensar e agir da comunidade escolar que não se desvencilha da sociedade. Há também de registrar a falta de condições objetivas das famílias pobres em garantir a manutenção dos seus na escola.

Minha mãe não sabia nem ler nem escrever, então, qual era o método de ver se eu estava indo na escola: se tinha cabeçalho no caderno, se tinha... para ela... então eu aprendi. Então ela sabia se eu tinha ido ou não e, quando eu queria “cabular” aulas, eu fazia o cabeçalho e fingia que tinha ido para a escola. Então eu “cabulava” muita aula.

Aí, quando foi no terceiro ano, a escola foi ficando muito insuportável... na quinta série, isso foi ficando cada vez mais insuportável com mais bloqueios, porque os meninos colocavam o pé para eu cair, jogavam borracha, pegavam meu lápis, roubavam meu material e cada vez foi ficando mais insuportável.

Aí o que eu fazia: ficava na porta da escola, esperava o pessoal da manhã sair. Eu ia para a casa das meninas ficar com elas, eu procurava sempre um lugar de convivência, que era menos traumático. Então fui fazendo isso, fingia que ia para a escola, porque a minha mãe colocava os vizinhos para me fiscalizar. Minha mãe trabalhava longe num bairro nobre da zona sul que era em Moema, mas ela colocava os vizinhos para me fiscalizar.

Eu saía fingindo que ia para a escola e eu ia para a casa das meninas. E lá eu ficava com as meninas, ajudava a limpar a casa, ficava junto e não ia para a escola. Quando minha mãe descobriu que realmente eu não estava indo, ela teve uma reação importante, eu achei. Ela fez o quê? Me tirou da periferia e me trouxe para perto do trabalho dela, me colocou em uma escola perto do trabalho dela, lá em Moema. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020)

As experiências de Flávia se desdobram em um cotidiano marcado pelo difícil processo de escolarização na periferia e ao mesmo tempo que sua mãe tenta reverter a situação, desenha-se para a menina em seu novo percurso a diferença entre os espaços citadinos: de um lado, o lugar onde residia, a periferia habitada por uma camada da classe trabalhadora, e de outro, Moema, lugar nobre onde a mãe trabalhava em casa de família. Assim, suas experiências desde pequena vão sendo atravessadas e dialeticamente interseccionadas pelas relações de classe, de gênero e de etnia desde sua infância, marcando sua vida em constante relação com o território de vivência, como é possível observar em sua narrativa:

É quando eu fui para uma escola perto do trabalho da minha mãe e vejo a realidade, como ela trabalha duro. Quando eu fui estudar perto da minha mãe, essa escola era mais exigente, às vezes eu ficava o dia inteiro por lá. Ali havia também outro processo de exclusão, era uma escola onde tinha filhos de pessoas que eram empregadas das casas ricas, mas que estavam na condição de caseiras, moravam nas mansões. Então, os filhos dessas empregadas tinham ganhos quando os patrões viajavam para o Paraguai, traziam aquelas canetas coloridas de 4 cores, papel de carta cheiroso. O shopping [Morumbi] era perto e eu tinha uma única amiga que também era negra, era a única amiga que eu tinha.

Eu lembro que a gente ia até o shopping Morumbi a pé, saía da Joaquim Nabuco [escola] e ia até o shopping, chegava lá na frente do McDonald's e ficava olhando o sorvete, só olhando, porque a gente não tinha dinheiro para tomar um sorvete de casquinha e ficava sonhando que um dia a gente ia ter dinheiro para tomar um sorvete. Essa era a nossa grande fantasia, que um dia na vida a gente ia ter dinheiro para tomar um sorvete.

Por vezes eu ficava o dia inteiro na escola fazendo trabalho, às vezes a minha mãe via que eu ficava o dia todo, ela falava para mim ir almoçar na casa dos patrões dela e foi lá que eu percebi o quanto era cruel o tratamento que ela recebia como empregada. Então, os patrões comiam primeiro e o que sobrava os empregados comiam e nunca era junto, sempre tinha um canto que era dos empregados.

Aquele ambiente para mim era pesado, hostil... por vezes eu preferia ficar o dia inteiro na escola sem comer do que ver como minha mãe era tratada, de ver que existia essa diferença.

Mesmo não tendo feito o “prezinho”, eu fui muito observadora. Ali eu já tinha entendido duas coisas: era injusto toda a sobrecarga que a minha mãe tinha, ter que trabalhar, ter que pagar aluguel e eu não via outras pessoas contribuindo com ela. Ela sempre tendo que dar conta sozinha de tudo e na condição também de empregada doméstica.

Minha mãe ser empregada doméstica não é que me envergonhava, mas o que me feria era ver como os empregados eram tratados, ver uma piscina enorme e não poder usar, de ver o jardim imenso e não poder usar, e sempre eu entrava na casa e a minha mãe falava.... tinha de ser e ficar como estátua, não podia fazer nada. O quarto da filha da patroa tinha boneca e eu não tinha boneca. Aí a minha mãe falava “filha, só não pode pegar em nada”, porque não podia quebrar nada, não podia pegar nada, a comida era a que sobrava, porque senão ela ia ser rotulada de roubo e ia perder o emprego.

Por mais que ela não sabia nem ler e nem escrever, ela já sabia que eles eram perversos com a relação às empregadas. Isso para mim é muito marcante. Então, quando eu fui para essa escola e vi minha mãe trabalhando nessas condições, ali eu percebi que eu não queria ser empregada doméstica. Eu coloquei na minha cabeça que eu queria ser digna para tirar minha mãe daquelas condições. Nunca consegui fazer isso porque a minha mãe aposentou e hoje ela tem a renda dela, não precisou de mim financeiramente. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As narrativas e memórias da menina evidenciam inteligibilidade ao perceber as dinâmicas de exploração, desigualdades e contradições vivenciadas pela mãe como trabalhadora doméstica. Mesmo criança, conseguia verificar os processos estruturais de desigualdade e exploração que eram vivenciados em particular pela sua mãe, mas que também dizem respeito ao modo como o sistema produtivo do capital está organizado e assentado sob a exploração e desigualdades, no qual as camadas da classe trabalhadora sofrem com suas opressões materiais, culturais e também simbólicas, que percorrem a consciência, a existência e as formas de relação entre trabalhadores e patrões.

Ver a comida e não poder comer, ver a piscina e o jardim e não poder usufruir tecem na menina indignação sobre as espoliações sofridas pelos trabalhadores, que trabalham e não podem gozar da riqueza à qual servem. Há nessas passagens um fio condutor que entrecruza as experiências de Flávia e de sua mãe com a formação

e reprodução colonial da sociedade brasileira, que modula relações, processos e estruturas contraditórias, excludentes, segregarias e opressivas no seio das relações cotidianas entre as classes sociais.

Também se verifica que é por meio do contato com o território de outra classe que não a sua que Flávia percebe as contradições, o sofrimento da mãe como trabalhadora, vê o sorvete e não pode comprar, vê as bonecas e não pode brincar, deve se manter como uma estátua, imóvel. Neste sentido, as narrativas permitem verificar que as experiências de classe acontecem por meio da relação contraditória e antagônica dos interesses de trabalhadores e patrões, em que o espaço territorial também é componente ativo que perpassa pela produção e reprodução dessas relações.

Quando fui estudar em Moema, percebi mais como era o cotidiano de Moema, as pessoas que viviam lá, vi essa distinção, sabe? Porque, assim, quando eu saía da escola [no Capão Redondo], tinha um tio que vendia doce, então a gente vendia uma garrafa... tinha na época essa coisa da gente trocar a garrafa de vidro e você conseguir o doce. Era muito fácil conseguir comprar na periferia. Já em Moema eu não conseguia comer mais, o pão de queijo era para quem tinha renda, tomar um sorvete era para quem tinha dinheiro, a beleza, aquele mundo, daquele lugar... eu não podia acessar, aquilo era algo muito distante, então existia um sofrimento. É como aqueles filmes da Índia, sabe? Quando você vê que a criança que fica olhando as vitrines e não pode comprar, não pode adquirir nada. Eu vejo um pouco assim... aquele filme *Quem quer ser um milionário*⁹⁰. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As vivências de Flávia entre as modulações dos dois territórios da cidade de São Paulo evidenciam os diferentes modos de vida que perpassam o Jardim Vaz de Lima no distrito do Capão Redondo e Moema, o que confirma processos de segregação, exclusão e desigualdades que enrijecem a estrutura urbana de classes.

Moema apresenta o lado rico da cidade, os pontos “luminosos” compostos pelo capital e seus circuitos; o Capão Redondo é o lugar das camadas da classe trabalhadora onde as luminosidades são “opacas” (RIBEIRO, 2012), pois estão fora do câmbio financeiro da cidade e das luzes do capital, abrigam os pobres, os sem

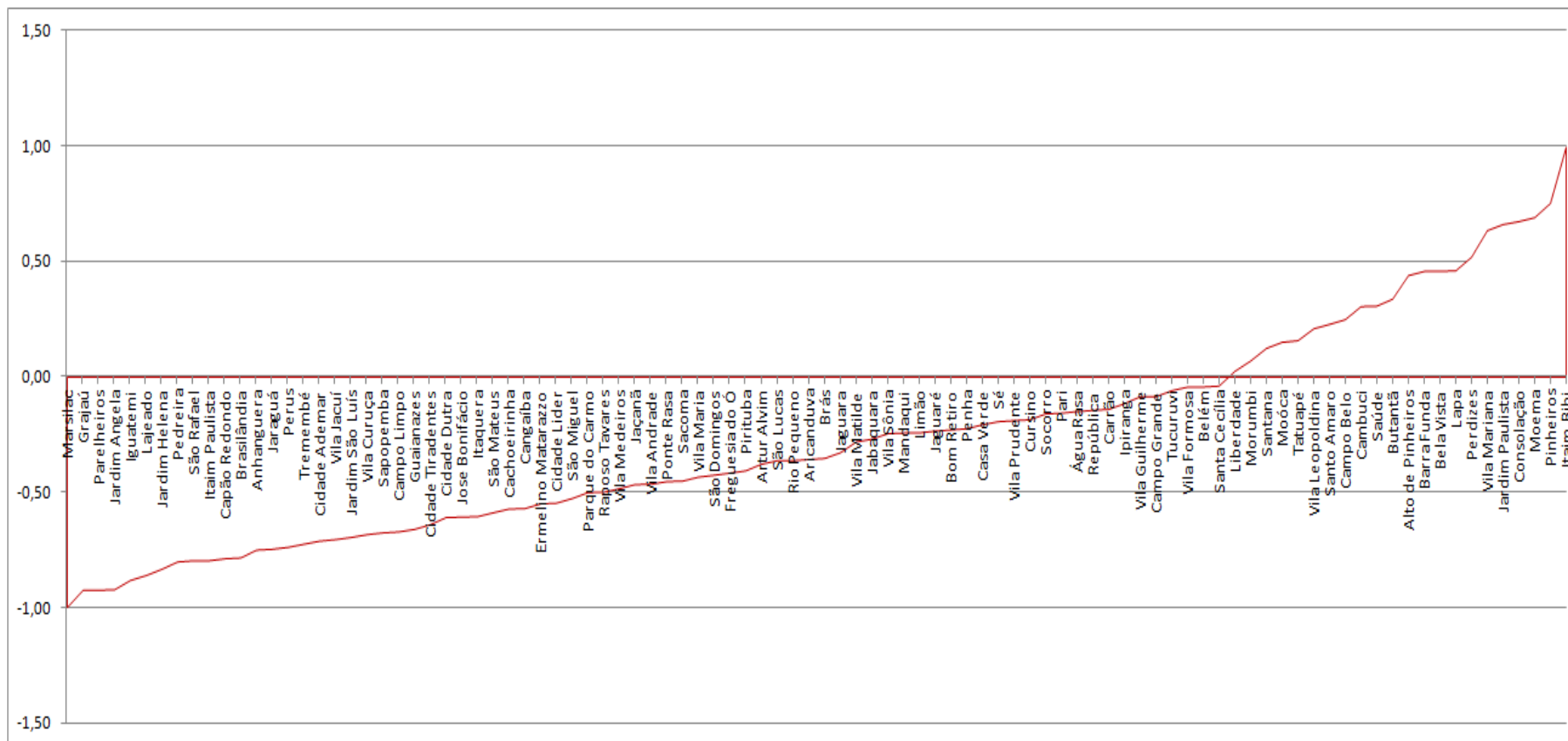
⁹⁰ Referência ao filme *Quem quer ser um milionário*, do diretor Danny Boyle e escrito por Simon Beaufoy, lançado em 2008. Filmado na Índia, conta a história de Jamal Malik Othman, um jovem das favelas de Juhu em Mumbai, que trabalha servindo chá em uma empresa de telemarketing; sua infância foi difícil, tendo que fugir da miséria e violência para conseguir chegar ao emprego atual. Um dia ele se inscreve no popular programa de TV Quem Quer Ser um Milionário?, excedendo as expectativas das pessoas e criando suspeitas por parte do apresentador e da polícia. Desacreditado, encontra em fatos de sua vida as respostas às perguntas feitas.

recursos, os subalternos que tecem diferentes processos sobrevivência, diferentes formas de acesso, exercitam a criatividade da necessidade que vai além do dinheiro em espécie, embora este seja também elemento essencial a vida.

Os territórios periféricos constroem um modo próprio “de se virar”, de sobreviver diante das faltas, dos imprevistos, das ausências. É a “sevirologia” (CLEITON FOFÃO, 2020) própria das camadas populares, que reinventam formas, estratégias de acesso para conseguir atender as suas necessidades. Essas tessituras revelam outras dobras do contexto de opressão e espoliação, mostram camadas de resistência e criatividade dadas pelas condições objetivas da vida.

Ainda há de se destacar que Flávia reconhece a face segregadora da cidade, as diferentes dinâmicas entre Moema e Capão Redondo; o primeiro distrito registra os melhores índices de inclusão social, econômica e política na coexistência com outros pedaços da cidade com condições precárias de vida. No Mapa da Inclusão e Exclusão Social (SPOSATI et al., 2017, p. 30), que traz um *ranking* dos distritos da cidade de São Paulo, Moema é o segundo com maior inclusão e proteção social, enquanto Capão Redondo, onde Flávia vivia em sua infância, é o quarto distrito mais excluído da metrópole, o que revela a persistência história de desigualdades na cidade.

Figura 20 – Histograma da distribuição dos distritos na escala de Inclusão e Exclusão, com base no Mapa da Inclusão e Exclusão III de 2017



Fonte: SPOSATI et al. (2017, p. 32).

Como parte das dobraduras da exclusão e das desigualdades sociais se somam às experiências de classe na metrópole a distância entre os territórios periféricos e os centros luminosos do capital, onde se concentram o trabalho e o estudo. A distância, o trânsito e a locomoção levam as camadas da classe trabalhadora a terem experiências, desde muito cedo, em “embarcações” de ônibus, trens e metrô para realizarem as travessias cotidianas para o acesso à cidade. Flávia, para ir à escola, perto do trabalho da mãe, enfrentava horas no ônibus e no engarrafamento diário para cruzar literalmente as pontes que dividem a cidade. Para os periféricos, é difícil chegar...

É difícil de chegar, né. A escola era muito exigente, eu tinha que chegar lá no horário, então para vir de lá do Capão Redondo para atravessar a João Dias [ponte] era um percurso muito longo. Às vezes eu tinha que sair do ônibus e andar a pé para passar o trânsito. Porque na época não tinha os corredores [de ônibus], a ponte João Dias foi construída somente depois, então era muito trânsito, era muito difícil chegar na escola, às vezes eu tinha que andar muito a pé e aquele desespero, aquela angústia porque tinha a caderneta a ser carimbada, eu tinha que ter o carimbo azul porque a minha mãe tinha que saber que eu tinha ido para a escola. Não era mais o cabeçalho. Então, esse controle que a escola tinha e eu devia cumprir isso.

Por um lado, foi muito bom porque me fez enxergar que existia um mundo do outro lado da ponte, porque eu vivi na periferia por muito tempo, não conhecia nada.

A diferença é que a periferia tinha muito forte a acolhida. Eu não ia para a escola porque eu não queria, por causa de toda aquela situação que eu passava de exclusão racista, mas tinha as meninas e eu ia comer na casa delas, eu ia comer sempre um doce.

Então, afetivamente até hoje... ali é tudo charmoso, manhoso... até hoje a periferia quando eu lembro, quando eu falo... eu falo de um lugar do afeto, apesar que tive que sair de lá. Então, a minha saída da quebrada é sempre para acessar outras coisas, escola, trabalho... eu acabo saindo dela não por escolha, mas por uma condição, de buscar tudo mais. É como se a cidade estivesse dividida mesmo, entendeu? (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Flávia revela a inteligibilidade do morador da periferia que reconhece as diferenças, sabe por condições objetivas e subjetivas que a cidade é dividida, segregadora, que há distintas formas, modos de vida e sociabilidade. Nos territórios periféricos da cidade, verificam-se a solidariedade, os laços mais próximos, a possibilidade de convivência, de ter “onde recorrer”, de ter “com quem contar”, lugar que permite acolhida, abrigo, comida, mesmo diante das contradições e violências sofridas.

Os territórios periféricos guardam a solidariedade, os fragmentos das heranças das comunidades indígenas originárias, dos povos de matriz africana, da classe trabalhadora que é colaborativa, que se reconhece e é empática com o outro, porque as pessoas vivem situações e condições de vida parecidas, os “perrengues” são os mesmos, se ajudar é parte concreto-vivencial para a existência e resistência.

A periferia é lembrada nas memórias e narrativas de Flávia com charme, espaço do afeto, das trocas, mesmo sabendo da difícil vida que levava. Lembra que os moradores dos territórios periféricos são forçados a sair de seus locais de moradia para dar conta da vida, para buscar trabalho, estudo e algum desenvolvimento de formação profissional. Portanto, não se constitui uma escolha sair da periferia, transitar por horas em ônibus, trens ou mesmo a pé, mas uma necessidade de sobrevivência de quem tem que literalmente “cruzar as pontes”.

Flávia passa a gozar de seu lugar de moradia e referência somente aos fins de semana, dado que segue estudando até o final do ensino médio e universitário em outros pedaços do eixo sul da cidade de São Paulo.

Depois que eu vou estudar lá [em Moema], eu não saio mais desse movimento. Eu curto a periferia no final de semana, vou para as festinhas, vou encontrar meus amigos, vou falar as minhas gírias e na semana tem essa rotina da escola e logo eu já fico adolescente e vou trabalhar.

O meu primeiro emprego ainda foi lá na periferia numa fábrica de óculos, que de pronto eu já fui assediada pelo chefe e fico pouco tempo por lá. Logo fui trabalhar em Moema nas imobiliárias, mas sempre sofrendo assédio sexual, sempre nessa condição de ser assediada até eu encontrar o pai da Stephany [filha].

Ah, na periferia também, teve um tempo, ainda quando eu era adolescente, eu só estudava em Moema e eu ficava em casa à tarde, aí eu encontro o CCA⁹⁸, no Jardim Comercial, que era no fundo de uma igreja e lá eles ofertavam curso de datilografia. Pelo curso de datilografia, eu vou trabalhar de datilógrafa numa empresa. Eu aprendo o curso de datilografia, porque na época era um “boom” datilografia... O CCA tinha a parte de convivência e tinha uma parte que era da igreja [católica] que eles davam cursos de secretariado, esses cursos aí. Eu fiz datilografia e consegui um emprego, por meio desse curso, para trabalhar com digitação. Depois já tinha o computador, aí aprendi a mexer em computador nesse mesmo emprego.

⁹⁸ Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da proteção social básica, ofertado pelo Suas. Na época a que Flávia se refere (década de 1980), esse serviço era designado Osem – o período antecede o marco legislativo da Política Nacional de Assistência Social, que é de 1993, e o Suas, de 2005. Mas cabe neste trabalho e por meio da metodologia de pesquisa da história oral, buscar a história em processos, relações e estruturas, que reverberam em “cacos” históricos, significados vividos pelos sujeitos e não somente à cronologia linear dos fatos.

É nesse período que eu conheço o pai da Stephany e logo já engravido. Não engravidei na adolescência, mas com 20 anos de idade. Aí saio de lá do Capão e vou morar em outro país.

Minha trajetória muda completamente quando eu tenho contato com o pai da minha filha, muda a questão das músicas, do acesso cultural, porque até então estava muito na época do pagode, eu saía para ir no samba que tinha na vila, ouvia o sertanejo, o Raça Negra⁹⁹. Quando eu conheço o pai da Stephany, ele tem um repertório musical muito grande e me apresenta Vinicius [de Moraes], me apresenta Chico [Buarque], vários artistas da MPB [Música Popular Brasileira] e era outro mundo, tipo aí aprendi também que existiam outras coisas na vida.

A gente se relaciona, é quando eu vou morar no Uruguai e fico 2 anos por lá. Mas no último ano eu fico muito angustiada querendo voltar para o Brasil, querendo voltar para a periferia. Já não aguentava mais morar lá, já estava muito ruim para mim. Aí eu volto para o Capão de novo e fico por um tempo, ele vem também, mas logo vamos para Curitiba no estado do Paraná. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Flávia enfrenta no final da adolescência o mundo do trabalho, primeiro em uma fábrica de óculos, onde é assediada sexualmente pelo seu chefe, e passa a enfrentar o assédio e as opressões de gênero como uma constante nos seus caminhos profissionais. Essa experiência de Flávia marca a particular inserção da mulher no mercado de trabalho, em especial da mulher negra, que enfrenta as relações patriarcais, sexuais e raciais da divisão do trabalho na sociedade capitalista. Faz um curso de datilografia em um serviço socioassistencial que a coloca em uma melhor posição, trabalhando como digitadora em uma imobiliária em Moema, mas os assédios e preconceito também atravessam as pontes da cidade.

Nessa coexistência e passagem da adolescência para a vida adulta, passa a viver o lado cultural da periferia indo a encontros de sambas, ouvia também ritmos como o pagode e o sertanejo, narrando os enredos de uma periferia diversa e culturalmente heterogênea. Soma-se a esses ritmos musicais que embalam quintais, barracos, ruas e salões, a explosão do rap como gênero que narra, reflete e centra a periferia no espaço cultural entre o final dos anos de 1980 e a década de 1990 (D'ANDREA, 2013); já nos anos 2000, o funk se configura como gênero musical que percorre os territórios e quebradas periféricas.

Ao conhecer e se relacionar com o pai de sua filha, vai residir no Uruguai, acompanhando os destinos de trabalho do companheiro; mas apresenta o desejo de

⁹⁹ Raça Negra é um grupo de samba e pagode formado na Vila Nhocuné na zona leste da cidade de São Paulo em 1983. É um dos grupos pioneiros do desenvolvimento da vertente romântica do gênero. Com um estilo de samba carregado de romantismo, influenciado também pelo pagode.

voltar à periferia do Capão Redondo, não suporta mais viver longe de sua quebrada, e quando volta se sente em casa, pois ali tem rede e laços comunitários que a ajudam com sua filha, confirmando os vínculos de solidariedade entre vizinhos, pares e comunidade nos territórios periféricos.

Ele [pai da filha] chegou a morar no Capão comigo. Para mim era tudo sensacional, para ele não. Ele era do Nordeste e ele queria ver o mar, ver um lugar bonito... Ele não achava aquele lugar bonito. Para mim era confortável, porque a Stephany tinha vida comunitária. Tinha as vizinhas da frente que quando a Stephany ficava doente levava para o posto de saúde, pegava remédio para mim. Então tinha... muito vínculo comunitário, principalmente onde morava com minha mãe. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Flávia aponta seu apreço e vínculo com a periferia do Capão Redondo. Mesmo tendo morado em outro país, voltar para seu território tem significativa importância, pois é o lugar onde se pode contar com os pares. Ao recordar esse pertencimento vivencial no Capão Redondo, lembra-se de sua chegada ao território, quando sua mãe e ela juntas ocupam uma casa vazia e inacabada de um programa habitacional.

Rememora os processos de resistência para forjar a moradia na cidade. As questões econômicas se exasperam no início dos anos de 1990, com o advento do neoliberalismo no país, que deteriora ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora. A forte instabilidade financeira, os aumentos dos preços a cada dia, a diminuição do poder de compra e dos salários marcam a vida da família de Flávia, que não tem suporte financeiro e não consegue mais pagar aluguel.

A gente estava na época do Collor. A inflação estava muito, muito alta. A gente já estava morando no Jardim Imbé, eu estava iniciando a adolescência. O primeiro bairro que a gente mora é o Jardim Imbé, perto do Vaz de Lima, aí depois, mesmo na zona sul, a gente vai morar no Jardim Comercial que é um outro bairro, ainda na zona sul, só que é mais próximo do Jardim Ângela.

Minha mãe era moradora em uma casa, nunca quis morar em favela, ela sempre falou que não ia morar na favela.

Onde a gente morava, de um lado era área pública, do outro era área particular. A gente morava numa casa de dois cômodos, quarto e cozinha. Aí minha mãe fica sem conseguir pagar os aluguéis. Eu lembro da minha mãe à noite sem dormir, acordada pensando como que ia pagar o aluguel; eu também ficava preocupada.

Aí chegou uma carta de despejo. O oficial de Justiça vai lá e leva uma carta de despejo. Nessa época o prefeito era Jânio Quadros, que tinha até aquela musiquinha “*varre, varre, vassourinha*”. Aí o Jânio Quadros estava fazendo umas casinhas no outro bairro que era na Cohab Adventista. Por que a Cohab Adventista? Porque era a

fábrica adventista, uma bem conhecida, que chamava Super Bom e eles tinham um terreno muito grande. Eu acho que aquele terreno nunca foi deles. Acho que eles ocuparam o terreno e a prefeitura retomou. Por isso que tem o nome Cohab Adventista.

Com o Jânio Quadros, ali vira a Cohab Adventista. Então tinha prédios, casas de mutirão, aí ficou esse pedaço de terra sobrando, aí o que o Jânio fez? Ele fez umas casinhas de placa. Era umas casinhas... Pré-moldadas e já tinha definido que o pessoal da Raposo Tavares [rodovia do eixo oeste da cidade] ia morar nessas casas.

Só que o pessoal da Raposo Tavares não queria ir, embora a prefeitura quisesse tirar eles de lá e trazer para a zona sul, sendo que são da zona oeste...

A minha prima estava passando e viu as casinhas. Aquelas casinhas que nunca terminavam de construir, feias que eram uma desgraça. A minha prima olhou e viu que tinha uma pessoa morando, um senhor negro com a família dele. Passou e perguntou: “você recebeu essa casinha?” Ele disse: “eu não, cheguei aqui hoje”.

Porque não era só minha mãe que estava nessa condição, meu primo que morava do lado e meu tio também estavam passando por uma situação difícil igual a nossa de não ter mais dinheiro para pagar aluguel.

Minha mãe sempre muito resistente em favela ou qualquer tipo de situação de moradias precárias, só que a gente não tinha mais o que fazer. Não tinha pago o aluguel, e a mulher já tinha acionado a Justiça, o papel para gente sair já tinha sido entregue, só faltava a polícia. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Flávia faz a análise que a situação econômica do país interferia diretamente na condição de vida de sua família e também de parentes próximos. A inflação era grande, havia o arrocho salarial, o neoliberalismo “aterrizou” de vez nos trópicos brasileiros e a população pobre foi a mais prejudicada. A situação econômica empurrou sua mãe ao desespero, não queria morar em favela, não queria morar de forma mais precarizada, mas não viu outra alternativa, pois a Justiça já cobrava a propriedade dos dois cômodos que havia alugado.

O medo de a polícia chegar, despejá-las e não terem para onde ir é marca das noites sem dormir, da preocupação com as contas e com o destino da família. A solução, mesmo que não ideal, não planejada, chega com a notícia, por meio de uma prima, que conta que ocuparam as casas do conjunto habitacional que a prefeitura está construindo, mas que nunca termina. Aludindo Robert Cabanes, Cibele Rizek e Vera Telles (2011), engendram-se “saídas de emergência”¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Em referência à coletânea de textos intitulada *Saídas de Emergência*, organizada por Robert Cabanes, Cibele Rizek e Vera Telles, publicado na coleção Estado de Sítio da Editora Boitempo em 2011.

A minha mãe pergunta para mim: “filha, você teria coragem de ir com a mãe?” E eu falei: “vamos, mãe”. E a gente mudou, acho que era novembro, uma chuva corria, colocamos tudo dentro do caminhão e fomos para essas casinhas. Chegando lá, a nossa casinha era de esquina e tinha um barranco de barro e a gente só conseguiu subir as coisas. A casa não tinha janela, não tinha banheiro, tinha um armário amarelo que o pessoal usava antigamente, parecia uma estante, que minha mãe colocou para cobrir a janela, a gente pegou colchão...

No dia seguinte eu fui para a escola cheia de coisa, com o cabelo branco... sabe igual almofada? Com espuma no cabelo, sem escovar os dentes, a gente não tinha banheiro e por muito tempo a gente ficou usando o banheiro fora, a gente jogava na rua, não tinha nem luz na casa... a porta não tinha trinco.

A sensação era de adrenalina, a mudança foi muito rápida. Parecia que a qualquer hora alguém ia chegar e expulsar a gente. O vizinho do lado veio, ajudou a gente a abrir, só colocamos os móveis lá dentro e ficamos bem quietinhas lá esperando o dia amanhecer.

E assim foi, um dia após o outro, mas esse movimento da ocupação para mim foi um dos acontecimentos mais marcantes da minha vida. Dali criamos um sentimento de organização, a gente foi se organizando a cada dia, porque se organizar é necessário.

Então, por exemplo, a minha mãe, a polícia levou ela depois de uns dias. A polícia veio e pegou a minha mãe. Aí no caminho minha mãe falou que ela não tinha onde morar, explicou a situação que estava passando e o policial até entendeu o lado dela, disse: “olha, desce aí e resiste”. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

O processo de mudança e ocupação da nova casa, mesmo sem trincos nas portas, sem janelas, sem banheiro, sem condições *a priori* de habitabilidade, é marcado por euforia, medo e por um ato de desobediência civil da mãe da Flávia e de outros moradores, que foram ocupando e constituindo o lugar.

A passagem é marcada pela coragem da ocupação, pela solidariedade do vizinho que ajudou, pelo temor da reintegração de posse, que se confirma quando sua mãe é levada pela polícia e no caminho tenta argumentar com os policiais e consegue ser liberada antes de chegar à delegacia. Houve solidariedade com a história contada pela mulher que não tinha para onde ir.

“Desce e resiste” foi o conselho do policial ao liberar a mãe de Flávia da apreensão; o conselho foi seguido mais por necessidade do que por obediência. A resistência na luta pelo direito de morar é intensa e presente nas trajetórias de vida que tecem e constroem os territórios periféricos, é a arma que o pobre tem para conseguir um lugar para existir, um chão para morar e um teto para se abrigar. Ocupar e resistir foi a única opção da família de Flávia e outras tantas diante da “espoliação urbana” (KOWARICK, 1993) vivida, experimentada concreta e simbolicamente. E o território fervia e se formava da noite para o dia.

Os dias de uma família que está em ocupação ficam muito intensos. Depois de 3 dias eram 64 moradias ocupadas e não tinha muros. Eu lembro de ir pulando de uma casa para outra, era uma sensação muito gostosa. No final da noite, todo mundo se reunia, acendia uma fogueira e todo mundo se sentava para pensar naquela ocupação. Na época todo bairro tinha uma associação de moradores. Aí essa associação de moradores veio para dar suporte para gente. Quem tinha sua casa construída de forma legalizada, que tinha passado pelo processo de moradia, veio para dar suporte para gente. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020)

O traço comum da precariedade e falta de moradia, a necessidade econômica que levou à ocupação das casas, o temor da reintegração de posse e a resistência constituem as experiências comuns dos moradores daquele lugar. O território nasce a partir das trocas dos sujeitos sociais, de suas relações e condições de vida, na partilha do lugar, fazendo-se resistência; fazendo-se moradores do lugar, vão tecendo suas experiências de classe, formas de enfrentamento, assumindo interesses comuns em oposição a outros.

Travam na ocupação a resistência, uma camada da classe trabalhadora se coloca em cena na periferia da cidade e se agremiam em reuniões em volta de fogueiras, solidarizam-se, tornam-se fortes e resistem, e de lá não saem. O território em construção a partir das experiências e práticas sociais “não tinha muros”, o que facilitava a convivência, as trocas e certa consciência sobre as condições em que todos viviam.

É possível considerar que a experiência de classe se constitui no território e por meio do território, na luta por ter onde morar, por ter onde viver; reivindica-se um pedaço da cidade, mesmo que longe dos centros de poder, mesmo que distante do acesso aos bens públicos. A necessidade planta um novo lugar, e as experiências de classe germinam no e com o território.

[...] Teve todo um movimento, veio vereadores, veio o pessoal da associação de moradores que foi lá no outro bairro, na zona oeste, no Butantã, conversar com eles para ver se eles queriam vir para essas casinhas e para nossa sorte eles não queriam vir. Então qual era o combinado? Vocês resistem aqui e a gente resiste lá. Porque só poderia ter uma força para tirar a gente dali... Qual era o argumento da prefeitura? Que aquelas casas já tinham donos e a gente estava tirando o lugar do outro.

Com essa ocupação, ocupam-se também os outros prédios que estão sendo construídos perto, então tem uma longa ocupação. Tem ocupação onde a gente morou e tem ocupação próximo de novo. A minha irmã ocupou um apartamento, só que depois ela é retirada, aí

eles deram 5 mil [reais] e mais a cesta básica, e aí ela comprou uma casinha na favela.

A gente fica resistente à regularização. Aí começa a batalha judicial. Então eles resistiram bastante para não vir para cá e aí qual era a cobrança desses moradores da zona oeste, que hoje é a Raposo Tavares, que eles queriam morar no lugar deles, eles queriam construir na região deles, eles não queriam sair de lá.

Mas não foi nada planejado, a gente não participou de uma reunião antes de ocupar, foi tudo na sorte mesmo. A gente poderia ter saído de lá com o Choque¹⁰¹, com tudo. O que aconteceu é que rapidamente, tanto o pessoal de lá quanto daqui, foi se organizando, criando força, foi se alinhando com outros pares na própria região e fomos ficando e ficando. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020)

As narrativas mostram que o fazer-se comum, de resistência, os traços das experiências de classe não se constituem de modo previamente organizado, mas se edificam no fluxo de interesses, das situações concretas da vida, pelas condições materiais, pelo ritmo das pressões cotidianas, pelas necessidades dos sujeitos. Portanto, as experiências de classe revelam mediações do fazer-se, do organizar-se, do ocupar, de afiançar forças para resistir à barbárie da fome e da falta de moradia. É o fazer processual de constituição de sentidos, de agrupamento de interesses, de formas de organizar a vida para dar conta das contradições às quais são submetidos.

A experiência organizativa não passa de imediato pela institucionalidade, mas por um movimento de pressão das condições, de compreensão crítica sobre as precariedades da vida, sobre suas condições desiguais. A força da resistência também divide espaço com medo e insegurança, seja da polícia ou do crime, pois a polícia representa o Estado com a reintegração e o crime, pelas mortes “matadas” e pelos tiros na madrugada, que também margeiam as periferias, como lugar das coexistências do diverso compartilhado.

Todo mundo falava que a gente ia acabar saindo e eu lembro muito da sensação de insegurança, muito ruim e ao mesmo tempo do medo, porque naquela época tinha muito problema com crimes, as pessoas morriam muito. Onde eu morava era perto do Jardim

¹⁰¹ Refere-se ao Batalhão de Polícia de Choque, que tem como principal atribuição agir em ações de controle, contenção de conflitos civis e contraguerrilha urbana em todo o território do estado de São Paulo; supletivamente seu efetivo é empregado em ações de policiamento preventivo em praças desportivas e eventos artístico-culturais, na capital paulista. O contingente do Choque é conhecido pela ação fortemente armada e repressiva em manifestações públicas. Ficou nacionalmente conhecido com a intervenção policial realizada na extinta Casa de Detenção de São Paulo em 1991, quando 111 presos foram mortos. Esse episódio ficou conhecido como “Massacre do Carandiru” e foi condenado judicialmente dentro e fora do país como crime e atentado aos direitos humanos.

Ângela, a minha casa era de esquina, e as casas eram todas pré-moldadas, então sempre tinha a sensação de que a gente ia levar um tiro, porque, como a gente chegou à noite e não deu tempo de conhecer as casinhas, a gente pegou a primeira casa que a gente viu, primeira casa da esquina. Então, a nossa casa ficou bem na avenida principal.

Eu sentia muito medo do estilhaço do revólver. Era muito comum naquela época você acordar e ter um corpo na frente da sua casa, porque à noite tinha tiroteio, tanto que tinha horário que a gente já tinha que estar em casa, porque não sabia o que ia acontecer durante a madrugada.

[...] Tinha noite que não conseguia dormir, então tinha o medo, tinha o frio. O medo *da* gente ter que sair de lá e não ter onde morar, porque quando a gente ocupa aquele lugar a gente começa a ter a sensação de que aquilo é nosso, mesmo não tendo nenhum papel, a gente não queria mais sair dali. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

O sentido de identidade e pertença territorial é um processo sócio-histórico que se realiza na trama do cotidiano, na confluência com as camadas do tempo, com as partilhas de processos, relações, de trações comuns da vida. É esse aspecto de pertença, que vai além da esfera normativa e legal, que se compõe de outras gramáticas. Mesmo sem o papel da posse, sem a letra do título da casa, o sentido de pertencimento faz com que moradores das periferias não queiram sair de seus espaços, pois são territórios saturados de vida, história, lutas, resistências, camadas de suor, medo, insegurança, mas também de realização, confluência, sociabilidade e força.

Os moradores do lado oeste da cidade da região da Rodovia Raposo Tavares não querem ir para o Capão Redondo, assim como os que residem na zona sul não desejam sair de suas casas, mesmo que ocupadas e precárias. Há uma trama relacional que une as pessoas e os seus espaços territoriais, que é forte e intensamente constituída de heranças valorativas, de redes de sociabilidade, vínculos comunitários que se definem em práticas e experiências sociais.

A gente não queria mais sair, a gente quis lutar por aquilo. Vários “perrengues” a gente passou nessa casa. Mas eu desenvolvi um afeto muito grande por aquela casa. Todo final de ano, eu pegava água, ia no material [loja] de construção, comprava cal, pintava. Tinha uma estrutura de ferro, e as placas iam se encaixando, aí eu pegava tinta a óleo e pintava. Fazia faxina e eu sonhava que aquela casa ia ficar linda. Só que a minha mãe não queria muito investir lá, eu sentia que a minha mãe ficava desanimada, que não ia conseguir, e a gente morando naquela casa pequena, era só uma salinha e uma cozinha bem pequenininha. Depois a minha mãe rebocou, nunca substituímos a casa por bloco. Meu sonho era aquela casa fosse de

bloco, porque para mim a casa era de pape, porque era muito frágil aquelas placas. Mas não era. A gente ficou morando muitos anos lá. Eu tenho afetivamente uma relação muito forte com aquele lugar, eu acho que mais do que em qualquer outro lugar. Pular entre as casas, as festas juninas que a gente fazia, dos vizinhos que a gente teve amizade. A Stephany veio do Uruguai bebezinha morou nessa casa também, brincava na rua. Acho que a Stephany só teve vida comunitária naquele bairro.

Ah, detalhe: todos os irmãos da minha mãe que não tinham casas, todos foram morar lá, um foi falando para o outro. Aí a gente ficava na rua, jogava bola, ouvia Legião¹⁰², e tinha muito dessas coisas de ficar jogando bola na rua, vôlei, colocava rede, a gente pediu para a prefeitura fechar a rua no domingo para virar uma rua de lazer.

E tinha uma disputa com o pessoal dos predinhos, porque o pessoal dos predinhos era aquele que recebeu a casa pelo cadastro certinho e nós éramos “os invasores”, mas a gente também se relacionava com eles e eles com a gente, mas a gente sempre tinha a sensação de que quem morava em apartamento tinha uma condição melhor de vida do que a gente que morava nas casinhas ocupadas.

Então a gente conhecia os meninos, o Mano Brown¹⁰³ morava a três ruas da minha casa e passava com aquele carro preto, só que a gente olhava para o Mano Brown com um olhar ruim, tipo: era o metido do bairro. E existia sempre uns boatos. Só que o Mano Brown tinha uma regra: se os meninos usassem droga, ele não aceitava no grupo. Então, os meninos do samba muitos deles eram expulsos do grupo do Mano Brown, aí tinha essa reação de antipatia com o Mano Brown. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A periferia como espaço do diverso, das coexistências e da heterogeneidade aparece nas vivências de Flávia. O vínculo e o afeto pelo lugar, as memórias das brincadeiras na rua, os momentos festivos da comunidade, as rivalidades entre o pessoal dos prédios da Cohab e os moradores das casas ocupadas traçam um mosaico relacional que constitui os territórios periféricos, sendo espaço geográfico, social e político cheio de tensões, com forte traço relacional.

As músicas, o espaço público da rua e as figuras reconhecidas se imbricam na constituição de territorialidades espaciais, na construção de identidades, de significações e sentidos sobre o lugar. Arquitetando o espaço como identidade coletiva enredado no traço de experiências comuns, partilháveis, entre famílias, grupos, vizinhos e demais moradores, a periferia se constitui de modo relacional como território de camadas da classe trabalhadora.

¹⁰² Refere-se à banda de rock Legião Urbana, fundada em 1982 na cidade de Brasília, no Distrito Federal, liderada por Renato Russo e Marcelo Bonfá. O grupo, que também contou com Dado Villa-Lobos e Renato Rocha em sua formação, emplacou sucessos nacionais que traziam forte teor de crítica social.

¹⁰³ Mano Brown é o paulista Pedro Paulo Soares Pereira. Rapper e compositor, é um dos integrantes dos Racionais MC's, grupo de rap formado na capital paulista em 1988, integrado por Ice Blue (Paulo Eduardo Salvador), Edi Rock (Edivaldo Pereira Alves) e KL Jay (Kleber Geraldo Lelis Simões).

Lugar composto de territorialidades se constrói no nexo de relações, na articulação de clivagens, gramaturas e diferentes formas e modos de vida. Feixe das condições comuns, nos significados atribuídos ao espaço territorial como um espaço de pertença saturado de subjetividades e materialidades.

De todos os lugares que eu morei, aquele foi o lugar mais importante para mim... Eu até me emociono [momento de grande emoção]. Acho que foi o lugar de menor dor, de mais possibilidades. Acho que quando a gente tem a casinha da gente, também se come melhor, não tem mais aquela preocupação, tipo: nossa, a gente está devendo aluguel, sabe? [...] Aquilo fez com que a gente tivesse um pouco mais de dignidade, aquela casa... mesmo sendo nessas condições de ocupação. A gente morava na avenida onde existia um terreno baldio, o vizinho do lado começou a cuidar, não deixava ninguém jogar lixo na rua, tinha um muro que a gente ficava fiscalizando.

A Stephany viveu muito aquele espaço, então para mim é uma sensação de comunidade. Eu tive que mudar, eu tive que estudar, fazer concurso público, o que me obrigou a fazer isso [mudar de lá]. Mas, assim, eu sinto esse sentimento de comunidade, da troca, da convivência, de dividir “perrengue”, de ser um ambiente muito afetivo e de muita alegria.

Esse lugar foi um dos lugares que eu fui mais feliz na minha vida, eu nunca estava sozinha. Eu passo a minha infância inteira muito solitária e lá eu não me sinto sozinha. O quanto era mágico aquelas fogueiras, o quanto era mágico ver as pessoas conversando, ver as pessoas dizendo que iam ficar ali, aquele sonho de querer ter seu canto. Para mim o sentido da casa é isso... quando eu trago os meus amigos, quando eu divido esse espaço, acho que eu tento resgatar esse sentimento que foi tão importante. Ele me transforma enquanto gente, encontro cidadania. Acho que ele me faz, não só isso, mas ele consegue me colocar no lugar da periferia de muito privilégio de olhar a periferia de outra forma. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020, grifos nossos).

As territorialidades periféricas revestem de sentido o lugar, e as sociabilidades da classe trabalhadora se entretecem no pertencimento, no convívio, nas relações próximas nas horas difíceis, nos “perrengues” das circunstâncias vivenciais. Flávia em sua narrativa mostra as diversas mediações que se passam nas periferias, evidencia a pertença e conquista, as lutas e solidariedade, os processos vividos na peleja cotidiana dos que sobrevivem de sua força trabalho. Revela que é difícil existir sem um lugar para morar, sem uma casa e um chão de relações e vínculos.

A história da ocupação mostra que todos lutaram ao seu modo, construíram o lugar onde não havia relações, forjaram, inventaram edificaram concreta e subjetivamente o lugar. Fizeram da ocupação um território usado, um espaço socialmente “rasgado” para se viver, um lugar forjado.

Você é expulso e acaba tendo que construir seu lugar. Acho que essa minha trajetória é muito forte lá, e depois quando eu saio desse território, da zona sul, do Capão Redondo, da região da Cohab Adventista, acho que eu me vejo extremamente sem raiz. Acho que, mesmo que eu morasse no melhor bairro de São Paulo, eu me sentiria sem raiz. Eu nunca mais tive a sensação de que eu tive lá, que eu construí lá, o que foi para mim lá. Hoje eu compreendo que nada vai substituir, isso faz parte da minha história, minha trajetória. A vida que eu tenho hoje, eu moro aqui, mas eu tenho uma relação com essa casa e estou construindo, uma relação com esse bairro em construção ainda, mas é uma relação muito diferente do que a que eu tive lá. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

3.1 A formação universitária, a saída do Capão e o encontro com outras periferias

Flávia se casa, tem uma filha, vai morar em outro país com o companheiro, volta à periferia do Capão Redondo, sente-se em casa, mas novamente tem que acompanhar o marido em outra mudança de cidade. Passa a morar em Curitiba, onde faz um cursinho pré-vestibular visando realizar um curso superior, mas seu companheiro não comunga desse projeto. Enfrentando as dobraduras da sociedade patriarcal, decide se separar para seguir seus planos de estudar e formar-se advogada.

Sabe concretamente das contradições inerentes à sociedade brasileira, pois a “vive na pele”. Para ela, trabalho sempre foi difícil de conseguir, pois não se enquadrava nos “perfis” e exigências das empresas, hoje consegue reconhecer que o designado “perfil” tem relação direta com as questões de gênero, étnico-raciais e de classe. É mulher, negra e periférica e sempre foi preterida nas vagas e seleções.

Com certo custo, consegue um emprego como vendedora de sapatos no shopping Eldorado. Volta a residir com a mãe, rompendo com o destino pré-desenhado para as meninas pobres da periferia de ser babá, doméstica em casa de família. E de uma coisa Flávia tinha certeza: não queria ser empregada doméstica, havia a marca das experiências de classe vivenciadas por sua mãe. Embora estudar não fosse o projeto das mulheres de sua família, Flávia rompe com essa narrativa, pois precisa forjar seu lugar no mundo; precisa ter uma formação que garantisse melhor condição para ela e para sua filha.

Eu, trabalhando de datilógrafa, sem nenhuma expectativa na vida, morando no Capão e trabalhando. Trabalhava naqueles bairros tipo Moema, trânsito para ir, trânsito para voltar, então aquela situação era muito difícil. Minha mãe entrou num processo de adoecimento mental. Muito difícil mesmo, neste período eu conheço o pai da Stephany e acabo engravidando. Aí nesse percurso eu paro de estudar e há sempre o projeto de voltar a estudar e acabava nunca voltando, porque toda hora eu estava num canto diferente.

Quando eu me separo, eu volto de novo para lá, para o Capão Redondo; fico na casa da minha mãe, começo tudo do zero. Vou trabalhar de vendedora de shopping. Eu já tinha posto na minha cabeça que eu ia fazer faculdade. Mas a mensalidade não era barata, mas eu não queria saber, pensava: é tudo ou nada dessa vez...

Porque qual é o projeto da menina da periferia? Arrumar um casamento. Eu já tinha arrumado e não tinha dado certo. O que eu ia fazer da minha vida agora com uma filha? Arrumar outro casamento? Arrumar outro filho? Nesse momento, eu tive que ter muita coragem, porque, na minha família toda, a minha mãe, minhas primas, [para] todas as pessoas com quem eu convivi a faculdade não estava no projeto de nenhuma de nós. No máximo, o que estava dado era: vai fazer o ensino médio e trabalhar de recepcionista. Era isso aí ou ser babá ou trabalhar de empregada doméstica. Minha mãe nunca me orientou a estudar, nunca me direcionou, porque é uma mulher que não sabe nem ler e nem escrever, mas eu nunca vou esquecer que ela falou uma coisa muito importante. Ela disse: *“você não vai lavar calcinha de menstruação de ninguém”*.

Parece uma coisa boba, mas interrompe todo um ciclo de não estudar, porque eu sabia que eu não ia ser empregada doméstica, só isso que eu sabia, eu não queria ser doméstica. Eu entendi que, para eu disputar qualquer processo, para ter um nome, sobrenome, para as pessoas me considerarem como profissional, eu tinha que estudar, porque caso contrário eu sempre ia ficar nesse lugar subalterno. Emprego sempre foi difícil para mim, sempre foi muito difícil, sempre falando que eu não tinha perfil, aquelas coisas que o negro sofre.

Eu fui para a Unisa¹⁰⁴. Eu queria ter feito a faculdade de Direito, então acho que, juntando todas as peças, minha mãe empregada doméstica, toda a situação da moradia, eu me via sendo advogada. E eu falava: *“também acho que eu tenho que ser advogada”*.

Quando eu vou fazer vestibular e vi o preço, R\$ 550,00 era a mensalidade do curso de Direito e R\$ 337,00 o de Serviço Social. Na hora eu pensei, eu nem sei se vou ter dinheiro para pagar, eu nem sei se vou conseguir pagar por 4 anos.

Aí eu olho o Serviço Social, não poderia fazer Direito, por ser um curso mais caro. Então decidi que faria um curso de Serviço Social, porque as matérias tinham um pouco dessa coisa que eu gostava e me chamava a atenção, como história, filosofia, sociologia.

Entre no Serviço Social. Eu não sabia o que fazia uma assistente social, não sabia o que era, nada. Primeiro ano foi muito difícil, tive muita dificuldade para fazer fichamento, porque eu não tive um ensino na escola me fizesse pensar. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

¹⁰⁴ Universidade de Santo Amaro (Unisa), localizada na região sul da cidade de São Paulo.

As vivências para conquistar a formação superior são traçadas na precariedade de um trabalhador estudante, sem tempo para estudar, sem dinheiro para pagar os estudos, livros, transporte e até para comer. Trata-se da experiência de classe que atravessa as aprendizagens e historicamente separa e expulsa os trabalhadores dos bancos universitários; mas era preciso enfrentar o projeto de formação superior que tinha traçado para si, era preciso coragem.

É nesse enfrentamento de um lugar que historicamente é negado aos trabalhadores, aos negros, aos pobres, aos periféricos que Flávia, buscando outras narrativas, entra na universidade, contando com seu esforço, com a sorte de encontrar solidariedade pelo caminho. Assim, a periferia não pede passagem, entra sem bater e passa a ocupar as cadeiras universitárias e vagorosamente participa dos debates, encontra reflexões, instrumentaliza-se, estuda. A territorialidade periférica chega à universidade causando constrangimento, descompassada.

Teve momento que eu não tinha dinheiro para pagar a condução e tinha uma colega de faculdade que trabalhava em RH e eu fui lá, e ela me deu um monte de passe para eu estudar o ano inteiro praticamente.

A faculdade era muito difícil para mim, mas eu resistia, não faltava em nenhuma aula. Eu não conseguia estudar muito, eu estava lá para escutar os debates; com o tempo, eu consegui alcançar, participar, era muito participativa, eu absorvi muito esse processo da vivência da sala de aula.

Lembro que tinha que correr para chegar na biblioteca e pegar um livro para ler, para estudar, porque não tinha dinheiro para comprar livro, tinha que usar o que tinha na biblioteca.

Eu tentava bolsa [de estudos] todo ano, mas os que conseguiam eram os adventistas, nunca eram os alunos de fora que não tinham nenhum vínculo com a igreja, e muitos do que conseguiam nem precisavam.

A faculdade repete a mesma história do McDonald's que vivi na infância, existia uma lanchonete maravilhosa, mas e o dinheiro para comer naquela lanchonete? Eu não tinha... chegava e sentia o cheiro, ia atrás, tinha o tiozinho do "dog" do lado de fora e pagava com o passe escolar que era R\$ 0,50 na época, trocava por um cachorro-quente, aquilo era meu almoço e minha janta. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

O processo de graduação se movimenta com uma série de barreiras, desigualdades e distâncias, entre elas se destaca a distância física entre os locais de trabalho, estudo e moradia percorridos por Flávia. Como a maioria dos trabalhadores que residem nas periferias da cidade, que enfrentam horas no

transporte público sempre lotado entre o trânsito da vida e da cidade. O cansaço é parte da rotina de trabalho, estudo e de seu papel como mãe que agora cuidava sozinha de sua filha.

Literal e metaforicamente, no período de graduação, Flávia “batia a cabeça” para estudar, para dar conta da vida, para cochilar entre um deslocamento e outro. É nítido que enfrentava desiguais condições de acesso, seu “corre” era sempre maior, dadas as desiguais condições iminentes das estruturas sociais; como mulher negra e periférica, precisa sempre se virar para estar no trabalho ou na universidade. Por necessidade e esperteza, criava estratégias para responder à realidade e exigência dos estudos: realiza leituras nos ônibus, mas também no estoque da loja de sapatos em que trabalhava, estudava entre uma venda e outra.

As narrativas da trajetória de Flávia revelam a criticidade que sempre foi dela, que pertencia à sua forma de viver, experimentar e compreender as coisas, mas que fora se apurando com os estudos universitários. Ao trabalhar de domingo a domingo como vendedora, sentia-se injustiçada, pois compreendia as desiguais e antagônicas condições de classe, vendia sapatos e interpretava a complexa relação de desigualdades, exploração, falta de oportunidades à qual era submetida. A vida não era tão confortável como os sapatos que vendia.

E foi esse processo por 4 anos, aí quando chegou no último ano é que foi mais decisivo, porque na época do estágio eu tive que abrir mão do trabalho no shopping que pagava mais, aquele trabalho no shopping para mim foi ficando angustiante, porque tinha a galera que estuda na USP [Universidade de São Paulo] e que ia comprar sapato lá na loja onde eu trabalhava, as meninas brancas, tudo classe média alta, rindo e comprando uma série de sapatos e aquilo me dava uma revolta muito grande. Eu pensava assim: *“eu é que era para estar naquela universidade e olha aqui... eu tenho que ficar trabalhando e vendendo sapato com tendinite na perna”*.

Eu ia para a faculdade com a cabeça batendo no ônibus, eu trabalhava no shopping Eldorado e ia até a zona sul em Santo Amaro estudar, eram quase 2 horas de ônibus, não tinha metrô, e eu ia dormindo, às vezes lendo, mas sempre batendo a cabeça. Às vezes para estudar eu colocava o livro dentro do estoque, decorava a posição de todos os sapatos para ganhar tempo, decorava também os códigos, quando um cliente pedia um sapato eu já sabia onde estava e enquanto isso eu estudava um pouquinho. Calculava quanto tempo era tolerante para esse cliente me esperar, assim eu dava uma lida nos textos, pegava as caixas e descia e falava: *“espera só um minutinho que vou pegar outro sapato que você vai adorar”*, eu subia e estudava. Eu deixava os textos no estoque, ia estudando como podia.

Outra questão dessa época era a seguinte: se você tirava a hora de almoço, perdia vendas e sem comissão não tinha dinheiro para pagar a faculdade, nessa época eu já tinha a Stephany para cuidar, já era mãe, eu já estava num outro contexto, então o processo na faculdade foi muito penoso. Ao mesmo tempo, foi onde eu fui também me conectando com a minha realidade e vendo que aquilo não tinha um culpado, não era a minha mãe. Não tinha um rosto, era mesmo uma condição de desigualdade social. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Neste processo analisa as suas condições, modos de vida e esforços, construindo a compreensão de que não havia alguém culpado pelo processo desigual, excludente e de segregação que vivia, mas que sua condição de vida compunha a face do sistema capitalista de produzir e reproduzir riquezas, ideias e a dinâmica da vida.

Eu tenho que abrir mão dessa loja do shopping eu já estava em época de estágio. Meu primeiro estágio foi na Prefeitura de São Paulo, lembro até hoje que eu recebia uma bolsa de R\$ 300,00 sem nenhuma outra ajuda, não tinha direito a vale-transporte, não tinha direito a nada. Aí, como sobreviver com R\$ 300,00, se a faculdade já estava no valor de R\$ 500,00? Então eu nunca mantinha a faculdade em dia. Minha vida era assim: o dinheiro que recebi da loja [por rescisão de contrato], eu deixei de reserva para pagar a faculdade, mas depois o dinheiro acabou e eu só pagava a matrícula. Ia me arrastando, me arrastando no último ano, se não pagasse a matrícula, eu não conseguia ter aula.

O dinheiro que eu recebia da bolsa dava só para comprar os passes e comer, não tinha mais como sobreviver àquela realidade. Houve um momento que quase estava voltando para trabalhar no shopping, nesse momento eu senti mesmo que talvez teria que trancar a faculdade, porque era exigência do curso de Serviço Social era de realizar as horas de estágio, e como eu iria fazer estágio se eu precisava trabalhar?

Fique indecisa, porque eu tinha arrumado um emprego em uma loja de *lingerie* e tinha conseguido entrar em outro estágio que pagava um pouco a mais. Minha mãe falou assim: *“filha, não é seu sonho seguir com essa profissão? Então vai tentar esse estágio”*. Mas eu tinha muito forte para mim que eu tinha que terminar esse curso e que eu iria conseguir.

Eu fui estagiar em Itapeverica da Serra [cidade da região metropolitana de São Paulo], achei uma experiência riquíssima, porque lá eu trabalhei com habitação, trabalhei também com remanejamento de uma área de ocupação, acho que eu fui vendo também o movimento de habitação, mas já de outro lugar, agora eu já estava como estagiária, vendo como se organiza, olhando de uma forma mais analítica, mais política. Então para mim fez muito sentido ter ficado na habitação, aprendi muito. Era um trabalho técnico, na época o Lula já era presidente, se iniciava um outro contexto. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A trabalhadora estudante, por sua condição de classe, vivendo com pouco ou quase nenhum dinheiro, experimenta a dúvida de interromper a faculdade e ter de voltar a trabalhar como vendedora de shopping. Mas Flávia segue para um novo estágio em outra cidade e passa a trabalhar como estagiária na área da habitação, colocando-se de frente com o trabalho social em área de ocupação, situação que conhecia pela sua experiência de vida, mas agora pode contribuir de outra maneira, em outro nível, passou a conhecer o outro lado da dobra – o trabalho técnico e político na área de habitação. É nesse contexto, no início dos anos 2000, que Luís Inácio Lula da Silva, do Partido do Trabalhadores, é eleito Presidente da República. Para Flávia, como para os demais trabalhadores do país, parece haver o início de um novo contexto, de uma nova possibilidade histórica.

Acho que a faculdade acaba realmente fazendo toda essa mudança que eu tenho intelectual, dessa nova fase. [...] Então, o que acontece, depois que eu termino a faculdade, a maneira que eu falo hoje não é mais a mesma, você vai adquirindo outros tipos de linguagem, outras formas, né.

O concurso para a Prefeitura de São Paulo [em 2008] me coloca em outro lugar, não tem como escolher voltar mais para lá [Capão Redondo]. Aí quando eu vejo que não tem mais condição de eu voltar mais para o Capão, eu falo: *“não, agora eu tenho que me construir em outro lugar”*, aí eu vou tentar escolher um lugar para morar, mas lá no Capão, na ocupação onde eu me constituo. Me constitui na Cohab Adventista. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A trajetória de Flávia está ligada à força e à experiência do lugar em que viveu grande parte de sua vida, ao território que a constitui, que atravessa suas vivências individuais com gramaturas e dinâmicas coletivas. As narrativas revelam que a experiência de classe no Capão Redondo é toda traçada em relação à luta, resistência, na busca por um espaço, no processo familiar e coletivo na periferia para forjar um lugar.

Atravessando as difíceis relações sociais de gênero, étnico-raciais e de classe, as dobras da trajetória de Flávia ganham lucidez, enrijecendo sua identidade com o fazer de um lugar territorial, que se desdobra em diferentes camadas do tempo em três décadas de transformação na ocupação em que viveu, na luta pela resistência em permanecer, na luta por condições de habitabilidade e urbanismo, nas duras lutas e difíceis travessias dos periféricos para o acesso ao ensino superior.

A trajetória de Flávia revela a ligação entre as marcações estruturais das relações de classe, étnico-raciais e gênero, nas diferentes, heterogêneas dobras para a sobrevivência que sempre estiveram ligadas ao território, ao espaço como lócus e substância da vida.

O território periférico, lugar de camadas da classe trabalhadora, é multicultural, é cosmopolita, é diverso, muito além das visões pragmáticas da experiência da violência e do medo; embora também coexistam com essas gramáticas, há muita luminosidade e identidades cambiantes, que se inter cruzam na compreensão periférica da vida.

A minha trajetória está ligada ao território periférico, porque a periferia para mim não é território do medo, como para muitas pessoas que ligam ou associam os lugares a isso. Não vejo a periferia como o lugar do medo, como é para muitas pessoas de fora. Eu entendo que as periferias são constituídas de várias formas diferentes, não têm esse lugar de medo. Ela é o território da vivência, de possibilidades, também de vulnerabilidades, de violência, de um monte de outras coisas, mas não é só isso.

A minha condição de gente nunca foi de morar no centro, que para mim sempre foi lugar de passagem, e a periferia sempre foi o lugar da possibilidade, da vida mesmo, de viver. Para mim a periferia tem essa conexão, eu consigo ter essa relação muito forte com a periferia, com esse território que transcende a região geográfica.

Se eu for lá em Diadema, lá no barzinho vai tocar forró, sertanejo, aqui em Franco [referência à cidade de Franco da Rocha] também, se eu for no Nordeste vai ter periferia e também vai um pedacinho do Nordeste na periferia daqui, tem um pedacinho de África... tem diversas culturas, que é da região nordestina, de África, dos índios, então a gente vive isso muito forte na periferia, mas a gente não percebe.

Então por isso que a gente [os periféricos] consegue se locomover em qualquer periferia, esse trânsito entre as periferias é algo que acontece. Então eu fui percebendo que a gente pode morar em um lugar e se constituir num lugar, mas a sua identidade periférica é um corpo político mesmo. Se eu entro no centro e vou lá no meu setor [em referência à Secretaria de Cultura onde trabalha], todo mundo sabe de onde vim, todo mundo sabe pelo jeito que eu falo, como eu me visto. Eu fui trabalhar na Secretaria de Cultura, quando eu vi os coletivos chegando eu me identifiquei imediatamente com aquelas pessoas.

E você percebe que as pessoas que moram na região central, que estudaram em determinadas universidades, elas se vestem diferente, falam diferente, escrevem diferente.

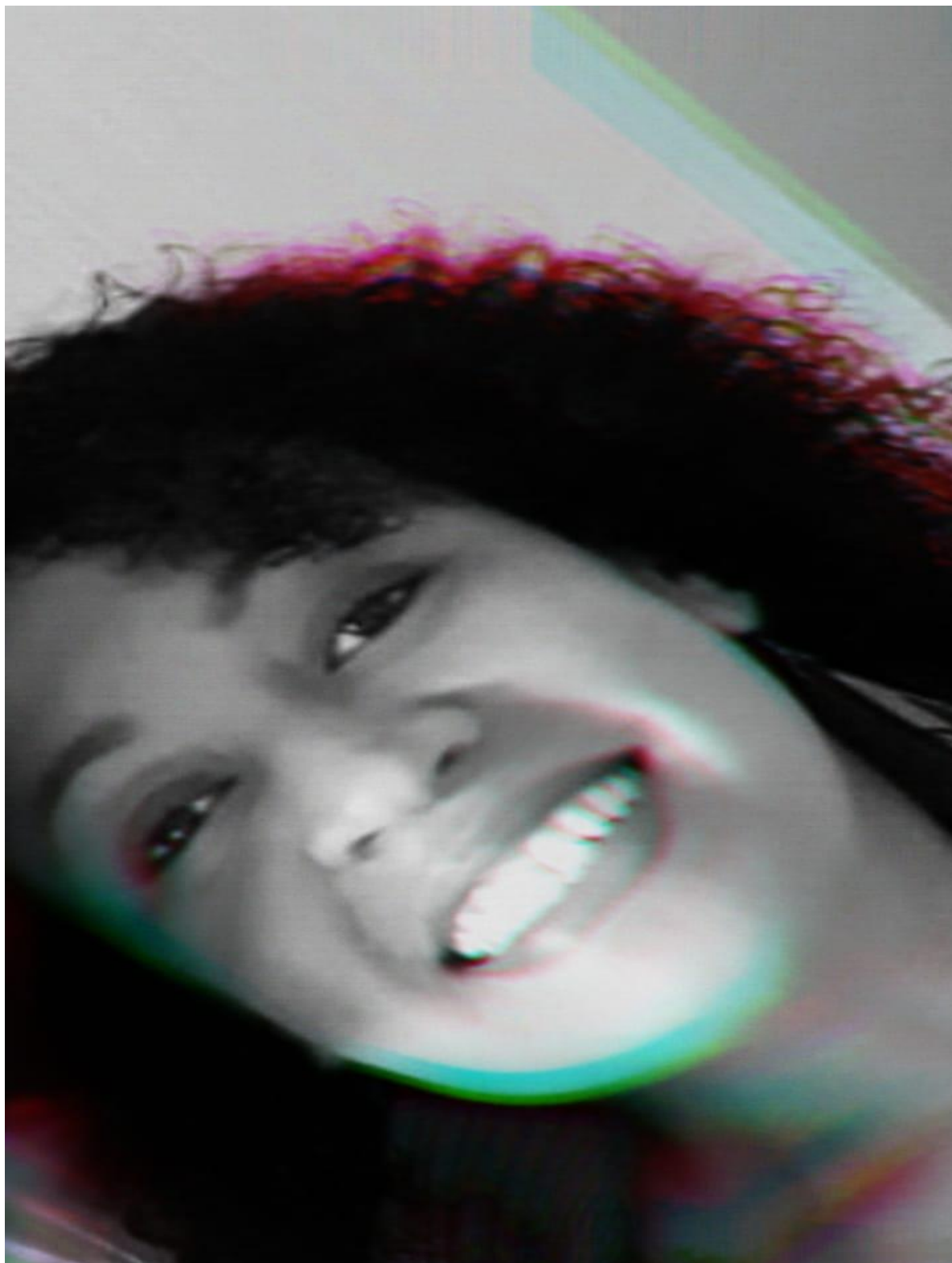
Uma das coisas que me chamou muito a atenção, por exemplo, lá na Cultura [Secretaria de Cultura], quando vai falar com os coletivos tem que escrever numa linguagem mais periférica, uma linguagem que chegue perto do coletivo. A forma de falar, a forma deles chegarem. Aí eu fui me identificando com esses corpos, com esses coletivos. São vários coletivos de várias partes da cidade e que todos eles

tinham algo em comum, a vivência periférica, e tinham muito a ver comigo, tinha muita conexão. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

CAPÍTULO 4

PORQUE SE CHAMAVAM HOMENS, TAMBÉM SE CHAMAVAM SONHOS: A AUTOCONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS E TERRITÓRIOS

Figura 21 – Suseth Andrade



Fonte: Registro do pesquisador, 2021.

*Porque se chamava moço
Também se chamava estrada
Viagem de ventania
Nem lembra se olhou pra trás
Ao primeiro passo, aço, aço....*

*Porque se chamava homem
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem*

*Em meio a tantos gases lacrimogênios
Ficam calmos, calmos, calmos
E lá se vai mais um dia
E basta contar compasso
e basta contar consigo
Que a chama não tem pavio*

*De tudo se faz canção
E o coração
Na curva de um rio, rio...
E lá se vai mais um dia*

*E o Rio de asfalto e gente
Entorna pelas ladeiras
Entope o meio fio
Esquina mais de um milhão
Quero ver então a gente,
gente, gente...*

Suseth Andrade, quando indagada se alguma música, algum poema ou artes plásticas poderia descrevê-la ou representar a sua história, diz com certa reticência: “isso é difícil. Difícil escolher algo que nos faça sentido e nos represente”. Pensa um pouco e responde: “os sonhos não envelhecem, eu sempre tive sonhos e desejos que nunca desisti de realizá-los”. Essa talvez seja a representação, a síntese carregada de poesia, fragmentos de um caminho longo, de desejos que sempre se movimentaram nas travessias da vida e que não deixaram de fazer sentido para a moradora da Vila dos Palmares, no distrito de Ananguera.

Do mesmo modo que a “chama não tem pavio”, as aspirações começaram muito cedo, no seio da família, com o sonho da casa própria, e não terminaram. Coletivamente se espriam em ter onde brincar com as crianças e amigos vizinhos, ter escola perto para estudar. Sonhava em não pisar no barro quando saía de casa. Sonhou com água na torneira, luz elétrica no bairro. A vida de Suseth foi se constituindo de sonhos, que cresceram com ela: quando adulta, encontrar trabalho

digno, formação universitária e algumas melhorias para o lugar em que cresceu e vive. E assim se descreve: “os sonhos não envelhecem”.

Os encontros para ouvir e dialogar com Suseth Andrade, a respeito de suas considerações, memórias, experiências e narrativas sobre as mediações das experiências de classe na construção de territórios foram realizados por meio de plataforma eletrônica, com chamada remota de vídeo, o que possibilitou a gravação de imagem e áudio consentida pela interlocutora de pesquisa¹⁰⁵.

A opção por encontros remotos por meio da ferramenta de comunicação Skype foi escolha feita por Suseth, observando o contexto pandêmico da covid-19, que se tornara “uma pedra no caminho”, tal como o poema de Carlos Drummond de Andrade¹⁰⁶. A pandemia se tornou um complicador de ordem social, sanitária, econômica e política, repercutindo em todas as dimensões e escalas da vida, inclusive nos traçados de pesquisas como esta, de modo que se coloca como “uma grande pedra no meio do caminho”, talvez o maior desafio do século XXI.

Suzeth foi eleita participante da pesquisa por ser moradora do distrito de Ananguera, por ter sua trajetória de vida e profissional articulada e constituída naquele território. Reside há 25 anos na quebrada do Morro Doce, mudou-se para lá em 1996, quando a família comprou um lote de terreno “de segunda”, como ela mesma explica. Assim, os Andrades iniciam a jornada de autoconstrução da casa, da criação dos três filhos, construindo a vida e também o lugar, que não tinha água, luz, escola nem asfalto, como é comum nos loteamentos periféricos das cidades.

O terreno em Ananguera foi a opção mais barata, mais acessível aos imigrantes maranhenses que chegaram a São Paulo em meados da década de 1980, como grande parte dos moradores do território que tem suas vidas desenhadas pelo movimento da migração, dos baixos salários, dos empregos informais e da autoconstrução, fios que constituem a realidade do território.

Eu resido há 25 anos aqui no Ananguera, cheguei aqui com a minha família eu tinha 8 anos de idade. Meus pais construíram uma casa no Parque Esperança, compraram um terreno e construíram e

¹⁰⁵ Suseth Andrade, após prévios contatos, concordou em participar do estudo, assinando o TCLE, e autorizou a gravação de imagem e áudio das entrevistas.

¹⁰⁶ Refere-se ao poema “No meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade, no qual, em seus pequenos e complexos versos, repõe questões, problemas, acontecimentos e impedimentos à ordem do cotidiano, possíveis interdições, tal como a pandemia da covid-19, que certamente comporá os fragmentos da história. “[...] no meio do caminho tinha uma pedra. / Nunca me esquecerei desse acontecimento / na vida de minhas retinas tão fatigadas.”.

viemos para cá... eu, meu pai, minha mãe, meu irmão mais velho e minha irmã mais nova. Eu sou a do meio.

Eu cheguei aqui como 8 anos de idade. Depois que eu casei, eu vim para a Vila dos Palmares, que é ao lado do Parque Esperança.

A minha família é do Nordeste, do Maranhão, eu nasci no Maranhão também. Meu pai veio para cá para São Paulo... eu vim de lá com dois meses de idade. Eu só nasci lá e vim para cá.

Meu pai e minha mãe são do mesmo local do Maranhão, da mesma vila. As famílias tanto do meu pai quanto da minha mãe se conhecem e em certo grau eles são até parentes.

Meu pai veio para cá [para a cidade de São Paulo] em 1979 e minha mãe ficou lá; meu pai começou a trabalhar numa metalúrgica em São Paulo e aí aconteceram algumas questões burocráticas nessa empresa e mandaram ele embora, teve que voltar para o Maranhão.

No Maranhão começou a se relacionar com a minha mãe e depois de um ou dois anos ele foi chamado de novo para trabalhar na empresa, aí voltou para São Paulo. Já estava se relacionando com a minha mãe e ficaram se correspondendo por cartas. Depois de um tempo, meu pai se estabilizou nessa empresa e resolveu trazer minha mãe. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

A história da família de Suseth tem sua origem no estado do Maranhão. Na busca por trabalho e melhores condições de vida, fazem o processo de migração para a cidade de São Paulo, seu pai vem primeiro, no final da década de 1970. Ainda solteiro, encontra trabalho, mas logo é dispensado e retorna a sua cidade natal, onde se relaciona com a mãe de Suseth, casam-se e têm o primeiro filho. No início dos anos de 1980, recebe uma proposta de trabalho e se muda novamente para São Paulo, quando se “estabiliza” traz sua mulher. As dobraduras dessa trajetória se fundem com outras tantas de trabalhadores migrantes do Norte e Nordeste do país, que na segunda metade do século XX chegam à região Sudeste em busca de oportunidades, passando a compor a constelação metropolitana das cidades.

Esse processo migratório e sociológico também é captado pela arte e pela música popular brasileira, quando Belchior (1976) canta:

Pois o que pesa no Norte, pela lei da gravidade... Disso Newton já sabia... Cai no Sul, grande cidade... São Paulo violento [...]. A minha história é talvez... igual a tua, jovem que desceu do Norte. Que no Sul viveu na rua. E que ficou desnordeado, como é comum no seu tempo [...]¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Trecho da música “Fotografia 3x4”, composição de Belchior, lançada no disco *Alucinação* de 1976. A música narra parte de sua trajetória de migrante que sai do Norte e percorre primeiro São Paulo e depois a cidade do Rio de Janeiro; nos versos poetiza: “Eu me lembro muito bem do dia em que eu cheguei. Jovem que desce do Norte pra cidade grande. Os pés cansados e feridos de andar légua tirana. E lágrima nos olhos de ler o Pessoa e de ver o verde da cana. Em cada esquina que eu passava... um guarda me parava, pedia os meus documentos e depois... sorria, examinando o três-

Assim também é o percurso dos pais de Suseth, marcado pelo traço comum de seu tempo: descer do Norte para a grande a cidade.

Acho que foi em meados de 1983 ou 1984, por aí. Aí minha mãe veio morar com o meu pai... eles alugaram uma casa em Osasco [cidade da região metropolitana de São Paulo] e começou a história da nossa família em São Paulo.

No Nordeste tem muito essa cultura de vir para São Paulo para conseguir melhorar de vida. Meu pai viu que outras pessoas vinham para cá, a maioria eram homens, eles alugaram uma casa e ficaram juntos até que todo mundo conseguisse vir...

Minha mãe veio e eles alugaram uma casa em Osasco e começaram a história. Depois de um ano, meu irmão nasceu. Minha mãe tinha 22 anos quando meu irmão nasceu. Meu irmão é mais velho que eu um ano, nasceu em 1985. Depois de um ano e pouquinho, minha mãe engravidou de mim. Eu tenho 33 anos hoje e meu irmão tem 34.

Como a minha mãe não tinha pessoas conhecidas aqui, quando ela engravidou de mim... ela só contava mesmo com a dona da casa que ela alugava. Eles conversaram e minha mãe resolveu voltar para o Maranhão nesse período da gestação. Voltou para lá com o meu irmão pequeno no colo e eu na barriga, me teve lá no Maranhão, porque lá tinha um apoio maior da família, tinha... o irmão dela.

Ela só voltou para lá porque não tinha quem cuidasse do meu irmão, caso ela tivesse que sair correndo para ter o bebê. Meu pai não me viu nascer, ele me conheceu quando eu tinha 2 meses de idade, foi aí que minha mãe voltou para São Paulo.

Depois de quatro anos, minha mãe engravidou da minha irmã e hoje ela tem 29 anos e a gente ficou nessa casa [em Osasco] por uns três anos, se não me engano. Minha família sempre foi apoiada pela proprietária da casa, era como se fosse da família mesmo, eles ajudaram bastante meus pais.

Até hoje meus pais têm contato com ela e a gente tem uma relação meio forte, nem parece relação de inquilino e proprietário, é uma relação mais forte.

Depois a gente se mudou para uma casa perto do antigo posto Borba Gato [no distrito de Jaraguá da cidade de São Paulo]. Ali a gente viveu por dois anos. Eu não gostava muito dessa casa, a gente ficava afastado... era muito preso, meus pais sempre foram muito cuidadosos, eu e meus irmãos só íamos para a escola e voltava. A gente tinha, também, uma boa relação com os proprietários e com os vizinhos, mas não foi algo que ficou tanto, não sei se porque eu também era muito nova, criança, por isso eu não tenho muita memória. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Primeiro a família se instala em Osasco, cidade da região metropolitana de São Paulo, aluga uma casa e conta com o apoio da proprietária do imóvel, com a

por-quatro da fotografia. E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha. Pois o que pesa no Norte, pela lei da gravidade... Disso Newton já sabia! Cai no sul grande cidade São Paulo violento. Corre o Rio que me engana. Copacabana, zona norte. E os cabarés da Lapa onde eu morei. A minha história é... talvez... igual a tua, jovem que desceu do Norte. Que no Sul viveu na rua. E que ficou desnordeado, como é comum no seu tempo. E que ficou desapontado, como é comum no seu tempo [...].

qual mantém vínculos até hoje. Posteriormente migram para a cidade de São Paulo, para o distrito de Jaraguá, já no eixo noroeste da cidade, onde ficam por dois anos até que conseguem adquirir um terreno no Parque Esperança, distrito de Anhanguera no extremo norte da cidade.

Durante os dois anos que precedem a mudança da família para o Morro Doce, somam-se esforços financeiros, físicos e o tempo do fim de semana para a autoconstrução; o terreno vai ganhando certa estrutura, bloco por bloco é assentado pelo núcleo familiar, paredes vão sendo erguidas entre os intervalos de um sábado e outro. A casa é construída de acordo com a necessidade e disponibilidade financeira da família trabalhadora. Lucio Kowarick (2009, p. 167) aponta que “o processo de construir a própria residência é longo e penoso. Penoso pois as tarefas envolvem acentuado esforço físico que, no mais das vezes, é realizado nos fins de semana”.

A trajetória de autoconstrução da família de Suseth carrega os traços mediativos dos muitos esforços que as camadas da classe trabalhadora, mais pobre, precisam movimentar para construir seu lugar de moradia. Revela as experiências de uma classe que necessita apreender “na marra” a arte da construção civil, “se vira” para construir e logo morar. Sair do aluguel é a única certeza que os movem, já que o custo com moradia alugada é pesado e representa instabilidade no universo popular.

Meus pais conseguiram comprar um terreno aqui no Parque Esperança. Foi um terreno de segunda... *“vamos dizer assim”*. Minha mãe nunca trabalhou fora, sempre foi vendedora autônoma, costurava, vendia gelinho, fazia de tudo um pouco, vendia produtos da Tupperware¹⁰⁸ já naquela época fazia reuniões na minha casa para apresentar os produtos ou ia na casa das mulheres também, mas minha mãe nunca trabalhou fora, nunca teve um registro em carteira, mas sempre trabalhou, sempre contribuiu na renda familiar. Meu pai trabalhava como técnico ainda naquela metalúrgica. Compraram esse terreno e aos finais de semana a gente vinha para cá, meu pai aos poucos foi construindo e a gente participou da construção dessa casa também.

Eu lembro muito bem dos finais de semana que a gente vinha. Minha mãe trazia comida, a gente trabalhava durante o dia e ia para casa de “tardzinha”.

Recordo da minha irmã falando *“mãe, a gente vai mor doce?”*, em referência ao bairro. E eu tenho uma memória assim muito importante e afetiva e de construção mesmo... nós passamos acho que dois ou três anos construindo. A gente construiu um salão bem grande onde hoje é o comércio da minha mãe, um salão com

¹⁰⁸ Tupperware é uma marca de potes plásticos, que recruta mulheres como representantes e vendedoras de suas peças por catálogo.

banheiro, e a gente se mudou. Era um cômodo e um banheiro. Esse cômodo era dividido por um guarda-roupa. Do guarda-roupa para trás era o quarto da minha mãe, do outro lado era a cozinha e o lugar onde eu e meus irmãos tínhamos um beliche e uma bicama para dormir. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

No Parque Esperança a família vai construindo lentamente sua casa. Aos fins de semana a mãe preparava a comida e todos iam ajudar na construção, passando o dia com a tarefa da edificação; tinham pressa para sair do aluguel. Mudam-se às pressas assim que um cômodo com banheiro é construído. Suseth se lembra de que a casa foi construída pelas mãos da família, recorda-se da divisão improvisada dos quartos, de sua irmã mais nova balbuciando o nome do território Morro Doce, disparando início de uma relação com o lugar saturada de esperança, como já prenunciava o nome do novo bairro de moradia, uma esperança para construir a vida.

O território é acidentado, cheio de picos, é constituído por morros, mas também é doce, pois foi o espaço encontrado por muitos para morar, para construir. Em meio ao elevado custo de vida da metrópole paulista, são os terrenos “baratos” da periferia que chamam a atenção e enchem de esperança os trabalhadores, os “nortistas” que chegam a São Paulo e dão duro na formalidade e informalidade do mundo do trabalho. Anhanguera se torna doce para as muitas famílias trabalhadoras que lá construíram suas casas nas décadas de 1980 e 1990, mesmo com todas as lutas e os desafios impostos pela precariedade de uma periferia que se ergue às pressas.

Anhanguera chama a atenção pelo acelerado aumento populacional nas décadas de 1990 e 2000, resultado de intensa ocupação territorial, venda de terrenos irregulares em sua grande maioria, constituição de favelas, ocupações em áreas de encostas. A par e passo com acelerada ocupação territorial, também se acentuam processos de precariedades da vida, exclusão social e desigualdades em relação aos outros pedaços da cidade.

O Índice de Inclusão e Exclusão (IEX), que compõe o Mapa da Inclusão e Exclusão da Cidade de São Paulo (SPOSATI et al., 2017), expõe que a exclusão social no Morro Doce se intensificou. Em 1991 o índice registrava -0,04 e em 2010 chega a -0,75, revelando altíssima dinâmica de exclusão, pobreza, desigualdades e falta de acesso às políticas públicas e sociais, o que coloca o distrito na 13ª posição dos distritos mais excluídos da cidade.

Isso revela que as experiências das camadas da classe trabalhadora que residem em territórios periféricos são marcadas por dois grandes traços mediativos: adensamento populacional e exclusão social. Os percursos e trajetórias de vida se fazem em meio a processos densos de pobreza e de falta de acesso, nos quais se delineiam também suas experiências de classe na modulação com o espaço em que residem.

Outra dobra revelada pela trajetória da família de Suseth é que sua mãe nunca trabalhou formalmente em empresas; sempre contribuiu para o orçamento da família como autônoma, vendendo potes plásticos por meio de encomendas em catálogos, atuava como costureira no bairro, vendia geladinho, exercia dupla função de contribuir com o orçamento da família e de cuidar da casa, dos filhos, situação que está intimamente relacionada com as estruturas da divisão sexual do trabalho, muito presente na vida das mulheres da classe trabalhadora, que exercem várias jornadas de trabalho e funções de cuidados no seio familiar.

Vê-se que grande parte dos moradores dos territórios periféricos nunca foram inseridos no sistema formal de trabalho, valendo-se de pequenos “bicos”, de trabalhos informais para dar conta da sobrevivência e compor o orçamento doméstico. O trabalho informal é um traço histórico e comum vivenciado nos territórios pobres da cidade, pois nesses pedaços não é uma exceção viver longe dos direitos trabalhistas, civis, políticos e sociais.

Mapa 9 – Exclusão intensa na cidade de São Paulo – Mapa da Inclusão e Exclusão III (2017)



Fonte: Sposati et al. (2017, p. 43).

A luta pelo direito de morar, de ter condições e infraestrutura urbana está presente na vida pública dos territórios periféricos em formação na cidade, agremia-se no processo de fazer-se morador, de fazer-se sujeitos, de buscar a cidadania do lugar. Os pais de Suseth, ao passo que constroem a casa, também participam da vida pública do território, constroem o território na mediação com suas trajetórias individuais e familiares.

Nesse meio tempo eu lembro que os meus pais participaram de movimentos populares que os próprios moradores construíram para buscar asfalto, água encanada, eletricidade. Se não me engano não tinha água encanada nem asfalto nessa época. Para a gente beber e até mesmo para lavar roupa, cozinhar, a gente tinha que buscar água numa mina que era no Itaberaba II [outra parte do território de difícil acesso]. Lá tinha uma mina que todos os dias a gente ia buscar água.

Depois de um tempo, não lembro exatamente quanto tempo depois, conseguiram encanar essa água da mina e tinham pessoas responsáveis por administrar o acesso de água, que deveria ser igual para todo mundo, para não faltar para ninguém. Eu lembro que quando acabava a água tínhamos que ir na casa dessa pessoa e falar para liberar um pouco mais.

Eu também lembro que os moradores se mobilizaram e foram até a prefeitura, se não me engano o prefeito era o Pitta¹⁰⁹, até alugaram um ônibus, para poder reivindicar asfalto, encanamento, saneamento básico. Foram várias pessoas nesse ônibus para a prefeitura que na época era lá na região do Mercado Municipal.

Meu pai me contou que... desceu aquela multidão de pessoas para poder reivindicar asfalto e encanamento da água. Fizeram uma pressão no prefeito, acho que o prefeito foi conversar com as pessoas e, se não me engano, 2000 ou 2001, veio o asfalto e encanamento da água. Então a gente chegou aqui em 1995 e por 5 anos a gente ficou nessa batalha de conseguir o encanamento e o asfalto. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020)

Embora os anos 1990 fossem marcados pela inserção e capilaridade dos circuitos econômicos e políticos do neoliberalismo na agenda pública brasileira, tendo repercussões diretas na precarização econômica, social e política na vida das famílias trabalhadoras, no recrudescimento de lutas e dos movimentos sociais, na transformação do mundo do trabalho, vê-se que, no distrito de Anhanguera, desde as décadas de 1980, água, asfalto e luz elétrica não haviam chegado a todas as partes; a falta de condições básicas forja a organização popular dos moradores em busca de melhores condições na passagem para os anos 2000.

A luta se faz pelo território, na trama da consciência, por questões comuns e pela oposição às situações de violência que são experimentadas material e simbolicamente pelas exclusões e segregações; a organização das experiências de classe é articulada pelo fio das condições de vida. Reivindicam melhores condições e mais justiça social para seus territórios e vidas, pressionam o Estado, lotam um ônibus e vão até o gabinete do prefeito. A periferia aprendeu a não pedir licença.

Foi a partir daí que eu entendi o quanto a gente precisava lutar para poder conseguir as coisas no nosso bairro e para a gente conseguir ter asfalto? Foi uma “outra vida”. Eu digo que só pela gente, pela nossa luta, que ganhou dignidade de ser reconhecido como um bairro mesmo. Aos poucos foram chegando as coisas, na base da nossa pressão, aqui só tinham duas escolas públicas. Meus irmãos estudavam em uma escola e eu em outro bairro, porque eu não tinha conseguido vaga aqui. Eu estudava no quilômetro 22 [em referência ao quilômetro 22 da Rodovia Anhanguera], então eu estudei lá e os meus irmãos conseguiram vaga aqui no bairro.

Minha mãe não conseguia vaga, ela chegou a dormir nas filas das escolas para procurar vaga para mim e meus irmãos. Tinha muita pouca escola para o grande número de crianças e adolescentes, e as

¹⁰⁹ Celso Pita (1946-2009) foi economista prefeito da cidade de São Paulo entre 1997 e 2001. Foi o segundo negro a ser prefeito de São Paulo – o primeiro foi o advogado Paulo Lauro, que governou a cidade entre 1947 e 1948. Era apadrinhado político de Paulo Maluf, foi eleito no segundo turno derrotando Luiza Erundina, candidata do PT.

vagas ficavam restritas. Só tinha o Gusmão e o Prado [nome das escolas existentes no território] na época. E outra questão também é que essas duas escolas não tinham ensino médio, era só o ensino fundamental. Só depois que o Gusmão foi ter ensino médio.

Na verdade, as escolas eram longe. No começo a minha mãe e uma vizinha revezavam, um dia minha mãe me levava e levava os filhos dela, e no outro ela que levava e buscava. Até a gente conseguir pagar a perua escolar, meus pais pagaram a perua escolar da primeira série até o sexto ano [do ensino fundamental], porque era muito longe, eu sempre estudei longe.

Depois eu estudei no Alexandre [outra escola, situada na Vila Anastácio, pertencente ao distrito de Pirituba], fiz o ensino médio lá, sempre estudei em escola pública e os meus irmãos também.

Depois que a gente se tornou adolescente, íamos de condução mesmo. O ônibus não vinha até o Parque Esperança. O final do ônibus era na igreja católica Nossa Senhora das Graças, então o ponto final também era longe, a gente tinha que descer o morro e ir andando até um supermercado que tem próximo ao Gusmão [Escola infantil], descia o morro e embarcava. Só depois que esse ônibus foi vindo mais para dentro do bairro.

Então, para a gente conseguir todas essas coisas básicas: educação, moradia, saneamento básico, sempre foi com muita luta e eu tenho isso marcado na minha história, acredito que outras famílias também aqui do Morro Doce, sempre para a gente conseguir um direito, coisas básicas para poder sobreviver foi com muita luta. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

É na luta pelos direitos básicos para as pessoas e para território que Suseth entende o papel político dos moradores da periferia, é pela necessidade de proteção social que as pessoas se articulam e compõem certa organização coletiva. Os sujeitos agem pela sua necessidade prática, pela existência e sobrevivência no mundo; o espaço torna-se referência de vida, de luta e resistência para os trabalhadores que residem em territórios periféricos, porque “tudo era longe” e distante.

A trajetória de Suseth revela que, para as crianças se escolarizarem, era preciso caminhar muito, necessitavam de apoio, de certa organização cotidiana dos adultos para acompanhá-las pelos longos trajetos. As mulheres, sempre em cena, articulam-se e revezam para levar os filhos à escola, recorrendo às experiências de solidariedade e estratégia de classe. Quando podiam, pagavam pelo transporte privado, como única alternativa de acesso às políticas públicas e sociais distantes de seu território.

A falta de políticas de educação, lazer e cultura no distrito força os moradores das periferias a criarem estratégias e outras ferramentas para garantir lazer e esporte. Em Anhanguera, alguns adultos ajudavam na organização de brincadeiras

nas ruas, nos terrenos baldios, faziam arrecadações e rateios para a compra de bolas e redes.

O Parque Anhanguera é o terceiro maior parque verde do município de São Paulo e, embora fique no mesmo distrito, é distante de onde Suseth morava: 10 km separam-no da região do Parque Esperança e mesmo assim o coletivo de moradores fazia excursões de caminhada e literalmente atravessava a SP-330, Rodovia Anhanguera, para acessá-lo.

A regulação estatal tardia e a falta de recursos públicos no distrito não impedia a organização, a criação de redes, de vínculos, de circuitos de amizade. As formas de “se virar” diante das precariedades forjam o convívio social e a socialidade, encampam laços, tecem e costuram relações entre os sujeitos e o seu espaço territorial.

Eu tenho muito carinho na memória da minha infância, isso também diz muito do que eu sou hoje. Tinha um casal de amigos, o Lázaro e a Isabel, eles são da igreja católica, se não me engano, vieram lá da Freguesia do Ó morar aqui, lá eles tinham muita ligação com crianças e adolescentes. Por onde passavam sempre desenvolviam atividades para crianças e adolescentes e aqui também foi assim.

Meus pais os conheceram e na época eles também tinham dois filhos, sempre mobilizavam atividades para as crianças e adolescentes nas ruas do bairro, a gente sempre brincava muito, sempre fiquei muito na rua, tinha vários terrenos baldios que a gente usava para brincar de futebol. Chegamos a fazer vaquinha para rede de vôlei, bola de vôlei, bola de futebol. Então, aqui na periferia, tinha essa infância livre, cheia de gente por perto. A gente até diz que quando não era asfaltado a gente se divertia muito mais.

Eu cresci com muitas crianças e adolescentes que na época construíram com suas famílias essas casas aqui. Cresci com o pessoal do bairro, eu tenho essas amizades, eu tenho amigos de infância que carrego até hoje, que são daqui do bairro.

Eu participava muito de brincadeiras, atividades. Eu lembro até que a gente fez um *tour* pelo mato no Itaberaba [parte distante e com grande área verde do distrito], era só arvore e morro, a gente juntou todas as crianças e adolescentes da rua e foi fazer trilha na época... a gente sempre ia para o Parque Anhanguera, a gente sempre utilizou o parque na infância, saía daqui e ia a pé para lá, era longe, mas a gente ia mesmo assim. Eu lembro que, aos finais de semana, no Dia dos Pais e das Mães, as famílias da nossa rua se reuniam e iam fazer piquenique lá. Todo mundo junto. Juntava a galera e ia a pé mesmo. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

A infância é lembrada como livre e com a convivência com as outras crianças, adolescentes e adultos do território. Também é marcada pelas construções coletivas, seja da casa ou de ideias, lutas e movimentos do bairro. A igreja católica

tem papel importante nas ações políticas do distrito; em toda parte há igrejas e núcleos católicos, havia nas décadas de 1990 e 2000 a constante presença de padres engajados nas questões de moradia, movimento por escolas, ofertavam atividades e amparo às famílias daquele lugar.

O distrito abrigou por mais de quatro décadas o Centro Pastoral Santa Fé, que ficava às margens da Rodovia Anhanguera. Grande propriedade, abrigou um seminário e a Faculdade de Filosofia e Teologia dos Jesuítas, mas foi desativada no final dos anos 1990 e mais recentemente passou a ser um espaço de locação para eventos como casamento e grandes festas.

Nas décadas passadas, o Centro Pastoral era espaço de organização política. Os padres desenvolviam cursinho pré-vestibular, atividades socioeducativas para os adolescentes dos distritos de Anhanguera e Perus e ações comunitárias de grande entusiasmo e repercussão do território, como as festas juninas. Essa clivagem da igreja católica assessorava os moradores na constituição de associações de moradores, na articulação e luta de políticas públicas e sociais, fazia a interface com o poder público. Havia também forte presença e trabalho até os anos 2000 das pastorais da criança, da mulher, da moradia, da saúde.

Na minha adolescência eu comecei a participar mais ativamente desses movimentos. Eu participei do movimento por escola, para a construção da escola do Remo Rinald, da escola do Marilí Dias. O casal de amigos meus sempre estava envolvido nessas lutas e carregava as crianças e adolescentes para participarem também. Então... eu tenho essas lembranças de ter ajudado a reivindicar a escola, o posto de saúde daqui.

Nessa época eu participava da igreja católica, que tinha um trabalho com crianças e adolescentes, e fui catequista, depois participei de grupo de jovens, me crismei... então eu também tive essa... participação nas mobilizações comunitárias através da igreja.

A igreja católica aqui no Anhanguera teve uma forte presença nas histórias de vida das pessoas. Meus pais são católicos, minha mãe já participou da pastoral da saúde, da pastoral da criança, então eu tenho essa memória sempre, não só a parte da religiosidade, mas da ação social mesmo. Eu lembro de outros projetos, Agente Jovem se não me engano, que era na Nossa Senhora da Esperança [paróquia católica]. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

4.1 Os trabalhos na periferia e a formação universitária

A busca pela formação universitária de Suseth não foi um processo tranquilo e sem alguns embaraços. Filha de trabalhadores, moradora da periferia, não tinha condições para arcar com a formação superior, embora soubesse que esse caminho era importante e necessário para conseguir trabalho e ter uma melhor remuneração.

Suseth termina o ensino médio, fica dois anos afastada dos bancos escolares por falta de condições financeiras, busca apoio no cursinho popular ofertado pelos padres jesuítas e faz a preparação no pré-vestibular por um tempo. Em meio a isso, precisa trabalhar, precisa ajudar em casa, uma vez que se tornara uma jovem adulta.

Começa como operadora de telemarketing, emprego comum aos jovens da periferia, pois admite pessoas sem experiência prévia, com baixa escolarização, por consequência os salários são menores. A menina por quatro meses embarcava diariamente no ônibus 8622-10 Morro Doce- Praça Ramos; era uma hora e meia para ir e outro mesmo tanto para voltar, sacolejando no ônibus articulado por conversas, sacolas, sempre cheio. Era e continua sendo uma das únicas linhas de ônibus que leva os moradores da periferia de Anhanguera para o centro da cidade de São Paulo.

Não desejava mais trabalhar atendendo e vendendo produtos pelo telefone, o ritmo de trabalho e a intensidade quase a “enlouquece”. Sai desse trabalho, encontra uma oportunidade que a agrada mais, passa a trabalhar em empresa terceirizada no Programa Saúde da Família, ligado à Unidade Básica de Saúde da Vila dos Palmares. Como agente comunitária de saúde, percorre o território, pode entrar nas casas das famílias, muitas das quais já conhecia, e passa a estar em contato com a proteção em saúde, o que também oportunizou a escolha de sua formação em Psicologia.

Só para eu contar um pouquinho da minha trajetória profissional... Em 2006 eu comecei a trabalhar como agente comunitária no posto de saúde... eu fiquei lá por dois anos e nove meses. Eu era agente comunitária. Foi a minha segunda oportunidade de emprego. Primeiro eu trabalhei como operadora de telemarketing na Atento e fiquei 4 meses lá e quase enlouqueci.

Em 2006 participei do processo seletivo e comecei a trabalhar como agente comunitária de saúde aqui no bairro, foi algo muito importante, ali consegui conhecer o sistema de saúde que era totalmente novo para mim. Na época eu trabalhava no Programa

Saúde da Família, tive contato com médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, então isso também pesou para minha escolha de profissão, da Psicologia. Eu trabalhei de 2006 a 2008 nesse programa de saúde da família.

Em 2008 participei do processo seletivo para ser orientadora socioeducativa no Centro de Convivência¹¹⁰. Eu passei nessa seleção, saí do posto e entrei nessa... foi aí que eu comecei meu caminho como trabalhadora da Assistência [em relação à política de Assistência Social]. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Suseth traz em sua trajetória uma experiência de classe nem sempre vivenciada pelos moradores dos territórios periféricos, que é a possibilidade de trabalhar formalmente no lugar em que cresceu, no qual compôs as lutas, os movimentos, que também ajudou a construir e que como trabalhadora também continua nessa trilha. Da política de saúde, passa a trabalhar no Suas, como educadora em um serviço socioassistencial na organização social União dos Moradores do Parque Anhanguera (UMPA), instituição de referência na luta por direitos no distrito.

Trabalhei por dois anos e nove meses lá Centro de Convivência. Em 2011 teve a questão lá da tipificação nacional dos serviços¹¹¹ e estava se cogitando o fechamento do Centro de Convivência. Eu tive alguns problemas na época e eu resolvi sair de lá, eu entrei num acordo com a coordenadora de eles me demitiram. Eu já estava quase me formando na universidade, eu me formei em 2012 e comecei a procurar emprego na minha área. Eu fiquei sabendo de uma vaga de psicóloga já era lá no Centro Santa Fé e participei da entrevista e passei. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Suseth também trabalha para conseguir arcar com os custos de seus estudos universitários, como transporte e compra de livros, e para colaborar em casa. Neste período a vida está interseccionada pelas necessidades do trabalho e dos estudos.

Uma história também muito importante para mim é da minha formação universitária. Em 2007 eu terminei o ensino médio e acho que eu fiquei dois anos, se não me engano, parada, sem estudar. Em 2007 eu fiz um cursinho pré-vestibular gratuito no Centro Pastoral Santa Fé, que foi também um espaço superimportante para mim, o

¹¹⁰ Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Suas, que tinha como foco o trabalho social com famílias.

¹¹¹ Suseth se refere ao reordenamento realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) da cidade de São Paulo, quando reorganiza a rede municipal do Sistema Único de Assistência Social, em consonância com a Resolução 109, de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Suas.

que eu sou hoje eu devo muito a essa instituição. Era uma instituição ligada à igreja católica, porque eram os jesuítas que tocavam, eu fiz esse cursinho pré-vestibular em 2007 e na época eles promoviam e ofereciam bolsas assistências para as faculdades.

Nesse ano [2007] eu fui pesquisando sobre alguns cursos, inicialmente eu tinha escolhido artes plásticas, sempre gostei de desenhar, era uma forma que eu encontrei para me expressar. Eu sempre desenhei muito, minha mãe me colocou numa época na aula de pintura, então eu pintava pano de prato e ela fazia aqueles bicos de crochê em volta e vendia, e aquilo era uma renda para a gente.

Pesquisando informações sobre a grade curricular das artes plásticas, eu acabei me decepcionando com o mercado nessa área, não era algo que eu poderia utilizar para poder ter uma renda. Hoje eu sei que tem muito mais oportunidades, eu vejo em vários campos, mas na época eu vi que não teria esse retorno financeiro que eu estava precisando, porque eu tinha, se não me engano, 18 anos e eu não trabalhava ainda, então eu ia começar a fazer a faculdade para trabalhar.

Meus amigos sempre falam que eu sempre fui uma pessoa com escuta ativa. Quando as pessoas tinham problemas, elas sempre vinham conversar comigo, foi quando eu comecei a pesquisar sobre a psicologia e eu me interessei. A primeira coisa que me chamou atenção foi a coisa da escuta, porque eu entendi que isso tinha uma função na minha vida, eu tinha que aproveitar de alguma forma. Eu pesquisei e gostei muito da grade de Psicologia, tinha filosofia, sociologia, antropologia que eu sempre me interessei, eu sabia pouca coisa, mas era algo que falava sobre o ser humano no geral, então eu me interessei.

No ano de 2007, o Centro Pastoral Santa Fé tinha dado a informação de que as pessoas que se destacassem, que fossem comprometidas e que realmente tinham interesse em estudar, eles ofereceriam bolsas de estudos, sem custo para a faculdade. Aí na hora me interessei, eu busquei e preenchi a ficha, entreguei todos os documentos e depois eu recebi a resposta, acho que no final de 2007, de que eu fui contemplada com a bolsa de 100%. Prestei vestibular no Centro Universitário São Camilo, passei, dei andamento nos papéis, na parte burocrática da bolsa no Centro Educativo dos Padres Jesuítas lá na Paulista [Avenida]. Em contrapartida o que eles pediam que o bolsista deveria atender a comunidade de alguma forma, devolver para a comunidade o que você estava recebendo de conhecimento. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

As narrativas de Suseth expõem os circuitos da menina da periferia que precisa buscar estratégias para alcançar a formação universitária; é preciso batalhar uma bolsa de estudos, pois o sonho da faculdade é mediado pelo mercado, pelas instituições privadas de ensino. Em nenhum momento a universidade pública é citada nas narrativas de Suseth, parece ser um local interdito aos trabalhadores e periféricos.

Os caminhos do território levam Suseth a um bolsa de estudo integral, ofertada pelos padres jesuítas, que observam seu interesse e bom desempenho no vestibular. Durante o curso de Psicologia, como contrapartida da bolsa de estudos da qual era beneficiária, deveria realizar ações socioeducativas e comunitárias com crianças e adolescentes, compondo com um grupo de amigos um projeto social no distrito. Essa situação parece reproduzir as lógicas que tivera em sua infância e adolescência, em que adultos realizavam ações comunitárias de lazer no bairro. O tempo passa, mas algumas coisas persistem e permanecem no distrito, como a precariedade e também a preocupação solidária de seus moradores.

No percurso entre os estudos no curso de Psicologia, o trabalho profissional como agente comunitária de saúde, depois como educadora social e o trabalho voluntário aos fins de semana, a jovem vai modulando sua trajetória em meio ao crescimento formativo e profissional, com o trabalho no território. Depois de formada, Suseth é contratada como psicóloga na instituição que a ajudou com a bolsa de estudos, para trabalhar com adolescentes em processo de formação.

Então eu participava de um grupo chamado Trilha, que uma vez por mês a gente tinha que ir lá participar das discussões; todas as pessoas que tinham bolsa tinham que participar para poder planejar ou fazer alguma ação na comunidade. Eu participei do Trilha durante os cinco anos de faculdade. E em 2008, que foi o ano que eu comecei a estudar, um casal de amigos, mais uma pessoa que hoje é minha madrinha de casamento, eu e meu esposo (a gente cresceu juntos, ele foi um dos meus amigos de infância), nós todos construímos um projeto social que é chamado Cuidando do Broto: reuníamos as crianças onde a gente morava, no Parque Esperança, e uma vez por mês oferecíamos alguma atividade lúdica. Conseguimos vários voluntários, professora de inglês, a gente fazia parte de culinária, várias atividades lúdicas para as crianças, para tirar as crianças da rua. Conseguimos um espaço cedido por uma vizinha, uma garagem, e uma vez por mês utilizávamos para reunir as crianças e adolescentes para fazer essas atividades. Foi essa forma que eu encontrei para devolver o que eu tinha recebido, que era a bolsa e o conhecimento, para a minha comunidade. Eu me formei em 2012...

Foi assim, eu fiz o cursinho lá, eles me ofereceram uma bolsa e aí depois uma oportunidade de emprego como psicóloga. Tiveram muitas mudanças lá, eu fiquei trabalhando no Centro Santa Fé por dois anos e nove meses. Como era uma entidade filantrópica, acho que tiveram algumas mudanças por conta dos jesuítas, porque tinham outros projetos futuros, eu fui demitida. Isso em... 2014. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Ao ser demitida do Centro Pastoral Santa Fé, surge uma oportunidade no âmbito do Estado, para assumir o cargo de coordenadora do Centro de Cidadania da Mulher (CCM) de Perus, que atende a região de Perus e Anhanguera. Suseth fica receosa de aceitar o convite para atuar em um cargo de gestão de um serviço municipal destinado às políticas para mulheres, mas encara a proposta. Recorda-se que foi convidada por agentes do Partido dos Trabalhadores (PT) – que na época gestava a cidade¹¹² – e sua escolha se deu por apresentar o trabalho de base junto à população do distrito de Anhanguera.

Eu saí de lá [do Centro Pastoral Santa Fé] e fiquei sabendo de um processo seletivo no Centro de Cidadania da Mulher de Perus. Uma amiga minha tinha o contato com algumas pessoas lá... na verdade, assim, era ela militante do PT [Partido dos Trabalhadores] e era um cargo comissionado, a gente conversou bastante... na verdade esse cargo era para ela, mas como ia para um outro cargo, teria que indicar outra pessoa para ocupar a coordenação do Centro de Cidadania da Mulher. Ela pensou em mim, a gente já se conhecia, ela sabia da minha atuação aqui, ela era agente comunitária de saúde no Jardim Rosinha. Eu fiquei meio receosa, pois nunca trabalhei na política e não era uma coisa que me interessava naquele momento, mas eu acabei aceitando e trabalhei no Centro de Cidadania da Mulher de Perus.

Foi uma experiência muito significativa para mim, porque foi a partir dessa experiência que eu me aproximei mais do movimento feminista, passei a entender um pouco mais sobre o movimento de mulheres e de me reconhecer como mulher negra. Eu já tinha isso muito claro para mim, mas essa questão do movimento feminista partiu dessa experiência profissional que eu tive.

Eu já me aproximava bastante dessas questões raciais e a partir do Centro Santa Fé, mas se intensificou no Centro de Cidadania da Mulher de Perus e, como eu falei, foi uma experiência incrível, me aproximar dessa questão de gênero, racial, da própria sexualidade, da violência contra a mulher, para mim foi superimportante e que eu carreguei comigo. Eu fui exonerada do cargo por conta de questões políticas, veio a turma do Dória¹¹³ assumir os cargos, daí eu fui exonerada. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Suseth narra que o trabalho no âmbito do Estado, junto à política para mulheres, foi uma experiência forte, constitui o legado do reconhecimento de si própria e das demandas, bandeiras e realidade do movimento feminista e negro na capital paulista. Destaca que essas práticas de trabalho encampadas no seu território processualmente vão constituindo sua identidade, as experiências e

¹¹² A cidade de São Paulo foi governada de 2013 a 2016 pelo prefeito Fernando Haddad, do PT.

¹¹³ Refere-se a João Dória Junior, prefeito da cidade de São Paulo de 2017 a 2018, pelo PSDB.

práticas do dia a dia no trabalho, alargando sua compreensão sobre as lutas e fortalecendo sua trajetória como mulher, negra e periférica.

Suseth evidencia como os diferentes projetos de governo que “aterizam” na cidade movimentam mudanças bruscas na condução das políticas sociais e impactam os modos de vida dos lugares.

A gente ri para não chorar. Tem sido dias difíceis, acho que desde 2017 quando entrou a turma do Dória... de lá para cá... acho que a Prefeitura de São Paulo piorou muito, eles estão acabando com tudo. Fiquei 4 meses desempregada, aí eu fiquei sabendo do processo seletivo para o Centro para a Juventude Anhanguera, eu participei e passei, fui trabalhar como técnica social no CJ; também foi uma experiência muito incrível para mim, eu sempre gostei de trabalhar com jovens e adolescentes, foi o primeiro serviço na Assistência Social nesse formato depois da tipificação nacional que eu trabalhei, também participava das reuniões e ações da Rede de Proteção de Anhanguera, tive esse contato mais próximo com os serviços. Então eu conheci mais a fundo os equipamentos sociais, de saúde, pensando sempre na forma em que a gente poderia trabalhar com as famílias, acho que nesse sentido me acrescentou tanto. Hoje o que eu conheço do trabalho em rede de serviços, essa experiência que eu aprendi aqui no Anhanguera e estou levando para fora, para onde eu for. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Sendo “cria” da periferia de Anhanguera, Suseth é mulher, negra e moradora da “quebrada”; tem sua trajetória articulada com o território e desde muito nova sabe das dinâmicas e lutas para aquele espaço territorial ser considerado um bairro. Militante orgânica das necessidades do distrito, formada por experiências reais, quando adulta passa a trabalhar com as políticas sociais locais, em nível territorial, e apreende a outra face da luta a partir de experiências profissionais como agente comunitária de saúde, educadora, psicóloga, gestora e técnica social.

Com práticas sociais que a permitem compreender a criação de uma “tecnologia social”, construída a partir de suas experiências de vida, profissional e de classe no trânsito da movimentação, das lutas, das resistências, das articulações para dar conta de sua existência e da proteção social no território. Tecnologia humana, social, prática, rica e saturada de valores, de solidariedade, companheirismo, ações práticas em torno do comum entrelaçando a vida particular e a vida pública. Uma experiência de classe traçada no território que pode ser levada para fora, exportada da periferia para outros lugares; mais uma vez a periferia não pede licença.

A minha própria trajetória profissional, acho que isso diz muito do que eu sou. Eu sempre procuro ter o senso de justiça, empatia, me colocar sempre no lugar do outro, me preocupar com as pessoas que estão ao meu redor, ajudar as pessoas, as famílias que de alguma forma estão necessitando nesse momento. Eu acho que o que eu construí aqui é exatamente como eu sou. Se eu ver alguma situação de injustiça, eu sempre falo alguma coisa, eu me sinto na obrigação de agir, aprendi isso aqui no Morro Doce. Então eu acho que nesse sentido que cruza a minha vida aqui no Anhanguera. **Eu também sou esse lugar.** (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020, grifos nossos)

CAPÍTULO 5
DO OUTRO LADO DA CIDADE, AS DOBRAS DAS LUTAS, OS “CORRES” E A
BUSCA POR PROTEÇÃO

Figura 22 – Cida Guerra



Fonte: Registro do pesquisador, 2021.

Eu nasci em Cruzeiro, divisa entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Com um mês de idade, eu fui para Cachoeira Paulista. Desde os nove anos de idade, eu trabalhei como babá, isso foi até os meus 18 anos, depois eu vim para São Paulo.

No ano de 1979 fui morar no Paraíso [Bairro do distrito de Vila Mariana] na Rua Apeninos com a minha irmã, que já estava aqui.

Na época a Brahma era em frente ao prédio que eu morava, lá eu conheci meu marido, que também morava no prédio ao lado, nos conhecemos, namoramos, casamos.

Casei em 1981 e fui morar no Jardim Miriam [bairro da zona sul, pertencente ao distrito de Cidade Ademar], morei lá por quase dois anos.

Meu cunhado estava construindo uma casa aqui no Jardim Santa Fé [distrito de Anhanguera] e fez uma proposta para o meu marido, para ajudá-lo na construção da casa e nós não pagaríamos o aluguel. Assim viemos para cá.

Na verdade, eles nem moravam aqui, estavam morando no Jaraguá, aí nós morávamos debaixo da casa que estava sendo construída, eu e meu marido dávamos o acabamento na casa de cima. Nesse tempo que não pagávamos aluguel, fomos juntando dinheiro e compramos um terreno no Morro Doce, onde hoje é a minha casa.

Eu fui para a minha casa em janeiro de 1991, quase 8 anos depois de ter chegado aqui. Para mim foi uma experiência boa ter vindo para cá, porque o lugar sempre foi tranquilo, na época tinham poucas casas perto. Eu tenho uma facilidade muito boa para fazer amizade, então eu logo fiz amizade com os vizinhos que eram distantes. Nessa época eu ainda tinha a minha primeira filha, na verdade eu tive quatro filhos.

A construção da casa foi bem demorada, até porque meu marido era pedreiro e o salário era pouco, demoramos muito para construir. Quando eu fui para a minha casa, não tínhamos nem colocado o piso ainda, era só o rústico mesmo. Na verdade, nós construímos quatro cômodos e mesmo de forma inacabada fomos para lá. Hoje eu já tenho essa casa acabada, nós construímos mais outra casinha embaixo e já tem outra em cima toda “acabadinha”, um sonho. Mas foi um período longo até porque as situações não eram das boas para nós.

Era muito difícil algumas coisas aqui, nós tínhamos... era água de poço, energia chegou depois, mas não tinha asfalto, ônibus era só na via [Rodovia Anhanguera]. Na época era só viação Urubupungá [empresa privada de transporte que fazia a linha entre o distrito de Anhanguera e o bairro da Lapa]. Nessa época tinha muito aquele ônibus Cometa [empresa privada de transporte], que vinha do interior, e o pessoal descia até a Anhanguera e pegava o Cometa para ir para São Paulo, mas era caro fazer isso. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020)

Os encontros para ouvir as narrativas e dialogar com Cida Guerra aconteceram nos meses de maio e agosto de 2020. Por preferência da interlocutora de pesquisa, foram realizados em seu local de trabalho, no CCA Britânia. Sempre pré-agendados, ocorreram em tardes frias de outono e inverno de 2020, regados à água, café e bolo de fubá ofertados pela gentil Cida, enquanto conversamos sobre o

território de Anhanguera, as últimas novidades e os acontecimentos quentes envolvendo o lugar e a Política de Assistência Social, aquecendo a tarde e também nossos vínculos para as interlocuções de pesquisa. Como a pandemia da covid-19 era certeza e nos assustava, os diálogos tiveram os cuidados recomendados: distanciamento e uso de máscaras e álcool gel, oferecido pelo pesquisador. Os encontros foram gravados em áudio e também fotografados com autorização da participante¹¹⁴.

Aparecida Guerra, que prefere ser chamada de Cida Guerra, tem 60 anos, é residente do distrito de Anhanguera há 37 anos. Mudou-se para o Morro Doce em 1983, quando seu marido, pedreiro de profissão, recebeu a proposta do irmão para morar em dois cômodos no Morro Doce sem precisar pagar aluguel; em troca o casal teria que ofertar mão de obra para a construção da casa de cima.

Desta forma, Cida, que pagava aluguel no Jardim Miriam na zona sul de São Paulo, aceitou com o esposo a oferta e foram construindo a casa do cunhado. Como não pagavam aluguel, foram juntando dinheiro para a compra de um terreno em outra parte do distrito.

Mas a história de Cida Guerra antecede sua chegada a Anhanguera. Nascida na cidade de Cruzeiro, mudou-se ainda bebê com a família para Cachoeira Paulista no interior do estado de São Paulo e começou desde muito cedo a trabalhar. Menina de família negra, ajudou os pais na roça e aos 9 anos foi trabalhar como babá na casa de uma professora, onde depois foi também doméstica, seguindo a trajetória de meninas pobres que iniciam o trabalho cuidando de outras crianças ou exercendo funções como doméstica.

Situação parecida ocorreu com a filósofa Lélia Gonzales¹¹⁵, menina de família negra, que nasceu em Belo Horizonte, mas que se mudou aos 8 anos com a família para o Rio de Janeiro. Em uma entrevista ao *Jornal Pasquim* (1986, p. 8) conta que:

¹¹⁴ Cida Guerra soube dos objetivos e problemas da pesquisa, assinou o TCLE e autorizou também a gravação e fotografias do encontro.

¹¹⁵ Lélia Gonzales (1935-1994) foi uma intelectual, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Nascida na cidade de Belo Horizonte / MG, muda-se com toda a família em 1942 para o Rio de Janeiro. Fez graduação em História e Filosofia, mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Social. No doutorado se especializou em antropologia política, dedicando sua pesquisa a gênero e etnia. Nos anos finais da década de 1960, fez de suas aulas de Filosofia espaço de resistência e crítica político-social. Ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum. Sua militância em defesa da mulher negra levou-a ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, onde atuou de 1985 a 1989. Foi candidata a deputada federal pelo PT e não se elege, mas fica como suplente. Nas eleições seguintes, em 1986, candidatou-se a deputada estadual pelo Partido

Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse para casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa.

Cida Guerra e Lélia Gonzales apresentam algumas marcas em suas trajetórias que são comuns: experiências de classe, relações étnico-raciais e gênero são fortes e presentes nas duas trajetórias, na imposição e cultura do trabalho doméstico às meninas de pele negra e pobres. Tal condição tem raízes sócio-históricas no processo de escravização e colonização da formação social brasileira, mas se atualiza nas relações sociais do Brasil contemporâneo, que reproduz em suas estruturas formas racistas de discriminação, de inserção, violência e de condução das relações sociais. Lélia Gonzales foi forçada a trabalhar como babá por volta de 1943, Cida Guerra, 25 anos mais tarde, aos oito anos em 1968, situação que se estendeu até completar maioridade, quando decide mudar-se para São Paulo, buscando outros horizontes.

A trajetória de Cida Guerra tem muito de outras histórias, apresenta traços que são comuns a outras mulheres e moradores dos territórios periféricos da cidade. Migra em 1978 para a capital paulista, mora com a irmã por três anos, casa-se em 1981 e vai ao encontro da periferia; dois anos depois vê a possibilidade de sair do aluguel e residir em uma casa cedida em troca de mão de obra para o cunhado.

É nessa trama, respondendo às demandas concretas da vida, que Cida e seu esposo mudam-se para o Morro Doce. Edificam a casa em que residem na modalidade de autoconstrução, ou seja, quando há algum tempo “livre”, quando o dinheiro da família dá e quando as forças físicas permitem. Como ela expressa: as “condições não eram boas”. Foram oito anos para que a casa de quatro cômodos fosse erguida; e ainda sem acabamento interno e externo, mudam-se com os filhos.

A história do lugar é lembrada com as durezas da falta de água, de luz elétrica e de asfalto, do precário e incipiente transporte público, mas também de um espaço de amizade, de construção de relações. Cida lembra que, depois de se mudar para Anhanguera, além de ajudar o marido na construção civil, trabalhava em

uma loja no bairro da Lapa, de onde resolve sair após dois anos para ficar mais próxima da família, devido à perda de uma filha. Para enfrentar a vida, trabalhou com faxina nas casas, lavava roupas para fora, fazia alguns “bicos” e passou também a se dedicar ao trabalho voluntário na comunidade.

Quando eu vim para cá, eu comecei a trabalhar numa loja na Lapa por dois anos e após o falecimento da minha filha eu dei uma parada, acabei ficando em casa até a minha caçula completar dez anos, mas foi um propósito meu mesmo, acho que medo... Eu quis ficar com eles [os filhos], acompanhar na escola. Nessa época eu passava roupa para fora, fazia faxina e alguns “bicos”.

O Pedro [filho] nasceu em 1986... em 1984, 1985, eu já estava ajudando como voluntária na Creche Amiguinhos; eu já era voluntária na creche nessa época. Porque tudo era precário e precisavam de ajuda para cuidar das crianças do bairro, eu cuidava das crianças, auxiliava nos banhos, na alimentação.

Em 1992 eu passei ajudando no Osem¹¹⁶ Alegria e Vida; faltavam funcionárias, eu cobria; cobria licença-maternidade, tudo como voluntária. Quando tinham atividades no Parque Anhanguera me chamavam para ajudar a cuidar e olhar as crianças.

Toda vez que precisavam de mim, a Eleuza [responsável pelo local na época] até assoviava, porque eram poucas casas e dava pra escutar. Ela me chamava “*nega, venha!*” ou passava lá no portão e falava: “*fulano hoje não vai poder trabalhar, porque foi levar criança no médico, tem como você ficar lá comigo?*” E eu ia. “*Nós vamos para o Parque Anhanguera tal dia, quer ir com a gente?*” E respondia: “*opa, vamos*”. E outra, meus filhos também participavam de lá, era uma forma de ajudar. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

Cida se aproxima do trabalho comunitário realizado pelas organizações sociais do bairro, inicia como voluntária em uma creche, cuidando do banho, da alimentação das crianças. Mais tarde passa a colaborar em um serviço de assistência social como voluntária, cobrindo as faltas de profissionais, ou mesmo colaborando em passeios. Há forte apelo da igreja católica no bairro, chamando os moradores a participarem de pastorais e de trabalhos voluntários com as organizações sociais que se despontavam na passagem dos anos de 1980 para a década de 1990.

A precariedade de infraestrutura urbana e de políticas públicas e sociais era parte da realidade vivenciada no distrito, e as ações sociais dos moradores contavam muito naquele momento, reforçando ações coletivas, movimentando processos de proteção, por vezes livres de institucionalidades. Ora no âmbito das

¹¹⁶ Serviço ofertado pela Coordenadoria do Bem-estar Social da Cidade de São Paulo, dirigido ao apoio socioeducativo a crianças e adolescentes.

instituições, havia certo trânsito de ações e de participantes nesse mote mediativo pelo território.

Eu sempre gostei daqui, então aqui era bem tranquilo, poucas casas, na verdade as pessoas que vinham para cá eram mais para “dormida” mesmo, pessoal trabalhava fora, pessoas que tinham vindo de outros lugares e eu digo que tinham até condições melhores do que a minha, porque eu vim para morar na casa de alguém, de favor... “digamos assim”, e o pessoal que já estava aqui tinha vindo para morar nas suas casas próprias ou estavam fazendo. O problema aqui é que não tinha asfalto, água encanada, não tinha energia para o Morro Doce, as escolas eram poucas, na época eram só duas, o Paulo Prado e o Gusmão. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

No traço de lutas, de algumas pressões populares no ano de 1993, inicia-se a primeira turma de ensino médio do distrito de Anhanguera, na Escola Estadual Sebastião de Oliveira Gusmão, mais conhecida como Gusmão pelos moradores. Cida, atuante no território, ajuda na divulgação da novidade para angariar coeficiente de alunos que garantisse a formação da sala. Também se inscreve e inicia o curso do ensino médio e três anos depois a primeira turma de alunos é formada no território de Anhanguera.

É possível observar as relações entranhadas entre as demandas do território, suas relações e os trajetos pessoais dos sujeitos, compondo de modo imbricado experiências de viver, morar, relacionar, de ser naquele território. Experiências de classe que se fazem no processo, no percurso pelas urgências e necessidades do lugar.

No ano de 93 eu fazia parte da APM [Associação de Pais e Mestres] na Escola do Estado Sebastião de Oliveira Gusmão e estava em andamento uma pressão para começar o ensino médio, a gente chamava até de “colegial”, mas precisavam de alunos para poder começar a primeira classe. Eu mais os vizinhos começamos a agitar para ter matrículas, e como eu não tinha terminado meu ensino médio, eu fui ser aluna.

Fomos atrás das pessoas, fazendo aquele trabalho de formiguinha no “*pé do ouvido*” daqueles que não tinham o ensino médio e nós conseguimos sala cheia. O pessoal tudo era mais adulto, era 1993 eu tinha 33 anos. Tinha pessoas do Jardim Britânia, pessoas do 22 [Quilômetro 22, outro pedaço do distrito], de todos os lugares. Aí nós conseguimos uma sala para o primeiro ano. Quando terminamos teve a formatura do terceiro ano junto com a turma da oitava série, foi feita na escola, foi muito significativo aquilo para a gente [momento de emoção].

Eu tenho o álbum da minha formatura. Eu estava com o cabelo para um lado e na foto aparece de outro, a minha filha falou “*tá errado*”

isso”, eu não sei como eles tiraram aquela foto e mudaram meu penteado de posição. Tenho fotos com a minha família, com os meus meninos no dia na minha formatura.

Foi uma luta, foi bem suado o ensino médio. Depois que eu terminei o ensino médio aí já começou a bater um desejo de continuidade no estudo. Na verdade, eu tinha vontade de ser enfermeira, queria trabalhar em hospital, era fascinada por bula de remédio para ver quais eram os efeitos colaterais, quais eram as reações. Eu pensava: *“não pode tomar isso não, porque os efeitos colaterais são estes... isso e isso”*. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

A realização do ensino médio é lembrada por Cida com grande alegria; finalizar o “colegial” nos anos de 1990 tinha outro significado, um certo prestígio, era sinônimo de investimento e esforço de formação, pois eram poucos os trabalhadores que concluíam o ensino médio, sobretudo aqueles que já eram adultos. A classe trabalhadora sempre teve muita dificuldade para acessar e se manter na escola, que deveria coexistir com o trabalho, com as ações comunitárias desenvolvidas no bairro, com os cuidados com os filhos, com a casa, com a família.

Cida alimentava um desejo de estudar Enfermagem, disse que era fascina por “bulas de remédio”, adorava ler e saber dos componentes, dos efeitos colaterais de cada medicamento. Mas, por falta de condições, adia o sonho do ensino profissional – era preciso continuar cuidando da família e das atividades comunitárias com as quais se envolvia. Desta forma, foi compondo espaços de ações coletivas no bairro e se insere na Pastoral da Criança, colaborando na confecção de multimistura¹¹⁷ para combater a desnutrição de crianças e adolescentes residentes em Anhanguera.

Eu trabalhei cinco anos com a Pastoral da Criança. Fui coordenadora dessa pastoral. Nós tínhamos na época... deixa eu pensar... por volta de 1994, 1995... tínhamos 120 crianças e uma faixa de 80, 90 famílias. Era um trabalho de visitas, formações, tinha formações para as líderes fazerem as visitas, como chegar nas casas. Era uma luta contra a desnutrição. Nós tínhamos ali naquela Favela do Souza Pinto [favela que compõe o distrito], muitas famílias e as crianças em situação de desnutrição.

Tinha muitas famílias que sofriam e sofrem com a questão da fome, a exclusão aqui era muito grande, vi situações de crianças bem desnutridas mesmo, o posto de saúde encaminhava para a gente, para as famílias receberem a multimistura. Lembro que nós mesmos

¹¹⁷A multimistura é uma espécie de farinha múltipla. Uma tecnologia social difundida como complemento alimentar para o combate à mortalidade infantil e à desnutrição. Geralmente é composta por farelos (de arroz, de trigo e/ou de milho), sementes (de abóbora, melancia e/ou gergelim), pó de folhas verde-escuras (de aipim, de batata doce e de abóbora) e cascas de ovos; apresenta variações regionais em termos quantitativos e qualitativos da formulação. Foi amplamente difundida pelas ações da Pastoral da Criança e por movimentos da infância, servindo como uma arma social de combate à desnutrição.

que fazíamos, comprávamos todos os ingredientes, era um trabalho de fogão, muita quentura para fazer aquilo. Nós fazíamos xarope caseiro, comprávamos vidrinhos, higienizávamos para colocar o xarope para as crianças. No dia da pesagem, era oferecido alimento para as crianças, tudo caseiro, aproveitávamos as folhas dos alimentos, tínhamos aquele preparo para falar com as famílias, quais eram as vitaminas, proteínas para oferecerem para as crianças. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

A luta contra a desnutrição era encampada coletivamente pela força das mulheres do território, que articulavam muitas frentes de trabalho, no cuidado direto com crianças e adolescentes, na luta por escola, compondo o grupo que preparava a multimistura e distribuía às famílias mais pobres do lugar. Em meio a essas travessias, Cida é chamada para trabalhar em um serviço socioassistencial para crianças e adolescentes, por ser referência e compor o movimento de proteção à infância e adolescência em seu território.

Inicia na função de educadora social e, ao se lembrar de como foi seu contato com as crianças e adolescentes, fica emocionada:

No ano de 1997, surgiu o que naquela época era um vaga para ser monitora, na época se chamava assim. A monitora estava com dificuldade para trabalhar com os adolescentes aqui [CCA Jardim Britânia]. A diretora chamava Marilena e estava com dificuldade com a orientadora, porque não conseguia trabalhar direito com as crianças e precisavam de uma pessoa urgente, porque a menina só ia ficar naquela semana. Perguntou para a Eleusa [diretora do serviço ao qual Cida fazia serviço voluntário] se conhecia alguém, ela disse *“tem a Guerra”*.

Me lembro até hoje eu na porta da cozinha e ela: *“vem aqui”*... me colocou mais para dentro, bateu palma e falou assim para as crianças: *“essa aqui é a moça que vai ficar com vocês”*. Eu falei, assustada: *“como assim?”*. Foi igual aos artistas quando vão fazer show e alguém dá um empurrão para entrar no palco [se emociona ao lembrar].

A turma era de crianças, pensava comigo: *“como eu vou começar com isso, com essa criança?”*. Eles já começaram a bater na mesa, da mesma forma que eles faziam com a outra educadora. Eu lembro que eu falei: *“bom dia!”*, a minha voz é mais alta né, e eles responderam: *“bom dia”* e começaram a bater na mesa, e eu falei novamente: *“eu gosto de ouvir e gosto de ser ouvida e se vocês permitirem eu falo, daí vocês me ouvem, depois vocês falam e eu ouço vocês, pode ser assim?”*. Eles pararam de bater e ficaram em silêncio. Eu disse: *“eu sou superlegal desde que vocês sejam legais comigo, também sei ficar brava”*. E eu falei um pouco da minha vida, quem eu era, que eu não imaginava que ia acontecer isso que aconteceu agora... aí eles me ouviram e me ouvem até hoje...

Nós não tínhamos materiais pedagógicos para usar, era muito difícil. Não tinha material nenhum, sulfite eram papéis de máquina de

datilografia que alguém doava, não tinha nem bola, só aquelas bolas de pano, mas era o que nós tínhamos para trabalhar.

Eu vou dizer que naquela época as portas desse serviço eram abertas para as crianças, aquelas “*levadas da breca*”. Aquelas que ficavam na rua mesmo, que davam trabalho. Na verdade, era um trabalho para os meninos da rua, para aqueles que ficavam na rua, eu gostava disso. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

As memórias pessoais de Cida vão cruzando e esbarrando com os enredos da vida pública no distrito de Anhanguera. Como voluntária, trabalha em creches, em serviços socioeducativos para crianças e adolescentes e posteriormente é contratada como educadora. Vê-se desafiada a entrar em cena como “uma artista que recebe um empurrão para entrar no palco” e logo percebe que trabalhar profissionalmente como educadora não retira as precariedades do trabalho na luta por direitos de crianças e adolescentes.

Sem formação específica, nem recursos didáticos ou pedagógicos, enfrenta o contexto de seu tempo social, revelando a fratura e as contradições existentes na década de 1990, quando é aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas)¹¹⁸ e e ao mesmo passo que o país convive com as políticas de cunho neoliberais, que engendram ações de restrição aos investimentos públicos na agenda de seguridade social, movimentando reformas do Estado¹¹⁹.

¹¹⁸ A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) n. 8.742 é de 7 de dezembro de 1993, vem se materializando desde 2005 quando se constitui o Sistema Único de Assistência Social (Suas), Norma Operacional Básica (2005) que foi atualizada em 2012, e também pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009.

¹¹⁹ O Brasil tem em sua história algumas tentativas de reforma do Estado. Em 1936 há a primeira grande reforma realizada por Getúlio Vargas, conhecida como reforma burocrática, e outras são realizadas após 1964 durante os governos da ditadura empresarial militar. Nos anos 1990 se inicia na gestão do presidente Fernando Collor de Melo e se adensa profundamente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), que cria um mistério para organizar e deliberar reformas do Estado, com pauta de privatizações, propostas de reformulação da estrutura administrativa do Estado, desregulação econômica, com forte teor de deliberação ideológica, econômica e política de cunho neoliberal, na tentativa de ajustar a economia ao capital e investimento global.

“Registra-se a reforma administrativa implementada pelo Governo Collor, que promoveu um amplo e profundo rearranjo estrutural, visando à racionalização (redução de gastos) e à desestatização (reduzir a interferência do Estado no domínio econômico). Neste sentido, fechou ministérios, promoveu fusão e extinção de instituições, promoveu afastamento e/ou remanejamento de pessoal, extinguiu, privatizou e descentralizou empresas, além de ter promovido a desregulamentação do mercado. Para Lustosa da Costa e Cavalcanti (1990), a reforma tinha um forte componente ideológico com a proposta neoliberal. A instabilidade política instalada durante o processo de *impeachment* do Presidente Collor, que culminou com sua renúncia em dezembro de 1992, fez com que o processo de reforma administrativa perdesse o seu fôlego sendo, momentaneamente, colocado em segundo plano. Em 1994, com a inauguração do Plano Real e a retomada da estabilidade econômica do país, criaram-se as condições para a retomada da agenda de reformas, implementadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, após 1995, sob a coordenação do MARE, capitaneado pelo então Ministro Bresser-Pereira”. (CAPOBIANGO et al., 2010, p. 5). Para melhor

É nesse traçado entre as dinâmicas de ordem próxima da vida e as políticas econômicas restritivas ao campo das políticas sociais que Cida Guerra sente o impacto em seu trabalho social, na falta de condições e estruturas, na falta de respaldo e investimento do Estado. Nessa trama segue trabalhando por mais de duas décadas no serviço destinado à convivência e ao fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, conveniado desde os anos 1997 com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

E é nas dobraduras do refinamento e da institucionalização do Suas na cidade, que Cida se vê impelida a buscar um curso universitário depois de 13 anos de sua formatura do ensino médio. Aos 48 anos decide retornar aos estudos e cursar Serviço Social, contando com o apoio de uma trabalhadora da rede estatal que realizava supervisão ao serviço de Cida.

Quando a Bina [técnica da SMADS que realizou supervisão ao CCA Britânia] veio para cá e “botou fogo”. Ela falava assim: *“você precisa estudar, fazer faculdade, porque você tem capacidade para dar mais, você precisa estudar e eu quero que você comece a estudar esse ano”*. Ela me incentivou e quando surgiu o cargo de Assistente Técnico [que trabalha com famílias e coordenação socioeducativa], ela falou assim: *“você vai ficar com esse cargo e você vai estudar... eu acredito que você tem todo o perfil, todo o jeito, mas promete que vai estudar”*.

Naquele final de ano [2008], eu falei *“vou estudar”*, mas eu não queria fazer Pedagogia, eu escolhi fazer Serviço Social. Aí quando eu fiz a matrícula, eu falei: *“Bina, estou matriculada na faculdade”*. Eu lembro que ela veio aqui e deu todo o respaldo; quando eu precisava de alguns livros, ela trazia, fazia pesquisas, me ajudou muito. Ela foi o meu incentivo. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

Os caminhos percorridos no território por Cida Guerra levam à construção de experiências sociais de classe, de trocas, de relações e de pertencimento. Sua trajetória é vivida em grande parte em Anhanguera, lugar onde aprendeu a ser solidária, a lutar por melhores condições, a se dedicar na proteção da criança e do adolescente, compôs e continua a constituir grupos de defesa de direitos. Constrói com a família a casa, com outras mulheres as lutas por proteção social, no trabalho coletivo se formou assistente social, e continua a nutrir a esperança. Ao andar pelas

ruas do território, sabe que existem histórias que a une com outros sujeitos, passagens e lutas que os pertencem, existe a trajetória de toda uma vida.

Eu gosto daqui, aqui tem história, tanto é que eu vou passando e vendo as pessoas **nas ruas daqui, tem as histórias que nos unem**, do que nós fizemos. Eu acho que eu colaborei bastante com as famílias daqui e até com as crianças, porque é uma história de vida mesmo. Passo na rua e as pessoas já falam “*eita tia, oi tia...*”, porque já são uns barbados, as crianças que eu trabalhei, cuidei, lutei por eles... já cresceram, já estão na segunda geração.

A segunda geração está aqui comigo [no CCA Jardim Britânia]. Esse bairro para mim também foi importante, porque foi aqui que eu desenvolvi tudo. Eu vim para cá, bem dizer, menina, eu tinha 23 anos. Aqui aprendi a ser solidária, porque as pessoas precisavam, eu precisava...

Aumentou muito a população, mas não teve desenvolvimento de escolas, de benefícios para a população, sabe? (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020, grifos nossos)

CAPÍTULO 6

A COR DESSA CIDADE SOU EU: PRECARIZAÇÕES, VIOLÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIA

Figura 23 – Andréia Sales



Fonte: Registro do pesquisador, 2021.

Eu sou Andreia Sales, tenho 40 anos. Moro com meus filhos e meu esposo. Tenho 10 filhos, aliás, moram comigo oito e dois já seguiram o rumo deles, já saíram de casa, sempre estão perto de mim, mas não moramos mais juntos.

A minha história é grande. Eu não nasci em São Paulo, nasci na Bahia, em Vitória da Conquista, meus pais são da Bahia. Eu nasci lá e vim para São Paulo ainda bebê, fui criada aqui e fiquei até hoje em São Paulo, pulando de galho em galho e agora estou aqui.

Meus pais vieram e alugaram uma casa em São Paulo, chegaram em 1980 no Jardim Bonança em Osasco [cidade da região metropolitana de São Paulo], moramos por um bom tempo por lá, saí de Osasco com quase 10 anos de idade. Mudamos algumas vezes em busca de aluguel mais em conta, moramos no Parque Imperial, depois mudamos para o bairro do Munhoz lá em Osasco também.

Aí fomos para Francisco Morato, moramos lá um pouco e voltamos para o Parque Imperial novamente, e por último viemos aqui para o Morro Doce.

Eu cheguei aqui no Anhanguera eu ia fazer uns 14 anos, foi em 1994. Aqui era bem diferente, as ruas eram de barro. Era diferente porque a Anhanguera [citando o trecho da Rodovia Anhanguera] chegou a ter muita enchente, com a chuva os carros paravam por conta da água. Muita gente quando ia pegar o ônibus descia de sacola, colocava uma sacola em cada pé para não sujar os sapatos para ir ao trabalho. Era tudo barro. Tinha pouca escola, pouco comércio, nesse tempo morava eu, meu pai, minha mãe e meus dois irmãos. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

Os encontros para dialogar com Andréia ocorrem no espaço do CCA Britânia, local em que anos antes a conheci em uma reunião para tratar de assuntos do bairro, especificamente para que a Prefeitura de São Paulo não tirasse a linha de ônibus 8622-10 Morro Doce – Praça Ramos. Andréia também participou dos grupos socioeducativos do Cras Anhanguera por muitos anos, espaço em que sempre estávamos em diálogo.

Moradora antiga do distrito, participante ativa dos serviços socioassistenciais do território, tornou-se potencial interlocutora desta pesquisa por ter uma história, em grande medida, diferente da de outras mulheres com quem já havia conversado – embora, com muitas particularidades, a sua trajetória se cruze e se una às histórias de vida de Flávia, Suseth, Cida, em alguns aspectos, como classe, relações étnico-raciais e gênero.

Assim, em julho de 2020, consegui seu telefone e lhe expliquei sobre a pesquisa e ela decidiu participar¹²⁰, agendamos três encontros que foram

¹²⁰ Andréia Sales assinou o TCLE, concordando em participar da pesquisa e autorizando o uso de imagens, sons e dados coletados.

sucessivamente cancelados, pois Andréia estava doente e ficou hospitalizada por 20 dias. Quando recuperada em setembro de 2020, marcamos o encontro e, mesmo diante do quadro pandêmico, preferiu que fosse pessoalmente, pois expressou não ter nenhuma habilidade com recursos tecnológicos de comunicação, e a internet na sua casa “nem sempre pega”. Dialogamos em uma tarde de primavera e, novamente, foram tomados os devidos cuidados de distanciamento, uso de máscaras e álcool gel.

Andréia Sales é moradora do distrito de Anhanguera há 26 anos, chegou no território ainda adolescente com a família, que era composta por seus pais e dois irmãos. Vindos da cidade de Vitória da Conquista na Bahia, chegam a São Paulo ainda na década de 1980 em busca de trabalho e renda. Andréia chegou com dois meses de idade e morou com a família nos 13 primeiros anos em duas cidades, Osasco e Francisco Morato.

Percorreram três bairros de Osasco e um na cidade de Francisco Morato em busca de aluguéis mais baratos, destacando um traço comum na vivência dos trabalhadores que residem em casas de aluguel, há sucessivas mudanças de casa e território,

A família chegou ao distrito de Anhanguera com a esperança de um aluguel mais barato e de talvez conseguir um novo rumo que garantisse trabalho. Essas expectativas não foram realizadas por completo, pois a família enfrentou enorme dificuldade para sobreviver, foram tempos difíceis: fome, desemprego, apertos diários. Os pais sem escolarização conseguiram poucas oportunidades de emprego formal com carteira assinada; Andréia, em uma pior situação, nunca teve registro na carteira nem contrato formal de trabalho.

As memórias de Andréia revelam que o território de Anhanguera, nos anos iniciais da década de 1990, era constituído por poucas casas, ainda havia muito espaço para loteamentos, ocupações e construções. Essa perspectiva ganhou adensamento em pouco tempo, pois Anhanguera foi o distrito da capital que mais teve crescimento populacional entre 1991 e 2010 (IBGE, 2010).

As ruas eram de barro, sem pavimentação; lembra-se das estratégias dos moradores ao usarem sacos plásticos para enfrentar a lama das ruas quando chovia, maneira de não sujar os calçados. Recorda que havia poucas escolas, poucos comércios. Nesse processo de chegada ao Morro Doce, Andréia lembra-se

de que as amizades e o convívio social eram mais difíceis, pois sua família era tímida e não tecia muitas relações com a vizinhança.

Lembra-se da vida que levou com seus pais, que hoje são falecidos: quando chegaram ao território passavam a tarde sentados na grama que margeia a SP-330, observando os veículos e gastando o tempo que tinham – seus pais estavam desempregados.

Meus pais já faleceram. Meu pai vai fazer dois anos que morreu [faleceu em 2018] e vai fazer 18 anos que minha mãe se foi, tem o mesmo tanto de anos que meu menino tem, ela morreu quando ele tinha dois meses [2002].

Me lembro que quando chegamos aqui, como a gente não tinha muita amizade, quando terminávamos de almoçar, a gente ia se sentar na beira da Anhanguera, no gramado que margeia a via, bem de frente para a pista para ver os carros passando e nós ficávamos a tarde toda ali, eu, meu pai e minha mãe; até começar a pegar amizade com o povo daqui, ficávamos muito quietos, mas depois que a gente pegou amizade, pronto...

O que era um pouco triste é que, quando nós viemos para cá, meu pai estava desempregado e minha mãe também, então a gente teve muita dificuldade, passamos muito apertados aqueles tempos. Depois foi melhorando um pouco, mas eu acho mesmo é que nunca tivemos uma vida sossegada. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

A trajetória de Andréia revela algumas densidades de camadas da classe trabalhadora, que, sem escolaridade, enfrenta inúmeros desafios cotidianos para a sobrevivência, como a escassez de oportunidades de trabalho, o desafio da fome e das privações diárias. Experiências de classe que são marcadas pelas formas incipientes de renda, trabalhos temporários, informais, braçais e precários que se constituem traços comuns a grande parte dos trabalhadores que estão fora do circuito formal do trabalho, mas contraditória e perversamente estão inseridos na lógica do sistema de produção.

Quando eu era pequena, a gente morava no Jardim Bonança, ele [o pai] chegou a trabalhar como coletor de lixo à noite, trabalhou por alguns cinco anos, aí era registrado. Minha mãe, antes de mudarmos para cá, ela teve registro na carteira... trabalhou na Barra Funda [bairro da zona oeste da cidade de São Paulo], trabalhou um bom tempinho também. Mas aí depois que mudou para cá já não mais, só bico mesmo, as coisas ficaram mais difíceis para nós.

A gente não tinha amizade com o povo aqui, meu pai era meio vergonhoso, minha mãe também. Como a gente não tinha conhecimento... a gente também não tinha ajuda. Meu pai chegou a tentar vender um relógio que ele tinha, um relógio Oriente, para o primeiro conhecido da rua, porque a situação estava muito difícil. O

homem falou para ele: *“não quero comprar seu relógio, eu arrumo esse dinheiro para o senhor, pode ficar tranquilo e no dia que puder me devolver, o senhor me devolve”*. Ele voltou para casa tão contente... naquele tempo estava entrando no Real, ele veio para casa com R\$ 5,00, era um dinheirinho que dava para fazer uma comprinha. Ele chegou em casa e a gente não tinha nada, só tinha fubá e sal. Eu me lembro que desci no mercado com a minha mãe, estávamos felizes porque íamos comprar comida, a gente nem sabia onde era o mercado... lá fizemos uma “comprinha”, compramos um pouquinho de cada coisa e deu para a semana, mas depois meu pai já foi empregado por um conhecido, aí já ficou um pouco melhor. Minha mãe também fazia uns biquinhos, ela trabalhou de tudo... de tudo o que aparecia, até faxina, limpeza ela fazia para os outros. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020)

A família de Andréia percorre diversos tipos de trabalhos informais que surgem em seu cotidiano, como capinagem e limpeza de casas; sua mãe lavava roupa para fora. Recorda que os pais eram tímidos e isso os impedia de pedir ajuda a terceiros. Embora, em certa ocasião, o pai de Andréia busque algumas soluções, no limite da precariedade em que viviam, como a tentativa de vender um relógio para conseguir algum dinheiro para comprar comida. Conseguiu uma quantia emprestada por um vizinho, que permitiu que ficassem com relógio e quando pudessem pagariam. Observam-se, nessa passagem, circuitos de solidariedade entre os pares, entre os moradores do território que se solidarizam com as situações vivenciadas, encampando uma rede de relações com alguma proteção.

Andréia se recorda que, após a família se mudar para Anhanguera, poucas oportunidades de trabalho apareceram para seus pais. Uma possível mediação incutida nessa situação é a distância do distrito com o centro da cidade e com os espaços de absorção de mão de obra para o perfil de trabalhadores como os pais de Andréia. O distrito de Anhanguera tem precária rede de transporte público, e o custo da passagem de ônibus se torna um peso aos mais pobres, impedindo-os de circular pela cidade para buscar alguma oportunidade. Embora nas margens da Rodovia Anhanguera haja diversas empresas de tecnologia, logística, transporte e indústrias de plástico e metal, elas não absorvem trabalhadores sem escolarização formal; além disso, para acessá-las é preciso utilizar transporte público, às vezes mais de um.

É nessa esteira contextual que a trajetória de Andréia tem a marca da precarização e a não inserção em trabalhos formais; os limites de suas condições de vida não permitem muitas escolhas, a fome tem pressa. Assim, a moradora da

periferia aceita trabalhar com o que surgir e aguentar. Algumas vezes percorrendo o território, é possível verificar a interlocutora da pesquisa pegando materiais de reciclagem (latinhas), em outras movimentando bandeiras de candidatos em período eleitoral, ou ainda seguindo para uma faxina ou outra.

A gente tem que se virar, se for nessas de escolha, a gente passa fome, não é? O que aparecer, eu faço. Agora eu esmoreci um pouco, começou a me dar problema na coluna, não posso pegar muito peso, tenho que fazer as minhas caminhadas, meus exercícios, perder uns pesos para ficar recuperada totalmente, mas o que tiver que fazer, o que eu aguentar fazer, eu faço. Não tem outra opção, mesmo meio doente a gente tem que trabalhar. É a vida do pobre, tem que se virar, não tem o que fazer. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020)

Andréia narra que está com problemas na coluna, com a saúde debilitada, que a impede de pegar pesos, mas que mesmo assim precisa continuar a trabalhar para poder conseguir manter a sobrevivência da família. A história de Andréia faz lembrar a vida de Carolina Maria de Jesus¹²¹, mulher negra, catadora de papéis que viveu na Favela do Canindé em São Paulo nos anos de 1950 e lutava diariamente contra a fome; vivia sob os limites da precariedade das condições da pobreza. Em certa passagem de seu livro, *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (1960, p. 110), no dia 12 de outubro de 1958, narra: “Estou triste porque não tenho nada para comer, não sei como iremos fazer. Se a gente trabalha passa fome, se não passa fome do mesmo jeito”.

As vidas de Carolina Maria de Jesus e Andréia Sales, embora em espaços e tempos distintos, mostram certa conjugação. Mulheres negras, com filhos, trabalhadoras informais que lutam contra a fome, contra as mazelas e os sofrimentos de vida a que são submetidas. Ambas percorrem seus territórios em busca de trabalho, doações, se fazem resistentes e tentam ser fortes para continuar suas jornadas. Vê-se que, mesmo depois de 70 anos das vivências de Carolina Maria de Jesus, as experiências de mulheres negras nas periferias da cidade persistem e informam as estruturas desiguais da sociedade brasileira, marcada pela exclusão e desproteção social.

¹²¹ Carolina Maria de Jesus (1914-1977), uma das primeiras escritoras negras do Brasil, viveu boa parte de sua vida na Favela Do Canindé, na zona norte de São Paulo, sustentando a si mesma e a seus três filhos como catadora de papéis. Em 1958, com o apoio do jornalista Audálio Dantas, tem seu diário publicado em forma de livro *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, que fez um enorme sucesso e chegou a ser traduzido para 14 línguas. É considerada a primeira autora periférica a retratar o cotidiano da favela e de seus moradores.

Andréia Sales, assim como Carolina Maria de Jesus, não conseguiu concluir seus estudos, cursou até a segunda série primária na cidade de Osasco, quando seus pais ainda tinham a segurança do trabalho formal; mas, depois da perda de trabalho, migraram de um lado para outro e a menina não seguiu os estudos. Anos depois, no distrito de Anhanguera, matriculou-se na escola quando tinha entre 16 e 17 anos, porém não pode continuar. Reconhecendo a importância dos estudos, sonha com a possibilidade de voltar à escola.

O único lugar que eu consegui estudar um pouquinho mesmo foi quando eu morava em Osasco no Parque Imperial, quando meu pai estava trabalhando ainda, eu cheguei a estudar até a segunda série só. Aqui mesmo, depois dos meus 16, 17 anos, eu comecei a estudar também nessa escola no Morro Doce, mas aí parei. Eu falo que nunca é tarde, mas o dia que eu tiver chance de retornar, eu pretendo retornar. Eu falo para os meus filhos: *“a mãe pode não ter tido estudo, mas eu pretendo voltar”*.

Eu falo sempre para eles [os filhos]: *“vocês mais cedo ou mais tarde vão ter coisa melhor, vocês continuam o estudo, sem estudo a gente não consegue nada, com estudos vai longe. Se você estudar, não vai precisar de ninguém”*. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

Andréia reside em uma área de ocupação, um grande terreno em que vivem várias famílias, e a chegada a esse espaço está relacionada com a busca por um lugar para viver sem o custo do aluguel. A área é conhecida no distrito como “treme-treme”, em referência a um lugar onde as estruturas sociais tremem, movimentam-se, pois existe o tráfico e o uso de drogas por parte de alguns moradores; também se relatam situações de prostituição de mulheres para angariar recurso para a compra de entorpecentes.

Apesar disso, Andréia tem especial vínculo com sua casa e com o local de residência, expressa não querer sair daquele espaço.

Eu moro aqui tem um bom tempo, só onde a gente mora ali já tem quase 30 anos naquele lugar, não saio dali para lugar nenhum. A gente se criou ali, meus pais moram ali também, meus irmãos seguiram o *“ruminho”* deles, casaram-se e foram embora para outras casas aqui mesmo no Morro Doce, mas eu fiquei... Tem as coisas lá... todo mundo sabe, mas tem coisa boa também, tem gente de bem que mora ali. A minha família é exemplo disso, nenhum filho meu está envolvido com drogas. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

Ao falar do lugar em que reside, lembra-se das vivências de seus pais, do lugar em que viviam juntos, do tempo em que a família viveu naquele lugar. Também reflete que existem coexistências, diferentes circuitos, dinâmicas e modos de vida em seu pedaço territorial, mas que sua família é resistente diante das contradições e situações de ameaças e insegurança que os rodeiam.

Por meio de suas narrativas, é possível refletir que a vida na periferia é heterogênea, composta por diferentes fios mediativos, lugar da múltipla convivência. Gabriel Feltran (2011), em seu artigo “Bandidos e trabalhadores na mesma família”, indicava as capilaridades de uma trama relacional de convivência do universo popular, um conjunto complexo de relações, códigos, ações entre os que vivem e de algum modo se relacionam com a fina linha entre legalidade e ilegalidade nos territórios periféricos da cidade.

Ao destacar o espaço da ocupação onde reside, Andréia se recorda da vida e da separação de seus pais que levou sua mãe ao uso abusivo de álcool, vício que a fez sair de casa e perambular sem rumo pelas ruas do distrito. A vida atravessada pela falta de trabalho, pobreza, sofrimento, separação conjugal interferiu nas direções e dinâmicas concretas e subjetivas da família de Andréia, que se lembra do dia em que sua mãe faleceu, no qual foi acordada às pressas com o aviso de uma vizinha que sua mãe estava passando mal.

Teve uma época que meu pai e minha mãe “desandaram”, cada qual para um canto. Minha mãe andou como uma andarilha pelo Morro Doce todo, parecia que não tinha família por ela, mas a gente nunca deixou de correr atrás dela; para mim foi uma maldade contra ela, porque, além de ser uma pessoa muito boa, também não bebia nada, nem vinho, de repente ela começou a cair na bebida, e não parou mais.

E meu pai depois de velho também virou a “casaca”. Passava noitadas em bar, o dinheirinho que ele recebia de um servicinho ou outro gastava tudo em cachaça. A minha mãe foi para um lado e meu pai para o outro, só ficou a gente mesmo no quintal.

Nessa época eu já tinha meus dois filhos mais velhos. Quando minha mãe faleceu, ela não estava comigo, estava morando dentro de um galpão em um trailer de caminhão com um senhor. Ela passou mal, fui chamada, mas não deu tempo de a ambulância chegar e ela veio a óbito.

Ela já estava com problema, tendo ataques epiléticos, principalmente quando ela ficava sem beber; o pessoal fala que é a tal da abstinência. Me lembro com muita dor do dia em que ela morreu, nesse dia eu não levei os meus meninos para a escola, parece que eu já sabia que alguma coisa ia acontecer, eu acordei com os cachorros latindo, minha vizinha chamando: “*Déia, corre aqui que seu Paulo veio avisar que a sua mãe passou mal*”. E eu tinha

acabado de ter um sonho com ela, fui lá correndo, quando eu cheguei aonde ela estava morando, já tinha falecido, chamamos socorro, mas não deu tempo. Olha, ela não tinha nem 50 anos. Ela estava com uns 42 anos quando morreu. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

A vida difícil e cheia de marcas de sofrimento vai delineando a trajetória da moradora do Morro Doce. O trágico falecimento da mãe mostra a ausência de serviços de emergência em saúde no distrito, a distância e demora para a ambulância chegar ao local para o socorro. Anhanguera atualmente conta com apenas uma unidade de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), que tem como função atendimentos de baixa complexidade ofertados em caráter de urgência, serviço que foi inaugurado em 2007, posteriormente à morte da mãe de Andréia, que faleceu em 2002.

Embora o distrito conte com algumas unidades básicas de saúde, o atendimento emergencial em saúde continua a ser um problema enfrentado pelos moradores, que em muitas situações buscam atendimento médico nos distritos vizinhos, Perus e Pirituba.

Andréia, ao falar de sua trajetória no território, lembra-se de que viveu dois romances, um primeiro que lhe deu três filhos, e o atual relacionamento, no qual tem sete filhos. Recorda que seu companheiro teve problemas com o uso de álcool e drogas, mas faz questão de expressar que hoje “ajuizou-se”: trabalha na informalidade com pequenos “bicos”, ajuda a cuidar dos filhos e tem responsabilidade com seu pai, que é idoso e está doente.

Eu conheci o pai desses mais novos [filhos] e com ele eu tive 7 filhos: eu tive um casal de gêmeos, que veio a falecer o menino e ficou a menina, tive ela [em referência à filha de 8 anos que a acompanhava], tive dois meninos gêmeos. Ao bem dizer, vai fazer 19 anos que estamos juntos firmes e fortes, passamos poucas e boas. Não vou mentir, ele era usuário [de drogas], digo hoje ele é “ex”, bebia, usava droga, mas agora ajuizou.

Antes de conhecer pedi para Deus: *“Senhor, eu não quero acabar sozinha, eu tenho filhos e, se for para arrumar uma pessoa, tem que me aceitar, tem que aceitar meus filhos também”*.

Eu não queria acabar do jeito da minha mãe, cair na bebida por desgosto; não queria abaixar minha cabeça, e de repente ele aparece na minha vida. Hoje ele não bebe, não usa droga, me ajuda com as crianças, não trabalha registrado, mas me ajuda com as crianças em casa; se aparece algum biquinho, ele faz. Ele tem o pai dele que é doente e mora aqui perto, é um “idosinho”, tem que ajudar lá também, eu não proíbo de jeito nenhum, pois é o pai dele. Só que a mãe dele sempre foi contra nosso relacionamento, eu percebo, ela

não gosta das minhas crianças, nunca deu um abraço na neta que tem 16 anos. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

Andréia, por meio de suas narrativas, sinaliza que não “queria acabar sozinha”, expressando certo temor em não ter um apoio, uma companhia conjugal para enfrentar a vida. Tinha receio de ficar sozinha e seguir os caminhos de sua mãe e ser consumida pelo “desgosto” e fazer uso abusivo de bebidas alcoólicas. O companheiro atual surgiu em sua vida há 19 anos; o relacionamento é referenciado com sustentação e força em sua trajetória, espaço de aceitação dela e dos filhos, vínculo que afastou o medo da solidão.

Fala com entusiasmo dos filhos, conta que dois deles se casaram e que estão trabalhando formalmente. Para ela, que nunca conseguiu trabalho formal, isso é uma conquista, signo de mudança, sabe que o trabalho formal garante proteção social. Narra com felicidade que o filho mais velho vai fazer faculdade, deseja que os filhos possam planejar o futuro para não sofrerem com as intempéries da pobreza. Com a sapiência popular, aconselha os filhos a estudarem, serem solidários com os outros, ensina que preparar o futuro é uma condição necessária à sobrevivência.

Eu tenho maior admiração pelos meus filhos, como disse, são dez: Luiz Fernando tem 23; o Mateus, 22; Felipe, 19; Andressa, de 16; Rodrigo, 15 anos; tem a Helena de 11; Isabel, 8 anos; Samuel e Daniel de 5 são os gêmeos, e a Rebeca, de 1 aninho, é a “raspinha de tacho”.

Igual, os meus maiores já foram criados sem o pai verdadeiro, não chegaram nem a conhecer o pai direito, mas só de ter a convivência com o Rogério [atual companheiro] foi sempre aquele respeito, aquelas orientações, o que pode fazer, o que não pode; orientou com quem andar, se alguém te dá uma coisa pra você guardar, não guarda, porque estão aprontado algo com você; não pega nada de ninguém, se você puder ajudar o próximo, ajuda, se pedirem uma ajuda e você puder, ajude, não vire as costas.

O Luiz Fernando terminou a escola, ele está trabalhando e vai cursar a faculdade agora... acho que é de logística, essas coisas aí, vai estar arrumando a vidinha dele, tá morando em Franco da Rocha, se ajuntou com uma moça de lá. Agora arrumou emprego com registro, está superfeliz e eu também, emprego assim não é fácil, agora pode comprar crédito [de telefone celular] e pode estar me ligando.

O Mateus só não terminou o terceiro, mas vai terminar, está trabalhando também, são meninos bons, não tem o que dizer. Eu falo assim: *“a mãe não explora, mas no que puder estar ajudando a mãe, se for de bom coração, eu aceito, mas eu quero mesmo é o futuro de vocês, prepara o futuro de vocês, é a melhor coisa para não sofrem com a falta das coisas”*. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

Sabendo das coexistências do lugar onde mora, Andréia analisa e reflete sobre o que e quem está a sua volta, procurando aconselhar e educar os filhos a partir de seus recursos e vivências. Aconselha a não aceitarem nada de ninguém, não guardarem nada para ninguém, pois sabe que a “quebrada” oferece perigo ao futuro de seus filhos. Com a esperteza de quem já viu muitas coisas, pessoas serem presas, usarem de modo desenfreado drogas lícitas e ilícitas, aconselha atenção aos fluxos, às amizades e relações presentes no lugar. Vera Silva Telles, em seu texto “Illegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade” (2011), analisa que:

Todas essas linhas se entrecruzam nas práticas sociais, no plano das famílias, da economia doméstica e das redes sociais, e aí o jogo social se faz em conexão com outros tantos circuitos que embaralham ainda mais as fronteiras do legal e do ilegal, do formal e do informal, do lícito e ilícito. (TELLES, 2011, p. 163).

Andréia revela esperteza diante das relações costuradas no território, sabe que pode haver convites ilícitos para os filhos, promessas de dinheiro, oportunidades para saírem momentaneamente das dificuldades financeiras. Mas trabalha com a possibilidade da reflexão consciente das contradições, expõe a seu modo a liberdade de cada um dentro dos limites da vida que levam.

As dobraduras da convivência entre ilegalidades e legalidades revelam a sapiência e a experiência de quem mora na “quebrada”, de modo que é preciso atenção, pois se convive de modo muito próximo, é necessário oferecer e ter amizade, mas também é importante saber a ordem da distância certa, identificar as linhas de fronteira, ter atenção e precaução. Essas dobraduras do cotidiano compõem experiências de classe que só são possíveis no trânsito e na vivência de práticas sociais e territoriais pelos sujeitos moradores das periferias.

Tem coisas boas e tem coisas ruins aqui ao redor onde eu moro. Por isso que às vezes muita gente passa e fala “*Como você faz? Você mora naquele lugar [em tom negativo], seus filhos são bem-educados, respeitadores, não usam drogas*”. A única coisa que eu falo é que eu agradeço a Deus por isso, eu tenho força para orientar esses meninos, porque nessas... muitos oferecem o que bem têm para levar os outros para o outro lado; dependendo da idade, eles se iludem com as promessas, com dinheiro, com a “brisa”. Mas independente eu sempre falo que ninguém é forçado a fazer nada, faz se quiser. Onde eu moro tem usuários de droga, tem tráfico, roubo. Isso é dia e noite na sua porta, você é obrigado a conviver.

Só que eu sou uma pessoa que tem respeito, ainda mais no espaço que tem criançada, tem família. Tudo tem um limite.

Pior que é tudo moçada que está nessa, entra umas pessoas ali também que acompanha e as crianças ficam vendo aquilo, pensa que não, mas chama a atenção para as crianças.

Então eu levanto a mão para o céu e agradeço pela minha vida e dos meus filhos, porque não é fácil não.

Eles têm um monte de amizade com quem usa, com quem bebe. Eles não bebem e nem fumam cigarro pelo que sei, mas tem amizades, não tem como isolá-los; e outra, não vai virar as costas para outro por causa disso de jeito nenhum. Se puder ajudar, dar um conselho, pedir um conselho seu e você tem condições de aconselhar, vai em frente, ajuda. Mas eu sempre digo, fica esperto, é preciso ficar com atenção, saber dos limites. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020).

Apesar das contradições vivenciadas no território periférico, Andréia não deseja sair de seu lugar de vida, compreende que sua vida está naquele lugar, é onde se adaptou, onde criou e cria os filhos. É o território com quem pode contar com vizinhos, amigos e algumas instituições, como o CCA Britânia e o Cras Anhanguera.

Suas narrativas expressam o vínculo entre os sujeitos e o seu território de vivência, que se sentem partícipes, congregados com a história do lugar; suas práticas sociais e experiências foram construídas na trama das dinâmicas locais, com e na interlocução direta entre espaço, tempo, produção e reprodução da vida.

Quando chegar o momento de sair dali de onde eu moro... igual meu filho fala para nós irmos lá para Franco da Rocha, ele me chamou, falou: *“mãe, se eu arrumar uma casinha para lá, você vai?”* Eu falei: *“posso abrir meu coração? Para morar não vou não, sinto muito, mas não vou não”*. Ele falou: *“sério, mãe?”* Eu falei: *“estou sendo sincera, eu posso ir até aí passear, te visitar, mas para morar, a mãe não vai”*. Se for forçada a sair daqui para algum lugar, eu preferia ir por aqui mesmo no Morro Doce. Eu gosto daqui, já me acostumei, já me adaptei. Mas daqui para fora, não! Não vou...

Assim... ***eu tenho uma parte imensa da minha vida aqui, “bem dizer” a vida toda.*** Eu acho assim, o lugar quem faz é a gente, aqui tem de tudo... tanto no respeito, na consideração, sem preconceito com ninguém, cada um é cada um, a gente vive em paz aqui, por mais que falem, a gente vive bem aqui. Passo minhas dificuldades? Sim, mas eu gosto daqui.

O que eu passei e tive aqui, é minha vida; em outro lugar não seria a mesma coisa, tanto no conhecimento das amizades, nas ajudas, nos conselhos, nas orientações, eu não encontraria esse tipo de coisa em outro lugar, de jeito nenhum.

Digo, tanto no lugar, como nas conversas das pessoas também, aqui tem pessoas que gostam da gente mesmo. A gente tem aquela confiança de conversar, de ter um conselho.

Eu tive também muita ajuda aqui mesmo... no CCA, no Cras eu estou precisando de alguma coisa, corro lá, eu preciso de uma orientação e informação, eu sei aonde ir. O grupo de mulheres que o Cras fez foi ótimo, aprendi tanta coisa legal lá, me senti mais mulher participando, sabendo mais coisas, a gente falava com outras mulheres, via a situação de cada uma.

Por exemplo, você tem uma dúvida, aí de repente você escuta uma palavra amiga, você precisa de algo... como eu sempre precisei e você pode contar com as pessoas aqui. Uma palavra, uma mão amiga, você encontra nesse lugar. Eu devo muito a esse Morro Doce aqui. (Andréia Sales, depoimento colhido em setembro de 2020, grifos nossos).

CONCLUSÃO

[...]
 É um novo tempo, momento
 Pro novo, ao sabor do vento
 Eu me movo pelo solo onde reinamos
 Pondo pontos finais na dor como
 Doril, Anador e somos a luz do senhor
 E pode crê, tamo construindo
 Suponho não, creio, meto a mão
 Em meio à escuridão pronto aceitamos
 Nosso sorriso sereno hoje é o veneno
 Pra quem trouxe tanto ódio pra
 Onde deitamos

Quem costuma vir de onde eu sou
 Às vezes não tem motivos pra seguir!
 Então levanta e anda, vai, levanta e anda

Mas eu sei que vai, que o sonho te traz
 Coisas que te faz prosseguir! [...]

Quem morre ao fim do mês
 Nossa grana ou nossa esperança
 Delírio é, equilíbrio
 Entre nosso martírio e nossa fé
 Foi foda contar migalha nos escombros
 Lona preta esticadas, enxada no ombro
 E nada vim, nada enfim
 Recria sozinho
 Com a alma cheia de mágoa e as panelas vazias
 Sonho imundo, só água na geladeira
 E eu querendo salvar o mundo
 No fundo é tipo David Blaine
 A mãe assume, o pai some de costume
 No máximo, é um sobrenome
 Sou o terror dos clones
 Esses boys conhecem Marx
 Nós conhece a fome
 Então cerra os punhos, sorria
 E jamais volte pra sua quebrada de mão e mente vazia¹²²

A poesia do rap narra algumas experiências comuns aos sujeitos da quebrada, as difíceis dobraduras do cotidiano, e revela algumas pistas sobre as condições de vida nos territórios periféricos. Expõe de modo contundente “quem costuma vir de onde eu sou, às vezes não tem motivos para seguir”; mas, de forma

¹²² Trecho do rap “Levanta e Anda”, composição de E.M.I.C.I.D.A lançada em 2014 no álbum de mesmo nome.

resistente, insistente e na luta, indica que o povo da periferia “levanta e anda”, porque não há outra opção a não ser caminhar, persistir em seguir adiante.

Lembra que toda vivência carrega um pouco do coletivo “entre nosso martírio e nossa fé”, indicando que as experiências transbordam as singularidades e individualidades das circunstâncias. Tenciona alguns aspectos de classe e das relações étnico-raciais que recobrem as experiências, expõe que “foi foda contar migalhas nos escombros, lona preta esticada, enxada no lombo”, compreendendo que há camadas no cotidiano que são advindas da história violenta, colonial, racista e também de morte, que assombra as experiências pretéritas e presentes dos mais pobres, indicando que a experiência vivida na quebrada é saturada de amálgamas que se revestem no tempo e no espaço das vidas.

É nesse limiar entre “levantar e andar” que as trajetórias de vida de Flávia Ribeiro, Suseth Andrade, Cida Guerra e Andréia Sales se constroem, na trama entre as circunstâncias individuais e os aspectos coletivos dos processos e relações históricas. Suas vivências evidenciam interlocução sobre as experiências de classe na construção de territórios e, por mais diferentes e únicas que as histórias apresentadas sejam, todas se embricam de sentidos, significados, subjetividades e concreticidades inerentes às experiências de classe tendo como ponto central a interface com o espaço territorial.

Não se trata de tomar as trajetórias, narrativas e experiências destacadas nesta pesquisa como pressupostos universais, sob o risco de cair em ultrageneralizações. No entanto, busca-se estabelecer referências, pistas e motes que permitiram, a partir da análise qualitativa, estabelecer reflexões e conexões sobre a relação entre as narrativas, significações, vivências elencadas pelas mulheres pesquisadas na interlocução com os processos sociais, buscando a interface das experiências de classe na construção de territórios na trama das relações sociais, pois “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (THOMPSON, 1987, p.11).

É dessa forma que as experiências sociais, evidenciadas a partir das fontes orais pesquisadas, constituem traços mediativos de vivências urbanas, de ações, construções históricas e espaciais dos sujeitos no cotidiano da produção e reprodução da vida. Experiências que estão localizadas nas tramas de territórios

periféricos da cidade de São Paulo, especificamente na empiria concreto-vivencial do distrito de Anhanguera.

Portanto, as experiências de classe discutidas e destacadas nesta pesquisa estão relacionadas ao modo de vida urbano, centradas sob o chão e contexto da metrópole, sob os pedaços periféricos da cidade, lugar em que as camadas da classe trabalhadora residem, transitam, escolhem, agem, produzem cultura, valores, produtos, dinheiro, lutas, resistências, aceitações, resignações.

A periferia é heterogênea culturalmente, mas possui sinais diacríticos de distinção que permitem o reconhecimento mútuo entre quem habita esses espaços. No entanto, no âmbito econômico, a imensa maioria pertence à classe trabalhadora. São os despossuídos dos meios de produção, inseridos nos mais baixos postos da esfera produtiva. Estamos falando de garis, pedreiros, porteiros, babás, empregadas domésticas, funcionárias públicas, estagiárias, vendedoras de lojas, profissionais do telemarketing, motoristas de aplicativos, entregadores, motoboys, operários, pequenos comerciantes, ambulantes, vendedoras, feirantes. Há também os desempregados, os aposentados, as donas de casa. [...] Cabe, no entanto, um comentário: nenhuma expressão cultural está desconectada das condições econômicas de quem a produz. (D'ANDREA, 2020, Kindle Edition, Location 90).

A pesquisa revela que as experiências são constituídas por práticas sociais no processo de construção e reconstrução da vida na escala cotidiana, no lócus do compartilhado, no espaço-temporal das ações individuais dos sujeitos na costura entre singular e o genérico, conferindo força, sentido e coletividade aos enredos e trajetórias.

Sob essa compreensão, as experiências de classe são entendidas como matrizes mediativas que congregam modos de vida, mostram as densidades, capilaridades das relações entre sujeitos e seus territórios. Pode-se dizer que “é uma categoria que propicia o entendimento das particularidades e singularidades dos processos de produção da vida social” (VENDRAMINI; TIRIBA, 2014, p. 64).

As experiências contêm as formas como os sujeitos sociais enfrentam suas existências, contradições, sabores e dissabores de suas condições históricas e estão relacionadas ao movimento de produção e reprodução social, às mediações que as circulam, rodeiam e movimentam a ontologia do trabalho como forma de responder às necessidades humanas e sociais. É fundada na intrínseca relação entre condições objetivas e subjetivas que compõem a realidade.

Desta forma, é essencial reconhecer que as experiências de classe se constroem em relação e processo, no âmbito das vivências e do fazer histórico e cotidiano dos espaços territoriais. Estão relacionadas e conectadas com as estruturas econômicas e sociais das classes, no íterim entre as relações étnico-raciais e de gênero, se expressam, movimentam, acontecem e ganham vida prática a partir dos contextos territoriais, nos trajetos, percursos, relações, lutas, costumes, valores estabelecidos pelos sujeitos em relação.

A experiência parte e principia de um espaço relacional, do território onde os sujeitos estabelecem a mediação consigo, com o outro, com a sociedade e suas múltiplas formas de existência. É fragmento histórico-temporal-relacional dos processos e acúmulos vividos pelas classes, a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p.15).

Neste sentido, as trajetórias das mulheres interlocutoras deste estudo revelaram alguns traços comuns da vida nos territórios periféricos da cidade, evidenciando elementos históricos, políticos, sociais, culturais inerentes às relações sociais de seu tempo. Flávia, Suseth, Cida e Andréia lançam em suas narrativas as experiências de classe a partir do lugar ocupado, vivenciado social e politicamente, expressam as práticas sociais que constituem seus territórios e territorialidades, configurando, enfim, um mosaico relacional de experiências que se articulam e se dialetizam sob o espaço e o tempo.

A pesquisa mostra e evidencia algumas pistas e fios mediativos dos modos de vida de uma classe, de sentidos e fragmentos históricos que constituem experiências de classe na construção de territórios, em relação aos nós cotidianos vividos pelas interlocutoras e assim traduzidos neste espaço conclusivo:

- Morar, construir e viver;
- Solidariedade, convívio e vínculos;
- As relações de classe, étnico-raciais e gênero;
- Institucionalidades e violência;
- Novas gramáticas político-culturais.

Morar, construir e viver

O processo de construção do território é parte constitutiva da trajetória de vida dos sujeitos, que, buscando “levantar e seguir”, edificam seus espaços territoriais, usam, criam, produzem e reproduzem a vida na interlocução com os outros sujeitos do território. A luta pela moradia e pela construção da casa se mostra evidente nas narrativas das sujeitas de pesquisa, o esforço financeiro, físico e de tempo empregado para a ocupação, para a compra de lotes e para a autoconstrução das residências. Traços que apontam forte densidade de experiências comuns compostas por dificuldades financeiras, sociais, políticas, faltas e precariedades de acesso, que dialeticamente circulam as experiências de classe dos trabalhadores para conseguir/garantir morar, residir e ter um espaço para “chamar de seu”, uma casa para acolher-se e viver, um solo para “reinar”.

A pesquisa aponta para a constituição de vínculos entre as sujeitas pesquisadas e os territórios em que residem, todas enfatizam em suas narrativas o processo de luta para morar, para construir o lugar e, ao mesmo tempo, se construir como sujeito social. Evidenciam a força existente na relação experiências de classe e construção de territórios.

Eu adoro, amo morar aqui, me identifico muito como periférica, como mulher negra e periférica, a gente foi crescendo vendo o Morro Doce crescer, com todas as questões, a gente também contribuiu para esse lugar ser um bairro. Como disse, no começo era tudo difícil, água, transporte, energia, escola... E hoje saber que temos algumas dessas coisas me mostra que a luta coletiva foi importante, eu e minha família participamos disso. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Aqui a luta sempre foi por um teto, quando a gente vê esse bairro eu acho tão bonito, principalmente esse lugar aqui do CCA, quem olha do avião lá de cima, do helicóptero, acha que aqui só tem um monte de casa amontoada, mas a maioria das pessoas daqui lutaram e lutam muito para morar, aqui tem as histórias de cada um. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

Acho que somente as periferias têm uma cultura e uma experiência de viver sob o risco de modo constante, mas é também território de resistência, mesmo com todas as questões da violência, do Estado e tudo mais, também constroem processos de muita potência, de muita transformação. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

É na luta pela autoconstrução da casa, ou por resistir na casa ocupada que as mulheres participantes desta pesquisa evidenciam o laço entre a luta pela moradia e a construção de seus territórios, pois é movimentando a ocupação do espaço, forjando a vida no território, fazendo usos do lugar, estabelecendo relações de amizade, participando das lutas diárias no enfrentamento às intempéries do bairro, da falta de infraestrutura urbana que a vida é tracejada. É sob essa trama que as experiências de classe vão se construindo, ao passo que o lugar também é construído. Há forte mediação e vínculo entre territórios, sujeitos e territorialidades.

Flávia Ribeiro, em sua narrativa, expressou que viver na periferia “é viver sob o risco constante”, sob os arrojos econômicos, sociais, civis, políticos, sanitários. O território por suas relações e usos move relações, tessituras políticas, formas de vida, códigos e normas explícitas ou implícitas, modos de afeto, pertença, vínculos que recobrem ações práticas, vivências que elencam significados, subjetivações compostas por aprendizados, sagacidade, inteligência aprendida no solo do cotidiano, nas tramas do lugar.

Viver sob riscos impõe historicamente à classe trabalhadora cuidados, precauções, batalhas, muitas lutas e trincheiras, mas também lhe garante modos de ser, viver, se relacionar, interpretar a vida e as relações sociais. Marcas que são próprias de suas vivências de classe.

Assim, a luta por morar compõe as experiências de classe. Morar se constitui uma batalha, uma experiência construída sob constante alerta das desigualdades econômicas, sociais, políticas, territoriais. A experiência da classe trabalhadora em relação à moradia se mostra saturada de instabilidade e insegurança financeira, legal e social, como é expresso nas trajetórias de Flávia Ribeiro e Andréia Sales, que viveram e participaram de ocupações, ou ainda sobre a incerteza econômica e física da autoconstrução em pequenos lotes de terrenos nas periferias, que pouco ou nada se sabe sobre o término das edificações como são as vivências de Suseth Andrade e Cida Guerra.

Ter um lugar para morar é um desafio à classe trabalhadora, sobretudo as camadas mais pobres, pois ter uma casa, um espaço para abrigar a si e a família é um imenso desafio de diversas ordens. Nos territórios periféricos as casas se esticam, dividem-se conforme as necessidades das famílias, o puxadinho no quintal se constitui a casa de um filho, refúgio para o irmão ou de parentes; é possível

verificar o crescimento vertical das residências em um mosaico de casas sobre casas.

Todas essas situações evidenciam que ter um local para morar é penoso, difícil e caro na cidade, lugares aos quais os trabalhadores mais pobres não conseguem ter acesso; o direito de morar se torna formal, burocrático e caro, pois se esbarra na lógica do ambicioso mercado imobiliário.

Muitas são as estratégias e alternativas experimentadas, já que a necessidade é real e tem pressa. A ocupação é quase sempre acompanhada da falta de condições para arcar com o aluguel, outra opção foi e continua a ser a compra parcelada em muitos anos de pequenos lotes, que posteriormente terá de abrigar a autoconstrução da casa da família aos fins de semana. Essas, em meio a outras tantas formas, constituem as experiências de morar para os sujeitos nas periferias, experiências pautadas por dificuldades, inseguranças, lutas e resistências.

Cida Guerra, ao falar do bairro e das famílias, expressa com certo desgosto a situação dos que residem em casas alugadas em seu território, pois experimentam sucessivas mudanças em curto espaço de tempo, deslocando-se entre os diversos pedaços do lugar, em busca de aluguéis mais baratos, ou porque foram despejadas pela falta de pagamento. As diversas mudanças de casa impingem dificuldades no processo de agremiação, socialização, na cultura e na construção de vínculos entre os moradores.

Essa realidade é marca, uma cicatriz comum presente nas dinâmicas do distrito de Anhanguera, onde crianças são constantemente obrigadas a mudar de escola, de núcleos de convivência e pertença, tendo sempre que recomeçar suas relações em novo lugar. Contudo, as experiências do morar das camadas da classe trabalhadora residente em territórios periféricos são revestidas de sinais diacrônicos de precariedades, de situações-limite, de instabilidade, improvisações, mobilidades forçadas. Mas também de resistências, afinal é preciso resistir em meio a tantas “turbulências”.

Eu e muitos aqui conseguimos comprar um terreno e construir uma casa, a minha demorou 8 anos para ficar de pé, com janelas e portas, ainda era no “grosso” [sem acabamento] quando mudei, isso

lá em 1991. Hoje quem consegue comprar um terreno? Uma casa pronta? Que trabalhador que consegue?

Aqui tem muita gente que paga aluguel. Então a dificuldade deles é ter um espaço pra morar... acho que o sonho das famílias é ter uma casa. No Jardim Canaã, onde tenho feito muitas visitas nos últimos anos, quase todas as famílias com crianças pequenas que eu acompanho pagam aluguel, moram nos fundos ou em cima da casa de alguém.

As famílias mais carentes mudam muito, está entendendo? Mudam muito, justamente porque que não têm a moradia, porque não conseguem ficar muito tempo num local, fica caro e elas vão e mudam. Hoje elas estão nessa rua, amanhã estão na outra ponta, isso é muito comum aqui. Só permanece quem consegue fazer um ou dois cômodos em cima da casa da mãe, da sogra. Existem famílias que eu acompanho que mudaram duas, três, chega até quatro vezes no ano. Elas ficam assim: aumenta R\$100,00 vai para lá, volta para cá.

Na minha rua mesmo, a Dona Aparecida ficou seis meses no Jardim Rosinha, de lá voltou para o Santa Fé, depois foi mais para cima da minha casa, os mais pobres estão mudando sempre. Do lado da minha casa, são quatro casas alugadas e quando a gente pensa que a mudança está chegando está indo embora, eu não consigo nem fazer amizade. Eu dou dois, três “bom dia” e daqui a pouco sai outra cara, mudou de novo.

As [pessoas e famílias] que não pagam aluguel moram em lugares cedidos por alguém da família, convivem no quintal. Já as famílias mais pobres, de baixa renda, estão em situação de ocupação ou morando nas favelas com barracos mesmo, uma vulnerabilidade já ultrabaixa, para lá de vulnerável. Tem vários lugares nessa condição, o “treme-treme” [área ocupada no território], tem a Favela do 22, a Favela Souza Pinto... aí, as pessoas mesmo que precisavam de um teto acabaram não comprando, não têm dinheiro, e hoje se torna difícil porque eles não têm essas condições, estão pagando aluguel ou fazendo barraquinho. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

Solidariedade e vínculos

A luta para conseguir morar e construir a casa, a família e a si nos territórios se mostra em relação com a cidade, com a economia, com a política, com a cultura do lugar. É processo mesclado e confluído na vida cotidiana das famílias moradoras das periferias da cidade. É possível observar nos territórios periféricos fortes tramas relacionais entre os sujeitos, há solidariedade, respeito entre os pares, certa reciprocidade entre as pessoas, marcando cuidado ético e relacional de convívio.

No entanto, é importante refletir que as periferias não são homogêneas, não apresentam linearidade de relações e de códigos; existem também situações de

conflitos, tensões, marcações de diferenças, desentendimentos entre os moradores, grupos de uma área e outra, famílias e indivíduos.¹²³

A pesquisa evidenciou, a partir das narrativas das mulheres, experiências de vínculos e de pertencimento em seus territórios de vida. Mostra que as experiências cotidianas são tracionadas por relações, por ações que convergem valores de respeito, solidariedade entres pares, havendo oportunidades de reciprocidade, de compreensão de condições de vida que os aproximam, apreensão ética dos enredos que os cercam.

Algumas experiências mostram a solidariedade entre as mulheres do território que se ajudam para levar os filhos para a escola, como as passagens citadas por Suseth Andrade: “minha mãe e uma amiga revezavam para nos levar à escola, um dia minha mãe me levava e no outro a vizinha que levava e buscava”.

Flávia Ribeiro expressa: “eu sinto esse sentimento de comunidade, da troca, da convivência, de dividir ‘perrengue’ aqui na periferia, de ser um ambiente muito afetivo e de muita alegria”. Também se recorda que, quando se separou do pai de sua filha e voltou a residir no Capão Redondo, podia contar com os vizinhos para levar a filha ao médico ou para buscar remédio no posto de saúde quando estava impossibilitada pelo trabalho. Ou quando ainda criança com a mãe ocuparam uma casa da prefeitura, e um vizinho que ainda não as conhecia ajudou com a mudança.

Os relatos narrados pelas participantes da pesquisa evidenciam essa forte presença colaborativa, respeito ao próximo, de modo que em todas as trajetórias é perceptível verificar passagens e situações que confirmam experiências comuns de solidariedade entre os moradores dos territórios periféricos. Andréia Sales também aponta diversas situações de apoio em Anhanguera, lugar em que seu pai não precisou vender um relógio de estima para conseguir dinheiro para comprar comida para a família. Em outra passagem conta que teve apoio dos circuitos de informação entre os moradores para avisá-la que sua mãe estava passando mal em outro pedaço do território, como narra: “de repente você escuta uma palavra amiga, você precisa de algo, como eu sempre precisei, e você pode contar com as pessoas aqui. Uma palavra, uma mão amiga você encontrar nesse lugar”.

¹²³ Conflitos densamente estudados na sociologia urbana, em que a pesquisa clássica de Norbert Elias e John Scotson (2000), realizada entre o fim dos anos 50 e início dos 60 e publicada sob o título “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, já deixava evidenciados a partir da periférica “Winston Parva”.

Cida Guerra também expressa em sua trajetória constantes ações solidárias, quando passa a colaborar como voluntária nas creches do bairro, ou ainda quando compõe ações coletivas de enfrentamento à fome e desnutrição de crianças e adolescentes. Outro relato nesse sentido se situa quando mobiliza no cenário pandêmico arrecadações de alimentos, produtos de higiene e brinquedos para as famílias do território. Lembra-se, com um sorriso no rosto, de que ao passar pelas ruas da periferia há respeito, as pessoas se falam, se cumprimentam:

Acho bonito porque as pessoas te respeitam, pode passar na rua, mesmo que estejam usando drogas eles te veem e têm aquele respeito, falam: “*bom dia, tudo bem?*”. Eles arrumam até um lugar para você sentar, para conversar, tem essas coisas aqui. Se eu estou vindo com uma sacola pesada, eles largam o fumo deles e vêm me ajudar, não é só comigo, é com as outras pessoas também. Eu digo que elas [as pessoas moradoras] se compadecem uma das outras, porque eu entendo que a palavra compadecer é: eu entender o seu sofrimento e aí eu passo a te ajudar. Se eu vejo a sua dificuldade, eu sinto a tua dificuldade e quero colaborar, ser solidária. Eu acho que as pessoas entendem o que é passar por situações difíceis aqui. (Cida Guerra, depoimento colhido em maio de 2020).

É possível refletir que há valores solidários entre os sujeitos nas periferias, senso de coletividade, de compreensão ética e política do sofrimento do outro que também passa por situações parecidas. Há amálgamas de resistência, de solidariedade entre as pessoas, famílias, comunidades na coexistência com a razão individual, fragmentada, estranhada entre os sujeitos nas tramas das sociabilidades da ordem neoliberal.

Há a possibilidade do contraditório diante do projeto de uma racionalidade egoísta, que impõe a concorrência nas diversas frações e dinâmicas da vida, há brechas socioespaciais que disputam territorialidades com o projeto ideológico, político, cultural e subjetivo do neoliberalismo, como “a nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Milton Santos (2014) nos lembra que é no chão dos territórios que podem existir possibilidades sociais de ruptura com a lógica economicista da vida. Nos territórios periféricos onde residem e se localizam as camadas da classe trabalhadora mais explorada também se configuram espaços de resistência, movimentos de novas roupagens, fendas sociais, culturais e políticas engendradas no lugar comum, na escala da vida cotidiana.

É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro. [...] Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim [...] encontrando novos usos e finalidades para os objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. (SANTOS, 2014, p. 325-26).

As experiências solidárias de classe constroem e movimentam a vida nos territórios periféricos, estão lá nas gramáticas do cotidiano, em territorialidades de confiança, das redes de apoio, de proteção social para além dos circuitos institucionais. Estão presentes na criação de tecnologias colaborativas, como, por exemplo, a criação de grupos em redes sociais como Facebook, em que os próprios moradores do território se comunicam sobre situações coletivas, passam avisos, encontram pessoas, fazem denúncias, apresentam seus serviços como cuidadora de crianças, manicure, diarista, cuidadora de idosos, eletricista, pedreiro, tatuador, padeiro.

Em Anhanguera há uma página no Facebook com o título Doações Morro Doce, onde se pode encontrar diversos tipos de ações de cunho solidário, desde doações de botijões de gás, cestas básicas, carrinhos de bebe até produtos de higiene íntima para mulheres, formando uma rede solidária, encampando coletivamente sentidos e forças de experiência solidária. Tiaraju D’Andrea (2020) reflete que há camadas e camadas históricas de solidariedade nos territórios periféricos:

Sem nenhuma assistência estatal decente, as periferias combateram a disseminação do coronavírus por meio de uma prática tão antiga quanto fundamental para a sobrevivência dos mais pobres: a solidariedade. Solidariedade herança indígena, de cuidado compartilhado de crianças. Solidariedade herança africana, da partilha do alimento em roda. Solidariedade da classe trabalhadora, do fundo de greve e mão amiga. Solidariedade feminina, da troca de saberes e da ajuda mútua. Esse legado foi reativado por meio de uma memória afetiva que não há neoliberalismo que consiga apagar, e o que vimos foi uma mobilização gigantesca que envolveu times de futebol de várzea, grupos de samba, movimento hip-hop, igrejas católicas, igrejas evangélicas, centros de umbanda, centros espíritas, torcidas organizadas, associações de moradores, estudantes, escolas, creches, movimentos de saúde, movimento sem-terra, coletivos culturais, comerciantes e mais um sem-fim de organizações. (D’ANDREA, 2020, Kindle Edition, Location 448).

Relações de classe, étnico-raciais e gênero

As dobraduras entre as relações de classe, étnico-raciais e gênero compõem o intrínseco processo sócio-histórico colado nas dinâmicas concretas e vivenciais dos sujeitos na sociedade brasileira, marcados pela divisão social, sexual e racial do trabalho que congrega desigualdades e exclusões de modo pragmático e estrutural.

Classe, relações étnico-raciais e gênero constituem nexos de relações sociais, formas e modos pensar, ser, trabalhar, relacionar, contêm capilaridades particulares, mas que se dialetizam de modo complexo nas dobraduras do real, manifestam-se no imbricado processo de explorações, opressões, diferentes formas de violências. Expressam-se nas formas e nos modos de vida, nas experiências sociais, nos enfrentamentos de acesso, de barreiras sociais, políticas, culturais, econômicas, nas formas de pertencimento e identidades.

Compreender essas complexas, fundamentais e imbricadas relações sociais de classe, gênero e etnia-raça torna-se central para apreender as dinâmicas do tempo presente, as gramáticas e geometrias das desigualdades e explorações, possibilita adensar as compreensões sobre as expressões e manifestações da questão social, suas porosidades, articulações e complexidades inerentes às relações sociais capitalistas. Assim, as relações sociais inerentes a classe, etnia-raça e gênero se mostram assimétricas e historicamente produzidas pela racionalidade e circuitos da modernidade ocidental emanada pelas relações capitalistas, como mostra a assistente social Sonia Maluf (2018, p. 435):

[...] o culto do Homem universal, em suas versões de sujeito da razão, de sujeito político e de direito e de Eu psicológico, e de outro a produção de diferenças e hierarquias de todo tipo, que evidenciam acessos diferenciados e assimétricos, quando não ausência absoluta de acesso, à posição de humanidade, aos bens e à riqueza produzidos, ao reconhecimento enquanto sujeito de direitos ou enquanto sujeito político. O paradoxo apontado acima também fez e faz parte das estratégias de dominação, que enfatizam o ideário de universalidade e igualdade, mas ao mesmo tempo produzem e exploram as diferenças como dispositivo de poder e de exploração. Assim, nos arranjos políticos e sociais que deram origem à modernidade capitalista, mulheres foram afastadas da vida política e pública e despojadas de direitos, com a justificativa da diferença sexual biológica. Do mesmo modo, a escravidão e a opressão racial foram justificadas pelas teorias raciais e pelo discurso da supremacia branca e ocidental. Ou seja, o mesmo discurso que cultuou a ideia de

um sujeito universal, detentor de direitos (humanos), naturalizou e ontologizou as diferenças, apagando o fato de que são fundamentalmente diferenças construídas historicamente. Por outro lado, o reconhecimento das múltiplas opressões e o modo como se cruzam e se articulam se tornou ao longo da história um instrumento importante de organização, de luta e de resistência.

Neste sentido, reconhecer, compreender as diferenças, particularidades das opressões e violências é essencial para a resistência e luta, necessária aos propósitos emancipatórios. É imperativo urgente e necessário para apreensão do real, pois são relações de explorações, opressões e violências que se combinam e se inter cruzam de modo dinâmico e em constante reassociação dissimétrica.

Angela Davis (2011) considera que não se pode hierarquizar opressões, é preciso considerar suas intersecções, suas faces de cruzamento. Embora coexistam particularidades específicas, elas se relacionam, se movimentam na coexistência e coextensividade envolvendo relações étnico-raciais, de sexo e classe social. “A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas” (DAVIS, 2011)¹²⁴.

Desta forma, é possível analisar que as relações sociais entre classe, etnia-raça e gênero se desdobram em experiências sociais, em formas de vivência, no acesso ou bloqueio de oportunidades, de direitos, postulando interações na produção e na reprodução das desigualdades sociais. Helena Hirata (2014), no artigo intitulado “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, considera que a tríade compõe experiências concretas nas dobraduras da sociedade brasileira, impactando as experiências sociais e demarcando diferentes situações de desigualdades.

No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas. Ambas estão também sobrerrepresentadas no item desemprego. Homens brancos e negros estão sobrerrepresentados nas trajetórias de emprego formal e de trabalho autônomo, embora os últimos em menor proporção. Eles têm trajetórias marcadas pela instabilidade de forma mais marcante que os homens brancos, indicando maior vulnerabilidade (HIRATA, 2014, p.64).

¹²⁴ Trecho do artigo “Mulheres negras na construção e uma utopia”, de Angela Davis. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 11 out. 2020, às 19h09min.

A pesquisa revelou forte densidade em relação às vivências dos moradores dos territórios periféricos no que tange às relações entre classe, etnia-raça e gênero, apontando a existência de gramaturas e diferenças sociais, econômicas e políticas inerentes à realidade vivenciada nas quebradas das cidades. Suseth Andrade analisa que, quando se reflete sobre classe, é preciso pensar em seus desdobramentos étnico-raciais e de gênero, sendo que essas particularidades relacionais se expõem de modo nítido nas tramas periféricas.

A minha questão é que mesmo dentro da classe trabalhadora tem essas outras subdivisões, e isso a gente sabe que tem, tem as mulheres, a situação dos negros, são diferentes contextos dentro da perspectiva da classe. E eu acho que aqui na periferia se nota isso. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

E outra, não tem como olhar a periferia hoje sem ver o aspecto racial, isso para mim hoje está muito concreto, quanto mais a família é negra, menos acesso ela vai ter em todas as coisas. A vulnerabilidade a que ela está exposta é muito maior do que uma família de pele clara que vai conseguir acessar as vagas trabalhos, mesmo precarizados; ela consegue criar uma microbase, vai trabalhar no telemarketing, nem que vá para o subemprego, mas eles ainda conseguem se manter ali enquanto prole. Já os negros não conseguem, são barrados. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A pesquisa mostra ainda que há substantivas conexões entre as relações étnico-raciais, classe e gênero nas periferias da cidade, não há como entender o contexto, as situações e as experiências de seus moradores sem compreender essa trama relacional que os envolve, e está diretamente articulada aos seus modos de vida, as situações de exploração, opressão e violência aos quais são submetidos.

As trajetórias de Flávia Ribeiro, Suseth Andrade, Cida Guerra e Andréia Sales mostram que suas experiências são interconectadas por essas relações e densidades, que se imbricam e fundamentam as formas de viver, de ser, relacionar-se, de morar, de resistir, de lutar.

Flávia Ribeiro em sua trajetória evidencia as dobraduras coladas entre relações étnico-raciais, classe e gênero nas suas caminhadas, sendo possível verificar que teve de enfrentar inúmeras formas de violência, racismo, assédio sexual, exploração de uma classe sobre a outra. Passagens que marcam a constituição de sua identidade como mulher, negra, periférica que repercutem nas difíceis dobraduras no acesso ao trabalho, na predestinação rompida aos serviços

domésticos, no enfrentamento de assédio dos chefes do sexo masculino tanto dentro da periferia como em outros pedaços da cidade.

Cida Guerra também apresenta passagens e narrativas de violências, explorações envolvendo a tríade classe, relações étnico-raciais e de gênero. Marcas dessas experiências podem ser vistas quando conta: “desde os nove anos de idade eu trabalhei como babá, isso foi até os meus 18 anos, depois eu vim para São Paulo”. Sinais que costuram e dialetizam as experiências concretas vivenciadas nas franjas da cidade.

Então, para mim hoje não tem como não conectar o racismo e a questão de classe, está ali, porque isso é uma marca própria da escravidão. A população negra ficou tão desprovida que os homens negros também sofrem, todos estão imbricados no racismo, não é só a mulher negra. A mulher negra e o homem negro estão sempre pareados nessa luta.

As famílias negras têm questões que estão para além do acesso à renda; tem muito aquela ideia: “acesso à renda resolve o problema do racismo”. Não! Melhora a condição de vida talvez. Mas como essas famílias vivem, e as violências outras? A afetividade delas? O subjetivo afetado? As relações de violência que viveu? Isso não se resgata com o acesso à renda e ao trabalho somente, é uma parte apenas. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

A pesquisa evidencia que nos territórios periféricos existem as marcas e as rugosidades das desigualdades sócio-históricas sofridas pelas populações negras, trabalhadoras e pobres. Trata-se de exclusões que se espraiam para além das vulnerabilidades econômicas e de renda. As violências, opressões e explorações impregnam as formas de pensar, sentir e ser, ganham o campo subjetivo e cultural da sociedade, encampando e reproduzindo formas de violência, opressão e morte, tendo repercussão direta na existência material e espiritual dos sujeitos.

A questão da etnia, raça e gênero compõe elementos de classe com certeza. Historicamente isso é visível de ver, as pessoas negras ocupam cargos, eu vou utilizar essa palavra “inferior”, mas... que palavra eu posso usar para descrever melhor essa situação? Ocupam cargos de faxina, de limpeza... esses dias eu estava vendo os coletores de lixo aqui na minha rua, o caminhão de lixo passando e verifiquei que todos os coletores que eu vi trabalhando eram negros. Isso é por acaso? Certamente não é! (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

Olhar uma família negra e ver que intergeracionalmente nunca acessaram o trabalho, nunca acessaram uma rede de cuidado, nunca acessaram uma política pública que olhasse para eles como gente, isso é muito perverso. Acham que a questão de renda vai

solucionar a história daquela pessoa, mas não vai, são perdas... o filho preso ou morto pela polícia, a exclusão por conta da cor da pele a vida inteira é parte de uma estrutura, o racismo é uma estrutura que convém muito bem à sociedade. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As narrativas mostram que viver em territórios periféricos é estar também sob os ângulos e densidades estruturais da sociedade brasileira, em que as violências configuradas pelo racismo, pela sociedade patriarcal e pelas explorações de classe não são “prerrogativas” geograficamente localizadas nas periferias, transbordam as quebradas, manifestam-se como relações sociais, econômicas, políticas, culturais que transitam entre centro e periferia, coexistem nos bairros ricos e pobres, estão nas relações de toda a sociedade. Porém, a pesquisa aponta que nos territórios periféricos essas violências se manifestam de forma enfática na precariedade das moradias, no difícil acesso à renda, ao trabalho, nas formas de violência contra negros, não negros, mulheres, adolescentes, pobres e periféricos, dizem respeito ao acesso aos direitos, à qualidade de vida, impõem dinâmicas de vida e de morte.

São vivências saturadas de mediações estruturais que transcorrem a vida em suas materialidades e subjetividades, marcando existências, práticas sociais, territórios e territorialidades com vincos, pregas e dobras de processos, relações e estruturas violentas, opressivas e exploratórias. As experiências da classe que vive do trabalho nos territórios periféricos são compostas por rugosidades e indissociáveis relações étnico-raciais e de gênero.

Institucionalidades e violências

As experiências dos moradores das periferias são compostas pelas vivências na luta contra as explorações e precarizações em relação a quase tudo; a luta é sinônimo de vida, é mediação de enfrentamento. As batalhas diárias congregam ideias, forças, resistência e também dores. Viver sob o risco e precarização não é algo casual ou esporádico na vida das relações socioespaciais dos territórios mais pobres da cidade.

A vida acontece em meio à falta de infraestrutura, de urbanização, de precariedade das condições urbanas e cidadinas. A ausência ou a precária inserção das políticas públicas e sociais reverbera na sociabilidade, nos modos de vida, nas

formas de viver e se relacionar com as demandas da produção e produção do cotidiano.

A experiência de classe se constitui nos territórios sendo atravessada por espoliações, em que o direito legalmente constituído é usurpado, como a trágica situação que marca a morte da mãe de Andréia Sales, que necessitava de socorro médico, mas a ambulância demorou a chegar, ou ainda quando se busca escola ou creche para os filhos e não há vagas. Essas são respostas que os moradores das periferias muitas vezes recebem: ações concretas de desproteção, ausências e “espoliações urbanas” (KOWARICK, 1993), sociais, políticas e civis.

As narrativas relatadas pelas sujeitas participantes da pesquisa mostram o quão desafiador, dolorido e revoltante é viver sob a experiência do risco, da precarização e espoliação em relação ao acesso aos bens, serviços e direitos. A pesquisa mostra que há muitos conflitos, tensões, contradições na forma como o Estado se adentra nos territórios periféricos da cidade; a violência é a resposta que mais alcança as mediações entre a institucionalidade estatal e a vida nas quebradas, constituindo-se um traço das experiências de classe nos territórios.

O Estado tem um projeto em curso que é o genocídio, o encarceramento, que é o apagamento desses corpos periféricos. Na verdade, o Estado não quer o periférico. O trabalhador periférico serviu em um dado momento para se construir toda a estrutura que a gente tem hoje, o shopping center, as lojas e tudo mais. Agora tem uma demanda de corpos que estão dando gasto e precisa eliminar esses corpos, porque eles não dão mais lucro, não dão mais esse retorno financeiro. Ou porque se tornaram indesejáveis à sociedade. Eu vejo a “necropolítica” como uma outra instância do neoliberalismo que está aí regulando tudo.

O Estado tem um projeto para a periferia. O projeto é realmente o do genocídio do jovem, da juventude negra, dos pobres, dos periféricos de modo geral. Então a primeira política que chega para o menino da periferia é a polícia com violência na abordagem da polícia com trato violento. A escola também chega à periferia, mas é extremamente violenta, as relações institucionais na periferia são violentas com os moradores. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Flávia Ribeiro reflete que a mediação pública do Estado nos territórios periféricos se faz pela violência, pela truculência nas formas de oferta de ações públicas de segurança ou educação. Aponta que existe um forte e histórico projeto de desqualificação dos sujeitos pobres, que orienta e valora as ações institucionais do Estado e da sociedade que encampa a violência como forma estrutural de resposta às necessidades e demandas sociais dos mais pobres. “A periferia foi

sempre taxada, catalogada, classificada. Mudam os tempos históricos, a narrativa de culpabilização da vítima continua. E a culpa é sempre do outro” (D’ANDREA, 2020, Kindle Edition, Location 88).

Esse processo está fortemente entrelaçado no modo de reprodução da vida social brasileira, penalizando sempre os mais pobres, os negros, as mulheres, os indígenas, os trabalhadores, os periféricos. A violência se expressa com inúmeras mediações sociais, destaca-se no uso abusivo de força física em detrimento do diálogo, da mediação relacional, das expressões e sentidos políticos inerentes à modernidade.

O fenômeno da violência como um processo social entranhado por determinantes sociais, políticas, econômicas e culturais também se revela na fome, na exclusão, nas desigualdades sociais historicamente vivenciadas na sociedade brasileira, no não acesso aos direitos e na demonização da cultura pública e cidadã no país.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira.

Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como fato esporádico de superfície. (CHAUI, 2007, p. 349).

A violência pode ser entendida como um elemento estruturante no modo de vida e no processo de produção e reprodução das relações sociais brasileiras, é um fenômeno social, político e econômico que é transversal à nossa história. Violações e violências que trazem reflexos ao tempo presente, quando se atualizam práticas sociais herdadas no passado colonial, escravocrata, estimulando cada vez mais a naturalização da violência e seu uso como recurso de mediação social, como enfrentamento às questões sociais.

Outro ponto que emerge como denúncia nas narrativas de Flávia Ribeiro, também relacionado e intrínseco à violência, é a “necropolítica” (MBEMBE, 2018),

como política de morte, deliberação do poder para matar, sustenta-se na dimensão racializada da sociedade, na perspectiva de que há uma condição inferior, subalterna reservada aos sujeitos de pele negra. É invenção social, política e ideológica que expõe o corpo negro ao assassinato “consentido”, determinando quem pode viver e quem é destinado a morrer na sociedade.

Há, no depoimento de Flávia Ribeiro, forte constatação de que a “necropolítica” caminha lado a lado com o neoliberalismo, sendo sua face mais truculenta de ação ideológica, política e econômica que se capilariza pelas ações públicas e se propaga, sobretudo, pelos territórios periféricos.

De forma consciente, Flávia Ribeiro associa a intervenção estatal nas periferias aglutinada ao sentido da “necropolítica” como mediação social do Estado, que a executa baseada no critério racial como modo de ação para garantir o controle e a soberania de suas forças, ideias, culturas e poder. Assim, o racismo se torna uma “ferramenta”, uma “arma” que garante (de modo enviesado) o exercício da dominação que invade o espaço social e político, as dinâmicas de vida, rotulando, promovendo vexações, provocando violências e a morte, seja social, política, cultural e até mesmo física dos considerados oponentes.

É nesse sentido que a “necropolítica” também se constitui e implica na produção de oponentes, inimigos a serem constantemente combatidos. A escolha desses inimigos se vislumbra pela seleção étnico-racial, mas acrescenta-se na sociedade brasileira outras dimensões como classe social, gênero e também espaço territorial de vivência, pois é dessa forma que negros, negras, não negros pobres, periféricos tornam-se alvos da política de morte, já que lhes são atribuídos os sentidos de violentos, perigosos, marginais, “feios, sujos e malvados”¹²⁵ (SPOSATI, 1999) que propagam a insegurança e o medo social.

A maioria das famílias que moram nas periferias são chefiadas por mulheres, a maioria negra, a maioria trabalha com limpeza, ganha um ou dois salários mínimos, mora numa moradia muito precarizada porque ocupou ou foi lá e comprou um terreninho e construiu uma casinha de qualquer jeito. Eu vejo uns preconceitos em relação a essas condições, ao pobre, trabalhador desempregado, ao periférico. E a rede [em referência à rede de proteção social], que é saúde, habitação, assistência e educação que às vezes estão nesses territórios, tem o viés moralizador com o usuário, com a população. Sempre está moralizando, porque é pobre, porque não consegue

¹²⁵ Referência ao texto “Feios, sujos e malvados”, de Aldaíza Spozati, publicado em 1999 na coletânea *12 Faces do Preconceito*, organizada por Jaime Pinsky, pela editora Contexto.

acompanhar, não consegue aderir. Agem de maneira violenta e preconceituosa com a população. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

Essas densidades garantem ao Estado, instituição mediadora e civilizadora detentora do contrato social, o direito de agir por meio do uso legítimo da força contra os que representam insegurança, no ataque àqueles identificados como adversários, inimigos. “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p.18).

Essa é a base da “necropolítica”, em que o Estado, com o apoio social, exerce o poder de fazer morrer e deixar viver, expor à morte os sujeitos dos territórios periféricos, que sentem, vivem concreta e cotidianamente com a suspeição, moralização das políticas públicas e sociais, quando não são vítimas da aniquilação e violência proposta por ela.

O caso da violência é muito grande... A gente tem uma crise que vem desde a época da ditadura na perspectiva violenta do Estado, das instituições. A escola é perversa, é ruim para a periferia, e a política deveria ser um processo de transformação de combate ao racismo, às desigualdades, de combate a um monte de coisas. Essa escola, para o periférico, não atinge, não afeta positivamente esse periférico, a identidade dele não tem a ver com esse sistema educacional. Às vezes você pode ensinar muito mais matemática, português, lá soltando pipa, do que tacar o menino dentro da sala de aula e falar que o menino é marginal. A minha amiga teve que tirar o filho da escola pública, porque o menino com 7 anos e a professora falava que a criança era delinquente. Veja, o menino tem 7 anos, como pode ser delinquente? Por que ele mora no território de quebrada? Por que ele é periférico? Por que ele é de origem negra? (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As políticas públicas na sua interface da garantia e operacionalização dos direitos em muitas situações reproduzem ações de violência, da lógica de rotulação, de desconfiança em relação aos sujeitos atendidos. A resposta institucional do Estado para as periferias é marcada e carregada pelas rugosidades da violência, da punição, da “necropolítica” como projeto, que reatualiza as bases conservadoras, escravocratas, coloniais que persistem nas relações sociais brasileiras. Flávia Ribeiro pondera e lança a reflexão de que é preciso repensar as lógicas interventivas do Estado, sobretudo das políticas públicas e sociais:

Acho que falta descolonizar mesmo o Estado, descolonizar a política pública, o trato, o desenvolvimento da oferta de serviços, repensar esse modo de distribuição de renda. Acho que as políticas públicas deveriam ser mais protetivas, essa é a função do Estado. Mas, para isso, é preciso acabar com o Estado que é genocida, que é neoliberal, que tem toda essa visão de precarização, que corta recursos sociais. E mesmo quando tem recursos, os serviços públicos sob qual lógica são oferecidos? Pela violência? Pelo mau trato com os pobres, com as mulheres? Com os meninos?

As políticas públicas são muito tarefairas, muitas vezes seguem as lógicas da violência, da culpa do sujeito. Tem lá o Caps [Centro de Atenção Psicossocial], aí você agenda o atendimento para a pessoa, se ela não for, não dialoga com a pessoa de uma outra forma? Não vai de encontro com o campo dele? Com o espaço em que ele vive? Com a realidade dele? Muitas vezes tem lá o serviço, mas não protege, porque tem uma concepção violenta com o pobre. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As experiências dos moradores da periferia, em sua relação com o Estado, em muitos casos se mostram atravessadas pela violência, pelas formas de opressão. As políticas públicas e sociais, por vezes, acontecem de acordo com essa mesma toada, inculcando sentidos da colonização, do mando, da obediência, agindo de forma violenta com a população, emitindo sentenças de julgamento e morte na vida cotidiana dos mais pobres. Não é preciso muito esforço para se lembrar de casos de jovens e crianças mortas pela polícia militar nas periferias das cidades, de pessoas que morrem por falta de atendimento médico, insumos médico-hospitalares ou ainda de centenas de milhares de famílias sem trabalho que perecem nas cidades.

A ausência de políticas de proteção social vem acompanhada de um desinteresse institucional do Estado que nega as periferias, que age de forma violenta pela ausência ou pelas práticas truculentas. É preciso lembrar que a violência, além de se constituir um fenômeno social, está ligada às estruturas da sociedade brasileira, impacta as relações, sociabilidades, os circuitos ordinários da vida de crianças, adolescentes, jovens, homens, mulheres, idosos de modo concreto e espiritual.

Somos tratados com muita violência, a violência é muito grande com a gente. A própria questão da abordagem policial levantou muito essa questão do genocídio da população negra, periférica. O índice de violência aqui é muito alto principalmente entre jovens. Temos poucas oportunidades para a juventude aqui e se acaba indo para esse caminho das drogas, do tráfico. Eu acho que é algo importante a gente pensar que a falta de políticas vai culminar na violência.

Na maioria das periferias, como a maioria são pessoas negras, famílias negras, jovens negros que têm poucas oportunidades e aí acabam vivenciando “outras oportunidades”, é aquilo que aparece como oportunidade. E aí tem a presença policial que não quer conversa, não quer saber de nada. Para a polícia, se é jovem, se é negro e mora na periferia automaticamente é envolvido com droga, com crime, com coisas que eles acabam definindo por contra própria e aí matam. (Suseth Andrade, depoimento colhido em abril de 2020).

A violência de não ser atendido pelos serviços de saúde, assistência social, educação, habitação marca e deixa cicatrizes na sociabilidade dos moradores da periferia. Não ter comida em casa, ser parado e enquadrado pela polícia inúmeras vezes, ter o filho assassinado, não ter dinheiro para realizar o enterro de familiares, ver a mãe morrer por falta de atendimento médico são dores e sofrimentos que revestem as experiências das camadas da classe trabalhadora que vive nas periferias.

A violência como marca da experiência é traçada também por mecanismos de invisibilidade para com os moradores de territórios periféricos. Daniel Péricles Arruda (2018), no livro *Espelho dos invisíveis: A arte no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa*, problematiza a invisibilidade como processo social e relacional, aponta que “a invisibilidade não está relacionada diretamente com ser ou não ser visto, mas com o modo como é identificado e reconhecido pelo outro” (ARRUDA, 2018, p. 66).

Neste sentido, a invisibilidade não está relacionada a não ser visto ou ficar invisível aos olhos do outro, mas, sobretudo, diz respeito à marcação de como se vê algo ou alguém. A invisibilidade se expressa pelo modo como se vê e compreende o(s) outro(s), pode-se correlacionar as pessoas como “coisas”, “párias”, alguém que está e pode ser marginalizado, excluído, sofrer violência. Retira a centralidade dos sujeitos, suas potências e identidades. Arruda (2008, p. 67) identifica cinco modalidades de invisibilidade (Quadro 2).

Quadro 2 – Modalidades de invisibilidades

Modalidade de Invisibilidade	Aspectos
Projetada	Construída a partir de estigmas, preconceitos, indiferença, negligência, racismo, etc.
Intencional	Quando é sabida a verdade e se tenta anulá-la, por alguma razão.
Estratégica	Construída para tirar proveito e/ou vantagem, ou para criar impressão diversa da realidade, mediante alguma camuflagem.
Naturalizada	Qualquer atitude ou comportamento tomado por força maior de valores pessoais, sociais ou culturais, que não atraem a pessoa para a existência de um fato.
Oculto	Quando só é identificada em uma convivência maior. Essa invisibilidade revela-se na compreensão de nossa incompreensão acerca das pessoas ou coisas. Isto é, “tentar ver o que está nesse invisível. No invisível: o que está oculto” (SOL)

Fonte: Arruda (2018, p. 67).

Pode-se considerar que os moradores de territórios periféricos sofrem de modo dialético com as cinco modalidades de invisibilidades: projetada, intencional, estratégica, naturalizada e oculta, pois são formas e modos que se correlacionam, que são constituídos e friccionados nas dinâmicas das diversas violências encampadas nas estruturas sociedade brasileira e que incidem e se projetam sobre os territórios periféricos.

A violência não é somente privilégio das forças institucionais do Estado, propaga-se no território como fenômeno complexo e de coexistências. O uso da força, das violências físicas e subjetivas também são orquestradas pelas institucionalidades ilegais, com o tráfico de drogas, roubos de carga, entre outros. A violência comprime os moradores tanto pelas dinâmicas da legalidade como pelas dobras do crime.

Os moradores dos territórios pesquisados vivem cotidianamente entre as diferentes faces das violências, Suseth Andrade lembra que: “violência tem demais, a questão do tráfico também é muito presente, é uma realidade, não tem por onde fugir, é uma violência que se convive”. Andréia Sales diariamente experimenta as tensões das fronteiras com as forças ilícitas que existem na área de ocupação em que reside: “onde eu moro tem usuários de droga, tem tráfico, roubo. Isso é dia e noite na sua porta, você é obrigado a conviver. [...] Mas eu sempre digo, fica esperto, é preciso ficar com atenção, saber dos limites”.

Contudo, a violência, a política da morte, o preconceito, as invisibilidades são marcas da experiência de classe dos moradores dos territórios periféricos. Experiências de classe que são traçadas na dinâmica da vida cotidiana, no espaço territorial de vivência dos sujeitos na direta e antagônica relação entre as classes sociais. São saturadas na coexistência de violências como as opressões de gênero, com o racismo que repercutem nas tramas das relações sociais brasileiras, mas que marcam sobremaneira os territórios pobres da cidade e os seus moradores.

Novas gramáticas político-culturais

As experiências de classe na construção de territórios se mostram no movimento das relações sociais, na interlocução entre sujeitos sociais, territórios, práticas sociais e experiências. Os territórios periféricos são heterogêneos, não são unívocos, mas um complexo articulado de processos, relações sociais, sentidos e vivências culturais, políticas, econômicas e históricas. Só podem ser entendidos a partir da noção de relação, de conexão com as mediações políticas da cidade, nas dialéticas entre centro e periferia, distâncias e proximidades.

Periferia é o conjunto de várias quebradas. O ponto de partida da análise do fenômeno deve ser o território. Em uma cidade tão desigual como São Paulo, pode ser definida como uma vasta região de mais de 6 milhões de habitantes onde comparativamente se localizam os espaços mais empobrecidos. No entanto, somente a existência de pobreza não define periferia. Periferia também se define pelo fator distância do centro de São Paulo e da região rica da cidade, onde moram as elites. Essa região compreende os bairros do Morumbi, Moema, Itaim Bibi, Alto de Pinheiros, Pinheiros, Cerqueira César, Higienópolis, dentre outros. O que nos une é o tempo de deslocamento. (D'ANDREA, 2020, Kindle Edition, Location 103).

Os territórios periféricos da cidade são marcados por experiências de classe que se expressam nas lutas para morar e viver, nas formas de enfrentamento às institucionalidades violentas impostas pela ação, dominação de classe, pela precarização em relação a moradia, território, condições de vida, e também pelas dinâmicas e faces do racismo e da política de morte perpetrada no cotidiano.

As práticas sociais e as dinâmicas políticas da periferia ao longo das décadas têm se movimentado e sofrido transformações, nos anos de 1980 a luta de moradores por condições urbanas, reivindicando a periferia como território de habitação percorria a luta por melhorias e infraestrutura; nos anos 1990 novos

processos e irrupções surgem e passam a dar lugar à possibilidade de uma consciência periférica, articulada à força política na qual o sujeito assume sua condição de periférico, tem orgulho de sua trajetória, das lutas que constituem seu lugar e sua gente, passa agir politicamente a partir de sua condição de classe, do seu lugar social, político e geográfico (D'ANDREA, 2012, p. 174).

No bojo das contradições impostas e engradadas pelo neoliberalismo, vai compreendendo a condição comum e compartilhada da vida, definindo experiências de classe em meio às lutas. Aludindo o disco do grupo de rap Racionais MC's, *Sobrevivendo no Inferno*¹²⁶, as camadas da classe trabalhadora que vivem nesses territórios da cidade tracejam a produção e reprodução da vida em meio ao caos e às precariedades de acesso às políticas públicas e sociais, em meio às violências institucionais da legalidade do Estado e às ilegalidades do crime organizado, mas também e não isoladamente constroem sentidos políticos de acordo com as suas condições concretas de vida e trabalho, conferindo novas gramaturas e significação de seu espaço-tempo, construindo como podem as novas densidades de experiências da classe trabalhadora.

Trata-se de uma classe que não mais consegue se sustentar nos formatos e contratos de trabalho formal, regular e de longo prazo. Não percorre o caminho do projeto trabalho formal, casa própria e família, que eram presentes nas décadas de 1970 e 1980. Esse deslocamento acontece não por sua vontade, mas, sobretudo, pelas mudanças históricas, econômicas e políticas em relação às novas conformações do mundo trabalho.

Novas configurações pautadas na precarização, flexibilização, terceirização, quarteirização, desregulamentações jurídico-formais de direitos, que impõem novas e intensas dinâmicas ao mundo do trabalho, que agora passa a ter forte presença informal, intermitente, livre de contratos, regulamentações e proteção legal, alargando o campo para alta exploração e degradação.

Essas novas dinâmicas incidem sobre as experiências de classe, sobre as vivências nos territórios periféricos, sobre as demandas e formas de respostas às necessidades de produção e reprodução da vida. As transformações do mundo do

¹²⁶ Disco de 1997 do grupo de rap Racionais MC's, considerado um dos mais importantes discos do rap brasileiro. Em 2018 o disco tornou-se livro publicado pela editora Companhia das Letras, contendo as letras, fotos e informações do grupo.

trabalho repercutem nos percursos societários, nas sociabilidades, nas capilaridades da vida cotidiana e incidem nas gramáticas político-culturais das quebradas.

Entre as muitas mudanças, as mulheres interlocutoras da pesquisa destacam a presença da cultura evangélica, que nas últimas décadas passam a ganhar força e se multiplicar, granjeando *status* político de agremiação, condução e orientação na vida dos fiéis que as seguem. As igrejas ocupam o espaço vazio deixado pela política e pelo debate democrático, funcionando como mote mediativo capaz de construir mecanismos de emancipação por meio da referência de valores de cidadania. Assim, as lutas pelos direitos deixam de ter enfoque comum e, gradualmente, a vida comunitária passa a esvaziar-se de gramáticas coletivas, de bandeiras políticas que chegam e dialogam diretamente com os moradores dos territórios periféricos.

A política é vista dentro de um enredo distante, cheio de contradições, de erros, e que não diz respeito diretamente às vivências e práticas cotidianas dos periféricos, cujos problemas são urgentes e concretos e que a política não resolve. Esse processo manifesta certa retração das densidades políticas como mediação essencial à produção e reprodução da vida, resfriamento das lutas e do papel combativo da classe trabalhadora, que se vê compelida a enfrentar as contradições e tentar sobreviver “remando” ou “nadando” nas grandiosas ondas do neoliberalismo e das novas configurações e precarizações do mundo do trabalho.

O espaço passa a ser ocupado pelas igrejas evangélicas, que movimentam outros contornos, outras densidades, na maioria das vezes com ações revestidas de moralidade, de pensamentos conservadores que delineiam a evangelização e as pregações, mas que terminam ganhando força para além dos cultos, invadindo modos de pensar, ser e desejar dos sujeitos, que aos poucos repercutem para o campo cultural, subjetivo e também político institucional do Estado. Haja vista a forte presença de vereadores, prefeitos, deputados, senadores e até presidente que assumem a bandeira do discurso e da ação religiosa sobre a institucionalidade do Estado democrático de direito, com forte apelo ultraconservador, com flerte às ações totalitárias, violentas e bélico-militares.

Porém, não se pode dizer que foram as periferias com suas camadas evangélicas que sozinhas e isoladas tiveram a responsabilidade pelo resultado das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, mas confluem algumas fagulhas e pistas

sobre os processos de opacidade política vivenciado no país, que versam sobre “vazios políticos”, espaços que foram tomados pelo discurso religioso-ultraconservador, bélico e totalitário, ao qual se articulam as projeções e os interesses do grande capital sobre a coisa pública, na ideia de retirar os entraves (leia-se direitos trabalhista, sociais) para a livre acumulação ampliada do capital, em compasso direto com as elites nacional. Traço e desenho político que é forjado desde 2016, o golpe jurídico-parlamentar, constituindo “um grande acordo nacional, com o Supremo, com tudo”¹²⁷ que destituiu a Presidente Dilma Rousseff.

É nesse contexto entre vazios, lacunas e contextos econômico-políticos que esta pesquisa se inseriu na escala temporal e espacial da sociedade brasileira, e aponta algumas pistas em relação aos fenômenos socioterritoriais das periferias, entre eles a acelerada expansão ideológica da cultura evangélica, pontos que podem dialetizar e impactar as relações e experiências de classe nos territórios.

Por outro lado, a igreja evangélica está forte nos territórios, eu percebo isso, acho que talvez tire um pouco da vitalidade do território. Acho que, na década de 1980 e 1990, que a gente tem as ocupações, os lugares estão se criando, a gente tem o movimento da comunidade que era as associações de moradores que fazia exatamente esse lugar, você tinha uma força muito.

Porque tinha a política [mediação política] dentro do território, a política estava muito próxima, mas também tinha a mobilização da própria comunidade. Hoje em dia, eu acho que a sociedade como um todo, o desemprego, todas essas condições que as pessoas vivem, elas vão procurar a igreja para poder lidar com as suas dores, como se fosse um refúgio.

Essas igrejas entenderam isso, em qualquer rua que você vá tem uma igreja, existem ruas que tem três, quatro igrejas evangélicas com nomes diferentes. Antigamente você passava e tinha a igreja católica e tinha algumas poucas igrejas evangélicas com nomes conhecidos.

Nesse processo não vemos mais as discussões políticas que eu vi, sempre tinha uma associação de moradores que estava fazendo alguma discussão do seu bairro, da rua se tinha alguma coisa quebrada. Mas tinham lideranças de bairro, tinha isso muito forte, em todos os bairros tinha uma liderança, tinha algum tipo de organização.

Até para trabalhar como assistente social, eu lembro, que, na Habitação, não faz muito tempo nos anos 2000, para a gente entrar em um lugar tinha que primeiro mapear as lideranças de bairro, não se entrava no bairro assim, sem antes encontrar a liderança. Então

¹²⁷ Trecho do áudio gravado pela justiça federal, no qual o ex-senador da República Romero Jucá e o empresário Sérgio Machado dialogam sobre o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Esse trecho foi amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, pode ser visto em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html.

hoje, eu acho que essas lideranças foram se perdendo e a igreja evangélica foi tomando isso, foi tomando conta, elas viraram as lideranças. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As narrativas expressam mudanças políticas e sociais. Nas décadas anteriores existiam articulações para a melhoria do bairro, nas reivindicações por infraestrutura urbana, movimentavam demandas políticas por direitos, havia encontros, associações, havia a presença de partidos e lideranças políticas percorrendo os bairros populares. A dimensão política se mostrava evidente.

A pesquisa mostrou que há certo deslocamento das gramaturas políticas dos territórios periféricos; a ascensão das igrejas evangélicas é forte e ocupa parte das redes e relações de poder nas quebradas, incidindo sobre o campo político, produzindo e reproduzindo aspectos culturais, contribuindo para a construção de uma moral constituída por normas e valores que orientam a ação dos sujeitos a partir da compreensão e leitura religiosa sobre o gênero humano, o mundo e a sociedade impregnada pelas noções políticas da economia ultraliberal em arranjo com as faces do conservadorismo mais denso. Reproduzindo as lógicas de uma “modernidade epidérmica e desconfortável” (MARTINS, 2010, p. 24), do diverso, segmentado e contraditório da formação e estruturação sociedade brasileira

Mas a periferia não é homogênea, como a sociedade também não é, há outras densidades políticas que estão em constante configuração e modelagem. Há outras socialidades, relações de poder que coexistem com a presença e influência das igrejas evangélicas, como as relações de poder das forças ilícitas do crime organizado, do tráfico de drogas, de alguns movimentos sociais que se capilarizam, como o feminista, o movimento negro, os coletivos de cultura periférica que se espriam e reivindicam seu reconhecimento como produtores legítimos de consciência, ação e de arte, compondo e também forjando lutas e enfrentamentos de classe nos territórios.

As narrativas das mulheres interlocutoras da pesquisa permitem apontar que há uma mudança acontecendo nas periferias nas últimas duas décadas, um processo de ebulição que se presentifica e se ramifica em diversos fragmentos da realidade social, política e cultural dos territórios.

Eu acho que teve e está tendo muitas mudanças na periferia, da minha época [em referência aos anos 1980 e 1990] para agora, acho que teve muitas mudanças. Acho que tem os movimentos culturais,

que é uma potência, tem a propagação das igrejas evangélicas todo o tempo, tem a entrada do capital nas periferias. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

As mudanças nos territórios periféricos também se espriam para as novas dinâmicas e realidades de seus moradores que passaram a entrar na universidade e podem se instrumentalizarem de modo crítico, somando conteúdos à sua experiência periférica, estudando, interpretando a partir de seu “chão” a realidade social da qual fazem parte.

Novas densidades de mudança acontecem a partir do acesso à universidade, mas também com conteúdo de aprendizagens orgânicos e informais aliados à cultura, à arte, aos coletivos periféricos, às discussões sobre relações étnico-raciais, gênero, classe, proporcionando o conhecimento crítico sobre os antagonismos e desigualdades que percorrem as vivências periféricas e os territórios. Desta forma, há novas gramáticas político-culturais que se movimentam nas quebradas.

A periferia tem outro lado também que é muito interessante. O jovem que acessou a universidade volta diferente para essa periferia. Tá fazendo alguma coisa, se torna uma potência; esse jovem volta da faculdade e vai desenvolver no seu lugar alguma ação comunitária, o Prouni¹²⁸ oportunizou isso para essa moçada, as cotas raciais nas universidades públicas mudam também esse periférico, contribui para o território.

Esse periférico também é um ser que agora acessou a universidade, então tem condições de enxergar o que está acontecendo naquele território.

Acho isso muito interessante, é preciso hoje saber como vai falar com esse periférico, porque a depender da besteira que você fala ele te arreventa, te quebra no meio com argumentos, com a experiência dele, com o saber dele.

Ele [o periférico] tem tanto o conhecimento da academia, mas não fica preso na academia, com o conhecimento das vivências, hoje vai buscando, por exemplo, a sua negritude, vai entendendo o que é feminismo sem estar preso com esse conteúdo dentro da academia, mas só o fato de ter tido alguns acessos, ele também se transforma e transforma a sua realidade, uma amplitude que não é aquela amplitude fechada, digamos teórica apenas, porque exatamente consegue fazer várias conexões que uma pessoa que nunca viveu o que é ser periférico não vai conseguir fazer. (Flávia Ribeiro, depoimento colhido em julho de 2020).

¹²⁸ Programa Universidade para Todos (Prouni), criado pelo Governo Federal com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação, em instituições de ensino superior privadas. Foi instituído pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As narrativas destacam o saber periférico como forte e potente arma política, é o conhecimento construído, reconstruído a partir da experiência periférica, dos contextos e condições de classe, na interlocução com as relações étnico-raciais e de gênero. Conhecimento propiciado por um feixe relacional de mudanças, pela consciência histórico-prática do viver territorial sob os riscos e sabores da vida na periferia.

Somam-se a esse processo as políticas sociais de promoção das camadas pobres e negras da população no acesso à universidade, ao conhecimento técnico, universitário, que encontra as trajetórias periféricas e volta ao território como forma de criação, de práticas sociais, de tecnologia social de transformação, como é o caso das experiências de Flávia Ribeiro, Suseth Andrade e Cida Guerra, que atuam em diversas frentes sociais e políticas em seus territórios.

Assim, as novas gramáticas políticas e culturais engendradas nos territórios periféricos adensam os contextos das práticas sociais, afiançam de modo heterogêneo as experiências de classe na construção dos territórios, articulando particularidades e contextos de força e poder na produção de culturas, de conhecimentos, valores engendrados em processos e relações sociais cunhados nos territórios periféricos, disputando espaços, narrativas e sentidos ético-políticos na sociedade.

As últimas dobras

As relações sociais brasileiras se instituem sob o âmago da economia do capitalismo periférico, que estabelece modos de organização social estruturados na superexploração e intensificação do trabalho, sob as desigualdades como fundamento de sua sustentação.

Essas tramas e dobraduras sócio-históricas se presentificam e amalgamam experiências sociais e políticas de classe na construção dos territórios, sobretudo os periféricos que abrigam trabalhadores, desempregados, aqueles que apenas detêm somente sua força de trabalho para sobreviver. Sujeitos que historicamente vivem sob os riscos das precariedades econômicas, civis, políticas, sociais e sanitárias, mas que também tracejam resistências, insistências, lutas cotidianas como ferramentas para enfrentar a vida e sobreviver diante das desigualdades, exclusões, explorações, opressões e violências.

As trajetórias e narrativas das mulheres interlocutoras desta pesquisa corroboram para a apreensão do território como espaço social, político, econômico e cultural, criado e recriado nas dobras das estruturas sociais que compõem a sociedade brasileira. Este estudo aponta alguns fios mediativos em relação às experiências de classe na construção de territórios; a hipótese de pesquisa se sustenta e se confirma na tese de que os territórios são constituídos na trama relacional, nas dobraduras das experiências de classe, nas interconexões com as relações étnico-raciais e de gênero, que compõem as rugosidades e algumas cicatrizes das experiências na construção dos territórios de classe.

Em outras palavras, os territórios são constituídos pelos sujeitos sociais em processo e relação, nessa fricção os sujeitos também se constroem, havendo intrínseca relação entre espaço, tempo e experiências. As dobraduras de classe se revestem nas existências e nas mediações de práticas e vivências sociais dos moradores residentes nas periferias da cidade, nos usos, nas lutas, nas interconexões de sociabilidades, nos interesses, jogos de poder, conflitos, vínculos e pertencimento.

As experiências se constituem e se enrijecem em processos e relações que percorrem o morar, o viver, o construir, o resistir, o lutar entre institucionalidades e violências inerentes às formas de invisibilidade, de moralização, de ações e políticas Estatais e não legais que determinam a vida e a morte nas quebradas. Esses são os territórios que convivem entre velhas formas de poder e novas gramáticas político-culturais, constituídas por experiências heterogêneas entre diferentes projetos em disputa. Arena composta nas coexistências, entre outros, com: 1) a concepção de consenso moralizadora-neoliberal das igrejas evangélicas; 2) a concepção de consciência periférica dos movimentos, coletivos e sujeitos que movimentam transformações e alargamentos sociopolíticos na periferia e para além desses territórios, mudanças constituídas por confluências de potência embasadas nos conhecimentos periféricos, na interlocução com a cultura, com a luta antirracista e feminista, engendrando forças políticas que se movimentam e tencionam as institucionalidades das estruturas democráticas (os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, os partidos políticos, os movimentos sociais, sindicatos), mas que também projetam forças e formas de pensar e atuar para fora dos circuitos institucionais consolidados e já conhecidos.

Assim, as experiências de classe no contexto contemporâneo estão em constante processo de ebulição, presentificam-se nas ruas, em becos, vielas, favelas, nos circuitos de sociabilidades, nas trocas e interlocuções de ideias, nos agrupamentos coletivos, nos saraus periféricos, nas resistências e insubordinações civis, políticas, universitárias, das artes, do jeito, do pensamento e das ações periféricas para serem e estarem presentes. Constituem novas cartografias políticas e territoriais, pautadas nas lutas e nos sentidos emancipatórios, porém com a consciência relacional que intercambia silenciosamente (e em muitas situações por vieses não institucionais) classe, gênero e relações étnico-raciais por meio das ações comuns, de vivências e experiências enredadas entre trajetórias de vida, condições de classe, relações etnia-raça, gênero e o seu lugar territorial.

Experiências que se desdobram *do* e *no* território periférico e atingem o campo político, social e econômico das cidades, propondo leituras sociais a partir de outras lentes que não as de corrente hegemônicas, de outras palavras, outras artes, outros pensamentos, outras vivências e contextos. As eleições municipais de 2020 mostram de algum modo as disputas de diferentes projetos em ebulição na sociedade, mandatos coletivos e periféricos alcançam a arena legislativa, vê-se as eleição de representações de mulheres, de negras e negros, de homens e mulheres transgêneros compondo parte das novas gramáticas político-culturais, que fazem o contraponto ao projeto de morte e destruição enraizado pela ultradireita no Brasil, fielmente representada por Jair Messias Bolsonaro, que ocupa o mais alto posto do Executivo.

As fricções de classe, de relações étnico-raciais e de gênero tencionam com resistências os discursos e ações violentas e conservadoras. A luta de indígenas, quilombolas, o protagonismo das mulheres, dos artistas e coletivos periféricos fazem frente à barbárie. Ainda é prematuro e sob sérios equívocos dizer que as camadas da classe trabalhadora estão fortemente organizadas atuantes no cenário contemporâneo, mas há indicações e pistas históricas que balizam que há novas formas e novos sujeitos na arena pública e democrática, na disputa de poder, aquecendo outras gramáticas políticas, subjetivas e de resistências. Novos modos de compreensão coletiva se firmam, haja vista, por exemplo, o movimento Vidas Negras Importam¹²⁹, que tem como principais militantes sujeitos negros, periféricos,

¹²⁹ O movimento vidas negras importam, de repercussão internacional, iniciou em 2013 por afro-americanos que protestaram contra mortes de pessoas negras causadas por violência policial. Em

pobres e subalternos, movimento que se espalhou pelas principais capitais mundiais, inclusive São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, entre outras.

Os territórios periféricos não estão descolados ou apartados desse processo, ao contrário, a força está justamente nos territórios “quentes”, onde a vida social, os vínculos de solidariedade e as experiências de classe acontecem, “fervem” na pungência por novos tempos, no caminho de outras formas de organização da vida.

As camadas da classe trabalhadora que vivem do trabalho, os periféricos, os pobres, as mulheres, os negros apresentam sintomas de cansaço, mas também chispas de rebeldias, fagulhas de possíveis irrupções políticas, sociais e raciais que podem ganhar o espaço comum das relações e debelar rupturas urgentes e necessárias com as explorações, com os consensos organizativos assentados na discriminação, opressão e violência.

Cabe atenção aos sinais por vezes ruidosos e desconectados, mas que se interconectam à história e aos sentidos sociais. Há lutas, rebeliões, greves, manifestações, oposição às barbáreis institucionais, contra as violências, lutas contra os assassinatos de jovens negros, pessoas transexuais, contra as invasões bélicas nas periferias, contrárias ao discurso da razão única que tenta cegar mentes e corações. A crise social, econômica, política, sanitária está à nossa frente e provoca reações, sentidos, mediações políticas, organização coletiva, pontos de tensão, espaços de conflitos, lugares de pressão que precisam ser analisados, lidas no contexto e na gramatura histórica.

Em menção ao Serviço Social, espaço de trânsito, pertencimento, acolhimento e formação deste pesquisador, recomenda-se atenção às experiências e às dinâmicas de classe na construção dos espaços territoriais, à possibilidade de conectar de modo mais afiançado a formação profissional com os espaços políticos

2020, houve grande repercussão as manifestações em relação ao assassinato por asfixia provocada pela polícia do americano Georg Floyd, com protestos antirracistas vistos em todas as partes do globo. O jornal Brasil de Fato, na sua edição de 25 de junho de 2020, noticiou: “No mesmo dia em que Floyd foi assassinado na outra ponta do continente, o movimento negro brasileiro realizava um ato nacional *online* em memória de João Pedro Mattos Pinto, morto durante ação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, no dia 18 de maio. Aos 14 anos, o menino João Pedro foi atingido na barriga enquanto brincava no quintal de casa. [...] Com a chegada da notícia da morte de Floyd, a revolta se acentuou ainda mais entre movimentos sociais brasileiros. No domingo seguinte, em 31 de maio, o primeiro ato, Vidas Negras Importam, era registrado no país, em frente ao Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro. Com protagonismo de moradores da periferia, o ato pressionou para que o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibisse operações em favelas cariocas durante a pandemia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/ha-um-mes-reacao-ao-assassinato-de-george-floyd-iniciava-levante-antirracista-global>. Acesso em 26 jan. 2021.

das vivências nos territórios, nos morros, favelas, nos bairros populares, no contato ativo e vivaz com os movimentos sociais, saturando a formação, a identidade profissional com os coloridos da vida concreta, real, compondo e fortalecendo as dobras das resistências em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Embora seja importante frisar que o Serviço Social nas últimas cinco décadas vem movimentando a reconceitualização e renovação na profissão, de modo a superar as concepções mais conservadoras e moralizadoras enraizadas na história da profissão, encampando novas possibilidades no encontro com a teoria social crítica, forjando o refinamento, acúmulo e amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo profissional no constante encontro do Serviço Social com as dobras e conexões sócio-históricas.

Nesta toada é essencial persistir nas trilhas do pensamento crítico, arejar as compreensões, os sentidos e o trabalho profissional, de modo a vislumbrar o esforço crítico-reflexivo, lançando-se à vida política e cultural dos lugares, aproximando-se e compondo com as experiências sociais da luta antirracista, contra as violências e opressões de gênero e exploração de classe, afirmando o papel técnico, político, metodológico da formação e do trabalho profissional na interface com a população e com os seus territórios de vida.

Contudo, é preciso insistir, continuar dialeticamente na reconstrução do conhecimento, na profunda revisão crítica das concepções, interpretações para além das dinâmicas de reprodução das lógicas coloniais que tendem a se reapresentar no contexto social e político da sociedade brasileira e que “embrulham” e impedem as aspirações e valores emancipatórios. É essencial buscar compreender as novas gramáticas sociopolíticas presentes nas dinâmicas de produção e reprodução da história, bem como atentar às brechas de resistência e lutas existentes. É preciso atentar às experiências sociais e políticas das camadas da classe que vivem do trabalho, seus sinais, suas expressões e narrativas, suas formas contra-hegemônicas de produção sociocultural e política.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletário de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUDA, Daniel Péricles. **Espelho dos invisíveis**: a arte no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. São Paulo: Expressão e Arte, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BENKO, Georges. **A economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BENJAMNIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BERDU, Livia Cintra. **Quem são os trabalhadores?** Reflexões acerca do processo de formação da classe trabalhadora carioca. In: Anais do ANPUH – Brasil. 30º. Simpósio Nacional de História. Recife, 2019.

BEHRING, Eliane Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BERTELLI, Giordano Bardin. Uma tradição crítica preterida: musica, ressignificação política, confronto estético, errâncias racionais: a periferia, o rap e a política. In: BERTELLI, Giordano Bardin. FELTRAN, Gabriel. **Vozes à margem: periferia, estética e política**. São Carlos: EdUFSCAR, 2017.

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 1, n. 19, p. 20 – 28, Jan/Fev/Mar/Abr. 2002.

CHAIU, Marilena. Prefácio. SADER, Eder. Quando **novos personagens entram em cena**: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: 2007.

_____. Breve apresentação da obra política de Antonio Negri. In: SANTIAGO, Homero. TIBLE, Jean. TELLES, Vera. **Negri no Trópico: 23°26'13"**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

CABANES, Robert et al. **Saídas de Emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CISNE, Mirla. São Paulo: **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez, 2015.

CAPOBIANGO, Ronan Pereira. Et al. Reforma administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica. In: Anais do Encontro de Administração Pública e Governança. Vitória – ES, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg116.pdf> acesso em 11/01/2020 as 20h19min.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida. et al. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

D'ANDREA, Tiaraju. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e político na periferia de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

_____. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP. Vol. 39, nº. 01, jan-abr 2020, p. 19-36.

_____. **40 ideias de periferia** [livro eletrônico]. São Paulo: Dandara, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres negras na construção e uma utopia**. São Paulo: GELEDES, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> acesso em 11/10/2020 às 19h09min.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena. **Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com as margens, violência e sofrimento**. In: MISE, Michel, WERNECK, Alexandre, et al. Dilema: revista de estudos de conflitos e controle social. Vol. 5. Nº 2, abril, mai, jun 2012, p.335 -356.

DAS, Veena. **Vida e palavras**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020. Edição Kindle.

DINIZ, Rodrigo. **Territórios, sociabilidades e Territorialidades**: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da Cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado PUC São Paulo. São Paulo: PUC, 2012.

_____. **Categorias e pesquisa: algumas linhas introdutórias.** In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. **História Oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto.** São Paulo: Cortez, 2019.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Porto: Apontamentos, 1975.

ESPINOSA, Baruch. **Tratado da reforma da inteligência.** São Paulo: Companhia Nacional, 1966.

FELTRAN, Gabriel de Santis. “Trabalhadores” e “bandidos” na mesma família. In: CASTEL, Robert et al. **Saídas de Emergência.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Conflito urbano e gramáticas de mediação.** In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas.** São Paulo: Boitempo. Nº. 24, jun 2015, p. 51-55.

FENELON, Déa Ribeiro. E. P. Thompson: história e política. In: Projeto História. São Paulo: Educ, nº. 12, out. 1995.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjuntura. In: **Serviço Social e Sociedade.** n. 130, p. 409 – 425, set. / dez, 2017.

FREDERICO, Celso. **A vanguarda Operária.** São Paulo: Símbolo, 1979.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista. **O Pasquim.** São Paulo, n. 871, p. 8-10, 1986. Entrevista concedida a Jaguar.

HIRATA, Daniel Veloso. Vida Loka. In: CABANES, Robert. et al. **Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo:** Boitempo, 2011.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: **Tempo Social,** revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun.2014.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Espaços de Esperança.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 2013a.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. IN: MARICATO, Erminia. et al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomarão as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo / Carta maior, 2013b.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IANNI, Octavio. **Construção de Categorias**. Transcrição de aula dada no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC- SP, 1º. Semestre de 1986.

_____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo. 1960. Disponível em:
https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf

KARASH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Organizador. **Família Brasileira: a base de tudo**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, Dirce. ALVES, Vanice. A. **A interlocução do território na agenda das políticas sociais**. Revista Serviço Social e Saúde, Campinas, v. 9, n. 9, p. 69 – 81. jul.2010.

KOGA, Dirce. RAMOS, Frederico. **Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública**. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 106, p. 335-364 abr. /jun. 2011.

KOGA, Dirce. DINIZ, Rodrigo. **Desigualdade intraurbana, territórios e territorialidades = 3 lestes em 1**. In: OLIVEIRA, Ana Claudia. JUNQUEIRA, Maria Aparecida. WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Constelações Urbanas: territorialidades, fluxos, manifestações estético-políticas**. São Paulo: EDUC, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da história social**. In: Projeto História. São Paulo: Educ, nº. 22, jun. 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Neusa Cavalcanti. Experiência em E. P. Thompson. In: JUNQUEIRA, Carmem. **Fazendo Antropologia no Alto Solimões**. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

_____. **Serviço Social em dois tempos**: a experiência como destinatário do trabalho do Assistente Social e sua ressignificação quando profissional da área. Tese de doutorado Programa de Pós Graduação em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2018.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin um aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. "A contrapelo": a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). In: **Lutas Sociais**. São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

LUKÁCS, George. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo, n-1 edições, 2018.

MALUF, Sonia Weidner. Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade. In: **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 435-440, set./dez. 2018.

MARQUES, Raphael. DINIZ, Rodrigo Diniz. Decifrando o acesso a direitos a partir das experiências nos territórios de vivência. In: KOGA, Dirce. ARREGUI, Carola Carbajal. Orgs. **Construção de conhecimentos em serviço social**: entre territorialidades, narrativas, experiências e cartografias. São Paulo: EDUC, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. Expressão Popular: São Paulo, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Os métodos na pesquisa**: a pesquisa qualitativa. In: Temporalis. Recife: Editora Universitária da UFPE, ano V, nº. 9, jun. 2005.

_____. **Serviço Social**: identidade e alienação. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. História oral: exercício democrático da palavra. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. **História Oral na pesquisa em Serviço Social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Texto de 1859. Disponível em: HTTP// www.histedr.fe.unicamp.br/time_15. Acesso em 12 de novembro de 2018 as 22h e 34min.

_____. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições70, 1993.

_____. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. 3 ed. São Paulo: Marins Fontes, 2007.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica à economia política: São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Maria Izilda. **Por uma história da mulher**. Bauru: EDUSC, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. In: Revista Rio de Janeiro, n. 12, jan-abril, 2004.

_____. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. In: **Outubro** n.21, 2º sem. 2013.

_____. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Covid no Brasil**. Disponível em: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. RIZEK, Cibele Saliba. **Cidades e Conflitos: o urbano na produção do Brasil contemporâneo**. Caderno de debates 2. Rio de Janeiro: FASE, 2013.

PALLAMIN, Vera. Apresentação – Vozes à margem: periferias, estética e política. In: BERTELLI, Giordano Bardin. FELTRAN, Gabriel. **Vozes à margem: periferia, estética e política**. São Carlos: EdUFSCAR, 2017.

PIMENTA, Tânia Salgado. **Entre sangradores e doutores**: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. In: Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na História Oral**: a pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto Historia. São Paulo: EDUC, n. 14, fev, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Queiroz, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Frederico Roman. MONTEIRO, Miguel. Cartografias entre o visível e o invisível. In: KOGA, Dirce. ARREGUI, Carola Carbajal. Orgs. **Construção de conhecimentos em serviço social**: entre territorialidades, narrativas, experiências e cartografias. São Paulo: EDUC, 2020.

[REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil - A história do levante dos Malês em 1835**](#). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens lentos, opacidade e rugosidades**. In: Revista Redobra. Ano 03, nº. 09, abril, 2012.

RIZEK, Cibele Saliba. Mestre Chico – apontamentos e reflexões. In: OLIVEIRA, Francisco de. RIZEK, Cibele Saliba. **Cidades e Conflitos: o urbano na produção do Brasil contemporâneo**. Caderno de debates 2. Rio de Janeiro: FASE, 2013.

RODRIGUES, Nelson. **A vida como ela é**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: para além da cafetinagem da vida. In: SANTIAGO, Homero. TIBLE, Jean. TELLES, Vera. **Negri no Trópico: 23°26'13"**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

_____. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **História e memória em serviço social: A trajetória Profissional de Nobuco Kameyama.** Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PUC SP. São Paulo: PUC, 2016.

RUIZ, Querubina Castelló. **Perfil das famílias usuárias dos Centros para Crianças e Adolescentes do distrito de Anhanguera.** Monografia de Especialização. São Paulo: UNIBAN, 2008.

SÁ, Maria Elvira Rocha. BARBOSA, Maria José de Souza. A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial. In: **Serviço Social e Sociedade**, Ano XXIII, n. 72, nov. 2002, p. 07 -21.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética: precedido por questões de método.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da critica da geografia à geografia crítica.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Território e sociedade.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século 21.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O Espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Por uma economia política da Cidade.** São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação.** São Paulo: Edusp, 2005.

SOARES, Luiz Carlos. **Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX.** Revista Brasileira de História. n. 16. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1988.

SPINK, Mary Jane. SPINK, Peter Kevin. **Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social**: reflexões sobre a noção de lugar, territórios e redes de associação. Revista Quaestio. Sorocaba, SP. V. 19, n. 3, p. 591-605, dez. 2017.

SPOSATI, Aldaiza. Feios, Sujos e Malvados. In: PINSKY, Jaime. Org. **12 faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Regulação Social Tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. **Caderno Ideação**: II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, p. 33- 53, 2002.

_____. et al. **Desigualdades nos territórios da cidade**: métricas sociais intraurbanas em São Paulo. São Paulo: EDUC, 2017.

TELLES, Vera. **As cidades nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.

_____. Illegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: In: CASTEL, Robert et al. **Saídas de Emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 46, nº. 01, jan-jun, pp. 15 -41, 2015

_____. O ponto de vista da crítica. In: SANTIAGO, Homero. TIBLÉ, Jean. TELLES, Vera. **Negri no Trópico: 23º26'13"**. São Paulo:N-1 Edições, 2017.

TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. In: MARQUES, Eduardo. TORRES, Haroldo. **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: SENAC, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. Folklore, anthropology, and social hstorory. **The Indian Historical Review**, v.3, n. 2,1977.

_____. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As particularidades dos ingleses e outros artigos**. Org. NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Sergio. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

VENDRAMINI, Célia Regina. TIRIBA, Lia. **Classe, Cultura e Experiência na Obra de E. P. Thompson**: contribuições para a pesquisa em educação. In: Revista HISTEDBR. Campinas, nº. 55, p. 54-72, mar 2014.

VILLAÇA, Flávio. O território e a dominação social. In: **Margem Esquerda**: ensaios marxistas. Boitempo: São Paulo, n. 24, jun. 2015.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZAGO, Luis Henrique. **O método dialético e a análise do real**. In: Kriterion, Belo horizonte: UFMG, v. 54, nº. 127, jun. 2013.

www.emicida.com.br/biografia. Acesso realizado em 10 de dezembro de 2019. Acesso: 30 de nov. de 2020, às 14h e 10 min.

www.ibge.org.br/pesquisa_nacional_por_amostra_de_domicilio_continua. Acesso: 10 de dez. de 2019, às 13h e 45 min.

www.veja.abril.com.br/economia/quanto-ganha-um-ceo-de-grandes-empresas-e-como-chegar-la/. Acesso: 29 nov. de 2019, às 20h e 36min.

www.geledes.org.br/quilombosurbanos. Acesso: 23 de dez. de 2019, às 20h e 43min.

<https://esa.un.org/unpd/wup/publications/files>. Acesso: 23 de dez. de 2019, às 17h26min.

<http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/lang--en/index.htm>. Acesso: 23 de dez. de 2019, às 18h10min.

<https://www.esquerdadiario.com.br/Imperdivel-um-padeiro-revolucionario-nos-marcos-da-origem-negra-do-proletariado-brasileiro>. Acesso: 03 out. de 2020, às 21h18.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>. Acesso: 03 de out. de 2020, às 21h10.

<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso: 04 de out. de 2020, às 10h05minmin.

<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso: 04 de out. de 2020, às 11h.

<https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso: 05 de jan. de 2021, às 9h.

<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso: 05 de out. de 2020, às 10h30min.

http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortos-por-policiais-no-brasil/?_ga=2.155756859.1607573487.1605735066-295342820.1599680025.

Acesso: 06 de jan. de 2021, às 10h30min.

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/01/perseguido-e-tiroteio-em-baile-funk-em-paraisopolis-deixa-ao-menos-8-mortos-pisoteados-em-sp.ghtml>.

Acesso: 06 de jan. de 2021, às 10h40min.

http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_615927. Acesso em: 27 de jul. 2020, às 21h53min.

<https://www.google.com/search?rlz=muro+de+lima+no+perus+que+divide+ricos+e+pobres&oq=muro+de+lima+no+perus+que+divide+ricos+e+pobres&g>. Acesso: 06 de jan. de 2021, às 14h.

<https://covid.saude.gov.br/>. Acesso: 05 de mai. de 2021, às 18h.

<http://veja.abril.com.br/economia/quanto-ganha-um-ceo-de-grandes-empresas-e-como-chegar-la/>. Acesso: 29 nov. 2019, às 20h36min.

<https://www.google.com.br/maps/place/Anhanguera>. Acesso: 27 de jan. 2021.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-enoticias/releases/26956-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2019>.

Acesso: 02 de fev. 2021.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/26/a-Atualidade-de-lucio-kowarick-in-memori.htm>. Acesso: 08 de fev. 2021.

<https://nossasaopaulo.org.br/2019>. Acesso: 13 de jan. 2020, às 21h49 min.

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html.

Acesso: 21 de abr. 2021, às 20h49.

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/ha-um-mes-reacao-ao-assassinato-de-george-floyd-iniciava-levante-antirracista-global>. Acesso: 26 de jan. 202, às 15h.

ANEXOS

APÊNDICE 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) referente ao projeto de pesquisa intitulado **“Territórios, Classes e Experiências: as dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida dos sujeitos”**. desenvolvido pelo doutorando do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da PUC/SP, **Rodrigo Aparecido Diniz**, portador do RG nº 45.406.333-7.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone (011) 3670-8512.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais está ligado à compreender como se processa as mediações das experiências de classe na construção de territórios e territorialidades urbanas na cidade de São Paulo, observando a realidade do distrito de Anhanguera.

Minha colaboração será por depoimentos a serem gravados em vídeo e voz, fotografados a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e/ou sua orientadora.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse (a) estudo/pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

São Paulo, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do(a) sujeito pesquisado: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do(a) testemunha (a): _____



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO -
PUC/SP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Territórios, Classes e Experiências: as dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida dos sujeito

Pesquisador: RODRIGO APARECIDO DINIZ

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39319920.2.0000.5482

Instituição Proponente: pontificia universidade católica

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.371.110

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Tese de Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPG em SSO), vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

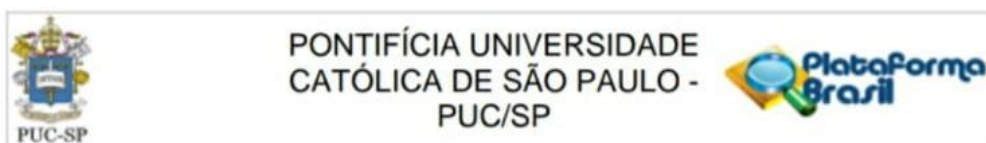
Projeto de pesquisa de autoria de Rodrigo Aparecido Diniz, sob a orientação da Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga.

A proposta visa "estabelecer aproximações sobre as mediações das experiências de classe na construção de territórios urbanos, observando o contexto das periferias no bojo do contexto social, político e econômico contemporâneo. Este estudo objetiva destacar ética e politicamente a mediação da classe trabalhadora na edificação de territórios e territorialidades, uma vez que esse processo se imbrica nas relações sociais mais amplas, de modo que sua produção e reprodução no espaço produzem modos de vida e experiências, cheias de intersecções históricas, econômicas e políticas."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Compreender como se processam as mediações das experiências de classe na construção de territórios e territorialidades urbanas na cidade de São Paulo, observando a

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 4.371.110

realidade do distrito de Anhanguera.

Objetivos específicos:

- a) Estudar os nexos das categorias espaço e tempo do processo de produção e reprodução dos territórios;
- b) Compreender os nexos entre o território, as incidências dos novos fluxos do modo de produção capitalista sobre os espaços e os modos de vida da classe trabalhadora residentes em territórios de fronteira das cidades.
- c) Pesquisar as categorias experiência, classe e território a partir da experiência dos sujeitos sociais residentes no distrito de Anhanguera (São Paulo-SP), a partir da escala do cotidiano de vivência;
- d) Analisar os processos constitutivos das experiências da classe trabalhadora e as expressões no contexto de famílias usuárias do CRAS Anhanguera, trabalhadores residentes no distrito de Anhanguera na construção de territórios e territorialidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não foram identificados possíveis riscos aqueles que vierem a participar da proposta.

No que diz respeito aos benefícios, verificamos que não são diretos, todavia, é um estudo de relevância e benefícios de cunho social e acadêmicos.

2 / 4

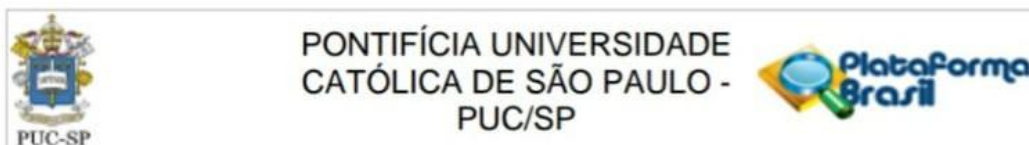
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa formulado e estruturado. A presente proposta de pesquisa indica (de acordo com o parecer de mérito acadêmico apensado a este processo) que se espera alcançar resultados relevantes e contributivos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados a contento, conforme orienta a Resolução CNS/MS n° 466/12, os Regimento e Regulamento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP e o Manual Ilustrado da Plataforma Brasil, disponíveis para consulta no site: www.pucsp.br/cometica

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 4.371.110

Recomendações:

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e realização do projeto de pesquisa em tela.

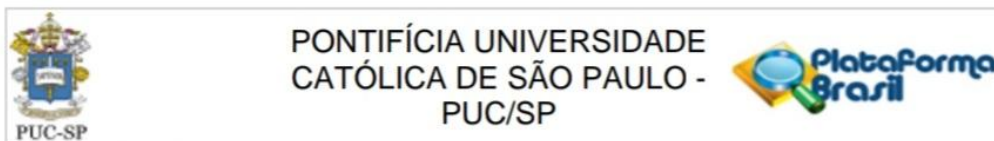
Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, aprova integralmente o parecer oferecido pelo(a) relator(a).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1641074.pdf	10/10/2020 12:48:01		Aceito
Outros	parecercomiteeticarodrigodiniz.pdf	10/10/2020 12:47:21	RODRIGO APARECIDO DINIZ	Aceito

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 4.371.110

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisaRodrigoDiniz.docx	01/10/2020 23:11:56	RODRIGO APARECIDO DINIZ	Aceito
Outros	oficiodeapresentacaoanexoiii.docx	01/10/2020 23:10:34	RODRIGO APARECIDO DINIZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreesclarecido.doc	01/10/2020 23:07:11	RODRIGO APARECIDO DINIZ	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_rodrigodiniz.pdf	01/10/2020 22:58:39	RODRIGO APARECIDO DINIZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 29 de Outubro de 2020

Assinado por:
Antonio José Romera Valverde
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C
Bairro: Perdizes **CEP:** 05.015-001
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3670-8466 **Fax:** (11)3670-8466 **E-mail:** cometica@pucsp.br